



**ABNT - Associação
Brasileira de
Normas Técnicas**

Sede:
Rio de Janeiro
Av. Treze de Maio, 13/28º andar
CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (21) 3974-2300
Fax: (21) 2240-8249/2220-6436
Endereço eletrônico:
www.abnt.org.br

Copyright © 2003,
ABNT—Associação Brasileira de
Normas Técnicas
Printed in Brazil/
Impresso no Brasil
Todos os direitos reservados

MAR 2003

NBR 6118

Projeto de estruturas de concreto - Procedimento

Origem: Projeto NBR 6118:2001
ABNT/CB-02 - Comitê Brasileiro de Construção Civil
CE-02:124.15 - Comissão de Estudo de Estruturas de Concreto Simples,
Armado e Protendido
NBR 6118 - Design of structural concrete - Procedure
Descriptors: Design. Structural. Plain concrete. Reinforced concrete.
Prestressed concrete. Concrete
Esta Norma cancela e substitui as NBR 6119:1980 e NBR 7197:1989
Esta Norma substitui a NBR 6118:1980
Válida a partir de 30.03.2004

Palavras-chave: Projeto. Estrutura. Concreto simples.
Concreto armado. Concreto protendido

170 páginas

Sumário

Prefácio

0 Introdução

1 Objetivo

2 Referências normativas

3 Definições

4 Simbologia

5 Requisitos gerais de qualidade da estrutura e avaliação da conformidade do projeto

6 Diretrizes para durabilidade das estruturas de concreto

7 Critérios de projeto que visam a durabilidade

8 Propriedades dos materiais

9 Comportamento conjunto dos materiais

10 Segurança e estados limites

11 Ações

12 Resistências

13 Limites para dimensões, deslocamentos e abertura de fissuras

14 Análise estrutural

15 Instabilidade e efeitos de segunda ordem

16 Princípios gerais de dimensionamento, verificação e detalhamento

17 Dimensionamento e verificação de elementos lineares

18 Detalhamento de elementos lineares

19 Dimensionamento e verificação de lajes

20 Detalhamento de lajes

21 Regiões especiais

22 Elementos especiais

23 Ações dinâmicas e fadiga

24 Concreto simples

25 Interfaces do projeto com a construção, utilização e manutenção

ANEXOS

A Efeito do tempo no concreto estrutural

B Índice geral

C Índice de figuras e tabelas

D Índice remissivo

Prefácio

A ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - é o Fórum Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos ABNT/CB e ABNT/ONS, circulam para Consulta Pública entre os associados da ABNT e demais interessados.

Esta Norma contém os anexos A, B, C e D, de caráter informativo.

Devido à mudança de escopo desta Norma com relação ao documento de origem (NBR 6118:1980), estabeleceu-se a necessidade de revisão da NBR 7187:1987 - Projeto e execução de pontes de concreto armado e protendido - Procedimento - e também da NBR 8681:1984 - Ações e segurança nas estruturas, além da elaboração da NBR 14931:2003 - Execução de estruturas de concreto - Procedimento. Esta informação tem por finalidade alertar os usuários quanto à conveniência de consultarem as edições atualizadas dos documentos citados.

Para facilitar a consulta e a aplicação desta Norma, tendo em vista sua extensão e abrangência, as tabelas e figuras estão identificadas em função da seção em que estão inseridas. Dessa forma, o número de identificação de cada tabela ou figura tem inicialmente o número da seção, seguido pela numeração sequencial dentro da seção.

Introdução

Para a elaboração desta Norma foi mantida a filosofia das anteriores: NBR 6118 (historicamente conhecida como NB-1), NBR 7197, NBR 6119 e NB-49, de modo que a esta Norma cabe definir os critérios gerais que regem o projeto das estruturas de concreto, sejam elas de edifícios, pontes, obras hidráulicas, portos ou aeroportos etc. Assim, ela deve ser complementada por outras normas que fixem critérios para estruturas específicas.

1 Objetivo

1.1 Esta Norma fixa os requisitos básicos exigíveis para projeto de estruturas de concreto simples, armado e protendido, excluindo aquelas em que se empregam concreto leve, pesado ou outros especiais.

1.2 Esta Norma aplica-se às estruturas de concretos normais, identificados por massa específica seca maior do que $2\,000\text{ kg/m}^3$, não excedendo $2\,800\text{ kg/m}^3$, do grupo I de resistência (C10 a C50), conforme classificação da NBR 8953. Entre os concretos especiais excluídos desta Norma estão o concreto-massa e o concreto sem finos.

1.3 Esta Norma estabelece os requisitos gerais a serem atendidos pelo projeto como um todo, bem como os requisitos específicos relativos a cada uma de suas etapas.

1.4 Esta Norma não inclui requisitos exigíveis para evitar os estados limites gerados por certos tipos de ação, como sismos, impactos, explosões e fogo.

1.5 No caso de estruturas especiais, tais como de elementos pré-moldados, pontes e viadutos, obras hidráulicas, arcos, silos, chaminés, torres, estruturas *off-shore*, ou em que se utilizam técnicas construtivas não convencionais, tais como formas deslizantes, balanços sucessivos, lançamentos progressivos e concreto projetado, as condições desta Norma ainda são aplicáveis, devendo no entanto ser complementadas e eventualmente ajustadas em pontos localizados, por Normas Brasileiras específicas.

2 Referências normativas

As normas relacionadas a seguir contêm disposições que, ao serem citadas neste texto, constituem prescrições para esta Norma. As edições indicadas estavam em vigor no momento desta publicação. Como toda norma está sujeita a revisão, recomenda-se àqueles que realizam acordos com base nesta que verifiquem a conveniência de se usarem as edições mais recentes das normas citadas a seguir. A ABNT possui a informação das normas em vigor em um dado momento.

NBR 5674:1999 - Manutenção de edificações - Procedimento

NBR 5732:1991 - Cimento Portland comum - Especificação

NBR 5733:1991 - Cimento Portland de alta resistência inicial - Especificação

NBR 5735:1991 - Cimento Portland de alto-forno - Especificação

NBR 5736:1991 - Cimento Portland pozolânico - Especificação

NBR 5737:1992 - Cimento Portland resistente a sulfatos - Especificação

NBR 5738:1994 - Moldagem e cura de corpos-de-prova cilíndricos ou prismáticos de concreto - Procedimento

NBR 5739:1994 - Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos - Método de ensaio

NBR 6004:1984 - Aroles de aço - Ensaio de dobramento alternado - Método de ensaio

NBR 6120:1980 - Cargas para o cálculo de estruturas de edificações - Procedimento

- NBR 6122:1996 - Projeto e execução de fundações - Procedimento
- NBR 6123:1988 - Forças devidas ao vento em edificações - Procedimento
- NBR 6153:1988 - Produto metálico - Ensaio de dobramento semi-guiado - Método de ensaio
- NBR 6349:1991 - Fios, barras e cordoalhas de aço para armaduras de protensão - Ensaio de tração - Método de ensaio
- NBR 7190:1997 - Projeto de estruturas de madeira
- NBR 7222:1994 - Argamassa e concreto - Determinação da resistência à tração por compressão diametral de corpos-de-prova cilíndricos - Método de ensaio
- NBR 7477:1982 - Determinação do coeficiente de conformação superficial de barras e fios de aço destinados a armaduras de concreto armado - Método de ensaio
- NBR 7480:1996 - Barras e fios de aço destinados a armaduras para concreto armado - Especificação
- NBR 7481:1990 - Tela de aço soldada - Armadura para concreto - Especificação
- NBR 7482:1991 - Fios de aço para concreto protendido - Especificação
- NBR 7483:1991 - Cordoalhas de aço para concreto protendido - Especificação
- NBR 7484:1991 - Fios, barras e cordoalhas de aço destinados a armaduras de protensão - Ensaio de relaxação isotérmica - Método de ensaio
- NBR 7680:1983 - Extração, preparo, ensaio e análise de testemunhos de estruturas de concreto - Procedimento
- NBR 8522:1984 - Concreto - Determinação do módulo de deformação estática e diagrama tensão-deformação - Método de ensaio
- NBR 8548:1984 - Barras de aço destinadas a armaduras para concreto armado com emenda mecânica ou por solda - Determinação da resistência à tração - Método de ensaio
- NBR 8681:2003 - Ações e segurança nas estruturas - Procedimento
- NBR 8800:1986 - Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios (Método dos estados limites) - Procedimento
- NBR 8953:1992 - Concreto para fins estruturais - Classificação por grupos de resistência - Classificação
- NBR 8965:1985 - Barras de aço CA 42S com características de soldabilidade destinadas a armaduras para concreto armado - Especificação
- NBR 9062:2001 - Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado - Procedimento
- NBR 11578:1991 - Cimento Portland composto - Especificação
- NBR 11919:1978 - Verificação de emendas metálicas de barras de concreto armado - Método de ensaio
- NBR 12142:1991 - Concreto - Determinação da resistência à tração na flexão em corpos-de-prova prismáticos - Método de ensaio
- NBR 12654:1992 - Controle tecnológico de materiais componentes do concreto - Procedimento
- NBR 12655:1996 - Concreto - Preparo, controle e recebimento - Procedimento
- NBR 12989:1993 - Cimento Portland branco - Especificação
- NBR 13116:1994 - Cimento Portland de baixo calor de hidratação - Especificação
- NBR 14859-2:2002 - Laje pré-fabricada - Requisitos. Parte 2: Lajes bidirecionais
- NBR 14931:2003 - Execução de estruturas de concreto - Procedimento
- NBR ISO 6892:2002 - Materiais metálicos - Ensaio de tração à temperatura ambiente
- NBR NM 67:1998 - Concreto - Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone

3 Definições

Para os efeitos desta Norma, aplicam-se as seguintes definições:

3.1 Definições de concreto estrutural

3.1.1 concreto estrutural: Termo que se refere ao espectro completo das aplicações do concreto como material estrutural.

3.1.2 elementos de concreto simples estrutural: Elementos estruturais elaborados com concreto que não possui qualquer tipo de armadura, ou que a possui em quantidade inferior ao mínimo exigido para o concreto armado (ver 17.3.5.3.1 e tabela 17.3).

3.1.3 elementos de concreto armado: Aqueles cujo comportamento estrutural depende da aderência entre concreto e armadura, e nos quais não se aplicam alongamentos iniciais das armaduras antes da materialização dessa aderência.

3.1.4 elementos de concreto protendido: Aqueles nos quais parte das armaduras é previamente alongada por equipamentos especiais de protensão com a finalidade de, em condições de serviço, impedir ou limitar a fissuração e os deslocamentos da estrutura e propiciar o melhor aproveitamento de aços de alta resistência no estado limite último (ELU).

3.1.5 armadura passiva: Qualquer armadura que não seja usada para produzir forças de protensão, isto é, que não seja previamente alongada.

3.1.6 armadura ativa (de protensão): Constituída por barra, fios isolados ou cordoalhas, destinada à produção de forças de protensão, isto é, na qual se aplica um pré-alongamento inicial.

3.1.7 concreto com armadura ativa pré-tracionada (protensão com aderência inicial): Concreto protendido em que o pré-a/longamento da armadura ativa é feito utilizando-se apoios independentes do elemento estrutural, antes do lançamento do concreto, sendo a ligação da armadura de protensão com os referidos apoios desfeita após o endurecimento do concreto; a ancoragem no concreto realiza-se só por aderência.

3.1.8 concreto com armadura ativa pós-tracionada (protensão com aderência posterior): Concreto protendido em que o pré-alongamento da armadura ativa é realizado após o endurecimento do concreto, sendo utilizadas, como apoios, partes do próprio elemento estrutural, criando posteriormente aderência com o concreto de modo permanente, através da injeção das bainhas.

3.1.9 concreto com armadura ativa pós-tracionada sem aderência (protensão sem aderência): Concreto protendido em que o pré-alongamento da armadura ativa é realizado após o endurecimento do concreto, sendo utilizados, como apoios, partes do próprio elemento estrutural, mas não sendo criada aderência com o concreto, ficando a armadura ligada ao concreto apenas em pontos localizados.

3.1.10 junta de concretagem: Qualquer interrupção do concreto com a finalidade de reduzir tensões internas que possam resultar em impedimentos a qualquer tipo de movimentação da estrutura, principalmente em decorrência de retração ou abaixamento da temperatura.

3.1.11 junta de concretagem parcial: Redução de espessura igual ou maior a 25% da seção de concreto.

3.2 Definições de estados limites

3.2.1 estado limite último (ELU): Estado limite relacionado ao colapso, ou a qualquer outra forma de ruína estrutural, que determine a paralisação do uso da estrutura.

3.2.2 estado limite de formação de fissuras (ELS-F): Estado em que se inicia a formação de fissuras. Admite-se que este estado limite é atingido quando a tensão de tração máxima na seção transversal for igual a $f_{ct,f}$ (ver 13.4.2 e 17.3.4).

3.2.3 estado limite de abertura das fissuras (ELS-W): Estado em que as fissuras se apresentam com aberturas iguais aos máximos especificados em 13.4.2 (ver 17.3.3).

3.2.4 estado limite de deformações excessivas (ELS-DEF): Estado em que as deformações atingem os limites estabelecidos para a utilização normal dados em 13.4.2 (ver 17.3.2).

3.2.5 estado limite de descompressão (ELS-D): Estado no qual em um ou mais pontos da seção transversal a tensão normal é nula, não havendo tração no restante da seção. Verificação usual no caso do concreto protendido (ver 13.4.2).

3.2.6 estado limite de descompressão parcial (ELS-DP): Estado no qual garante-se a compressão na seção transversal, na região onde existem armaduras ativas. Essa região deve se estender até uma distância a_p da face mais próxima da cordoalha ou da bainha de protensão (ver figura 3.1 e tabela 13.3).

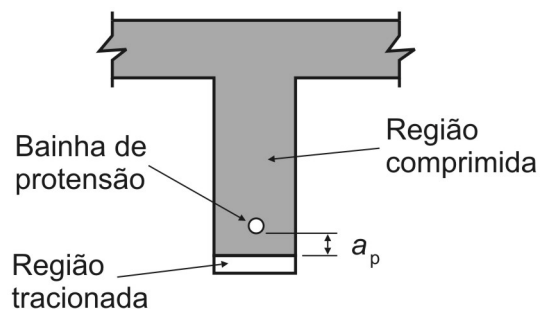


Figura 3.1 - Estado limite de descompressão parcial

3.2.7 estado limite de compressão excessiva (ELS-CE): Estado em que as tensões de compressão atingem o limite convencional estabelecido. Usual no caso do concreto protendido na ocasião da aplicação da protensão (ver 17.2.4.3.2.a).

3.2.8 estado limite de vibrações excessivas (ELS-VE): Estado em que as vibrações atingem os limites estabelecidos para a utilização normal da construção.

3.3 Definição relativa aos envolvidos no processo construtivo

3.3.1 contratante: Pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que, mediante instrumento hábil de compromisso, promove a execução de serviços e/ou obras através de contratado técnica, jurídica e financeiramente habilitado.



4 Simbologia

4.1 Generalidades

A simbologia adotada nesta Norma, no que se refere a estruturas de concreto, é constituída por símbolos-base (mesmo tamanho e no mesmo nível do texto corrente) e símbolos subscritos.

Os símbolos-base utilizados com mais freqüência nesta Norma encontram-se estabelecidos em 4.2 e os símbolos subscritos em 4.3.

A simbologia geral encontra-se estabelecida nesta seção e a simbologia mais específica de algumas partes desta Norma é apresentada nas seções pertinentes, de forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos.

As grandezas representadas pelos símbolos constantes desta Norma devem sempre ser expressas em unidades do Sistema Internacional (SI).

4.2 Símbolos-base

4.2.1 Generalidades

Alguns símbolos-base apresentados em 4.2.2 a 4.2.4 estão acompanhados de símbolos subscritos, de forma a não gerar dúvidas na compreensão de seu significado.

4.2.2 Letras minúsculas

a - Distância ou dimensão

- Menor dimensão de um retângulo
- Deslocamento máximo (flecha)

b - Largura

- Dimensão ou distância paralela à largura
- Menor dimensão de um retângulo

b_w - Largura da alma de uma viga

c - Cobrimento da armadura em relação à face do elemento

d - Altura útil

- Dimensão ou distância

e - Excentricidade de cálculo oriunda dos esforços solicitantes M_{Sd} e N_{Sd}

- Distância

f - Resistência (ver seção 8)

h - Dimensão

- Altura

i - Raio de giração mínimo da seção bruta de concreto da peça analisada

k - Coeficiente

ℓ - Altura total da estrutura ou de um lance de pilar

- Comprimento
- Vão

m - Número de lances de pilares

n - Número

r - Raio de curvatura interno do gancho

- Rigidez

s - Espaçamento das barras da armadura

t - Comprimento do apoio paralelo ao vão da viga analisada

- Tempo

u - Perímetro

w - Abertura de fissura

x - Altura da linha neutra

z - Braço de alavanca

- Distância

4.2.3 Letras maiúsculas

A - Área da seção cheia

A_c - Área da seção transversal de concreto

A_s - Área da seção transversal da armadura longitudinal de tração

A'_s - Área da seção da armadura longitudinal de compressão

D - diâmetro dos pinos de dobramento das barras de aço

E - Módulo de elasticidade (ver seção 8)

(EI) - Rigidez

F - Força

- Ações (ver seção 11)

G - Ações permanentes (ver seção 11)

G_c - Módulo de elasticidade transversal do concreto

H - Altura

I_c - Momento de inércia da seção de concreto

K - Coeficiente

M - Momento fletor

M_{1d} - Momento fletor de 1ª ordem de cálculo

M_{2d} - Momento fletor de 2ª ordem de cálculo

M_{Rd} - Momento fletor resistente de cálculo

M_{Sd} - Momento fletor solicitante de cálculo

N_d - Força normal de cálculo

N_{Rd} - Força normal resistente de cálculo

N_{Sd} - Força normal solicitante de cálculo

Q - Ações variáveis (ver seção 11)

R - Reação de apoio

R_d - Esforço resistente de cálculo

S_d - Esforço solicitante de cálculo

T - Temperatura

- Momento torçor

T_{Rd} - Momento torçor resistente de cálculo

T_{Sd} - Momento torçor solicitante de cálculo

V_d - Força cortante de cálculo

4.2.4 Letras gregas

α - Ângulo

- Parâmetro de instabilidade
- Coeficiente
- Fator que define as condições de vínculo nos apoios

β - Ângulo

- Coeficiente

γ_c - Coeficiente de ponderação da resistência do concreto

γ_e - Coeficiente de ponderação das ações (ver seção 11)

γ_m - Coeficiente de ponderação das resistências (ver seção 12)

γ_p - Coeficiente de ponderação das cargas oriundas da protensão (ver tabela 11.1 e 17.2.4.3)

γ_s - Coeficiente de ponderação da resistência do aço

δ - Coeficiente de redistribuição

- Deslocamento

ε - Deformação

ε_c - Deformação específica do concreto

ε_p - Deformação específica da armadura ativa

ε_s - Deformação específica do aço da armadura passiva

θ - Rotação

- Ângulo de inclinação
- Desaprumo

λ - Coeficiente para cálculo de comprimento de ancoragem

- Índice de esbeltez

μ - Coeficiente

- Momento fletor reduzido adimensional

ν - Coeficiente de Poisson

- Força normal adimensional

ρ - Taxa geométrica de armadura longitudinal de tração

ρ_c - Massa específica do concreto

$\rho_{s\min}$ - Taxa geométrica mínima de armadura longitudinal de vigas e pilares

ρ_p - Taxa geométrica da armadura de protensão

ρ_s - Taxa geométrica de armadura aderente passiva

σ_c - Tensão à compressão no concreto

σ_{ct} - Tensão à tração no concreto

σ_p - Tensão no aço de protensão

σ_{rd} - Tensões normais resistentes de cálculo

σ_s - Tensão normal no aço de armadura passiva

σ_{sd} - Tensões normais solicitantes de cálculo

τ_{rd} - Tensões de cisalhamento resistentes de cálculo

τ_{sd} - Tensão de cisalhamento de cálculo usando o contorno adequado ao fenômeno analisado

τ_{td} - Tensão de cisalhamento de cálculo, por torção

- $\tau_{\text{cál}}$ - Tensão de cisalhamento de cálculo, por força cortante
- ϕ - Diâmetro das barras da armadura
- ϕ_l - Diâmetro das barras de armadura longitudinal de peça estrutural
- ϕ_n - Diâmetro equivalente de um feixe de barras
- ϕ_p - Diâmetro nominal de fio ou cordoalha
- ϕ_t - Diâmetro das barras de armadura transversal
- ϕ_{vibr} - Diâmetro da agulha do vibrador
- φ - Coeficiente de fluência

4.3 Símbolos subscritos

4.3.1 Generalidades

Os símbolos subscritos são apresentados apenas em 4.3.2 a 4.3.4 em mesmo tamanho do texto corrente, de forma a facilitar sua visualização.

4.3.2 Letras minúsculas

- apo - apoio
- c - concreto
- cor - corrigido
- d - valor de cálculo
- ef - efetivo
- e - equivalente
- eq - equivalente
- f - feixe
- fad - fadiga
- fic - fictícia
- g - ações permanentes
- h - horizontal
- i - número seqüencial
- inf - inferior
- j - idade (referente à cura do concreto)
- k - valor característico
- número seqüencial
- lim - limite
- m - média
- máx - máximo
- mín - mínimo
- nec - necessário
- nom - nominal
- p - aço de armadura ativa
- q - ações variáveis
- r - radial
- s - aço de armadura passiva
- sec - secante



ser - serviço

sup - superior

t - tração

- transversal

tot - total

u - último

- de ruptura

v - vertical

- viga

vão - vão

vig - viga

w - alma

- transversal

x e y - direções ortogonais

y - escoamento do aço

4.3.3 Letras maiúsculas

R - resistências

S - solicitações

4.3.4 Números

0 - início

- instante de aplicação da carga

28 - aos 28 dias



5 Requisitos gerais de qualidade da estrutura e avaliação da conformidade do projeto

5.1 Requisitos de qualidade da estrutura

5.1.1 Condições gerais

As estruturas de concreto devem atender aos requisitos mínimos de qualidade classificados em 5.1.2, durante sua construção e serviço, e aos requisitos adicionais estabelecidos em conjunto entre o autor do projeto estrutural e o contratante.

5.1.2 Classificação dos requisitos de qualidade da estrutura

Os requisitos da qualidade de uma estrutura de concreto são classificados, para efeito desta Norma, em três grupos distintos, relacionados em 5.1.2.1 a 5.1.2.3.

5.1.2.1 Capacidade resistente

Consiste basicamente na segurança à ruptura.

5.1.2.2 Desempenho em serviço

Consiste na capacidade de a estrutura manter-se em condições plenas de utilização, não devendo apresentar danos que comprometam em parte ou totalmente o uso para o qual foi projetada.

5.1.2.3 Durabilidade

Consiste na capacidade de a estrutura resistir às influências ambientais previstas e definidas em conjunto pelo autor do projeto estrutural e o contratante, no início dos trabalhos de elaboração do projeto.

5.2 Requisitos de qualidade do projeto

5.2.1 Qualidade da solução adotada

A solução estrutural adotada em projeto deve atender aos requisitos de qualidade estabelecidos nas normas técnicas, relativos à capacidade resistente, ao desempenho em serviço e à durabilidade da estrutura.

A qualidade da solução adotada deve ainda considerar as condições arquitetônicas, funcionais, construtivas (ver NBR 14931), estruturais, de integração com os demais projetos (elétrico, hidráulico, ar-condicionado e outros) explicitadas pelos responsáveis técnicos de cada especialidade com a anuência do contratante.

5.2.2 Condições impostas ao projeto

5.2.2.1 Todas as condições impostas ao projeto, descritas em 5.2.2.2 a 5.2.2.6, devem ser estabelecidas previamente e em comum acordo entre o autor do projeto estrutural e o contratante.

5.2.2.2 Para atender aos requisitos de qualidade impostos às estruturas de concreto, o projeto deve atender a todos os requisitos estabelecidos nesta Norma e em outras complementares e específicas, conforme o caso.

5.2.2.3 As exigências relativas à capacidade resistente e ao desempenho em serviço deixam de ser satisfeitas, quando são ultrapassados os respectivos estados limites (ver seções 3 e 10).

5.2.2.4 As exigências de durabilidade deixam de ser atendidas quando não são observados os critérios de projeto definidos na seção 7.

5.2.2.5 Para tipos especiais de estruturas, devem ser atendidas exigências particulares estabelecidas em Normas Brasileiras específicas.

NOTA - Exigências particulares podem, por exemplo, consistir em resistência a explosões, ao impacto, aos sismos, ou ainda relativas à estanqueidade, ao isolamento térmico ou acústico.

5.2.2.6 Exigências suplementares podem ser fixadas em projeto.

5.2.3 Documentação da solução adotada

5.2.3.1 O produto final do projeto estrutural é constituído por desenhos, especificações e critérios de projeto. As especificações e os critérios de projeto podem constar nos próprios desenhos ou constituir documento separado.

5.2.3.2 Os documentos relacionados em 5.2.3.1 devem conter informações claras, corretas, consistentes entre si e com as exigências estabelecidas nesta Norma.

5.2.3.3 O projeto estrutural deve proporcionar as informações necessárias para a execução da estrutura.

5.2.3.4 Com o objetivo de garantir a qualidade da execução de uma obra, com base em um determinado projeto, medidas preventivas devem ser tomadas desde o início dos trabalhos. Essas medidas devem englobar a discussão e aprovação das decisões tomadas, a distribuição dessas e outras informações pelos elementos pertinentes da equipe multidisciplinar e a programação coerente das atividades, respeitando as regras lógicas de precedência.

5.3 Avaliação da conformidade do projeto

5.3.1 Dependendo do porte da obra, a avaliação da conformidade do projeto deve ser requerida e contratada pelo contratante a um profissional habilitado, devendo ser registrada em documento específico que acompanha a documentação do projeto citada em 5.2.3.

5.3.2 A avaliação da conformidade do projeto deve ser realizada antes da fase de construção e, de preferência, simultaneamente com a fase de projeto, como condição essencial para que seus resultados se tornem efetivos e conseqüentes.

5.3.3 A seção 25 estabelece os critérios de aceitação e os procedimentos corretivos, quando necessários.



6 Diretrizes para durabilidade das estruturas de concreto

6.1 Exigências de durabilidade

As estruturas de concreto devem ser projetadas e construídas de modo que sob as condições ambientais previstas na época do projeto e quando utilizadas conforme preconizado em projeto conservem suas segurança, estabilidade e aptidão em serviço durante o período correspondente à sua vida útil.

6.2 Vida útil de projeto

6.2.1 Por vida útil de projeto, entende-se o período de tempo durante o qual se mantêm as características das estruturas de concreto, desde que atendidos os requisitos de uso e manutenção prescritos pelo projetista e pelo construtor, conforme 7.8 e 25.4, bem como de execução dos reparos necessários decorrentes de danos acidentais.

6.2.2 O conceito de vida útil aplica-se à estrutura como um todo ou às suas partes. Dessa forma, determinadas partes das estruturas podem merecer consideração especial com valor de vida útil diferente do todo.

6.2.3 A durabilidade das estruturas de concreto requer cooperação e esforços coordenados de todos os envolvidos nos processos de projeto, construção e utilização, devendo, como mínimo, ser seguido o que estabelece a NBR 12655, sendo também obedecidas as disposições de 25.4 com relação às condições de uso, inspeção e manutenção.

6.3 Mecanismos de envelhecimento e deterioração

6.3.1 Generalidades

Dentro desse enfoque devem ser considerados, ao menos, os mecanismos de envelhecimento e deterioração da estrutura de concreto, relacionados em 6.3.2 a 6.3.4.

6.3.2 Mecanismos preponderantes de deterioração relativos ao concreto

- a) lixiviação: por ação de águas puras, carbônicas agressivas ou ácidas que dissolvem e carregam os compostos hidratados da pasta de cimento;
- b) expansão por ação de águas e solos que contenham ou estejam contaminados com sulfatos, dando origem a reações expansivas e deletérias com a pasta de cimento hidratado;
- c) expansão por ação das reações entre os álcalis do cimento e certos agregados reativos;
- d) reações deletérias superficiais de certos agregados decorrentes de transformações de produtos ferruginosos presentes na sua constituição mineralógica.

6.3.3 Mecanismos preponderantes de deterioração relativos à armadura

- a) despassivação por carbonatação, ou seja, por ação do gás carbônico da atmosfera;
- b) despassivação por elevado teor de íon cloro (cloreto).

6.3.4 Mecanismos de deterioração da estrutura propriamente dita

São todos aqueles relacionados às ações mecânicas, movimentações de origem térmica, impactos, ações cíclicas, retração, fluência e relaxação.

6.4 Agressividade do ambiente

6.4.1 A agressividade do meio ambiente está relacionada às ações físicas e químicas que atuam sobre as estruturas de concreto, independentemente das ações mecânicas, das variações volumétricas de origem térmica, da retração hidráulica e outras previstas no dimensionamento das estruturas de concreto.

6.4.2 Nos projetos das estruturas correntes, a agressividade ambiental deve ser classificada de acordo com o apresentado na tabela 6.1 e pode ser avaliada, simplificada, segundo as condições de exposição da estrutura ou de suas partes.

Tabela 6.1 - Classes de agressividade ambiental

Classe de agressividade ambiental	Agressividade	Classificação geral do tipo de ambiente para efeito de projeto	Risco de deterioração da estrutura
I	Fraca	Rural	Insignificante
		Submersa	
II	Moderada	Urbana ^{1), 2)}	Pequeno
III	Forte	Marinha ¹⁾	Grande
		Industrial ^{1), 2)}	
IV	Muito forte	Industrial ^{1), 3)}	Elevado
		Respingos de maré	

¹⁾ Pode-se admitir um microclima com uma classe de agressividade mais branda (um nível acima) para ambientes internos secos (salas, dormitórios, banheiros, cozinhas e áreas de serviço de apartamentos residenciais e conjuntos comerciais ou ambientes com concreto revestido com argamassa e pintura).

²⁾ Pode-se admitir uma classe de agressividade mais branda (um nível acima) em: obras em regiões de clima seco, com umidade relativa do ar menor ou igual a 65%, partes da estrutura protegidas de chuva em ambientes predominantemente secos, ou regiões onde chove raramente.

³⁾ Ambientes quimicamente agressivos, tanques industriais, galvanoplastia, branqueamento em indústrias de celulose e papel, armazéns de fertilizantes, indústrias químicas.

6.4.3 O responsável pelo projeto estrutural, de posse de dados relativos ao ambiente em que será construída a estrutura, pode considerar classificação mais agressiva que a estabelecida na tabela 6.1.



7 Critérios de projeto que visam a durabilidade

7.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

c_{\min} - Cobrimento mínimo

c_{nom} - Cobrimento nominal (cobrimento mínimo acrescido da tolerância de execução)

UR - Umidade relativa do ar

Δc - Tolerância de execução para o cobrimento

7.2 Drenagem

7.2.1 Deve ser evitada a presença ou acumulação de água proveniente de chuva ou decorrente de água de limpeza e lavagem, sobre as superfícies das estruturas de concreto.

7.2.2 As superfícies expostas que necessitem ser horizontais, tais como coberturas, pátios, garagens, estacionamentos e outras, devem ser convenientemente drenadas, com disposição de ralos e condutores.

7.2.3 Todas as juntas de movimento ou de dilatação, em superfícies sujeitas à ação de água, devem ser convenientemente seladas, de forma a torná-las estanques à passagem (percolação) de água.

7.2.4 Todos os topos de platibandas e paredes devem ser protegidos por chapins. Todos os beirais devem ter pingadeiras e os encontros a diferentes níveis devem ser protegidos por rufos.

7.3 Formas arquitetônicas e estruturais

7.3.1 Disposições arquitetônicas ou construtivas que possam reduzir a durabilidade da estrutura devem ser evitadas.

7.3.2 Deve ser previsto em projeto o acesso para inspeção e manutenção de partes da estrutura com vida útil inferior ao todo, tais como aparelhos de apoio, caixões, insertos, impermeabilizações e outros.

7.4 Qualidade do concreto de cobrimento

7.4.1 Atendidas as demais condições estabelecidas nesta seção, a durabilidade das estruturas é altamente dependente das características do concreto e da espessura e qualidade do concreto do cobrimento da armadura.

7.4.2 Ensaio comprobatório de desempenho da durabilidade da estrutura frente ao tipo e nível de agressividade previsto em projeto devem estabelecer os parâmetros mínimos a serem atendidos. Na falta destes e devido à existência de uma forte correspondência entre a relação água/cimento, a resistência à compressão do concreto e sua durabilidade, permite-se adotar os requisitos mínimos expressos na tabela 7.1.

Tabela 7.1 - Correspondência entre classe de agressividade e qualidade do concreto

Concreto	Tipo	Classe de agressividade (tabela 6.1)			
		I	II	III	IV
Relação água/cimento em massa	CA	$\leq 0,65$	$\leq 0,60$	$\leq 0,55$	$\leq 0,45$
	CP	$\leq 0,60$	$\leq 0,55$	$\leq 0,50$	$\leq 0,45$
Classe de concreto (NBR 8953)	CA	$\geq C20$	$\geq C25$	$\geq C30$	$\geq C40$
	CP	$\geq C25$	$\geq C30$	$\geq C35$	$\geq C40$
NOTAS					
1 O concreto empregado na execução das estruturas deve cumprir com os requisitos estabelecidos na NBR 12655.					
2 CA corresponde a componentes e elementos estruturais de concreto armado.					
3 CP corresponde a componentes e elementos estruturais de concreto protendido.					

7.4.3 Os requisitos das tabelas 7.1 e 7.2 são válidos para concretos executados com cimento Portland que atenda, conforme seu tipo e classe, às especificações das NBR 5732, NBR 5733, NBR 5735, NBR 5736, NBR 5737, NBR 11578, NBR 12989 ou NBR 13116, com consumos mínimos de cimento por metro cúbico de concreto de acordo com a NBR 12655.

7.4.4 Não é permitido o uso de aditivos contendo cloreto na sua composição em estruturas de concreto armado ou protendido.

7.4.5 A proteção das armaduras ativas externas deve ser garantida pela bainha, completada por graute, calda de cimento Portland sem adições, ou graxa especialmente formulada para esse fim.

7.4.6 Atenção especial deve ser dedicada à proteção contra a corrosão das ancoragens das armaduras ativas.

7.4.7 Para o cobrimento deve ser observado o prescrito em 7.4.7.1 a 7.4.7.7.

7.4.7.1 Para atender aos requisitos estabelecidos nesta Norma, o cobrimento mínimo da armadura é o menor valor que deve ser respeitado ao longo de todo o elemento considerado e que se constitui num critério de aceitação.

7.4.7.2 Para garantir o cobrimento mínimo (c_{\min}) o projeto e a execução devem considerar o cobrimento nominal (c_{nom}), que é o cobrimento mínimo acrescido da tolerância de execução (Δc). Assim, as dimensões das armaduras e os espaçadores devem respeitar os cobrimentos nominais, estabelecidos na tabela 7.2, para $\Delta c = 10$ mm.

7.4.7.3 Nas obras correntes o valor de Δc deve ser maior ou igual a 10 mm.

7.4.7.4 Quando houver um adequado controle de qualidade e rígidos limites de tolerância da variabilidade das medidas durante a execução pode ser adotado o valor $\Delta c = 5$ mm, mas a exigência de controle rigoroso deve ser explicitada nos desenhos de projeto. Permite-se, então, a redução dos cobrimentos nominais prescritos na tabela 7.2 em 5 mm.

7.4.7.5 Os cobrimentos nominais e mínimos estão sempre referidos à superfície da armadura externa, em geral à face externa do estribo. O cobrimento nominal de uma determinada barra deve sempre ser:

- a) $c_{\text{nom}} \geq \phi$ barra;
- b) $c_{\text{nom}} \geq \phi$ feixe = $\phi_n = \phi \sqrt{n}$;
- c) $c_{\text{nom}} \geq 0,5 \phi$ bainha.

7.4.7.6 A dimensão máxima característica do agregado graúdo utilizado no concreto não pode superar em 20% a espessura nominal do cobrimento, ou seja:

$$d_{\text{máx}} \leq 1,2 c_{\text{nom}}$$

Tabela 7.2 - Correspondência entre classe de agressividade ambiental e cobrimento nominal para $\Delta c = 10$ mm

Tipo de estrutura	Componente ou elemento	Classe de agressividade ambiental (tabela 6.1)			
		I	II	III	IV ³⁾
		Cobrimento nominal mm			
Concreto armado	Laje ²⁾	20	25	35	45
	Viga/Pilar	25	30	40	50
Concreto protendido ¹⁾	Todos	30	35	45	55

¹⁾ Cobrimento nominal da armadura passiva que envolve a bainha ou os fios, cabos e cordoalhas, sempre superior ao especificado para o elemento de concreto armado, devido aos riscos de corrosão fragilizante sob tensão.

²⁾ Para a face superior de lajes e vigas que serão revestidas com argamassa de contrapiso, com revestimentos finais secos tipo carpete e madeira, com argamassa de revestimento e acabamento tais como pisos de elevado desempenho, pisos cerâmicos, pisos asfálticos e outros tantos, as exigências desta tabela podem ser substituídas por 7.4.7.5, respeitado um cobrimento nominal ≥ 15 mm.

³⁾ Nas faces inferiores de lajes e vigas de reservatórios, estações de tratamento de água e esgoto, condutos de esgoto, canaletas de efluentes e outras obras em ambientes química e intensamente agressivos, a armadura deve ter cobrimento nominal ≥ 45 mm.

7.4.7.7 No caso de elementos estruturais pré-fabricados, os valores relativos ao cobrimento das armaduras (tabela 7.2) devem seguir o disposto na NBR 9062.

7.5 Detalhamento das armaduras

7.5.1 As barras devem ser dispostas dentro do componente ou elemento estrutural, de modo a permitir e facilitar a boa qualidade das operações de lançamento e adensamento do concreto.

7.5.2 Para garantir um bom adensamento é vital prever no detalhamento da disposição das armaduras espaço suficiente para entrada da agulha do vibrador.

7.6 Controle da fissuração

7.6.1 O risco e a evolução da corrosão do aço na região das fissuras de flexão transversais à armadura principal dependem essencialmente da qualidade e da espessura do concreto de cobertura da armadura. Aberturas características limites de fissuras na superfície do concreto dadas em 13.4.2, em componentes ou elementos de concreto armado, são satisfatórias para as exigências de durabilidade.

7.6.2 Devido à sua maior sensibilidade à corrosão sob tensão, o controle de fissuras na superfície do concreto na região das armaduras ativas deve obedecer ao disposto em 13.4.2.

7.7 Medidas especiais

Em condições de exposição adversas devem ser tomadas medidas especiais de proteção e conservação do tipo: aplicação de revestimentos hidrofugantes e pinturas impermeabilizantes sobre as superfícies do concreto, revestimentos de argamassas, de cerâmicas ou outros sobre a superfície do concreto, galvanização da armadura, proteção catódica da armadura e outros.

7.8 Inspeção e manutenção preventiva

7.8.1 O conjunto de projetos relativos a uma obra deve orientar-se sob uma estratégia explícita que facilite procedimentos de inspeção e manutenção preventiva da construção.

7.8.2 O manual de utilização, inspeção e manutenção deve ser produzido conforme 25.4.



8 Propriedades dos materiais

8.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

f_c - Resistência à compressão do concreto

f_{cd} - Resistência de cálculo à compressão do concreto

f_{cj} - Resistência à compressão do concreto aos j dias

f_{ck} - Resistência característica à compressão do concreto

f_{cm} - Resistência média à compressão do concreto

f_{ct} - Resistência do concreto à tração direta

$f_{ct,m}$ - Resistência média à tração do concreto

$f_{ct,f}$ - Resistência do concreto à tração na flexão

$f_{ct,ep}$ - Resistência do concreto à tração indireta

f_{st} - Resistência à tração do aço de armadura passiva

f_y - Resistência ao escoamento do aço de armadura passiva

f_{pt} - Resistência à tração do aço de armadura ativa

f_{py} - Resistência ao escoamento do aço de armadura ativa

E_{ci} - Módulo de elasticidade ou módulo de deformação tangente inicial do concreto, referindo-se sempre ao módulo cordal a 30% f_c

E_{cs} - Módulo de elasticidade secante do concreto, também denominado módulo de deformação secante do concreto

$E_{ci}(\tau_0)$ - Módulo de elasticidade ou módulo de deformação inicial do concreto no instante τ_0

$E_{ci,28}$ - Módulo de elasticidade ou módulo de deformação inicial do concreto aos 28 dias

E_p - Módulo de elasticidade do aço de armadura ativa

E_s - Módulo de elasticidade do aço de armadura passiva

G_c - Módulo de elasticidade transversal do concreto

ϵ_u - Deformação específica do aço na ruptura

ϵ_y - Deformação específica de escoamento do aço

ν - Coeficiente de Poisson

8.2 Concreto

8.2.1 Classes

Esta Norma se aplica a concretos compreendidos nas classes de resistência do grupo I, indicadas na NBR 8953, ou seja, até C50.

A classe C20, ou superior, se aplica a concreto com armadura passiva e a classe C25, ou superior, a concreto com armadura ativa. A classe C15 pode ser usada apenas em fundações, conforme NBR 6122, e em obras provisórias.

8.2.2 Massa específica

Esta Norma se aplica a concretos de massa específica normal, que são aqueles que, depois de secos em estufa, têm massa específica (ρ_c) compreendida entre 2 000 kg/m³ e 2 800 kg/m³.

Se a massa específica real não for conhecida, para efeito de cálculo, pode-se adotar para o concreto simples o valor 2 400 kg/m³ e para o concreto armado 2 500 kg/m³.

Quando se conhecer a massa específica do concreto utilizado, pode-se considerar para valor da massa específica do concreto armado aquela do concreto simples acrescida de 100 kg/m³ a 150 kg/m³.

8.2.3 Coeficiente de dilatação térmica

Para efeito de análise estrutural, o coeficiente de dilatação térmica pode ser admitido como sendo igual a $10^{-5}/^{\circ}\text{C}$.

8.2.4 Resistência à compressão

As prescrições desta Norma referem-se à resistência à compressão obtida em ensaios de cilindros moldados segundo a NBR 5738, realizados de acordo com a NBR 5739.

Quando não for indicada a idade, as resistências referem-se à idade de 28 d. A estimativa da resistência à compressão média, f_{cmj} , correspondente a uma resistência f_{ckj} especificada, deve ser feita conforme indicado na NBR 12655.

A evolução da resistência à compressão com a idade deve ser obtida através de ensaios especialmente executados para tal. Na ausência desses resultados experimentais pode-se adotar, em caráter orientativo, os valores indicados em 12.3.3.

8.2.5 Resistência à tração

A resistência à tração indireta $f_{ct,sp}$ e a resistência à tração na flexão $f_{ct,f}$ devem ser obtidas em ensaios realizados segundo a NBR 7222 e a NBR 12142, respectivamente.

A resistência à tração direta f_{ct} pode ser considerada igual a $0,9 f_{ct,sp}$ ou $0,7 f_{ct,f}$ ou, na falta de ensaios para obtenção de $f_{ct,sp}$ e $f_{ct,f}$, pode ser avaliado o seu valor médio ou característico por meio das equações seguintes:

$$f_{ct,m} = 0,3 f_{ck}^{2/3}$$

$$f_{ctk,inf} = 0,7 f_{ct,m}$$

$$f_{ctk,sup} = 1,3 f_{ct,m}$$

onde:

$f_{ct,m}$ e f_{ck} são expressos em megapascal.

Se $f_{ck} \geq 7 \text{ MPa}$, estas expressões podem também ser usadas para idades diferentes de 28 dias.

8.2.6 Resistência no estado multiaxial de tensões

Estando o concreto submetido às tensões principais $\sigma_3 \geq \sigma_2 \geq \sigma_1$, deve-se ter:

$$\sigma_1 \geq -f_{ctk}$$

$$\sigma_3 \leq f_{ck} + 4 \sigma_1$$

sendo as tensões de compressão consideradas positivas e as de tração negativas (ver figura 8.1).

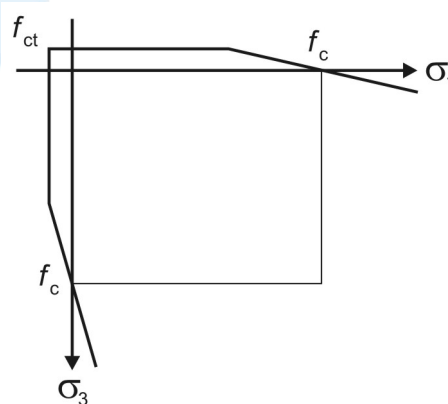


Figura 8.1 - Resistência no estado multiaxial de tensões

8.2.7 Resistência à fadiga

Ver 11.4.2.3 e 23.5.4.

8.2.8 Módulo de elasticidade

O módulo de elasticidade deve ser obtido segundo ensaio descrito na NBR 8522, sendo considerado nesta Norma o módulo de deformação tangente inicial cordal a 30% f_c , ou outra tensão especificada em projeto. Quando não forem feitos ensaios e não existirem dados mais precisos sobre o concreto usado na idade de 28 d, pode-se estimar o valor do módulo de elasticidade usando a expressão:

$$E_{ci} = 5\,600 f_{ck}^{1/2}$$

onde:

E_{ci} e f_{ck} são dados em megapascal.

O módulo de elasticidade numa idade $j \geq 7$ d pode também ser avaliado através dessa expressão, substituindo-se f_{ck} por f_{ckj} .

Quando for o caso, é esse o módulo de elasticidade a ser especificado em projeto e controlado na obra.

O módulo de elasticidade secante a ser utilizado nas análises elásticas de projeto, especialmente para determinação de esforços solicitantes e verificação de estados limites de serviço, deve ser calculado pela expressão:

$$E_{cs} = 0,85 E_{ci}$$

Na avaliação do comportamento de um elemento estrutural ou seção transversal pode ser adotado um módulo de elasticidade único, à tração e à compressão, igual ao módulo de elasticidade secante (E_{cs}).

Na avaliação do comportamento global da estrutura e para o cálculo das perdas de protensão, pode ser utilizado em projeto o módulo de deformação tangente inicial (E_{ci}).

8.2.9 Coeficiente de Poisson e módulo de elasticidade transversal

Para tensões de compressão menores que $0,5 f_c$ e tensões de tração menores que f_{ct} , o coeficiente de Poisson ν pode ser tomado como igual a 0,2 e o módulo de elasticidade transversal G_c igual a $0,4 E_{cs}$.

8.2.10 Diagramas tensão-deformação

8.2.10.1 Compressão

Para tensões de compressão menores que $0,5 f_c$, pode-se admitir uma relação linear entre tensões e deformações, adotando-se para módulo de elasticidade o valor secante dado pela expressão constante em 8.2.8.

Para análises no estado limite último, podem ser empregados o diagrama tensão-deformação idealizado mostrado na figura 8.2 ou as simplificações propostas na seção 17.

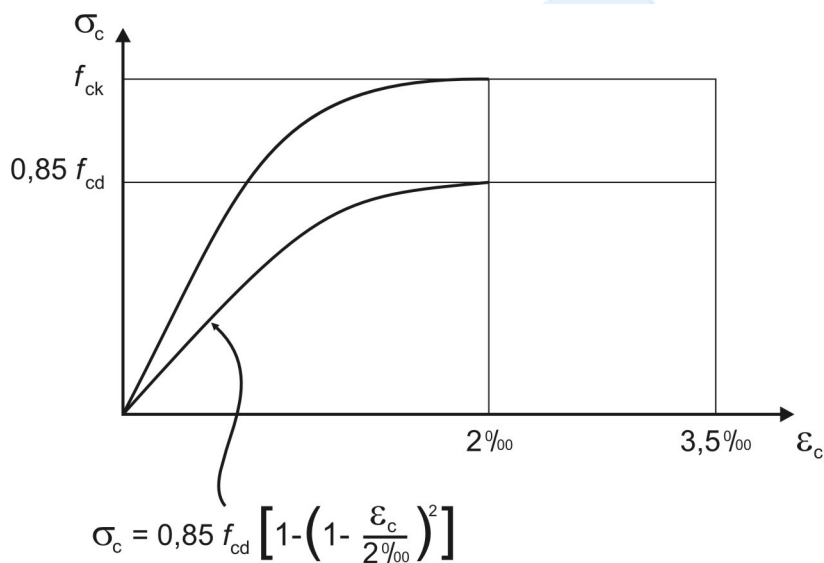


Figura 8.2 - Diagrama tensão-deformação idealizado

Ver indicação sobre o valor de f_{cd} em 12.3.3.

8.2.10.2 Tração

Para o concreto não fissurado, pode ser adotado o diagrama tensão-deformação bilinear de tração, indicado na figura 8.3.

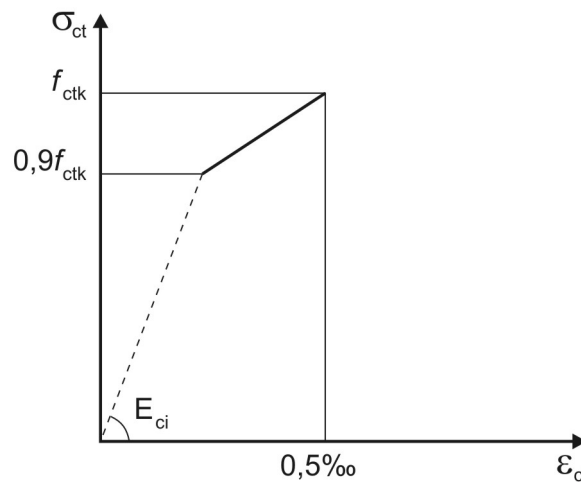


Figura 8.3 - Diagrama tensão-deformação bilinear na tração

8.2.11 Fluência e retração

Em casos onde não é necessária grande precisão, os valores finais do coeficiente de fluência $\varphi(t_{\infty}, t_0)$ e da deformação específica de retração $\varepsilon_{cs}(t_{\infty}, t_0)$ do concreto, submetido a tensões menores que $0,5 f_c$ quando do primeiro carregamento, podem ser obtidos, por interpolação linear, a partir da tabela 8.1.

A tabela 8.1 fornece o valor do coeficiente de fluência $\varphi(t_{\infty}, t_0)$ e da deformação específica de retração $\varepsilon_{cs}(t_{\infty}, t_0)$ em função da umidade ambiente e da espessura equivalente $2A_c/u$, onde A_c é a área da seção transversal e u é o perímetro da seção em contato com a atmosfera. Os valores dessa tabela são relativos a temperaturas do concreto entre 10°C e 20°C , podendo-se, entretanto, admitir temperaturas entre 0°C e 40°C . Esses valores são válidos para concretos plásticos e de cimento Portland comum.

Deformações específicas devidas à fluência e à retração mais precisas podem ser calculadas segundo indicação do anexo A.

Tabela 8.1 - Valores característicos superiores da deformação específica de retração $\varepsilon_{cs}(t_{\infty}, t_0)$ e do coeficiente de fluência $\varphi(t_{\infty}, t_0)$

Umidade ambiente %		40		55		75		90		
Espessura fictícia $2A_c/u$ cm		20	60	20	60	20	60	20	60	
$\varphi(t_{\infty}, t_0)$	t_0 dias	5	4,4	3,9	3,8	3,3	3,0	2,6	2,3	2,1
		30	3,0	2,9	2,6	2,5	2,0	2,0	1,6	1,6
		60	3,0	2,6	2,2	2,2	1,7	1,8	1,4	1,4
$\varepsilon_{cs}(t_{\infty}, t_0)$ /‰	t_0 dias	5	-0,44	-0,39	-0,37	-0,33	-0,23	-0,21	-0,10	-0,09
		30	-0,37	-0,38	-0,31	-0,31	-0,20	-0,20	-0,09	-0,09
		60	-0,32	-0,36	-0,27	-0,30	-0,17	-0,19	-0,08	-0,09

8.3 Aço de armadura passiva

8.3.1 Categoria

Nos projetos de estruturas de concreto armado deve ser utilizado aço classificado pela NBR 7480 com o valor característico da resistência de escoamento nas categorias CA-25, CA-50 e CA-60. Os diâmetros e seções transversais nominais devem ser os estabelecidos na NBR 7480.

8.3.2 Tipo de superfície

Os fios e barras podem ser lisos ou providos de saliências ou mossas. Para cada categoria de aço, o coeficiente de conformação superficial mínimo, η_b , determinado através de ensaios de acordo com a NBR 7477, deve atender ao indicado na NBR 7480. A configuração e a geometria das saliências ou mossas devem satisfazer também ao que é especificado nesta Norma nas seções 9 e 23, desde que existam solicitações cíclicas importantes.

Para os efeitos desta Norma, a conformação superficial é medida pelo coeficiente η_1 , cujo valor está relacionado ao coeficiente de conformação superficial η_b , como estabelecido na tabela 8.2.

Tabela 8.2 - Relação entre η_1 e η_b

Tipo de barra	Coeficiente de conformação superficial	
	η_b	η_1
Lisa (CA-25)	1,0	1,0
Entalhada (CA-60)	1,2	1,4
Alta aderência (CA-50)	$\geq 1,5$	2,25

8.3.3 Massa específica

Pode-se adotar para massa específica do aço de armadura passiva o valor de $7\,850\text{ kg/m}^3$.

8.3.4 Coeficiente de dilatação térmica

O valor $10^{-5}/^\circ\text{C}$ pode ser considerado para o coeficiente de dilatação térmica do aço, para intervalos de temperatura entre -20°C e 150°C .

8.3.5 Módulo de elasticidade

Na falta de ensaios ou valores fornecidos pelo fabricante, o módulo de elasticidade do aço pode ser admitido igual a 210 GPa.

8.3.6 Diagrama tensão-deformação, resistência ao escoamento e à tração

O diagrama tensão-deformação do aço, os valores característicos da resistência ao escoamento f_{yk} , da resistência à tração f_{stk} e da deformação na ruptura ϵ_{uk} devem ser obtidos de ensaios de tração realizados segundo a NBR 6152. O valor de f_{yk} para os aços sem patamar de escoamento é o valor da tensão correspondente à deformação permanente de 0,2%.

Para cálculo nos estados-limite de serviço e último pode-se utilizar o diagrama simplificado mostrado na figura 8.4, para os aços com ou sem patamar de escoamento.

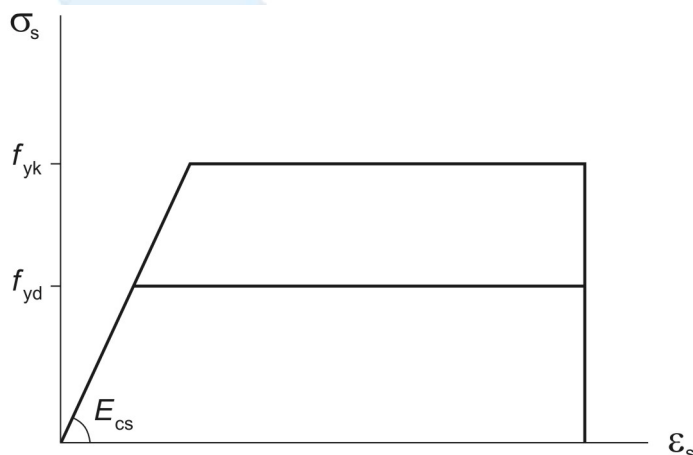


Figura 8.4 - Diagrama tensão-deformação para aços de armaduras passivas

Este diagrama é válido para intervalos de temperatura entre -20°C e 150°C e pode ser aplicado para tração e compressão.

8.3.7 Características de ductilidade

Os aços CA-25 e CA-50, que atendam aos valores mínimos de f_{yk}/f_{stk} e ϵ_{uk} indicados na NBR 7480, podem ser considerados como de alta ductilidade. Os aços CA-60 que obedecem também às especificações dessa Norma podem ser considerados como de ductilidade normal.

Em ensaios de dobramento a 180° , realizados de acordo com a NBR 6153 e utilizando os diâmetros de pinos indicados na NBR 7480, não deve ocorrer ruptura ou fissuração.

8.3.8 Resistência à fadiga

Ver 23.5.5.

8.3.9 Soldabilidade

Para que um aço seja considerado soldável, sua composição deve obedecer aos limites estabelecidos na NBR 8965.

A emenda de aço soldada deve ser ensaiada à tração segundo a NBR 8548. A carga de ruptura mínima, medida na barra soldada, deve satisfazer o especificado na NBR 7480 e o alongamento sob carga deve ser tal que não comprometa a utilidade da armadura. O alongamento total plástico medido na barra soldada deve atender a um mínimo de 2%.

8.4 Aço de armadura ativa

8.4.1 Classificação

Os valores de resistência característica à tração, diâmetro e área dos fios das cordoalhas, bem como a classificação quanto à relaxação, a serem adotados em projeto, são os nominais indicados na NBR 7482 e na NBR 7483, respectivamente.

8.4.2 Massa específica

Pode-se adotar para massa específica do aço de armadura ativa o valor $7\,850\text{ kg/m}^3$.

8.4.3 Coeficiente de dilatação térmica

valor $10^{-5}/^{\circ}\text{C}$ pode ser considerado para coeficiente de dilatação térmica do aço, para intervalos de temperatura entre -20°C e 100°C .

8.4.4 Módulo de elasticidade

O módulo de elasticidade deve ser obtido em ensaios ou fornecido pelo fabricante. Na falta de dados específicos, pode-se considerar o valor de 200 GPa para fios e cordoalhas.

8.4.5 Diagrama tensão-deformação, resistência ao escoamento e à tração

O diagrama tensão-deformação deve ser fornecido pelo fabricante ou obtido através de ensaios realizados segundo a NBR 6349.

Os valores característicos da resistência de escoamento convencional f_{pyk} , da resistência à tração f_{ptk} e o alongamento após ruptura ϵ_{uk} das cordoalhas devem satisfazer os valores mínimos estabelecidos na NBR 7483. Os valores de f_{pyk} , f_{ptk} e do alongamento após ruptura ϵ_{uk} dos fios devem atender ao que é especificado na NBR 7482.

Para cálculo nos estados-limite de serviço e último pode-se utilizar o diagrama simplificado mostrado na figura 8.5.

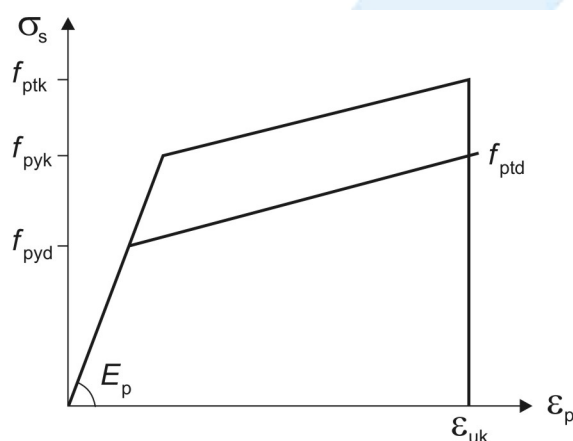


Figura 8.5 - Diagrama tensão-deformação para aços de armaduras ativas

Este diagrama é válido para intervalos de temperatura entre -20°C e 150°C .

8.4.6 Características de ductilidade

Os fios e cordoalhas cujo valor de ϵ_{uk} for maior que o mínimo indicado nas NBR 7482 e NBR 7483, respectivamente, podem ser considerados como tendo ductilidade normal.

O número mínimo de dobramentos alternados dos fios de protensão, obtidos em ensaios segundo a NBR 6004, deve atender ao que é indicado na NBR 7482.

8.4.7 Resistência à fadiga

Ver 23.5.5.

8.4.8 Relaxação

A relaxação de fios e cordoalhas, após 1 000 h a 20°C (Ψ_{1000}) e para tensões variando de $0,5 f_{ptk}$ a $0,8 f_{ptk}$, obtida em ensaios descritos na NBR 7484, não deve ultrapassar os valores dados nas NBR 7482 e NBR 7483, respectivamente.

Para efeito de projeto, os valores de Ψ_{1000} da tabela 8.3 podem ser adotados.

Tabela 8.3 - Valores de Ψ_{1000} , em porcentagem

σ_{po}	Cordoalhas		Fios		Barras
	RN	RB	RN	RB	
$0,5 f_{ptk}$	0	0	0	0	0
$0,6 f_{ptk}$	3,5	1,3	2,5	1,0	1,5
$0,7 f_{ptk}$	7,0	2,5	5,0	2,0	4,0
$0,8 f_{ptk}$	12,0	3,5	8,5	3,0	7,0

Onde:
 RN é a relaxação normal;
 RB é a relaxação baixa.



9 Comportamento conjunto dos materiais

9.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

f_{bd} - Resistência de aderência de cálculo da armadura passiva

f_{bpd} - Resistência de aderência de cálculo da armadura ativa

k - Coeficiente para cálculo de comprimento de ancoragem

- Coeficiente de perda por metro de cabo provocada por curvaturas não intencionais do cabo

ℓ_b - Comprimento de ancoragem básico

ℓ_{bp} - Comprimento de ancoragem básico para armadura ativa

ℓ_{bpd} - Comprimento de ancoragem para armadura ativa

ℓ_{bpt} - Comprimento de transferência da armadura pré-tracionada

ℓ_{oc} - Comprimento do trecho de traspasse para barras comprimidas isoladas

ℓ_{ot} - Comprimento do trecho de traspasse para barras tracionadas isoladas

ℓ_p - Distância de regularização da força de protensão

t - Tempo contado a partir do término das operações de protensão

t_0 - Instante de aplicação de carga

t_{∞} - Vida útil da estrutura

x - Abscissa contada a partir da seção do cabo na qual se admite que a protensão tenha sido aplicada ao concreto

$P(x)$ - Força normal de protensão

$P_0(x)$ - Força na armadura de protensão no tempo $t = 0$, na seção de abscissa x

$P_{d,t}$ - Força de protensão de cálculo, no tempo t

P_1 - Força máxima aplicada à armadura de protensão pelo equipamento de tração

$P_{k,t}(x)$ - Força característica na armadura de protensão, no tempo t , na seção de abscissa x

$P_t(x)$ - Força na armadura de protensão, no tempo t , na seção de abscissa x

α_p - Relação entre E_p e E_{ci} (na data da protensão)

γ_p - Coeficiente de ponderação das cargas oriundas da protensão

ϕ_f - Diâmetro das barras que constituem um feixe

ϕ_n - Diâmetro equivalente de um feixe de barras

ϕ_t - Diâmetro das barras de armadura transversal

η_1, η_2, η_3 - Coeficientes para cálculo da tensão de aderência da armadura passiva

$\eta_{p1}, \eta_{p2}, \eta_{p3}$ - Coeficientes para cálculo da tensão de aderência da armadura ativa

σ_{cp} - Tensão inicial no concreto ao nível do baricentro da armadura de protensão, devida à protensão simultânea de n cabos

σ_{cg} - Tensão no concreto ao nível do baricentro da armadura de protensão, devida à carga permanente mobilizada pela protensão ou simultaneamente aplicada com a protensão

σ_p - Tensão de protensão

σ_{pi} - Tensão na armadura ativa imediatamente após a aplicação da protensão

σ_{p0} - Tensão na armadura ativa correspondente a P_0

$\sigma_{p\infty}$ - Tensão na armadura ativa após todas as perdas ao longo do tempo

$\Delta P(x)$ - Perdas de protensão por atrito, medidas a partir de P_i , na seção de abscissa x

$\Delta P_0(x)$ - Perda imediata de protensão, medida a partir de P_i no tempo $t = 0$, na seção de abscissa x

$\Delta P_t(x)$ - Perda de protensão na seção de abscissa x , no tempo t , calculada após o tempo $t = 0$

$\Delta\sigma_p$ - Perda média de protensão por cabo devida ao encurtamento imediato do concreto

9.2 Disposições gerais

9.2.1 Generalidades

Devem ser obedecidas no projeto as exigências estabelecidas nesta seção, no que se referem a aderência, ancoragem e emendas das armaduras. As condições específicas, relativas à proteção das armaduras, situações particulares de ancoragens e emendas e suas limitações frente à natureza dos esforços aplicados, em regiões de descontinuidade e em elementos especiais, são tratadas nas seções 7, 18, 21 e 22, respectivamente.

9.2.2 Níveis de protensão

Os níveis de protensão estão relacionados com os níveis de intensidade da força de protensão que, por sua vez, são função da proporção de armadura ativa utilizada em relação à passiva (ver 3.1.4 e tabela 13.3).

9.3 Verificação da aderência

9.3.1 Posição da barra durante a concretagem

Consideram-se em boa situação quanto à aderência os trechos das barras que estejam em uma das posições seguintes:

- a) com inclinação maior que 45° sobre a horizontal;
- b) horizontais ou com inclinação menor que 45° sobre a horizontal, desde que:
 - para elementos estruturais com $h < 60$ cm, localizados no máximo 30 cm acima da face inferior do elemento ou da junta de concretagem mais próxima;
 - para elementos estruturais com $h \geq 60$ cm, localizados no mínimo 30 cm abaixo da face superior do elemento ou da junta de concretagem mais próxima.

Os trechos das barras em outras posições e quando do uso de formas deslizantes devem ser considerados em má situação quanto à aderência.

9.3.2 Valores das resistências de aderência

9.3.2.1 A resistência de aderência de cálculo entre armadura e concreto na ancoragem de armaduras passivas deve ser obtida pela seguinte expressão:

$$f_{bd} = \eta_1 \eta_2 \eta_3 f_{ctd}$$

onde:

$$f_{ctd} = f_{ctk,int}/\gamma_c \text{ (ver 8.2.5);}$$

$$\eta_1 = 1,0 \text{ para barras lisas (ver tabela 8.2);}$$

$$\eta_1 = 1,4 \text{ para barras entalhadas (ver tabela 8.2);}$$

$$\eta_1 = 2,25 \text{ para barras nervuradas (ver tabela 8.2);}$$

$$\eta_2 = 1,0 \text{ para situações de boa aderência (ver 9.3.1);}$$

$$\eta_2 = 0,7 \text{ para situações de má aderência (ver 9.3.1);}$$

$$\eta_3 = 1,0 \text{ para } \phi < 32 \text{ mm;}$$

$$\eta_3 = (132 - \phi)/100, \text{ para } \phi > 32 \text{ mm;}$$

onde:

ϕ é o diâmetro da barra, em milímetros.

9.3.2.2 A resistência de aderência de cálculo entre armadura e concreto na ancoragem de armaduras ativas, pré-tensionadas, deve ser obtida pela seguinte expressão:

$$f_{bpd} = \eta_{p1} \eta_{p2} f_{ctd}$$

onde:

$f_{ctd} = f_{ctk,inf}/\gamma_c$ (ver 8.2.5) calculado na idade de:

- aplicação da protensão, para cálculo do comprimento de transferência (ver 9.4.5);
- 28 dias, para cálculo do comprimento de ancoragem (ver 9.4.5);

$\eta_{p1} = 1,0$ para fios lisos;

$\eta_{p1} = 1,2$ para cordoalhas de três e sete fios;

$\eta_{p1} = 1,4$ para fios dentados;

$\eta_{p2} = 1,0$ para situações de boa aderência (ver 9.3.1);

$\eta_{p2} = 0,7$ para situações de má aderência (ver 9.3.1).

9.3.2.3 No escorregamento da armadura, em elementos estruturais fletidos, devem ser adotados os valores da tensão de aderência dados em 9.3.2.1 e 9.3.2.2, multiplicados por 1,75.

9.4 Ancoragem das armaduras

9.4.1 Condições gerais

Todas as barras das armaduras devem ser ancoradas de forma que os esforços a que estejam submetidas sejam integralmente transmitidos ao concreto, seja por meio de aderência ou de dispositivos mecânicos ou combinação de ambos.

9.4.1.1 Ancoragem por aderência

Dá-se quando os esforços são ancorados por meio de um comprimento reto ou com grande raio de curvatura, seguido ou não de gancho.

À exceção das regiões situadas sobre apoios diretos, as ancoragens por aderência devem ser confinadas por armaduras transversais (ver 9.4.2.6) ou pelo próprio concreto, considerando-se este caso quando o cobrimento da barra ancorada for maior ou igual a 3ϕ e a distância entre barras ancoradas for maior ou igual a 3ϕ .

9.4.1.2 Ancoragem por meio de dispositivos mecânicos

Acontece quando os esforços a ancorar são transmitidos ao concreto por meio de dispositivos mecânicos acoplados à barra.

9.4.2 Ancoragem de armaduras passivas por aderência

9.4.2.1 Prolongamento retilíneo da barra ou grande raio de curvatura

As barras tracionadas podem ser ancoradas ao longo de um comprimento retilíneo ou com grande raio de curvatura em sua extremidade, de acordo com as condições a seguir:

- a) obrigatoriamente com gancho (ver 9.4.2.3) para barras lisas;
- b) sem gancho nas que tenham alternância de sollicitação, de tração e compressão;
- c) com ou sem gancho nos demais casos, não sendo recomendado o gancho para barras de $\phi > 32$ mm ou para feixes de barras.

As barras comprimidas devem ser ancoradas sem ganchos.

9.4.2.2 Barras transversais soldadas

Podem ser utilizadas várias barras transversais soldadas para a ancoragem de barras, desde que (ver figura 9.1):

- a) diâmetro da barra soldada $\phi_t \geq 0,60 \phi$;
- b) a distância da barra transversal ao ponto de início da ancoragem seja $\geq 5 \phi$;
- c) a resistência ao cisalhamento da solda deve superar à força mínima de $0,3 A_s f_{yd}$ (30% da resistência da barra ancorada).

NOTA - Para barra transversal única, ver 9.4.7.1.

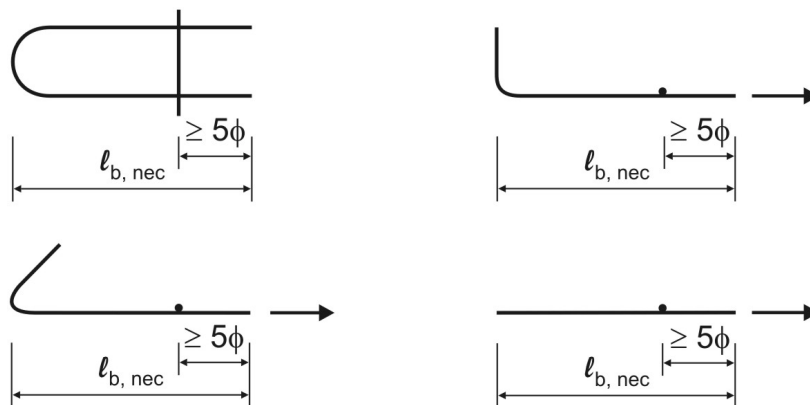


Figura 9.1 - Ancoragem com barras transversais soldadas

9.4.2.3 Ganchos das armaduras de tração

Os ganchos das extremidades das barras da armadura longitudinal de tração podem ser:

- semicirculares, com ponta reta de comprimento não inferior a 2ϕ ;
- em ângulo de 45° (interno), com ponta reta de comprimento não inferior a 4ϕ ;
- em ângulo reto, com ponta reta de comprimento não inferior a 8ϕ .

Para as barras lisas, os ganchos devem ser semicirculares.

O diâmetro interno da curvatura dos ganchos das armaduras longitudinais de tração deve ser pelo menos igual ao estabelecido na tabela 9.1.

Tabela 9.1 - Diâmetro dos pinos de dobramento (D)

Bitola Mm	Tipo de aço		
	CA-25	CA-50	CA-60
< 20	4 ϕ	5 ϕ	6 ϕ
≥ 20	5 ϕ	8 ϕ	-

Para ganchos de estribos, ver 9.4.6.1.

Quando houver barra soldada transversal ao gancho e a operação de dobramento ocorrer após a soldagem, devem ser mantidos os diâmetros dos pinos de dobramento da tabela 9.1, se o ponto de solda situar-se na parte reta da barra, a uma distância mínima de 4ϕ do início da curva.

Caso essa distância seja menor, ou o ponto se situe sobre o trecho curvo, o diâmetro do pino de dobramento deve ser no mínimo igual a 20ϕ .

Quando a operação de soldagem ocorrer após o dobramento, devem ser mantidos os diâmetros da tabela 9.1.

9.4.2.4 Comprimento de ancoragem básico

Define-se comprimento de ancoragem básico como o comprimento reto de uma barra de armadura passiva necessário para ancorar a força limite $A_s f_{yd}$ nessa barra, admitindo, ao longo desse comprimento, resistência de aderência uniforme e igual a f_{bd} , conforme 9.3.2.1.

O comprimento de ancoragem básico é dado por:

$$l_b = \frac{\phi f_{yd}}{4 f_{bd}}$$

9.4.2.5 Comprimento de ancoragem necessário

O comprimento de ancoragem ℓ_b necessário pode ser calculado por:

$$\ell_{b,nec} = \alpha_1 \ell_b \frac{A_{s,calc}}{A_{s,ef}} \geq \ell_{b,min}$$

onde:

$\alpha_1 = 1,0$ para barras sem gancho;

$\alpha_1 = 0,7$ para barras tracionadas com gancho, com cobrimento no plano normal ao do gancho $\geq 3 \phi$;

ℓ_b é calculado conforme 9.4.2.4;

$\ell_{b,min}$ é o maior valor entre $0,3 \ell_b$, 10ϕ e 100 mm .

Permite-se, em casos especiais, considerar outros fatores redutores do comprimento de ancoragem necessário.

9.4.2.6 Armadura transversal na ancoragem

Para os efeitos desta subseção, observado o disposto em 9.4.1.1, consideram-se as armaduras transversais existentes ao longo do comprimento de ancoragem, caso a soma das áreas dessas armaduras seja maior ou igual às especificadas em 9.4.2.6.1 e 9.4.2.6.2.

9.4.2.6.1 Barras com $\phi < 32 \text{ mm}$

Ao longo do comprimento de ancoragem deve ser prevista armadura transversal capaz de resistir a 25% da força longitudinal de uma das barras ancoradas. Se a ancoragem envolver barras diferentes, prevalece para esse efeito, a de maior diâmetro.

9.4.2.6.2 Barras com $\phi \geq 32 \text{ mm}$

Deve ser verificada a armadura em duas direções transversais ao conjunto de barras ancoradas. Essas armaduras transversais devem suportar os esforços de fendilhamento segundo os planos críticos, respeitando espaçamento máximo de 5ϕ (onde ϕ é o diâmetro da barra ancorada).

Quando se tratar de barras comprimidas, pelo menos uma das barras constituintes da armadura transversal deve estar situada a uma distância igual a quatro diâmetros (da barra ancorada) além da extremidade da barra.

9.4.3 Ancoragem de feixes de barras por aderência

Considera-se o feixe como uma barra de diâmetro equivalente igual a:

$$\phi_n = \phi_f \sqrt{n}$$

As barras constituintes de feixes devem ter ancoragem reta, sem ganchos, e atender às seguintes condições:

a) quando o diâmetro equivalente do feixe for menor ou igual a 25 mm , o feixe pode ser tratado como uma barra única, de diâmetro igual a ϕ_n , para a qual vale o estabelecido em 9.4.2;

b) quando o diâmetro equivalente for maior que 25 mm , a ancoragem deve ser calculada para cada barra isolada, distanciando as suas extremidades de forma a minimizar os efeitos de concentrações de tensões de aderência; a distância entre as extremidades das barras do feixe não deve ser menor que $1,2$ vez o comprimento de ancoragem de cada barra individual;

c) quando, por razões construtivas, não for possível proceder como recomendado em b), a ancoragem pode ser calculada para o feixe, como se fosse uma barra única, com diâmetro equivalente ϕ_n . A armadura transversal adicional deve ser obrigatória e obedecer ao estabelecido em 9.4.2.6, conforme ϕ_n seja menor, igual ou maior que 32 mm .

9.4.4 Ancoragem de telas soldadas por aderência

Aplica-se o disposto em 9.3.1 a 9.4.2.

Quando a tela for composta de fios lisos ou com mossas, podem ser adotados os mesmos critérios definidos para barras nervuradas, desde que o número de fios transversais soldados ao longo do comprimento de ancoragem necessário seja calculado conforme a expressão:

$$n \geq 4 \frac{A_{s,calc}}{A_{s,ef}}$$

9.4.5 Ancoragem de armaduras ativas (fios e cordoalhas pré-aderentes) por aderência

9.4.5.1 Comprimento de ancoragem básico

O comprimento de ancoragem básico deve ser obtido por:

- para fios isolados:

$$\ell_{bp} = \frac{\phi}{4} \frac{f_{pyd}}{f_{bpd}}$$

- para cordoalhas de três ou sete fios:

$$\ell_{bp} = \frac{7\phi}{36} \frac{f_{pyd}}{f_{bpd}}$$

onde:

f_{bpd} deve ser calculado conforme 9.3.2, considerando a idade do concreto na data de protensão para o cálculo do comprimento de transferência e 28 d para o cálculo do comprimento de ancoragem.

9.4.5.2 Comprimento de transferência (ℓ_{bpt})

O cálculo do comprimento necessário para transferir, por aderência, a totalidade da força de protensão ao fio, no interior da massa de concreto, deve simultaneamente considerar:

a) se no ato da protensão, a liberação do dispositivo de tração é gradual. Nesse caso, o comprimento de transferência deve ser calculado pelas expressões:

- para fios dentados ou lisos:

$$\ell_{bpt} = 0,7 \ell_{bp} \frac{\sigma_{pi}}{f_{pyd}}$$

- para cordoalhas de três ou sete fios:

$$\ell_{bpt} = 0,5 \ell_{bp} \frac{\sigma_{pi}}{f_{pyd}}$$

b) se no ato da protensão a liberação não é gradual. Nesse caso os valores calculados em a) devem ser multiplicados por 1,25.

9.4.5.3 Comprimento de ancoragem necessário

O comprimento de ancoragem necessário deve ser dado pela expressão:

$$\ell_{bpd} = \ell_{bpt} + \ell_{bp} \frac{f_{pyd} - \sigma_{p\infty}}{f_{pyd}}$$

9.4.5.4 Armaduras transversais na zona de ancoragem

As armaduras transversais na zona de ancoragem podem ser calculadas de acordo com 21.2.

9.4.6 Ancoragem de estribos

A ancoragem dos estribos deve necessariamente ser garantida por meio de ganchos ou barras longitudinais soldadas.

9.4.6.1 Ganchos dos estribos

Os ganchos dos estribos podem ser :

- semicirculares ou em ângulo de 45° (interno), com ponta reta de comprimento igual a $5 \phi_t$, porém não inferior a 5 cm;
- em ângulo reto, com ponta reta de comprimento maior ou igual a $10 \phi_t$, porém não inferior a 7 cm (este tipo de gancho não deve ser utilizado para barras e fios lisos).

O diâmetro interno da curvatura dos estribos deve ser, no mínimo, igual ao índice dado na tabela 9.2.

Tabela 9.2 - Diâmetro dos pinos de dobramento para estribos

Bitola mm	Tipo de aço		
	CA-25	CA-50	CA-60
≤ 10	3 ϕ_t	3 ϕ_t	3 ϕ_t
$10 < \phi < 20$	4 ϕ_t	5 ϕ_t	–
≥ 20	5 ϕ_t	8 ϕ_t	–

9.4.6.2 Barras transversais soldadas

Desde que a resistência ao cisalhamento da solda para uma força mínima de $A_s f_{yd}$ seja comprovada por ensaio, pode ser feita a ancoragem de estribos, por meio de barras transversais soldadas, de acordo com a figura 9.2, obedecendo às condições dadas a seguir:

- duas barras soldadas com diâmetro $\phi_t > 0,7 \phi$ para estribos constituídos por um ou dois ramos;
- uma barra soldada com diâmetro $\phi_t \geq 1,4 \phi$, para estribos de dois ramos.

onde:

$A_s f_{yd}$ é a resistência da barra ancorada.

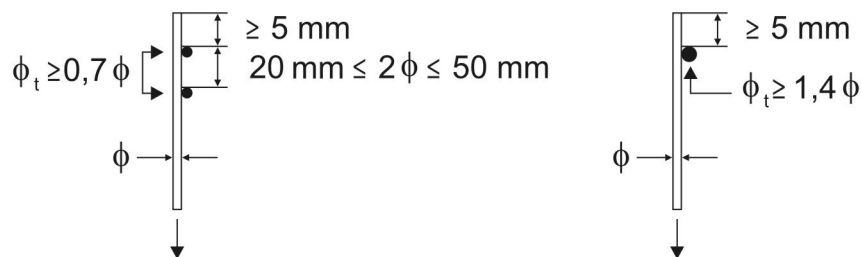


Figura 9.2 - Ancoragem de armadura transversal por meio de barras soldadas

9.4.7 Ancoragem por meio de dispositivos mecânicos

Quando forem utilizados dispositivos mecânicos acoplados às armaduras a ancorar, a eficiência do conjunto deve ser justificada e, quando for o caso, comprovada através de ensaios.

O escorregamento entre a barra e o concreto, junto ao dispositivo de ancoragem, não deve exceder 0,1 mm para 70% da carga limite última, nem 0,5 mm para 95% dessa carga.

A resistência de cálculo da ancoragem não deve exceder 50% da carga limite ensaiada, nos casos em que sejam desprezíveis os efeitos de fadiga, nem 70% da carga limite obtida em ensaio de fadiga, em caso contrário.

O projeto deve prever os efeitos localizados desses dispositivos, através de verificação da resistência do concreto e da disposição de armaduras adequadas para resistir aos esforços gerados e manter as aberturas de fissuras nos limites especificados, conforme indicado em 21.2.

9.4.7.1 Barra transversal única

Pode ser usada uma barra transversal soldada como dispositivo de ancoragem integral da barra, desde que:

- $\phi_t = \phi$ barra ancorada;
- ϕ não seja maior que 1/6 da menor dimensão do elemento estrutural na região da ancoragem ou 25 mm;
- o espaçamento entre as barras ancoradas não seja maior que 20ϕ ;
- a solda de ligação das barras seja feita no sentido longitudinal e transversal das barras, contornando completamente a área de contato das barras;
- a solda respeite o prescrito em 9.5.4.

9.5 Emendas das barras

9.5.1 Tipos

- por traspasse;
- por luvas com preenchimento metálico, rosqueadas ou prensadas;
- por solda;
- por outros dispositivos devidamente justificados.

9.5.2 Emendas por traspasse

Esse tipo de emenda não é permitido para barras de bitola maior que 32 mm, nem para tirantes e pendurais (elementos estruturais lineares de seção inteiramente tracionada).

No caso de feixes, o diâmetro do círculo de mesma área, para cada feixe, não deve ser superior a 45 mm, respeitados os critérios estabelecidos em 9.5.2.5.

9.5.2.1 Proporção das barras emendadas

Consideram-se como na mesma seção transversal as emendas que se superpõem ou cujas extremidades mais próximas estejam afastadas de menos que 20% do comprimento do trecho de traspasse.

Quando as barras têm diâmetros diferentes, o comprimento de traspasse deve ser calculado pela barra de maior diâmetro (ver figura 9.3).

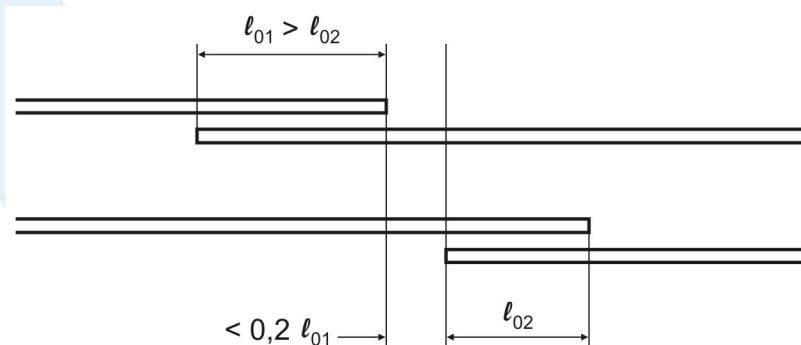


Figura 9.3 - Emendas supostas como na mesma seção transversal

A proporção máxima de barras tracionadas da armadura principal emendadas por traspasse na mesma seção transversal do elemento estrutural deve ser a indicada na tabela 9.3.

A adoção de proporções maiores que as indicadas deve ser justificada quanto à integridade do concreto na transmissão dos esforços e da capacidade resistente da emenda, como um conjunto, frente à natureza das ações que a solicitem.

Tabela 9.3 - Proporção máxima de barras tracionadas emendadas

Tipo de barra	Situação	Tipo de carregamento	
		Estático	Dinâmico
Alta aderência	em uma camada	100%	100%
	em mais de uma camada	50%	50%
Lisa	$\phi < 16$ mm	50%	25%
	$\phi \geq 16$ mm	25%	25%

Quando se tratar de armadura permanentemente comprimida ou de distribuição, todas as barras podem ser emendadas na mesma seção.

9.5.2.2 Comprimento de traspasse de barras tracionadas, isoladas

9.5.2.2.1 Quando a distância livre entre barras emendadas estiver compreendida entre 0 e 4ϕ , o comprimento do trecho de traspasse para barras tracionadas deve ser:

$$l_{0t} = \alpha_{0t} l_{b,nec} \geq l_{0t,min}$$

onde:

$l_{0t,min}$ é o maior valor entre $0,3 \alpha_{0t} l_b$, 15ϕ e 200 mm;

α_{0t} é o coeficiente função da porcentagem de barras emendadas na mesma seção, conforme tabela 9.4.

9.5.2.2.2 Quando a distância livre entre barras emendadas for maior que 4ϕ , ao comprimento calculado em 9.5.2.2.1 deve ser acrescida a distância livre entre barras emendadas. A armadura transversal na emenda deve ser justificada, considerando o comportamento conjunto concreto-aço, atendendo ao estabelecido em 9.5.2.4.

Tabela 9.4 - Valores do coeficiente α_{0t}

Barras emendadas na mesma seção %	≤ 20	25	33	50	> 50
Valores de α_{0t}	1,2	1,4	1,6	1,8	2,0

9.5.2.3 Comprimento por traspasse de barras comprimidas, isoladas

Quando as barras estiverem comprimidas, adota-se a seguinte expressão para cálculo do comprimento de traspasse:

$$\ell_{0c} = \ell_{n,nec} \geq \ell_{0c,min}$$

onde:

$\ell_{0c,min}$ é o maior valor entre $0,6 \ell_b$, 15ϕ e 200 mm.

9.5.2.4 Armadura transversal nas emendas por traspasse, em barras isoladas

9.5.2.4.1 Emendas de barras tracionadas da armadura principal (ver figura 9.4)

Quando $\phi < 16$ mm ou a proporção de barras emendadas na mesma seção for menor que 25%, a armadura transversal deve satisfazer 9.4.2.6.

Nos casos em que $\phi \geq 16$ mm ou quando a proporção de barras emendadas na mesma seção for maior ou igual a 25%, a armadura transversal deve:

- ser capaz de resistir a uma força igual à de uma barra emendada, considerando os ramos paralelos ao plano da emenda;
- ser constituída por barras fechadas se a distância entre as duas barras mais próximas de duas emendas na mesma seção for $< 10 \phi$ (ϕ = diâmetro da barra emendada);
- concentrar-se nos terços extremos da emenda.

9.5.2.4.2 Emendas de barras comprimidas (ver figura 9.4)

Devem ser mantidos os critérios estabelecidos para o caso anterior, com pelo menos uma barra de armadura transversal posicionada 4ϕ além das extremidades da emenda.

9.5.2.4.3 Emendas de barras de armaduras secundárias

A armadura transversal deve obedecer ao estabelecido em 9.4.2.6.

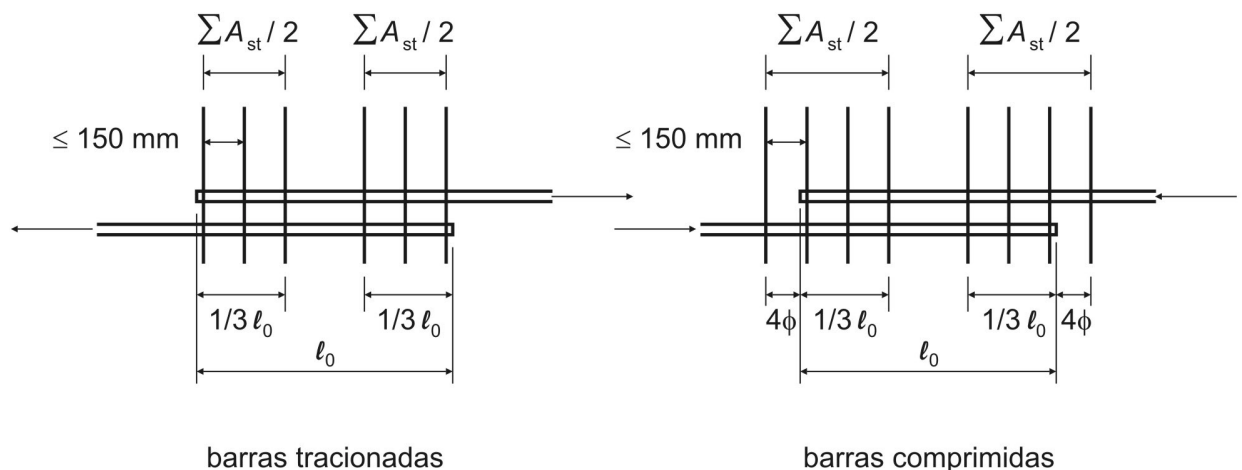


Figura 9.4 - Armadura transversal nas emendas

9.5.2.5 Emendas por traspasse em feixes de barras

Podem ser feitas emendas por traspasse em feixes de barras quando, respeitado o estabelecido em 9.5.2, as barras constituintes do feixe forem emendadas uma de cada vez, sem que em qualquer seção do feixe emendado resulte em mais de quatro barras.

As emendas das barras do feixe devem ser separadas entre si 1,3 vez o comprimento de emenda individual de cada uma.

9.5.3 Emendas por luvas rosqueadas

Para esse tipo de emenda, as luvas rosqueadas devem ter resistência maior que as barras emendadas.

9.5.4 Emendas por solda

As emendas por solda exigem cuidados especiais quanto às operações de soldagem que devem atender a especificações de controle do aquecimento e resfriamento da barra, conforme normas específicas.

As emendas por solda podem ser:

- de topo, por caldeamento, para bitola não menor que 10 mm;
- de topo, com eletrodo, para bitola não menor que 20 mm;
- por traspasse com pelo menos dois cordões de solda longitudinais, cada um deles com comprimento não inferior a 5ϕ , afastados no mínimo 5ϕ (ver figura 9.5);
- com outras barras justapostas (cobrejuntas), com cordões de solda longitudinais, fazendo-se coincidir o eixo baricêntrico do conjunto com o eixo longitudinal das barras emendadas, devendo cada cordão ter comprimento de pelo menos 5ϕ (ver figura 9.5).

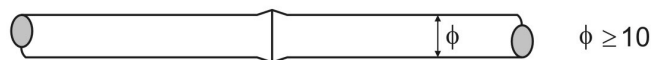
As emendas por solda podem ser realizadas na totalidade das barras em uma seção transversal do elemento estrutural.

Devem ser consideradas como na mesma seção as emendas que de centro a centro estejam afastadas entre si menos que 15ϕ medidos na direção do eixo da barra.

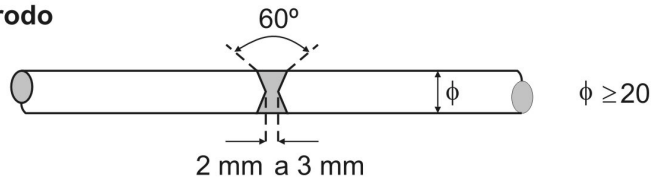
A resistência de cada barra emendada deve ser considerada sem redução.

Em caso de barra tracionada e havendo preponderância de carga acidental, a resistência deve ser reduzida em 20%.

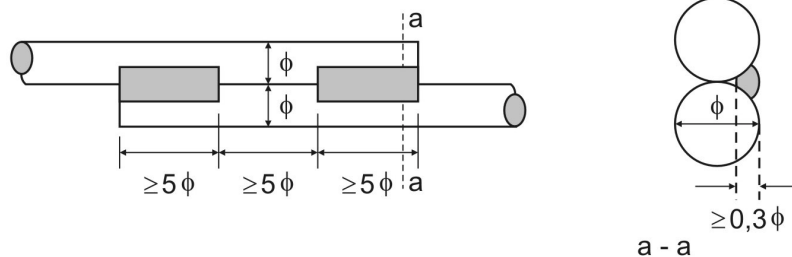
de topo por caldeamento



de topo com eletrodo



por traspasse



com barras justapostas

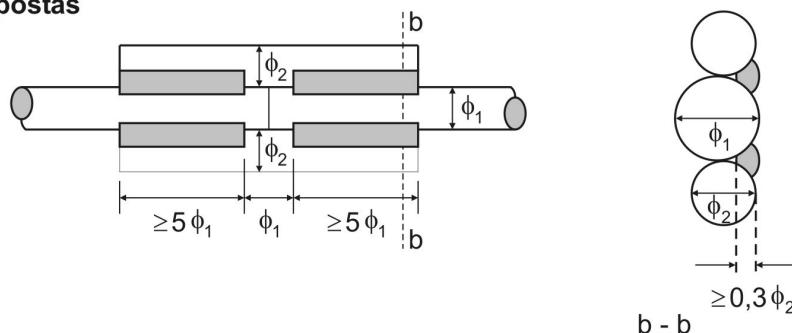


Figura 9.5 - Emendas por solda

9.6 Protensão

9.6.1 Força de protensão

9.6.1.1 Generalidades

A força média na armadura de protensão na abscissa x e no tempo t é dada pela expressão:

$$P_t(x) = P_0(x) - \Delta P_t(x) = P_i - \Delta P_0(x) - \Delta P_t(x)$$

onde:

$$P_0(x) = P_i - \Delta P_0(x)$$

9.6.1.2 Valores limites da força na armadura de protensão

Durante as operações de protensão, a força de tração na armadura não deve superar os valores decorrentes da limitação das tensões no aço correspondentes a essa situação transitória, fornecidos em 9.6.1.2.1 a 9.6.1.2.3.

Após o término das operações de protensão, as verificações de segurança devem ser feitas de acordo com os estados limites conforme a seção 10.

9.6.1.2.1 Valores limites por ocasião da operação de protensão

Para efeito desta Norma deve ser considerado o seguinte:

a) armadura pré-tracionada:

- por ocasião da aplicação da força P_i , a tensão σ_{pi} da armadura de protensão na saída do aparelho de tração deve respeitar os limites $0,77 f_{ptk}$ e $0,90 f_{pyk}$ para aços da classe de relaxação normal, e $0,77 f_{ptk}$ e $0,85 f_{pyk}$ para aços da classe de relaxação baixa;

b) armadura pós-tracionada:

- por ocasião da aplicação da força P_i , a tensão σ_{pi} da armadura de protensão na saída do aparelho de tração deve respeitar os limites $0,74 f_{ptk}$ e $0,87 f_{pyk}$ para aços da classe de relaxação normal, e $0,74 f_{ptk}$ e $0,82 f_{pyk}$ para aços da classe de relaxação baixa;

- nos aços CP-85/105, fornecidos em barras, os limites passam a ser $0,72 f_{ptk}$ e $0,88 f_{pyk}$, respectivamente.

9.6.1.2.2 Valores limites ao término da operação de protensão

Ao término da operação de protensão, a tensão $\sigma_{p0}(x)$ da armadura pré-tracionada ou pós-tracionada, decorrente da força $P_0(x)$, não deve superar os limites estabelecidos em 9.6.1.2.1-b).

9.6.1.2.3 Tolerância de execução

Por ocasião da aplicação da força P_i , se constatadas irregularidades na protensão, decorrentes de falhas executivas nos elementos estruturais com armadura pós-tracionada, a força de tração em qualquer cabo pode ser elevada, limitando a tensão σ_{pi} aos valores estabelecidos em 9.6.1.2.1-b) majorados em até 10%, até o limite de 50% dos cabos, desde que seja garantida a segurança da estrutura, principalmente nas regiões das ancoragens.

9.6.1.3 Valores representativos da força de protensão

Os valores médios, calculados de acordo com 9.6.1.1 podem ser empregados no cálculo dos valores característicos dos efeitos hiperestáticos da protensão.

Para as obras em geral admite-se que os valores característicos $P_{k,t}(x)$ da força de protensão possam ser considerados como iguais ao valor médio, exceto quando a perda máxima $[\Delta P_0(x) + \Delta P_t(x)]_{max}$ é maior que $0,35 P_i$. Neste caso e nas obras especiais que devem ser projetadas de acordo com normas específicas, que considerem os valores característicos superior e inferior da força de protensão, devem ser adotados os valores:

$$[P_{k,t}(x)]_{sup} = 1,05 P_t(x)$$

$$[P_{k,t}(x)]_{inf} = 0,95 P_t(x)$$

9.6.1.4 Valores de cálculo da força de protensão

Os valores de cálculo da força de protensão no tempo t são dados pela expressão:

$$P_{d,t}(x) = \gamma_p P_t(x)$$

sendo o valor de γ_p estabelecido na seção 11.

9.6.2 Introdução das forças de protensão

9.6.2.1 Generalidades

As tensões induzidas no concreto pelas ancoragens de protensão somente podem ser consideradas linearmente distribuídas na seção transversal do elemento estrutural a uma distância da extremidade dessas armaduras, chamada distância de regularização, determinada com base no que é estabelecido em 9.6.2.2 e 9.6.2.3.

As armaduras passivas nessas zonas de introdução de forças devem ser calculadas de acordo com as disposições da seção 21.

9.6.2.2 Casos de pós-tração

No caso dos elementos pós-tracionados, a distância de regularização das tensões pode ser determinada admitindo-se que a difusão da força se faça a partir da ancoragem, no interior de um ângulo de abertura β , tal que $\text{tg } \beta = 2/3$ (ver figura 9.6).

Quando tal difusão, partindo da alma, atinge o plano médio da mesa, pode-se admitir que a difusão ao longo da mesa se faz também conforme o ângulo de abertura β .

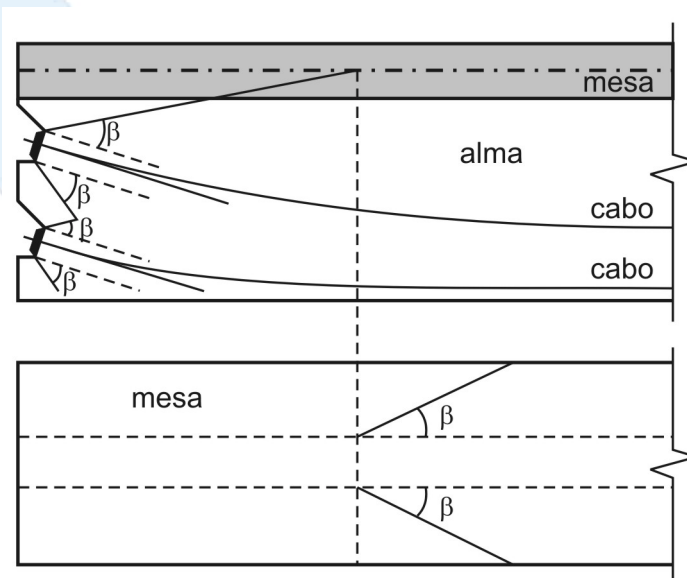


Figura 9.6 - Introdução da protensão

9.6.2.3 Casos de pré-tração

No caso de elementos pré-tracionados, a distância de regularização ℓ_b deve ser obtida pela expressão:

$$\ell_p = \sqrt{h^2 + (0,6\ell_{bpt})^2} \geq \ell_{bpt}$$

onde:

h é a altura do elemento estrutural.

Para as seções não retangulares, o comprimento de regularização pode ser calculado de forma semelhante à indicada em 9.6.2.2.

9.6.3 Perdas da força de protensão

9.6.3.1 Generalidades

O projeto deve prever as perdas da força de protensão em relação ao valor inicial aplicado pelo aparelho tensor, ocorridas antes da transferência da protensão ao concreto (perdas iniciais, na pré-tração), durante essa transferência (perdas imediatas) e ao longo do tempo (perdas progressivas).

9.6.3.2 Perdas iniciais da força de protensão

Consideram-se iniciais as perdas ocorridas na pré-tração antes da liberação do dispositivo de tração e decorrentes de:

- atrito nos pontos de desvio da armadura poligonal, cuja avaliação deve ser feita experimentalmente, em função do tipo de aparelho de desvio empregado;
- escorregamento dos fios na ancoragem, cuja determinação deve ser experimental ou devem ser adotados os valores indicados pelo fabricante dos dispositivos de ancoragem;

c) relaxação inicial da armadura, função do tempo decorrido entre o alongamento da armadura e a liberação do dispositivo de tração;

d) retração inicial do concreto, considerado o tempo decorrido entre a concretagem do elemento estrutural e a liberação do dispositivo de tração.

A avaliação das perdas iniciais deve considerar os efeitos provocados pela temperatura, quando o concreto for curado termicamente.

9.6.3.3 Perdas imediatas da força de protensão

9.6.3.3.1 Caso da pré-tração

A variação da força de protensão em elementos estruturais com pré-tração, por ocasião da aplicação da protensão ao concreto, e em razão do seu encurtamento, deve ser calculada em regime elástico, considerando-se a deformação da seção homogeneizada. O módulo de elasticidade do concreto a considerar é o correspondente à data de protensão, corrigido, se houver cura térmica.

9.6.3.3.2 Caso de pós-tração

Para os sistemas usuais de protensão, as perdas imediatas são as devidas ao encurtamento imediato do concreto, ao atrito entre as armaduras e as bainhas ou o concreto, ao deslizamento da armadura junto à ancoragem e à acomodação dos dispositivos de ancoragem, como detalhado em 9.6.3.3.2.1 a 9.6.3.3.2.3.

9.6.3.3.2.1 Encurtamento imediato do concreto

Nos elementos estruturais com pós-tração, a protensão sucessiva de cada um dos n cabos provoca uma deformação imediata do concreto e, conseqüentemente, afrouxamento dos cabos anteriormente protendidos. A perda média de protensão, por cabo, pode ser calculada pela expressão:

$$\Delta\sigma_p = \frac{\alpha_p(\sigma_{cp} + \sigma_{cg})(n-1)}{2n}$$

9.6.3.3.2.2 Perdas por atrito

Nos elementos estruturais com pós-tração, a perda por atrito pode ser determinada pela expressão:

$$\Delta P(x) = P_i \left[1 - e^{-(\mu \Sigma \alpha + kx)} \right]$$

onde:

P_i é o valor definido em 9.6.1.2.1;

x é a abscissa do ponto onde se calcula ΔP , medida a partir da ancoragem, em metros;

$\Sigma \alpha$ é a soma dos ângulos de desvio entre a ancoragem e o ponto de abscissa x , em radianos;

μ é o coeficiente de atrito aparente entre cabo e bainha. Na falta de dados experimentais, pode ser estimado como segue (valores em 1/radianos):

$\mu = 0,50$ entre cabo e concreto (sem bainha);

$\mu = 0,30$ entre barras ou fios com mossas ou saliências e bainha metálica;

$\mu = 0,20$ entre fios lisos ou cordoalhas e bainha metálica;

$\mu = 0,10$ entre fios lisos ou cordoalhas e bainha metálica lubrificada;

$\mu = 0,05$ entre cordoalha e bainha de polipropileno lubrificada;

k é o coeficiente de perda por metro provocada por curvaturas não intencionais do cabo. Na falta de dados experimentais pode ser adotado o valor $0,01\mu$ (1/m).

9.6.3.3.2.3 Perdas por deslizamento da armadura na ancoragem e acomodação da ancoragem

Devem ser determinadas experimentalmente ou adotados os valores indicados pelos fabricantes dos dispositivos de ancoragem.

9.6.3.4 Perdas progressivas

9.6.3.4.1 Generalidades

Os valores parciais e totais das perdas progressivas de protensão, decorrentes da retração e da fluência do concreto e da relaxação do aço de protensão, devem ser determinados considerando-se a interação dessas causas, podendo ser utilizados os processos indicados em 9.6.3.4.2 a 9.6.3.4.5. Nesses processos admite-se que exista aderência entre a armadura e o concreto e que o elemento estrutural permaneça no estágio I.

9.6.3.4.2 Processo simplificado para o caso de fases únicas de operação

Esse caso é aplicável quando são satisfeitas as condições seguintes:

- a) a concretagem do elemento estrutural, bem como a protensão, são executadas, cada uma delas, em fases suficientemente próximas para que se desprezem os efeitos recíprocos de uma fase sobre a outra;
- b) os cabos possuem entre si afastamentos suficientemente pequenos em relação à altura da seção do elemento estrutural, de modo que seus efeitos possam ser supostos equivalentes ao de um único cabo, com seção transversal de área igual à soma das áreas das seções dos cabos componentes, situado na posição da resultante dos esforços neles atuantes (cabo resultante).

Nesse caso, admite-se que no tempo t as perdas e deformações progressivas do concreto e do aço de protensão, na posição do cabo resultante, com as tensões no concreto $\sigma_{c,p0g}$ positivas para compressão e as tensões no aço σ_{p0} positivas para tração, sejam dadas por:

$$\Delta\sigma_p(t, t_0) = \frac{\varepsilon_{cs}(t, t_0)E_p - \alpha_p\sigma_{c,p0g}\varphi(t, t_0) - \sigma_{p0}\chi(t, t_0)}{\chi_p + \chi_c\alpha_p\eta\rho_p}$$

$$\Delta\varepsilon_{pt} = \frac{\sigma_{p0}}{E_p}\chi(t, t_0) + \frac{\Delta\sigma_p(t, t_0)}{E_p}\chi_p$$

$$\Delta\varepsilon_{ct} = \frac{\sigma_{c,p0g}}{E_{ci28}}\varphi(t, t_0) + \chi_c\frac{\Delta\sigma_c(t, t_0)}{E_{ci28}} + \varepsilon_{cs}(t, t_0)$$

onde:

$$\chi(t, t_0) = -\ln[1 - \psi(t, t_0)]$$

$$\chi_c = 1 + 0,5\varphi(t, t_0)$$

$$\chi_p = 1 + \chi(t, t_0)$$

$$\eta = 1 + e_p^2 \frac{A_c}{I_c}$$

$$\rho_p = A_p/A_c$$

$$\alpha_p = \frac{E_p}{E_{ci28}}$$

onde:

$\sigma_{c,p0g}$ é a tensão no concreto adjacente ao cabo resultante, provocada pela protensão e pela carga permanente mobilizada no instante t_0 , sendo positiva se de compressão;

$\varphi(t, t_0)$ é o coeficiente de fluência do concreto no instante t para protensão e carga permanente, aplicadas no instante t_0 ;

$\Delta\sigma_{p0}$ é a tensão na armadura ativa devida à protensão e à carga permanente mobilizada no instante t_0 , positiva se de tração;

$\chi(t, t_0)$ é o coeficiente de fluência do aço;

$\varepsilon_{cs}(t, t_0)$ é a retração no instante t , descontada a retração ocorrida até o instante t_0 , conforme 8.2.11;

$\psi(t, t_0)$ é o coeficiente de relaxação do aço no instante t para protensão e carga permanente mobilizada no instante t_0 ;

$\Delta\sigma_c(t, t_0)$ é a variação da tensão do concreto adjacente ao cabo resultante entre t_0 e t ;

$\Delta\sigma_p(t, t_0)$ é a variação da tensão no aço de protensão entre t_0 e t ;

ρ_p é a taxa geométrica da armadura de protensão;

e_p é a excentricidade do cabo resultante em relação ao baricentro da seção do concreto;

A_p é a área da seção transversal do cabo resultante;

A_c é a área da seção transversal do concreto;

I_c é o momento central de inércia na seção do concreto.

9.6.3.4.3 Processo aproximado

Esse processo pode substituir o estabelecido em 9.6.3.4.2, desde que satisfeitas as mesmas condições de aplicação e que a retração não difira em mais de 25% do valor $[-8 \times 10^{-5} \varphi(\infty, t_0)]$.

O valor absoluto da perda de tensão devida a fluência, retração e relaxação, com $\sigma_{c,p0g}$ em megapascal e considerado positivo se de compressão, é dado por:

a) para aços de relaxação normal (RN) (valor em porcentagem):

$$\frac{\Delta\sigma_p(t_\infty, t_0)}{\sigma_{p0}} = 18,1 + \frac{\alpha_p}{47} [\varphi(t_\infty, t_0)]^{1,57} (3 + \sigma_{c,p0g})$$

b) para aços de relaxação baixa (RB) (valor em porcentagem):

$$\frac{\Delta\sigma_p(t_\infty, t_0)}{\sigma_{p0}} = 7,4 + \frac{\alpha_p}{18,7} [\varphi(t_\infty, t_0)]^{1,07} (3 + \sigma_{c,p0g})$$

onde:

σ_{p0} é a tensão na armadura de protensão devida exclusivamente à força de protensão, no instante t_0 .

9.6.3.4.4 Método geral de cálculo

Quando as ações permanentes (carga permanente ou protensão) são aplicadas parceladamente em idades diferentes (portanto não são satisfeitas as condições estabelecidas em 9.6.3.4.2), deve ser considerada a fluência de cada uma das camadas de concreto e a relaxação de cada cabo, separadamente.

Pode ser considerada a relaxação isolada de cada cabo, independentemente da aplicação posterior de outros esforços permanentes.

9.6.3.4.5 Relaxação do aço

A intensidade da relaxação do aço deve ser determinada pelo coeficiente $\psi(t, t_0)$ calculado por:

$$\psi(t, t_0) = \frac{\Delta\sigma_{pr}(t, t_0)}{\sigma_{pi}}$$

onde:

$\Delta\sigma_{pr}(t, t_0)$ é a perda de tensão por relaxação pura desde o instante t_0 do estiramento da armadura até o instante t considerado.

Os valores médios da relaxação, medidos após 1 000 h à temperatura constante de 20°C, para as perdas de tensão referidas a valores básicos da tensão inicial de 50% a 80% da resistência característica f_{ptk} (ψ_{1000}), são reproduzidos na tabela 8.3.

Os valores correspondentes a tempos diferentes de 1 000 h, sempre a 20°C, podem ser determinados a partir da seguinte expressão, onde o tempo deve ser expresso em dias:

$$\psi(t, t_0) = \psi_{1000} \left(\frac{t - t_0}{41,67} \right)^{0,15}$$

Para tensões inferiores a $0,5 f_{ptk}$, admite-se que não haja perda de tensão por relaxação.

Para tensões intermediárias entre os valores fixados na tabela 8.3, pode ser feita interpolação linear.

Pode-se considerar que para o tempo infinito o valor de $\psi(t, t_0)$ é dado por $\psi(t, t_\infty) \cong 2,5 \psi_{1000}$.

10 Segurança e estados limites

10.1 Critérios de segurança

Os critérios de segurança adotados nesta Norma baseiam-se na NBR 8681.

10.2 Estados limites

Para os efeitos desta Norma devem ser considerados os estados limites últimos e os estados limites de serviço.

10.3 Estados limites últimos (ELU)

A segurança das estruturas de concreto deve sempre ser verificada em relação aos seguintes estados limites últimos:

- a) estado limite último da perda do equilíbrio da estrutura, admitida como corpo rígido;
- b) estado limite último de esgotamento da capacidade resistente da estrutura, no seu todo ou em parte, devido às solicitações normais e tangenciais, admitindo-se a redistribuição de esforços internos, desde que seja respeitada a capacidade de adaptação plástica definida na seção 14, e admitindo-se, em geral, as verificações separadas das solicitações normais e tangenciais; todavia, quando a interação entre elas for importante, ela estará explicitamente indicada nesta Norma;
- c) estado limite último de esgotamento da capacidade resistente da estrutura, no seu todo ou em parte, considerando os efeitos de segunda ordem;
- d) estado limite último provocado por solicitações dinâmicas (ver seção 23);
- e) estado limite último de colapso progressivo;
- f) outros estados limites últimos que eventualmente possam ocorrer em casos especiais.

10.4 Estados limites de serviço (ELS)

Estados limites de serviço são aqueles relacionados à durabilidade das estruturas, aparência, conforto do usuário e à boa utilização funcional das mesmas, seja em relação aos usuários, seja em relação às máquinas e aos equipamentos utilizados.

A segurança das estruturas de concreto pode exigir a verificação de alguns estados limites de serviço conceituados na seção 3.

Em construções especiais pode ser necessário verificar a segurança em relação a outros estados limites de serviço não definidos nesta Norma.

11 Ações

11.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

F - Ações (ver tabelas 11.3 e 11.4)

$M_{1d,min}$ - Momento total de 1ª ordem de cálculo mínimo que possibilita o atendimento da verificação das imperfeições localizadas de um lance de pilar

γ_{f1} - Parte do coeficiente de ponderação das ações γ_f , que considera a variabilidade das ações

γ_{f2} - Parte do coeficiente de ponderação das ações γ_f , que considera a simultaneidade de atuação das ações

γ_{f3} - Parte do coeficiente de ponderação das ações γ_f , que considera os desvios gerados nas construções e as aproximações feitas em projeto do ponto de vista das solicitações

γ_q - Coeficiente de ponderação para as ações variáveis diretas

γ_{qs} - Coeficiente de ponderação para a ação variável estabilizante

γ_{gn} - Coeficiente de ponderação para as ações permanentes não estabilizantes

γ_{eg} - Coeficiente de ponderação para as ações indiretas permanentes (retração ou fluência)

γ_{eq} - Coeficiente de ponderação para as ações indiretas variáveis (temperatura)

γ_n - Coeficiente de ajuste de γ_f , que considera o aumento de probabilidade de ocorrência de desvios relativos significativos na construção (aplicado em paredes e pilares com dimensões abaixo de certos valores)

θ_1 - Desaprumo de um elemento vertical contínuo

ψ_{oj} - Fator de redução de combinação para as ações variáveis diretas

ψ_{oe} - Fator de redução de combinação para as ações variáveis indiretas

ψ_o - Fator de redução de combinação para ELU

ψ_1 - Fator de redução de combinação freqüente para ELS

ψ_2 - Fator de redução de combinação quase permanente para ELS

11.2 Ações a considerar

11.2.1 Generalidades

Na análise estrutural deve ser considerada a influência de todas as ações que possam produzir efeitos significativos para a segurança da estrutura em exame, levando-se em conta os possíveis estados limites últimos e os de serviço.

11.2.2 Classificação das ações

As ações a considerar classificam-se, de acordo com a NBR 8681, em permanentes, variáveis e excepcionais.

Para cada tipo de construção, as ações a considerar devem respeitar suas peculiaridades e as normas a ela aplicáveis.

11.3 Ações permanentes

11.3.1 Generalidades

Ações permanentes são as que ocorrem com valores praticamente constantes durante toda a vida da construção. Também são consideradas como permanentes as ações que crescem no tempo, tendendo a um valor limite constante.

As ações permanentes devem ser consideradas com seus valores representativos mais desfavoráveis para a segurança.

11.3.2 Ações permanentes diretas

As ações permanentes diretas são constituídas pelo peso próprio da estrutura e pelos pesos dos elementos construtivos fixos e das instalações permanentes.

11.3.2.1 Peso próprio

Nas construções correntes admite-se que o peso próprio da estrutura seja avaliado conforme 8.2.2.

Concretos especiais devem ter sua massa específica determinada experimentalmente em cada caso particular (ver NBR 12654) e o efeito da armadura avaliado conforme 8.2.2.

11.3.2.2 Peso dos elementos construtivos fixos e de instalações permanentes

As massas específicas dos materiais de construção correntes podem ser avaliadas com base nos valores indicados na NBR 6120.

Os pesos das instalações permanentes são considerados com os valores nominais indicados pelos respectivos fornecedores.

11.3.2.3 Empuxos permanentes

Consideram-se como permanentes os empuxos de terra e outros materiais granulosos quando forem admitidos não removíveis.

Como representativos devem ser considerados os valores característicos $F_{k,sup}$ ou $F_{k,inf}$ conforme a NBR 8681.

11.3.3 Ações permanentes indiretas

As ações permanentes indiretas são constituídas pelas deformações impostas por retração e fluência do concreto, deslocamentos de apoio, imperfeições geométricas e protensão.

11.3.3.1 Retração do concreto

A deformação específica de retração do concreto pode ser calculada conforme indica o anexo A.

Na grande maioria dos casos, permite-se que ela seja calculada simplificada através da tabela 8.1, por interpolação. Essa tabela fornece o valor característico superior da deformação específica de retração entre os instantes t_0 e t_∞ , $\varepsilon_{cs}(t_\infty, t_0)$, em algumas situações usuais (ver seção 8).

Nos casos correntes das obras de concreto armado, em função da restrição à retração do concreto, imposta pela armadura, satisfazendo o mínimo especificado nesta Norma, o valor de $\varepsilon_{cs}(t_\infty, t_0)$ pode ser adotado igual a -15×10^{-5} . Esse valor admite elementos estruturais de dimensões usuais, entre 10 cm e 100 cm sujeitos a umidade ambiente não inferior a 75%.

O valor característico inferior da retração do concreto é considerado nulo.

Nos elementos estruturais permanentemente submetidos a diferentes condições de umidade em faces opostas, admite-se variação linear da retração ao longo da espessura do elemento estrutural entre os dois valores correspondentes a cada uma das faces.

11.3.3.2 Fluência do concreto

As deformações decorrentes da fluência do concreto podem ser calculadas conforme indicado no anexo A.

Nos casos em que a tensão $\sigma_c(t_0)$ não varia significativamente, permite-se que essas deformações sejam calculadas simplificada pela expressão:

$$\varepsilon_c(t_\infty, t_0) = \sigma_c(t_0) \left[\frac{1}{E_{ci}(t_0)} + \frac{\varphi(t_\infty, t_0)}{E_{ci}(28)} \right]$$

onde:

$\varepsilon_c(t_\infty, t_0)$ é a deformação específica total do concreto entre os instantes t_0 e t_∞ ;

$\sigma_c(t_0)$ é a tensão no concreto devida ao carregamento aplicado em t_0 ;

$\varphi(t_\infty, t_0)$ é o limite para o qual tende o coeficiente de fluência provocado por carregamento aplicado em t_0 .

O valor de $\varphi(t_\infty, t_0)$ pode ser calculado por interpolação da tabela 8.1. Essa tabela fornece o valor característico superior de $\varphi(t_\infty, t_0)$ em algumas situações usuais (ver seção 8).

O valor característico inferior de $\varphi(t_\infty, t_0)$ é considerado nulo.

11.3.3.3 Deslocamentos de apoio

Os deslocamentos de apoio só devem ser considerados quando gerarem esforços significativos em relação ao conjunto das outras ações, isto é, quando a estrutura for hiperestática e muito rígida.

O deslocamento de cada apoio deve ser avaliado em função das características físicas do correspondente material de fundação. Como representativos desses deslocamentos, devem ser considerados os valores característicos superiores, $\delta_{k,sup}$, calculados com avaliação pessimista da rigidez do material de fundação, correspondente, em princípio, ao quantil 5% da respectiva distribuição de probabilidade.

Os valores característicos inferiores podem ser considerados nulos.

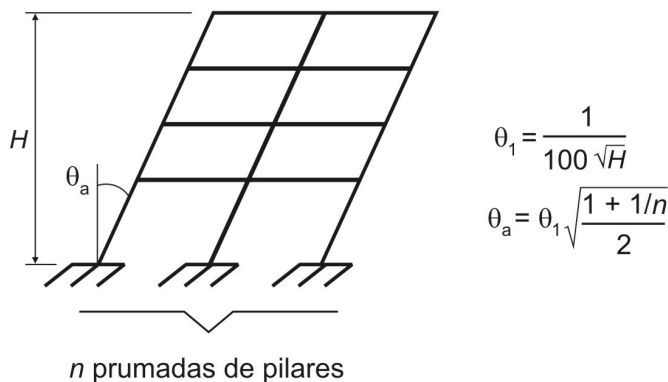
O conjunto desses deslocamentos constitui-se numa única ação, admitindo-se que todos eles sejam majorados pelo mesmo coeficiente de ponderação.

11.3.3.4 Imperfeições geométricas

Na verificação do estado limite último das estruturas reticuladas, devem ser consideradas as imperfeições geométricas do eixo dos elementos estruturais da estrutura descarregada. Essas imperfeições podem ser divididas em dois grupos: imperfeições globais e imperfeições locais.

11.3.3.4.1 Imperfeições globais

Na análise global dessas estruturas, sejam elas contraventadas ou não, deve ser considerado um desaprumo dos elementos verticais conforme mostra a figura 11.1.



- $\theta_{1min} = 1/400$ para estruturas de nós fixos;
- $\theta_{1min} = 1/300$ para estruturas de nós móveis e imperfeições locais;
- $\theta_{1max} = 1/200$;
- H é a altura total da edificação, em metros.

Figura 11.1 - Imperfeições geométricas globais

O desaprumo não deve necessariamente ser superposto ao carregamento de vento. Entre os dois, vento e desaprumo, deve ser considerado apenas o mais desfavorável, que pode ser definido através do que provoca o maior momento total na base de construção.

11.3.3.4.2 Imperfeições locais

No caso de elementos que ligam pilares contraventados a pilares de contraventamento, usualmente vigas e lajes, deve ser considerada a tração decorrente do desaprumo do pilar contraventado [ver figura 11.2-a)].

No caso da verificação de um lance de pilar, deve ser considerado o efeito do desaprumo ou da falta de retilicidade do eixo do pilar [ver figuras 11.2-b) e 11.2-c), respectivamente].

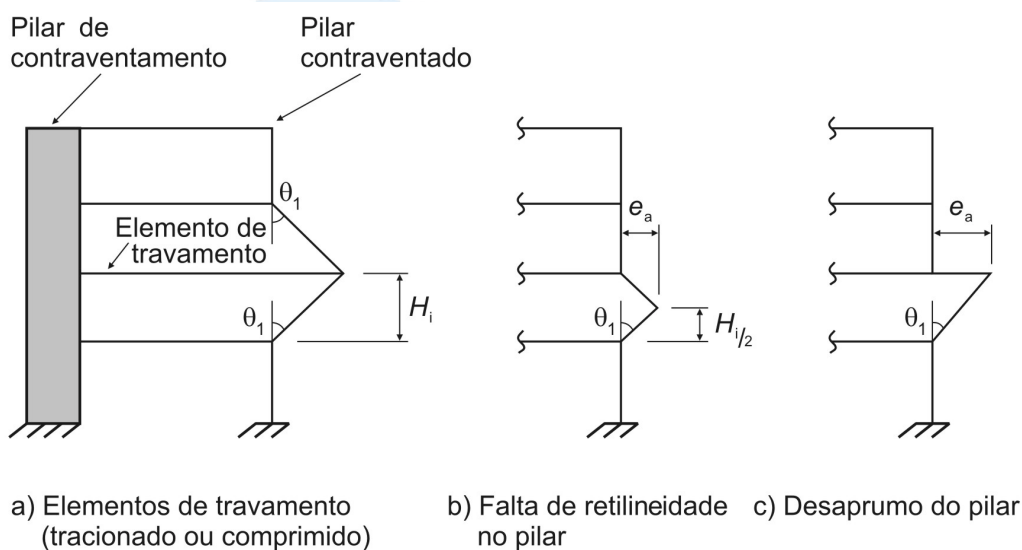


Figura 11.2 - Imperfeições geométricas locais

Admite-se que, nos casos usuais, a consideração apenas da falta de retilicidade ao longo do lance de pilar seja suficiente.

11.3.3.4.3 Momento mínimo

O efeito das imperfeições locais nos pilares pode ser substituído em estruturas reticuladas pela consideração do momento mínimo de 1ª ordem dado a seguir:

$$M_{1d,min} = N_d (0,015 + 0,03h)$$

onde:

h é a altura total da seção transversal na direção considerada, em metros.

Nas estruturas reticuladas usuais admite-se que o efeito das imperfeições locais esteja atendido se for respeitado esse valor de momento total mínimo. A este momento devem ser acrescidos os momentos de 2ª ordem da seção 15.

11.3.3.5 Protensão

A ação da protensão deve ser considerada em todas as estruturas protendidas, incluindo, além dos elementos protendidos propriamente ditos, aqueles que sofrem a ação indireta da protensão, isto é, de esforços hiperestáticos de protensão.

O valor da força de protensão deve ser calculado considerando a força inicial e as perdas de protensão conforme estabelecido em 9.6.3.

Os esforços solicitantes gerados pela ação dessa protensão podem ser calculados diretamente a partir da excentricidade do cabo na seção transversal do elemento estrutural e da força de protensão ou através de um conjunto de cargas externas equivalentes, ou ainda através da introdução de deformações impostas correspondentes ao pré-alongamento das armaduras.

11.4 Ações variáveis

11.4.1 Ações variáveis diretas

As ações variáveis diretas são constituídas pelas cargas acidentais previstas para o uso da construção, pela ação do vento e da chuva, devendo-se respeitar as prescrições feitas por Normas Brasileiras específicas.

11.4.1.1 Cargas acidentais previstas para o uso da construção

As cargas acidentais correspondem normalmente a:

- cargas verticais de uso da construção;
- cargas móveis, considerando o impacto vertical;
- impacto lateral;
- força longitudinal de frenagem ou aceleração;
- força centrífuga.

Essas cargas devem ser dispostas nas posições mais desfavoráveis para o elemento estudado, ressalvadas as simplificações permitidas por Normas Brasileiras específicas.

11.4.1.2 Ação do vento

Os esforços devidos à ação do vento devem ser considerados e recomenda-se que sejam determinados de acordo com o prescrito pela NBR 6123, permitindo-se o emprego de regras simplificadas previstas em Normas Brasileiras específicas.

11.4.1.3 Ação da água

O nível d'água adotado para cálculo de reservatórios, tanques, decantadores e outros deve ser igual ao máximo possível compatível com o sistema de extravasão, considerando apenas o coeficiente $\gamma_f = \gamma_{f3} = 1,1$ (ver 11.7 e 11.8). Nas estruturas em que a água de chuva possa ficar retida deve ser considerada a presença de uma lâmina de água correspondente ao nível da drenagem efetivamente garantida pela construção.

11.4.1.4 Ações variáveis durante a construção

As estruturas em que todas as fases construtivas não tenham sua segurança garantida pela verificação da obra pronta devem ter, incluídas no projeto, as verificações das fases construtivas mais significativas e sua influência na fase final.

A verificação de cada uma dessas fases deve ser feita considerando a parte da estrutura já executada e as estruturas provisórias auxiliares com os respectivos pesos próprios. Além disso devem ser consideradas as cargas acidentais de execução.

11.4.2 Ações variáveis indiretas

11.4.2.1 Variações uniformes de temperatura

A variação da temperatura da estrutura, causada globalmente pela variação da temperatura da atmosfera e pela insolação direta, é considerada uniforme. Ela depende do local de implantação da construção e das dimensões dos elementos estruturais que a compõem.

De maneira genérica podem ser adotados os seguintes valores:

- a) para elementos estruturais cuja menor dimensão não seja superior a 50 cm, deve ser considerada uma oscilação de temperatura em torno da média de 10°C a 15°C;
- b) para elementos estruturais maciços ou ocos com os espaços vazios inteiramente fechados, cuja menor dimensão seja superior a 70 cm, admite-se que essa oscilação seja reduzida respectivamente para 5°C a 10°C;
- c) para elementos estruturais cuja menor dimensão esteja entre 50 cm e 70 cm admite-se que seja feita uma interpolação linear entre os valores acima indicados.

A escolha de um valor entre esses dois limites pode ser feita considerando 50% da diferença entre as temperaturas médias de verão e inverno, no local da obra.

Em edifícios de vários andares devem ser respeitadas as exigências construtivas prescritas por esta Norma para que sejam minimizados os efeitos das variações de temperatura sobre a estrutura da construção.

11.4.2.2 Variações não uniformes de temperatura

Nos elementos estruturais em que a temperatura possa ter distribuição significativamente diferente da uniforme, devem ser considerados os efeitos dessa distribuição. Na falta de dados mais precisos, pode ser admitida uma variação linear entre os valores de temperatura adotados, desde que a variação de temperatura considerada entre uma face e outra da estrutura não seja inferior a 5°C.

11.4.2.3 Ações dinâmicas

Quando a estrutura, pelas suas condições de uso, está sujeita a choques ou vibrações, os respectivos efeitos devem ser considerados na determinação das solicitações e a possibilidade de fadiga deve ser considerada no dimensionamento dos elementos estruturais, de acordo com a seção 23.

11.5 Ações excepcionais

No projeto de estruturas sujeitas a situações excepcionais de carregamento, cujos efeitos não possam ser controlados por outros meios, devem ser consideradas ações excepcionais com os valores definidos, em cada caso particular, por Normas Brasileiras específicas.

11.6 Valores das ações

11.6.1 Valores característicos

Os valores característicos F_k das ações são estabelecidos nesta seção em função da variabilidade de suas intensidades.

11.6.1.1 Ações permanentes

Para as ações permanentes, os valores característicos devem ser adotados iguais aos valores médios das respectivas distribuições de probabilidade, sejam valores característicos superiores ou inferiores.

Esses valores estão definidos nesta seção ou em Normas Brasileiras específicas, como a NBR 6120.

11.6.1.2 Ações variáveis

Os valores característicos das ações variáveis, F_{qk} , estabelecidos por consenso e indicados em Normas Brasileiras específicas, correspondem a valores que têm de 25% a 35% de probabilidade de serem ultrapassados no sentido desfavorável, durante um período de 50 anos, o que significa que o valor característico F_{qk} é o valor com período médio de retorno de 200 anos a 140 anos respectivamente.

Esses valores estão definidos nesta seção ou em Normas Brasileiras específicas, como a NBR 6120.

11.6.2 Valores representativos

As ações são quantificadas por seus valores representativos, que podem ser:

- a) os valores característicos conforme definido em 11.6.1;
- b) valores convencionais excepcionais, que são os valores arbitrados para as ações excepcionais;
- c) valores reduzidos, em função da combinação de ações, tais como:

- verificações de estados limites últimos, quando a ação considerada se combina com a ação principal. Os valores reduzidos são determinados a partir dos valores característicos pela expressão $\psi_0 F_k$, que considera muito baixa a probabilidade de ocorrência simultânea dos valores característicos de duas ou mais ações variáveis de naturezas diferentes (ver 11.7);

- verificações de estados limites de serviço. Estes valores reduzidos são determinados a partir dos valores característicos pelas expressões $\psi_1 F_k$ e $\psi_2 F_k$, que estimam valores freqüentes e quase permanentes, respectivamente, de uma ação que acompanha a ação principal.

11.6.3 Valores de cálculo

Os valores de cálculo F_d das ações são obtidos a partir dos valores representativos, multiplicando-os pelos respectivos coeficientes de ponderação γ_f definidos em 11.7.

11.7 Coeficientes de ponderação das ações

As ações devem ser majoradas pelo coeficiente γ_f , cujos valores encontram-se estabelecidos em 11.7.1, 11.7.2 e tabelas 11.1 e 11.2.

$$\gamma_f = \gamma_{f1} \gamma_{f2} \gamma_{f3}$$

11.7.1 Coeficientes de ponderação das ações no estado limite último (ELU)

Os valores-base para verificação são os apresentados nas tabelas 11.1 e 11.2, para $\gamma_{f1} \cdot \gamma_{f3}$ e γ_{f2} , respectivamente.

Para as paredes estruturais com espessura inferior a 19 cm e não inferior a 12 cm, e para os pilares com menor dimensão inferior a 19 cm, o coeficiente γ_f deve ser majorado pelo coeficiente de ajustamento γ_n (ver 13.2.3). Essa correção se deve ao aumento da probabilidade de ocorrência de desvios relativos e falhas na construção.

Tabela 11.1 - Coeficiente $\gamma_f = \gamma_{f1} \cdot \gamma_{f3}$

Combinações de ações	Ações							
	Permanentes (g)		Variáveis (q)		Protensão (p)		Recalques de apoio e retração	
	D ¹⁾	F	G	T	D	F	D	F
Normais	1,4	1,0	1,4	1,2	1,2	0,9	1,2	0
Especiais ou de construção	1,3	1,0	1,2	1,0	1,2	0,9	1,2	0
Excepcionais	1,2	1,0	1,0	0	1,2	0,9	0	0

Onde:
D é desfavorável, *F* é favorável, *G* é geral e *T* é temporária.
¹⁾ Para as cargas permanentes de pequena variabilidade, como o peso próprio das estruturas, especialmente as pré-moldadas, esse coeficiente pode ser reduzido para 1,3.

Tabela 11.2 - Valores do coeficiente γ_{f2}

Ações		γ_{f2}		
		ψ_2	$\psi_1^{1)}$	ψ_2
Cargas acidentais de edifícios	Locais em que não há predominância de pesos de equipamentos que permanecem fixos por longos períodos de tempo, nem de elevadas concentrações de pessoas ²⁾	0,5	0,4	0,3
	Locais em que há predominância de pesos de equipamentos que permanecem fixos por longos períodos de tempo, ou de elevada concentração de pessoas ³⁾	0,7	0,6	0,4
	Biblioteca, arquivos, oficinas e garagens	0,8	0,7	0,6
Vento	Pressão dinâmica do vento nas estruturas em geral	0,6	0,3	0
Temperatura	Variações uniformes de temperatura em relação à média anual local	0,6	0,5	0,3

¹⁾ Para os valores de ψ_1 relativos às pontes e principalmente aos problemas de fadiga, ver seção 23.

²⁾ Edifícios residenciais.

³⁾ Edifícios comerciais, de escritórios, estações e edifícios públicos.

Os valores das tabelas 11.1 e 11.2 podem ser modificados em casos especiais aqui não contemplados, de acordo com a NBR 8681.

O valor do coeficiente de ponderação, de cargas permanentes de mesma origem, num dado carregamento, deve ser o mesmo ao longo de toda estrutura. A única exceção é o caso da verificação da estabilidade como corpo rígido.

11.7.2 Coeficientes de ponderação das ações no estado limite de serviço (ELS)

Em geral, o coeficiente de ponderação das ações para estados limites de serviço é dado pela expressão:

$$\gamma_f = \gamma_{f2}$$

onde:

γ_{f2} tem valor variável conforme a verificação que se deseja fazer (tabela 11.2):

$\gamma_{f2} = 1$ para combinações raras;

$\gamma_{f2} = \psi_1$ para combinações freqüentes;

$\gamma_{f2} = \psi_2$ para combinações quase permanentes.

11.8 Combinações de ações

11.8.1 Generalidades

Um carregamento é definido pela combinação das ações que têm probabilidades não desprezíveis de atuarem simultaneamente sobre a estrutura, durante um período preestabelecido.

A combinação das ações deve ser feita de forma que possam ser determinados os efeitos mais desfavoráveis para a estrutura; a verificação da segurança em relação aos estados limites últimos e aos estados limites de serviço deve ser realizada em função de combinações últimas e combinações de serviço, respectivamente.

11.8.2 Combinações últimas

Uma combinação última pode ser classificada em normal, especial ou de construção e excepcional.

11.8.2.1 Combinações últimas normais

Em cada combinação devem estar incluídas as ações permanentes e a ação variável principal, com seus valores característicos e as demais ações variáveis, consideradas como secundárias, com seus valores reduzidos de combinação, conforme NBR 8681.

11.8.2.2 Combinações últimas especiais ou de construção

Em cada combinação devem estar presentes as ações permanentes e a ação variável especial, quando existir, com seus valores característicos e as demais ações variáveis com probabilidade não desprezível de ocorrência simultânea, com seus valores reduzidos de combinação, conforme NBR 8681.

11.8.2.3 Combinações últimas excepcionais

Em cada combinação devem figurar as ações permanentes e a ação variável excepcional, quando existir, com seus valores representativos e as demais ações variáveis com probabilidade não desprezível de ocorrência simultânea, com seus valores reduzidos de combinação, conforme NBR 8681. Nesse caso se enquadram, entre outras, sismo, incêndio e colapso progressivo.

11.8.2.4 Combinações últimas usuais

Para facilitar a visualização, essas combinações estão dispostas na tabela 11.3.

Tabela 11.3 - Combinações últimas

Combinações últimas (ELU)	Descrição	Cálculo das solicitações
Normais	Esgotamento da capacidade resistente para elementos estruturais de concreto armado ¹⁾	$F_d = \gamma_g F_{gk} + \gamma_{\epsilon g} F_{\epsilon gk} + \gamma_q (F_{q1k} + \sum \psi_{oj} F_{qjk}) + \gamma_{\epsilon q} \psi_{\phi \epsilon} F_{qk}$
	Esgotamento da capacidade resistente para elementos estruturais de concreto protendido	Deve ser considerada, quando necessário, a força de protensão como carregamento externo com os valores $P_{k\max}$ e $P_{k\min}$ para a força desfavorável e favorável, respectivamente, conforme definido na seção 9
	Perda do equilíbrio como corpo rígido	$S(F_{sd}) \geq S(F_{nd})$ $F_{sd} = \gamma_{gs} G_{sk} + R_d$ $F_{nd} = \gamma_{qn} G_{nk} + \gamma_q Q_{nk} - \gamma_{qs} Q_{s,\min}$, onde: $Q_{nk} = Q_{1k} + \sum \psi_{oj} Q_{jk}$
Especiais ou de construção ²⁾	$F_d = \gamma_g F_{gk} + \gamma_{\epsilon g} F_{\epsilon gk} + \gamma_q (F_{q1k} + \sum \psi_{oj} F_{qjk}) + \gamma_{\epsilon q} \psi_{\phi \epsilon} F_{qk}$	
Excepcionais ²⁾	$F_d = \gamma_g F_{gk} + \gamma_{\epsilon g} F_{\epsilon gk} + F_{q1exc} + \gamma_q \sum \psi_{oj} F_{qjk} + \gamma_{\epsilon q} \psi_{\phi \epsilon} F_{eqk}$	

Onde:

F_d é o valor de cálculo das ações para combinação última;

F_{gk} representa as ações permanentes diretas;

$F_{\epsilon k}$ representa as ações indiretas permanentes como a retração $F_{\epsilon gk}$ e variáveis como a temperatura $F_{\epsilon qk}$;

F_{qk} representa as ações variáveis diretas das quais F_{q1k} é escolhida principal;

$\gamma_g, \gamma_{\epsilon g}, \gamma_q, \gamma_{\epsilon q}$ - ver tabela 11.1;

$\psi_{oj}, \psi_{\phi \epsilon}$ - ver tabela 11.2;

F_{sd} representa as ações estabilizantes;

F_{nd} representa as ações não estabilizantes;

G_{sk} é o valor característico da ação permanente estabilizante;

R_d é o esforço resistente considerado como estabilizante, quando houver;

G_{nk} é o valor característico da ação permanente instabilizante;

$$Q_{nk} = Q_{1k} + \sum_{j=2}^m \psi_{oj} Q_{jk};$$

$Q_{\epsilon k}$ é o valor característico das ações variáveis instabilizantes;

Q_{1k} é o valor característico da ação variável instabilizante considerada como principal;

ψ_{oj} e Q_{qj} são as demais ações variáveis instabilizantes, consideradas com seu valor reduzido;

$Q_{s,\min}$ é o valor característico mínimo da ação variável estabilizante que acompanha obrigatoriamente uma ação variável instabilizante.

¹⁾ No caso geral, devem ser consideradas inclusive combinações onde o efeito favorável das cargas permanentes seja reduzido pela consideração de $\gamma_g = 1,0$. No caso de estruturas usuais de edifícios essas combinações que consideram γ_g reduzido (1,0) não precisam ser consideradas.

²⁾ Quando F_{q1k} ou F_{q1exc} atuarem em tempo muito pequeno ou tiverem probabilidade de ocorrência muito baixa ψ_{oj} , pode ser substituído por ψ_{2j} .

11.8.3 Combinações de serviço

11.8.3.1 Classificação

São classificadas de acordo com sua permanência na estrutura e devem ser verificadas como estabelecido a seguir:

- quase permanentes:** podem atuar durante grande parte do período de vida da estrutura e sua consideração pode ser necessária na verificação do estado limite de deformações excessivas;
- frequentes:** se repetem muitas vezes durante o período de vida da estrutura e sua consideração pode ser necessária na verificação dos estados limites de formação de fissuras, de abertura de fissuras e de vibrações excessivas. Podem também ser consideradas para verificações de estados limites de deformações excessivas decorrentes de vento ou temperatura que podem comprometer as vedações;
- raras:** ocorrem algumas vezes durante o período de vida da estrutura e sua consideração pode ser necessária na verificação do estado limite de formação de fissuras.

11.8.3.2 Combinações de serviço usuais

Para facilitar a visualização, essas combinações estão dispostas na tabela 11.4.

Tabela 11.4 - Combinações de serviço

Combinações de serviço (ELS)	Descrição	Cálculo das solicitações
Combinações quase permanentes de serviço (CQP)	Nas combinações quase permanentes de serviço, todas as ações variáveis são consideradas com seus valores quase permanentes $\psi_2 F_{qk}$	$F_{d,ser} = \Sigma F_{gi,k} + \Sigma \psi_{2j} F_{qj,k}$
Combinações freqüentes de serviço (CF)	Nas combinações freqüentes de serviço, a ação variável principal F_{q1} é tomada com seu valor freqüente $\psi_1 F_{q1k}$ e todas as demais ações variáveis são tomadas com seus valores quase permanentes $\psi_2 F_{qk}$	$F_{d,ser} = \Sigma F_{gik} + \psi_1 F_{q1k} + \Sigma \psi_{2j} F_{qjk}$
Combinações raras de serviço (CR)	Nas combinações raras de serviço, a ação variável principal F_{q1} é tomada com seu valor característico F_{q1k} e todas as demais ações são tomadas com seus valores freqüentes $\psi_1 F_{qk}$	$F_{d,ser} = \Sigma F_{gik} + F_{q1k} + \Sigma \psi_{1j} F_{qjk}$
<p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> $F_{d,ser}$ é o valor de cálculo das ações para combinações de serviço; F_{q1k} é o valor característico das ações variáveis principais diretas; ψ_1 é o fator de redução de combinação freqüente para ELS; ψ_2 é o fator de redução de combinação quase permanente para ELS. 		



12 Resistências

12.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

f - Resistência (ver seção 8)

γ_{m1} - Parte do coeficiente de ponderação das resistências γ_m , que considera a variabilidade da resistência dos materiais envolvidos

γ_{m2} - Parte do coeficiente de ponderação das resistências γ_m , que considera a diferença entre a resistência do material no corpo-de-prova e na estrutura

γ_{m3} - Parte do coeficiente de ponderação das resistências γ_m , que considera os desvios gerados na construção e as aproximações feitas em projeto do ponto de vista das resistências

12.2 Valores característicos

Os valores característicos f_k das resistências são os que, num lote de material, têm uma determinada probabilidade de serem ultrapassados, no sentido desfavorável para a segurança.

Usualmente é de interesse a resistência característica inferior $f_{k,inf}$, cujo valor é menor que a resistência média f_m , embora por vezes haja interesse na resistência característica superior $f_{k,sup}$, cujo valor é maior que f_m .

Para os efeitos desta Norma, a resistência característica inferior é admitida como sendo o valor que tem apenas 5% de probabilidade de não ser atingido pelos elementos de um dado lote de material.

12.3 Valores de cálculo

12.3.1 Resistência de cálculo

A resistência de cálculo f_d é dada pela expressão:

$$f_d = \frac{f_k}{\gamma_m}$$

12.3.2 Tensões resistentes de cálculo

As tensões resistentes de cálculo σ_{Rd} ou τ_{Rd} são estabelecidas para a determinação das solicitações resistentes de cálculo que não dependam diretamente das resistências medidas convencionalmente em ensaios de corpos-de-prova padronizados dos materiais empregados. Os valores de σ_{Rd} e τ_{Rd} são estabelecidos, em cada caso particular, a partir das teorias de resistência dos elementos estruturais considerados.

12.3.3 Resistência de cálculo do concreto

No caso específico da resistência de cálculo do concreto (f_{cd}), alguns detalhes adicionais são necessários, conforme a seguir descrito:

- a) quando a verificação se faz em data j igual ou superior a 28 dias, adota-se a expressão:

$$f_{cd} = \frac{f_{ck}}{\gamma_c}$$

Nesse caso, o controle da resistência à compressão do concreto deve ser feita aos 28 dias, de forma a confirmar o valor de f_{ck} adotado no projeto;

- b) quando a verificação se faz em data j inferior a 28 dias, adota-se a expressão:

$$f_{cd} = \frac{f_{ckj}}{\gamma_c} \equiv \beta_1 \frac{f_{ck}}{\gamma_c}$$

sendo β_1 a relação f_{ckj}/f_{ck} dada por:

$$\beta_1 = \exp \{ s [1 - (28/t)^{1/2}] \}$$

onde:

$s = 0,38$ para concreto de cimento CIII e IV;

$s = 0,25$ para concreto de cimento CI e II;

$s = 0,20$ para concreto de cimento CPV-ARI;

t é a idade efetiva do concreto, em dias.

Essa verificação deve ser feita aos t dias, para as cargas aplicadas até essa data.

Ainda deve ser feita a verificação para a totalidade das cargas aplicadas aos 28 dias.

Nesse caso, o controle da resistência à compressão do concreto deve ser feito em duas datas: aos t dias e aos 28 dias, de forma a confirmar os valores de f_{ckj} e f_{ck} adotados no projeto.

12.4 Coeficientes de ponderação das resistências

As resistências devem ser minoradas pelo coeficiente:

$$\gamma_m = \gamma_{m1} \gamma_{m2} \gamma_{m3}$$

12.4.1 Coeficientes de ponderação das resistências no estado limite último (ELU)

Os valores para verificação no estado limite último estão indicados na tabela 12.1.

Tabela 12.1 - Valores dos coeficientes γ_c e γ_s

Combinações	Concreto γ_c	Aço γ_s
Normais	1,4	1,15
Especiais ou de construção	1,2	1,15
Excepcionais	1,2	1,0

Para a execução de elementos estruturais nos quais estejam previstas condições desfavoráveis (por exemplo, más condições de transporte, ou adensamento manual, ou concretagem deficiente por concentração de armadura), o coeficiente γ_c deve ser multiplicado por 1,1.

Para elementos estruturais pré-moldados e pré-fabricados, deve ser consultada a NBR 9062.

Admite-se, no caso de testemunhos extraídos da estrutura, dividir o valor de γ_c por 1,1.

Admite-se, nas obras de pequena importância, o emprego de aço CA-25 sem a realização do controle de qualidade estabelecido na NBR 7480, desde que o coeficiente de segurança para o aço seja multiplicado por 1,1.

12.4.2 Coeficientes de ponderação das resistências no estado limite de serviço (ELS)

Os limites estabelecidos para os estados limites de serviço (ver seções 17, 19 e 23) não necessitam de minoração, portanto, $\gamma_m = 1,0$.

12.5 Verificação da segurança

Na verificação da segurança das estruturas de concreto devem ser atendidas as condições construtivas e as condições analíticas de segurança.

12.5.1 Condições construtivas de segurança

Devem ser atendidas as exigências estabelecidas:

- nos critérios de detalhamento constantes das seções 18 e 20;
- nas normas de controle dos materiais, especialmente a NBR 12655;
- no controle de execução da obra, conforme NBR 14931 e Normas Brasileiras específicas.

12.5.2 Condições analíticas de segurança

As condições analíticas de segurança estabelecem que as resistências não devem ser menores que as solicitações e devem ser verificadas em relação a todos os estados limites e todos os carregamentos especificados para o tipo de construção considerada, ou seja, em qualquer caso deve ser respeitada a condição:

$$R_d \geq S_d$$

Para a verificação do estado limite último de perda de equilíbrio como corpo rígido, R_d e S_d devem assumir os valores de cálculo das ações estabilizantes e desestabilizantes respectivamente.

12.5.3 Esforços resistentes de cálculo

Os valores de cálculo dos esforços resistentes são determinados a partir dos valores de cálculo das resistências dos materiais adotados no projeto, ou das tensões resistentes de cálculo, como definido em 12.3.1.

Para aplicações específicas, ver seções 17, 19 e 23.

12.5.4 Esforços solicitantes de cálculo

As solicitações de cálculo são calculadas, para a combinação de ações considerada, de acordo com a análise estrutural (ver seção 14).



13 Limites para dimensões, deslocamentos e aberturas de fissuras

13.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

w_k - Abertura característica de fissuras na superfície do concreto

13.2 Dimensões limites

13.2.1 Introdução

A prescrição de valores limites mínimos para as dimensões de elementos estruturais de concreto tem como objetivo evitar um desempenho inaceitável para os elementos estruturais e propiciar condições de execução adequadas.

13.2.2 Vigas e vigas-parede

A seção transversal das vigas não deve apresentar largura menor que 12 cm e das vigas-parede, menor que 15 cm. Estes limites podem ser reduzidos, respeitando-se um mínimo absoluto de 10 cm em casos excepcionais, sendo obrigatoriamente respeitadas as seguintes condições:

- alojamento das armaduras e suas interferências com as armaduras de outros elementos estruturais, respeitando os espaçamentos e coberturas estabelecidos nesta Norma;
- lançamento e vibração do concreto de acordo com a NBR 14931.

13.2.3 Pilares e pilares-parede

A seção transversal de pilares e pilares-parede maciços, qualquer que seja a sua forma, não deve apresentar dimensão menor que 19 cm.

Em casos especiais, permite-se a consideração de dimensões entre 19 cm e 12 cm, desde que se multipliquem as ações a serem consideradas no dimensionamento por um coeficiente adicional γ_n , de acordo com o indicado na tabela 13.1 e na seção 11. Em qualquer caso, não se permite pilar com seção transversal de área inferior a 360 cm².

Tabela 13.1 – Valores do coeficiente adicional γ_n

b	≥ 19	18	17	16	15	14	13	12
γ_n	1,00	1,05	1,10	1,15	1,20	1,25	1,30	1,35

Onde:
 $\gamma_n = 1,95 - 0,05 b$;
 b é a menor dimensão da seção transversal do pilar.
 NOTA - O coeficiente γ_n deve majorar os esforços solicitantes finais de cálculo nos pilares, quando de seu dimensionamento.

13.2.4 Lajes

13.2.4.1 Lajes maciças

Nas lajes maciças devem ser respeitados os seguintes limites mínimos para a espessura:

- 5 cm para lajes de cobertura não em balanço;
- 7 cm para lajes de piso ou de cobertura em balanço;
- 10 cm para lajes que suportem veículos de peso total menor ou igual a 30 kN;
- 12 cm para lajes que suportem veículos de peso total maior que 30 kN;
- 15 cm para lajes com protensão apoiadas em vigas, $\frac{\ell}{42}$ para lajes de piso biapoiadas e $\frac{\ell}{50}$ para lajes de piso contínuas;
- 16 cm para lajes lisas e 14 cm para lajes-cogumelo.

13.2.4.2 Lajes nervuradas

A espessura da mesa, quando não houver tubulações horizontais embutidas, deve ser maior ou igual a 1/15 da distância entre nervuras e não menor que 3 cm.

O valor mínimo absoluto deve ser 4 cm, quando existirem tubulações embutidas de diâmetro máximo 12,5 mm.

A espessura das nervuras não deve ser inferior a 5 cm.

Nervuras com espessura menor que 8 cm não devem conter armadura de compressão.

Para o projeto das lajes nervuradas devem ser obedecidas as seguintes condições:

- para lajes com espaçamento entre eixos de nervuras menor ou igual a 65 cm, pode ser dispensada a verificação da flexão da mesa, e para a verificação do cisalhamento da região das nervuras, permite-se a consideração dos critérios de laje;
- para lajes com espaçamento entre eixos de nervuras entre 65 cm e 110 cm, exige-se a verificação da flexão da mesa e as nervuras devem ser verificadas ao cisalhamento como vigas; permite-se essa verificação como lajes se o espaçamento entre eixos de nervuras for até 90 cm e a largura média das nervuras for maior que 12 cm;
- para lajes nervuradas com espaçamento entre eixos de nervuras maior que 110 cm, a mesa deve ser projetada como laje maciça, apoiada na grelha de vigas, respeitando-se os seus limites mínimos de espessura.

13.2.5 Furos e aberturas

Quando forem previstos furos e aberturas em elementos estruturais, seu efeito na resistência e na deformação deve ser verificado e não devem ser ultrapassados os limites previstos nesta Norma, obedecido o disposto em 21.3.

De maneira geral os furos têm dimensões pequenas em relação ao elemento estrutural enquanto as aberturas não. Um conjunto de furos muito próximos deve ser tratado como uma abertura.

13.2.5.1 Furos que atravessam vigas na direção de sua largura

Em qualquer caso, a distância mínima de um furo à face mais próxima da viga deve ser no mínimo igual a 5 cm e duas vezes o cobrimento previsto para essa face. A seção remanescente nessa região, tendo sido descontada a área ocupada pelo furo, deve ser capaz de resistir aos esforços previstos no cálculo, além de permitir uma boa concretagem.

Devem ser respeitadas, simultaneamente, para dispensa da verificação, as seguintes condições:

- abertura em zona de tração e a uma distância da face do apoio de no mínimo $2h$, onde h é a altura da viga;
- dimensão da abertura de no máximo 12 cm e $h/3$;
- distância entre faces de aberturas, num mesmo tramo, de no mínimo $2h$;
- cobrimentos suficientes e não seccionamento das armaduras (ver seção 7).

13.2.5.2 Aberturas que atravessam lajes na direção de sua espessura

Em lajes lisas ou lajes-cogumelo, a verificação de resistência e deformação previstas em 13.2.5 deve sempre ser realizada.

Outros tipos de lajes podem ser dispensadas dessa verificação, devendo ser armadas em duas direções e verificadas, simultaneamente, as seguintes condições:

- as dimensões da abertura devem corresponder no máximo a $1/10$ do vão menor (l_x) (ver figura 13.1);
- a distância entre a face de uma abertura e uma borda livre da laje deve ser igual ou maior que $1/4$ do vão, na direção considerada; e
- a distância entre faces de aberturas adjacentes deve ser maior que a metade do menor vão.

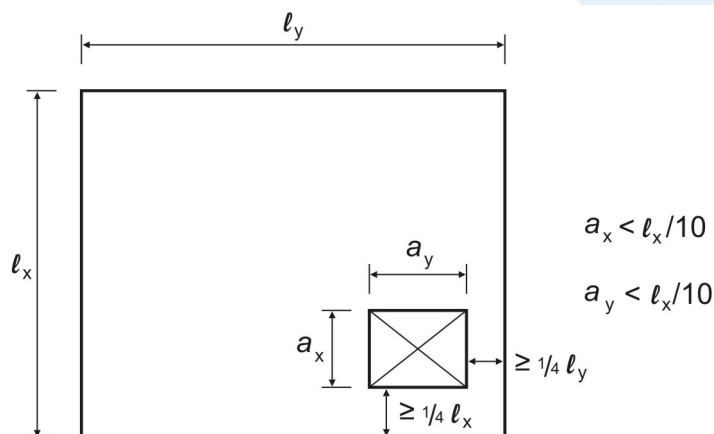


Figura 13.1 - Dimensões limites para aberturas de lajes com dispensa de verificação

13.2.6 Canalizações embutidas

Canalizações embutidas são aberturas segundo o eixo longitudinal de um elemento linear, contidas em um elemento de superfície ou imersas no interior de um elemento de volume.

Os elementos estruturais não devem conter canalizações embutidas nos seguintes casos:

- a) canalizações sem isolamento adequado ou verificação especial quando destinadas à passagem de fluidos com temperatura que se afaste de mais de 15°C da temperatura ambiente;
- b) canalizações destinadas a suportar pressões internas maiores que 0,3 MPa;
- c) canalizações embutidas em pilares de concreto, quer imersas no material ou em espaços vazios internos ao elemento estrutural, sem a existência de aberturas para drenagem.

13.3 Deslocamentos limites

Deslocamentos limites são valores práticos utilizados para verificação em serviço do estado limite de deformações excessivas da estrutura. Para os efeitos desta Norma são classificados nos quatro grupos básicos a seguir relacionados e devem obedecer aos limites estabelecidos na tabela 13.2:

- a) aceitabilidade sensorial: o limite é caracterizado por vibrações indesejáveis ou efeito visual desagradável. A limitação da flecha para prevenir essas vibrações, em situações especiais de utilização, deve ser realizada como estabelecido na seção 23;
- b) efeitos específicos: os deslocamentos podem impedir a utilização adequada da construção;
- c) efeitos em elementos não estruturais: deslocamentos estruturais podem ocasionar o mau funcionamento de elementos que, apesar que não fazem parte da estrutura, estão a ela ligados;
- d) efeitos em elementos estruturais: os deslocamentos podem afetar o comportamento do elemento estrutural, provocando afastamento em relação às hipóteses de cálculo adotadas. Se os deslocamentos forem relevantes para o elemento considerado, seus efeitos sobre as tensões ou sobre a estabilidade da estrutura devem ser considerados, incorporando-as ao modelo estrutural adotado.

Tabela 13.2 - Limites para deslocamentos

Tipo de efeito	Razão da limitação	Exemplo	Deslocamento a considerar	Deslocamento limite
Aceitabilidade sensorial	Visual	Deslocamentos visíveis em elementos estruturais	Total	$\ell / 250$
	Outro	Vibrações sentidas no piso	Devido a cargas acidentais	$\ell / 350$
Efeitos estruturais em serviço	Superfícies que devem drenar água	Coberturas e varandas	Total	$\ell / 250^{1)}$
	Pavimentos que devem permanecer planos	Ginásios e pistas de boliche	Total	$\ell / 350 +$ contraflecha ²⁾
			Ocorrido após a construção do piso	$\ell / 600$
Elementos que suportam equipamentos sensíveis	Laboratórios	Ocorrido após nivelamento do equipamento	De acordo com recomendação do fabricante do equipamento	
Efeitos em elementos não estruturais	Paredes	Alvenaria, caixilhos e revestimentos	Após a construção da parede	$\ell / 500^{3)}$ ou 10 mm ou $\theta = 0,0017 \text{ rad}^{4)}$
		Divisórias leves e caixilhos telescópicos	Ocorrido após a instalação da divisória	$\ell / 250^{3)}$ ou 25 mm
		Movimento lateral de edifícios	Provocado pela ação do vento para combinação freqüente ($\psi_1=0,30$)	$H/1700$ ou $H_i/850^{5)}$ entre pavimentos ⁶⁾
		Movimentos térmicos verticais	Provocado por diferença de temperatura	$\ell / 400^{7)}$ ou 15 mm
	Forros	Movimentos térmicos horizontais	Provocado por diferença de temperatura	$H_i/500$
		Revestimentos colados	Ocorrido após construção do forro	$\ell / 350$
		Revestimentos pendurados ou com juntas	Deslocamento ocorrido após construção do forro	$\ell / 175$
	Pontes rolantes	Desalinhamento de trilhos	Deslocamento provocado pelas ações decorrentes da frenação	$H/400$
Efeitos em elementos estruturais	Afastamento em relação às hipóteses de cálculo adotadas	Se os deslocamentos forem relevantes para o elemento considerado, seus efeitos sobre as tensões ou sobre a estabilidade da estrutura devem ser considerados, incorporando-as ao modelo estrutural adotado.		

¹⁾ As superfícies devem ser suficientemente inclinadas ou o deslocamento previsto compensado por contraflechas, de modo a não se ter acúmulo de água.

²⁾ Os deslocamentos podem ser parcialmente compensados pela especificação de contraflechas. Entretanto, a atuação isolada da contraflecha não pode ocasionar um desvio do plano maior que $\ell / 350$.

³⁾ O vão ℓ deve ser tomado na direção na qual a parede ou a divisória se desenvolve.

⁴⁾ Rotação nos elementos que suportam paredes.

⁵⁾ H é a altura total do edifício e H_i o desnível entre dois pavimentos vizinhos.

⁶⁾ Esse limite aplica-se ao deslocamento lateral entre dois pavimentos consecutivos devido à atuação de ações horizontais. Não devem ser incluídos os deslocamentos devidos a deformações axiais nos pilares. O limite também se aplica para o deslocamento vertical relativo das extremidades de lintéis conectados a duas paredes de contraventamento, quando H_i representa o comprimento do lintel.

⁷⁾ O valor ℓ refere-se à distância entre o pilar externo e o primeiro pilar interno.

NOTAS

1 Todos os valores limites de deslocamentos supõem elementos de vão ℓ suportados em ambas as extremidades por apoios que não se movem. Quando se tratar de balanços, o vão equivalente a ser considerado deve ser o dobro do comprimento do balanço.

2 Para o caso de elementos de superfície, os limites prescritos consideram que o valor ℓ é o menor vão, exceto em casos de verificação de paredes e divisórias, onde interessa a direção na qual a parede ou divisória se desenvolve, limitando-se esse valor a duas vezes o vão menor.

3 O deslocamento total deve ser obtido a partir da combinação das ações características ponderadas pelos coeficientes definidos na seção 11.

4 Deslocamentos excessivos podem ser parcialmente compensados por contraflechas.

13.4 Controle da fissuração e proteção das armaduras

13.4.1 Introdução

A fissuração em elementos estruturais de concreto armado é inevitável, devido à grande variabilidade e à baixa resistência do concreto à tração; mesmo sob as ações de serviço (utilização), valores críticos de tensões de tração são atingidos. Visando obter bom desempenho relacionado à proteção das armaduras quanto à corrosão e à aceitabilidade sensorial dos usuários, busca-se controlar a abertura dessas fissuras.

Nas estruturas com armaduras ativas (concreto protendido) existe também, com menor probabilidade, a possibilidade de aparecimento de fissuras. Nesse caso as fissuras podem ser mais nocivas, pois existe a possibilidade de corrosão sob tensão das armaduras.

De maneira geral, a presença de fissuras com aberturas que respeitem os limites dados em 13.4.2, em estruturas bem projetadas, construídas e submetidas às cargas previstas na normalização, não denotam perda de durabilidade ou perda de segurança quanto aos estados limites últimos.

As fissuras podem ainda ocorrer por outras causas, como retração plástica térmica ou devido a reações químicas internas do concreto nas primeiras idades, devendo ser evitadas ou limitadas por cuidados tecnológicos, especialmente na definição do traço e na cura do concreto.

13.4.2 Limites para fissuração e proteção das armaduras quanto à durabilidade

A abertura máxima característica w_k das fissuras, desde que não exceda valores da ordem de 0,2 mm a 0,4 mm, (conforme tabela 13.3) sob ação das combinações frequentes, não tem importância significativa na corrosão das armaduras passivas.

Como para as armaduras ativas existe a possibilidade de corrosão sob tensão, esses limites devem ser mais restritos e função direta da agressividade do ambiente, dada pela classe de agressividade ambiental (ver seção 6).

Na tabela 13.3 são dados valores limites da abertura característica w_k das fissuras, assim como outras providências visando garantir proteção adequada das armaduras quanto à corrosão. Entretanto, devido ao estágio atual dos conhecimentos e da alta variabilidade das grandezas envolvidas, esses limites devem ser vistos apenas como critérios para um projeto adequado de estruturas.

Embora as estimativas de abertura de fissuras feitas em 17.3.3.2 devam respeitar esses limites, não se deve esperar que as aberturas de fissuras reais correspondam estritamente aos valores estimados, isto é, fissuras reais podem eventualmente ultrapassar esses limites.

Tabela 13.3 - Exigências de durabilidade relacionadas à fissuração e à proteção da armadura, em função das classes de agressividade ambiental

Tipo de concreto estrutural	Classe de agressividade ambiental (CAA) e tipo de protensão	Exigências relativas à fissuração	Combinação de ações em serviço a utilizar
Concreto simples	CAA I a CAA IV	Não há	--
Concreto armado	CAA I	ELS-W $w_k \leq 0,4$ mm	Combinação freqüente
	CAA II a CAA III	ELS-W $w_k \leq 0,3$ mm	
	CAA IV	ELS-W $w_k \leq 0,2$ mm	
Concreto protendido nível 1 (protensão parcial)	Pré-tração com CAA I ou Pós-tração com CAA I e II	ELS-W $w_k \leq 0,2$ mm	Combinação freqüente
Concreto protendido nível 2 (protensão limitada)	Pré-tração com CAA II ou Pós-tração com CAA III e IV	Verificar as duas condições abaixo	
		ELS-F	Combinação freqüente
		ELS-D ¹⁾	Combinação quase permanente
Concreto protendido nível 3 (protensão completa)	Pré-tração com CAA III e IV	Verificar as duas condições abaixo	
		ELS-F	Combinação rara
		ELS-D ¹⁾	Combinação freqüente

¹⁾ A critério do projetista, o ELS-D pode ser substituído pelo ELS-DP com $a_p = 25$ mm (figura 3.1).

NOTAS

1 As definições de ELS-W, ELS-F e ELS-D encontram-se em 3.2.

2 Para as classes de agressividade ambiental CAA-III e IV exige-se que as cordoalhas não aderentes tenham proteção especial na região de suas ancoragens.

13.4.3 Controle da fissuração quanto à aceitabilidade sensorial e à utilização

No caso de as fissuras afetarem a funcionalidade da estrutura, como, por exemplo, no caso da estanqueidade de reservatórios, devem ser adotados limites menores para as aberturas das fissuras. Para controles mais efetivos da fissuração nessas estruturas, é conveniente a utilização da protensão.

Por controle de fissuração quanto à aceitabilidade sensorial, entende-se a situação em que as fissuras passam a causar desconforto psicológico aos usuários, embora não representem perda de segurança da estrutura. Limites mais severos de aberturas de fissuras podem ser estabelecidos com o contratante, devendo, porém, ser considerado o possível aumento significativo do custo da estrutura.

14 Análise estrutural

14.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

a - Distância entre seções de momento fletor nulo

b_{ef} - Largura efetiva

b_e - Largura colaborante da mesa de uma viga

b_w - Largura da alma de uma viga

d - Altura útil

l_0 - Distância entre faces de dois apoios consecutivos

l_e - Comprimento equivalente do elemento comprimido (pilar), suposto vinculado em ambas as extremidades

r_{inf} - Rigidez de tramo inferior de pilar em uma ligação tramo inferior de pilar-viga-tramo superior de pilar

r_{sup} - Rigidez de tramo superior de pilar em uma ligação tramo inferior de pilar-viga-tramo superior de pilar

r_{vig} - Rigidez de uma viga em uma ligação tramo inferior de pilar-viga-tramo superior de pilar

t - Comprimento do apoio paralelo ao vão da viga analisada

x - Altura da linha neutra

I - Momento de inércia

θ_{pl} - Rotação plástica

ΔM - Parcela de momento reduzida no arredondamento

14.2 Princípios gerais da análise estrutural

14.2.1 Objetivo da análise estrutural

O objetivo da análise estrutural é determinar os efeitos das ações em uma estrutura, com a finalidade de efetuar verificações de estados limites últimos e de serviço.

A análise estrutural permite estabelecer as distribuições de esforços internos, tensões, deformações e deslocamentos, em uma parte ou em toda a estrutura.

14.2.2 Premissas necessárias à análise estrutural

A análise deve ser feita com um modelo estrutural realista, que permita representar de maneira clara todos os caminhos percorridos pelas ações até os apoios da estrutura e que permita também representar a resposta não linear dos materiais.

Em casos mais complexos a interação solo-estrutura deve ser contemplada pelo modelo.

No caso da aplicação da protensão, deve-se garantir deslocabilidade adequada à sua realização efetiva, minimizando a transmissão não desejada para elementos adjacentes.

Análises locais complementares devem ser efetuadas nos casos em que a hipótese da seção plana não se aplica (ver seções 21 e 22).

Análises locais complementares também devem ser efetuadas quando a não linearidade introduzida pela fissuração for importante, como por exemplo na avaliação das flechas.

14.3 Hipóteses básicas

14.3.1 Condições de equilíbrio

As condições de equilíbrio devem ser necessariamente respeitadas.

As equações de equilíbrio podem ser estabelecidas com base na geometria indeformada da estrutura (teoria de 1ª ordem), exceto nos casos em que os deslocamentos alterem de maneira significativa os esforços internos (teoria de 2ª ordem, ver seção 15).

14.3.2 Condições de compatibilidade

Quando as condições de compatibilidade não forem verificadas no estado limite considerado, devem ser adotadas medidas que garantam utilidade adequada da estrutura no estado limite último, resguardado um desempenho adequado nos estados limites de serviço.

14.3.3 Carregamento monotônico

Admite-se carregamento monotônico até o estado limite considerado, nas estruturas usuais, desde que a resposta a ciclos de carga e descarga, em serviço, não solicite o concreto a tensões de compressão acima de $0,5 f_{ck}$.

14.4 Elementos estruturais

As estruturas podem ser idealizadas como a composição de elementos estruturais básicos, classificados e definidos de acordo com a sua forma geométrica e a sua função estrutural, conforme 14.4.1 e 14.4.2.

14.4.1 Elementos lineares

São aqueles em que o comprimento longitudinal supera em pelo menos três vezes a maior dimensão da seção transversal, sendo também denominados barras. De acordo com a sua função estrutural, recebem as designações de 14.4.1.1 a 14.4.1.4.

14.4.1.1 Vigas

Elementos lineares em que a flexão é preponderante.

14.4.1.2 Pilares

Elementos lineares de eixo reto, usualmente dispostos na vertical, em que as forças normais de compressão são preponderantes.

14.4.1.3 Tirantes

Elementos lineares de eixo reto em que as forças normais de tração são preponderantes.

14.4.1.4 Arcos

Elementos lineares curvos em que as forças normais de compressão são preponderantes, agindo ou não simultaneamente com esforços solicitantes de flexão, cujas ações estão contidas em seu plano.

14.4.2 Elementos de superfície

Elementos em que uma dimensão, usualmente chamada espessura, é relativamente pequena em face das demais, podendo receber as designações apresentadas em 14.4.2.1 a 14.4.2.4.

14.4.2.1 Placas

Elementos de superfície plana sujeitos principalmente a ações normais a seu plano. As placas de concreto são usualmente denominadas lajes. Placas com espessura maior que $1/3$ do vão devem ser estudadas como placa espessa.

14.4.2.2 Chapas

Elementos de superfície plana, sujeitos principalmente a ações contidas em seu plano. As chapas de concreto em que o vão for menor que três vezes a maior dimensão da seção transversal são usualmente denominadas vigas-parede.

14.4.2.3 Cascas

Elementos de superfície não plana.

14.4.2.4 Pilares-parede

Elementos de superfície plana ou casca cilíndrica, usualmente dispostos na vertical e submetidos preponderantemente à compressão. Podem ser compostos por uma ou mais superfícies associadas. Para que se tenha um pilar-parede, em alguma dessas superfícies a menor dimensão deve ser menor que $1/5$ da maior, ambas consideradas na seção transversal do elemento estrutural.

14.5 Tipos de análise estrutural

14.5.1 Generalidades

Para a situação de projeto, a análise estrutural pode ser efetuada por um dos métodos apresentados em 14.5.2 a 14.5.6, que se diferenciam pelo comportamento admitido para os materiais constituintes da estrutura, não perdendo de vista em cada caso as limitações correspondentes.

Para situações de verificações de projetos ou obras já executadas, não-conformidades identificadas através de um desses modelos de análise estrutural não serão aceitas como impugnações. Para aceitação desse projeto ou obra é suficiente mostrar a conformidade com a norma por um dos outros modelos de análise estrutural.

Todos esses modelos admitem, para efeito desta seção, que os deslocamentos da estrutura são pequenos.

14.5.2 Análise linear

Admite-se comportamento elástico-linear para os materiais.

Na análise global as características geométricas podem ser determinadas pela seção bruta de concreto dos elementos estruturais. Em análises locais para cálculo dos deslocamentos, na eventualidade da fissuração, esta deve ser considerada.

Os valores para o módulo de elasticidade e o coeficiente de Poisson devem ser adotados de acordo com o apresentado em 8.2.8 e 8.2.9, devendo, em princípio, ser considerado o módulo de elasticidade secante E_{cs} .

Os resultados de uma análise linear são usualmente empregados para a verificação de estados limites de serviço.

É possível estender os resultados para verificações de estado limite último, mesmo com tensões elevadas, desde que se garanta a ductilidade dos elementos estruturais.

14.5.3 Análise linear com redistribuição

Na análise linear com redistribuição, os efeitos das ações, determinados em uma análise linear, são redistribuídos na estrutura, para as combinações de carregamento do ELU.

Nesse caso as condições de equilíbrio e de ductilidade devem ser obrigatoriamente satisfeitas.

Todos os esforços internos devem ser recalculados de modo a garantir o equilíbrio de cada um dos elementos estruturais e da estrutura como um todo. Os efeitos de redistribuição devem ser considerados em todos os aspectos do projeto estrutural, inclusive as condições de ancoragem e corte de armaduras e os esforços a ancorar.

Cuidados especiais devem ser tomados com relação a carregamentos de grande variabilidade.

As verificações de combinações de carregamento de ELS ou de fadiga podem ser baseadas na análise linear sem redistribuição. De uma maneira geral é desejável que não haja redistribuição de esforços em serviço.

14.5.4 Análise plástica

A análise estrutural é denominada plástica quando as não linearidades puderem ser consideradas, admitindo-se materiais de comportamento rígido-plástico perfeito ou elasto-plástico perfeito.

A análise plástica de estruturas reticuladas não pode ser adotada quando:

- a) se consideram os efeitos de segunda ordem global;
- b) não houver suficiente ductilidade para que as configurações adotadas sejam atingidas.

No caso de carregamento cíclico com possibilidade de fadiga, deve-se evitar o cálculo plástico, observando-se as prescrições contidas na seção 23.

14.5.5 Análise não-linear

Na análise não-linear, considera-se o comportamento não-linear dos materiais.

Toda a geometria da estrutura, bem como todas as suas armaduras, precisam ser conhecidas para que a análise não-linear possa ser efetuada, pois a resposta da estrutura depende de como ela foi armada.

Condições de equilíbrio, de compatibilidade e de ductilidade devem ser necessariamente satisfeitas. Análises não-lineares podem ser adotadas tanto para verificações de estados limites últimos como para verificações de estados limites de serviço.

14.5.6 Análise através de modelos físicos

Na análise através de modelos físicos, o comportamento estrutural é determinado a partir de ensaios realizados com modelos físicos de concreto, considerando os critérios de semelhança mecânica.

A metodologia empregada nos experimentos deve assegurar a possibilidade de obter a correta interpretação dos resultados.

Neste caso, a interpretação dos resultados deve ser justificada por modelo teórico do equilíbrio nas seções críticas e análise estatística dos resultados.

Se for possível uma avaliação adequada da variabilidade dos resultados, pode-se adotar as margens de segurança prescritas nesta Norma, conforme as seções 11 e 12. Caso contrário, quando só for possível avaliar o valor médio dos resultados, deve ser ampliada a margem de segurança referida nesta Norma, cobrindo a favor da segurança as variabilidades avaliadas por outros meios.

Obrigatoriamente devem ser obtidos resultados para todos os estados limites últimos e de serviço a serem empregados na análise da estrutura.

Todas as ações, condições e possíveis influências que possam ocorrer durante a vida da estrutura devem ser convenientemente reproduzidas nos ensaios.

Esse tipo de análise é apropriado quando os modelos de cálculo são insuficientes ou estão fora do escopo desta Norma.

Para o caso de provas de carga, devem ser atendidas as prescrições da seção 25.

14.6 Estruturas de elementos lineares

14.6.1 Hipóteses básicas

Estruturas ou partes de estruturas que possam ser assimiladas a elementos lineares (vigas, pilares, tirantes, arcos, pórticos, grelhas, treliças) podem ser analisadas admitindo-se as seguintes hipóteses:

- manutenção da seção plana após a deformação;
- representação dos elementos por seus eixos longitudinais;
- comprimento limitado pelos centros de apoios ou pelo cruzamento com o eixo de outro elemento estrutural.

14.6.2 Caracterização da geometria

14.6.2.1 Trechos rígidos

Os trechos de elementos lineares pertencentes a região comum ao cruzamento de dois ou mais elementos podem ser considerados como rígidos (nós de dimensões finitas), da maneira como se ilustra na figura 14.1.

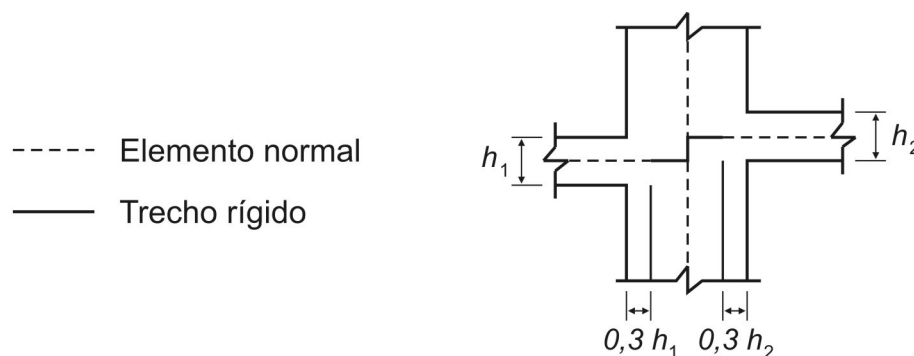


Figura 14.1 - Trechos rígidos

14.6.2.2 Largura colaborante de vigas de seção T

Quando a estrutura for modelada sem a consideração automática da ação conjunta de lajes e vigas, esse efeito pode ser considerado mediante a adoção de uma largura colaborante da laje associada à viga, compondo uma seção transversal T.

A consideração da seção T pode ser feita para estabelecer as distribuições de esforços internos, tensões, deformações e deslocamentos na estrutura, de uma forma mais realista.

A largura colaborante b_f deve ser dada pela largura da viga b_w acrescida de no máximo 10% da distância a entre pontos de momento fletor nulo, para cada lado da viga em que houver laje colaborante.

A distância a pode ser estimada, em função do comprimento ℓ do tramo considerado, como se apresenta a seguir:

- viga simplesmente apoiada: $a = 1,00 \ell$;
- tramo com momento em uma só extremidade: $a = 0,75 \ell$;
- tramo com momentos nas duas extremidades: $a = 0,60 \ell$;
- tramo em balanço: $a = 2,00 \ell$.

Alternativamente, o cômputo da distância a pode ser feito ou verificado mediante exame dos diagramas de momentos fletores na estrutura.

No caso de vigas contínuas, permite-se calculá-las com uma largura colaborante única para todas as seções, inclusive nos apoios sob momentos negativos, desde que essa largura seja calculada a partir do trecho de momentos positivos onde a largura resulte mínima.

Devem ser respeitados os limites b_1 e b_3 conforme indicado na figura 14.2.

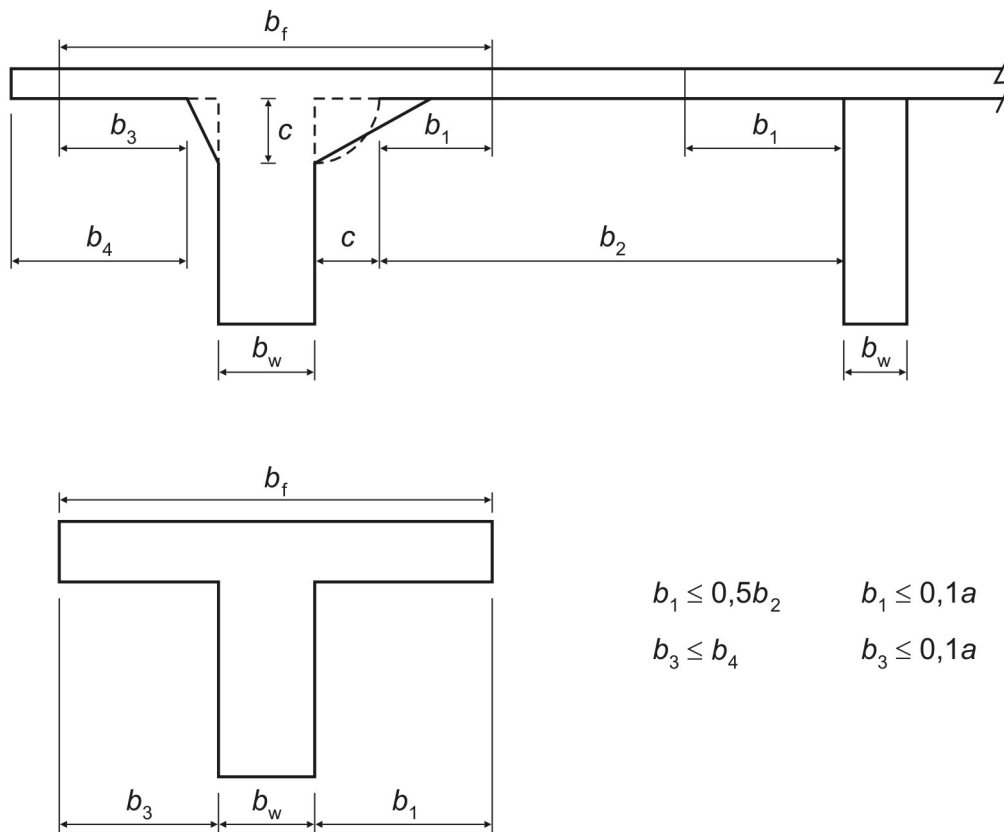


Figura 14.2 - Largura de mesa colaborante

Quando a laje apresentar aberturas ou interrupções na região da mesa colaborante, a variação da largura efetiva (b_{ef}) da mesa deve respeitar o máximo b_f e limitações impostas pelas aberturas conforme mostra a figura 14.3.

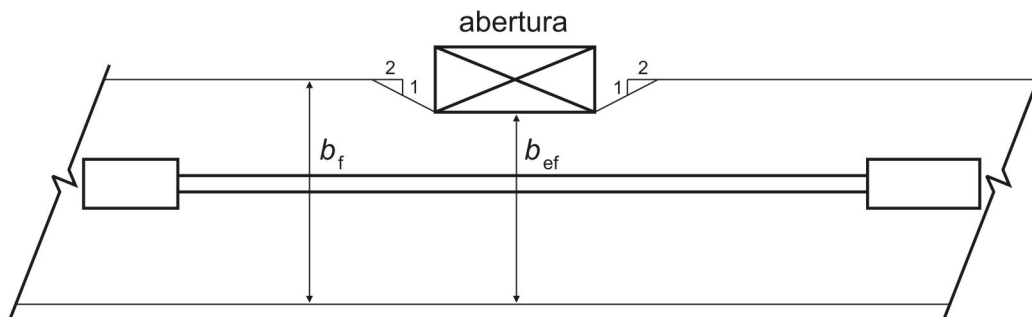


Figura 14.3 - Largura efetiva com abertura

14.6.2.3 Mísulas e variações bruscas de seções

Na ocorrência de mísula ou variação brusca de seção transversal, só deve ser considerada como parte efetiva da seção aquela indicada na figura 14.4.

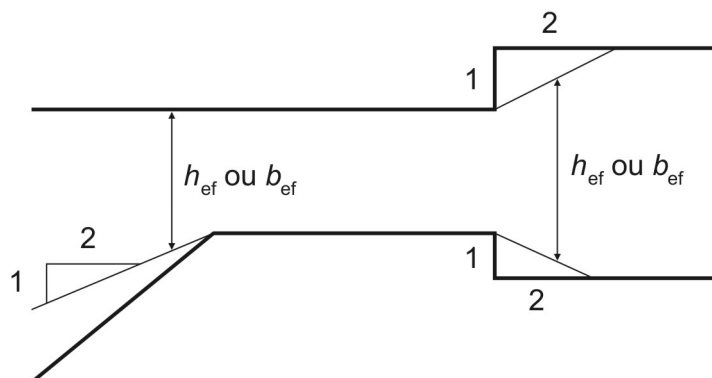


Figura 14.4 - Altura e largura efetivas de uma seção transversal

14.6.2.4 Vãos efetivos de vigas

O vão efetivo pode ser calculado por:

$$l_{ef} = l_0 + a_1 + a_2$$

com a_1 igual ao menor valor entre $(t_1/2$ e $0,3h)$ e a_2 igual ao menor valor entre $(t_2/2$ e $0,3h)$, conforme figura 14.5.

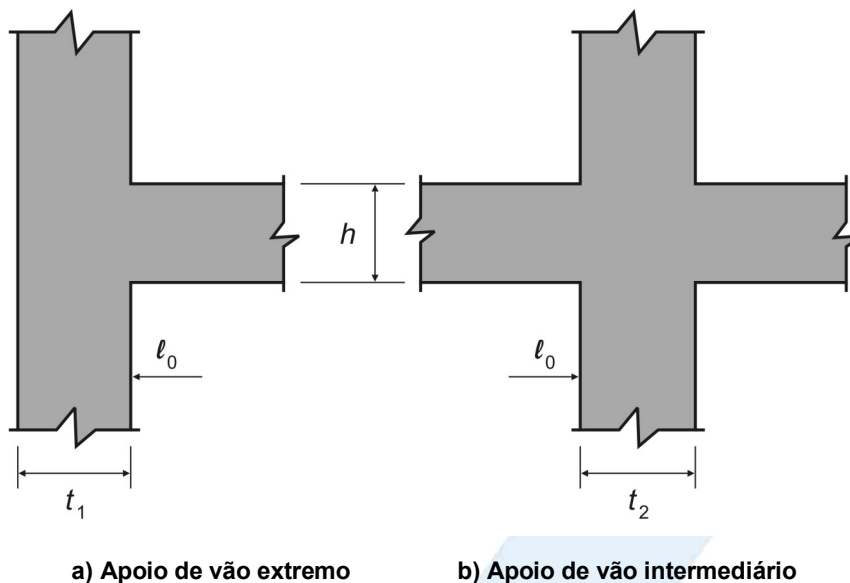
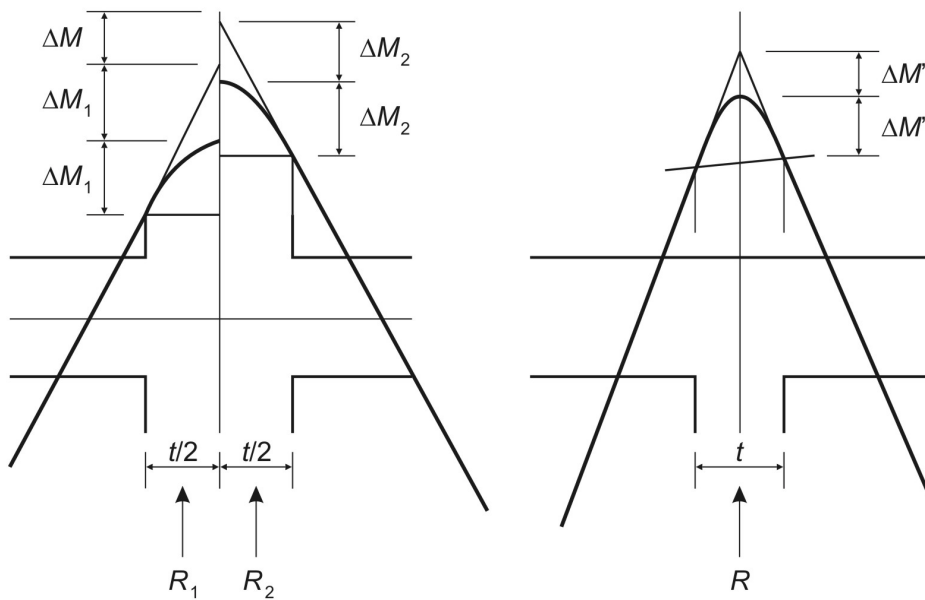


Figura 14.5 - Vão efetivo

14.6.3 Arredondamento do diagrama de momentos fletores

O diagrama de momentos fletores pode ser arredondado sobre os apoios e pontos de aplicação de forças consideradas como concentradas e nós de pórticos. Esse arredondamento pode ser feito de maneira aproximada conforme indicado na figura 14.6.



$$\Delta M = \frac{R_2 - R_1}{4} t$$

$$\Delta M_1 = R_1 t / 4$$

$$\Delta M_2 = R_2 t / 4$$

$$\Delta M' = R t / 8$$

Figura 14.6 - Arredondamento de diagrama de momentos fletores

14.6.4 Análise linear com ou sem redistribuição

Aplicam-se às estruturas de elementos lineares as condições gerais expressas em 14.5.2 e 14.5.3 e as condições específicas apresentadas em 14.6.4.1 a 14.6.4.3.

14.6.4.1 Valores de rigidez

Para o cálculo da rigidez dos elementos estruturais permite-se, como aproximação, tomar o módulo de elasticidade secante (E_{cs}) (ver 8.2.8) e o momento de inércia da seção bruta de concreto.

Para verificação das flechas devem obrigatoriamente ser consideradas a fissuração e a fluência, usando, por exemplo, o critério de 17.3.2.1.

14.6.4.2 Restrições para a redistribuição

As redistribuições de momentos fletores e de torção em pilares, elementos lineares com preponderância de compressão e consolos, só podem ser adotadas quando forem decorrentes de redistribuições de momentos de vigas que a eles se liguem.

Quando forem utilizados procedimentos aproximados, apenas uma pequena redistribuição é permitida em estruturas de nós móveis (ver 14.6.4.3).

As redistribuições implícitas em uma análise de segunda ordem devem ser realizadas de acordo com a seção 15.

14.6.4.3 Limites para redistribuição de momentos e condições de ductilidade

A capacidade de rotação dos elementos estruturais é função da posição da linha neutra no ELU. Quanto menor for x/d , tanto maior será essa capacidade.

Para melhorar a ductilidade das estruturas nas regiões de apoio das vigas ou de ligações com outros elementos estruturais, mesmo quando não forem feitas redistribuições de esforços solicitantes, a posição da linha neutra no ELU deve obedecer aos seguintes limites:

- a) $x/d \leq 0,50$ para concretos com $f_{ck} \leq 35$ MPa; ou
- b) $x/d \leq 0,40$ para concretos com $f_{ck} > 35$ MPa.

Esses limites podem ser alterados se forem utilizados detalhes especiais de armaduras, como por exemplo os que produzem confinamento nessas regiões.

Quando for efetuada uma redistribuição, reduzindo-se um momento fletor de M para δM , em uma determinada seção transversal, a relação entre o coeficiente de redistribuição δ e a posição da linha neutra nessa seção x/d , para o momento reduzido δM , deve ser dada por:

- a) $\delta \geq 0,44 + 1,25 x/d$ para concretos com $f_{ck} \leq 35$ MPa; ou
- b) $\delta \geq 0,56 + 1,25 x/d$ para concretos com $f_{ck} > 35$ MPa.

O coeficiente de redistribuição deve, ainda, obedecer aos seguintes limites:

- a) $\delta \geq 0,90$ para estruturas de nós móveis;
- b) $\delta \geq 0,75$ em qualquer outro caso.

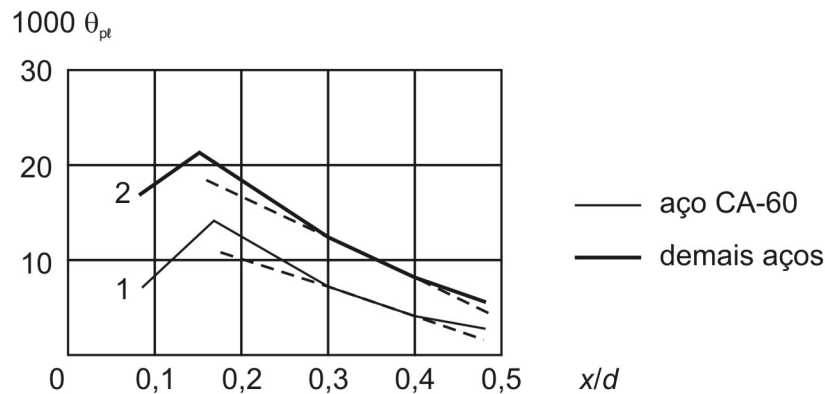
Pode ser adotada redistribuição fora dos limites estabelecidos nesta Norma, desde que a estrutura seja calculada mediante o emprego de análise não-linear ou de análise plástica, com verificação explícita da capacidade de rotação de rótulas plásticas.

14.6.5 Análise plástica

Para verificações de estados limites últimos pode ser efetuada a análise plástica da estrutura, com a simulação de rótulas plásticas localizadas nas seções críticas.

É obrigatória a verificação das rotações nas rótulas plásticas, correspondentes aos mecanismos adotados, que não podem superar a capacidade de rotação plástica das seções transversais correspondentes.

Esse limite, função da profundidade relativa x/d da linha neutra na seção para o momento fletor considerado na rótula, pode ser determinado através da figura 14.7, para razão a/d igual a 6 (onde: a é a distância entre pontos de momento nulo da região que contém a seção plastificada). Para outras relações a/d , multiplicar os valores extraídos da figura 14.7 por $\sqrt{(a/d)/6}$.



Curvas tracejadas:

- Curva 1: para $x/d \geq 0,17 \Rightarrow 1\ 000\ \theta_{pt} = 2\ d/x$
- Curva 2: para $x/d \geq 0,15 \Rightarrow 1\ 000\ \theta_{pt} = 3,5\ d/x$

Figura 14.7 - Capacidade de rotação de rótulas plásticas

A verificação da capacidade de rotação de rótulas plásticas deve ser feita para cada uma das combinações de carregamento consideradas. Atenção especial deve ser dada à verificação da fissuração nas rótulas para condições de serviço.

14.6.6 Análise não-linear

Análises não-lineares são permitidas tanto para verificações de estados limites últimos como para verificações de estados limites de serviço.

14.6.7 Estruturas usuais de edifícios - Aproximações permitidas

14.6.7.1 Vigas contínuas

Pode ser utilizado o modelo clássico de viga contínua, simplesmente apoiada nos pilares, para o estudo das cargas verticais, observando-se a necessidade das seguintes correções adicionais:

- a) não devem ser considerados momentos positivos menores que os que se obteriam se houvesse engastamento perfeito da viga nos apoios internos;
- b) quando a viga for solidária com o pilar intermediário e a largura do apoio, medida na direção do eixo da viga, for maior que a quarta parte da altura do pilar, não pode ser considerado momento negativo de valor absoluto menor do que o de engastamento perfeito nesse apoio;
- c) quando não for realizado o cálculo exato da influência da solidariedade dos pilares com a viga, deve ser considerado, nos apoios externos, momento fletor igual ao momento de engastamento perfeito multiplicado pelos coeficientes estabelecidos nas seguintes relações:

- na viga:

$$\frac{r_{\text{inf}} + r_{\text{sup}}}{r_{\text{vig}} + r_{\text{inf}} + r_{\text{sup}}}$$

- no tramo superior do pilar:

$$\frac{r_{\text{sup}}}{r_{\text{vig}} + r_{\text{inf}} + r_{\text{sup}}}$$

- no tramo inferior do pilar:

$$\frac{r_{\text{inf}}}{r_{\text{vig}} + r_{\text{inf}} + r_{\text{sup}}}$$

sendo:

$$r_i = \frac{I_i}{\ell_i}$$

onde:

r_i é a rigidez do elemento i no nó considerado, avaliada conforme indicado na figura 14.8.

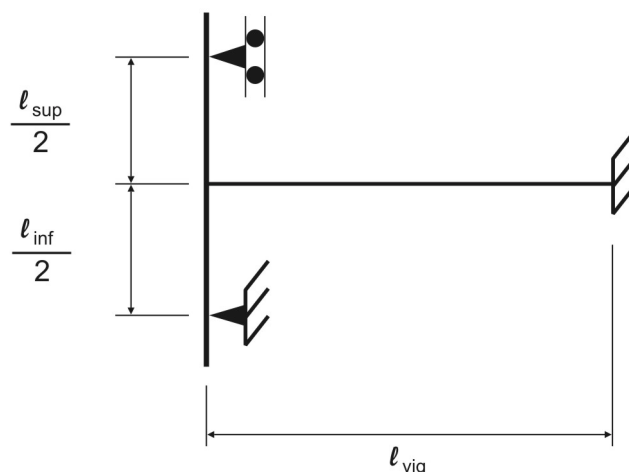


Figura 14.8 - Aproximação em apoios extremos

Alternativamente, o modelo de viga contínua pode ser melhorado, considerando-se a solidariedade dos pilares com a viga, mediante a introdução da rigidez à flexão dos pilares extremos e intermediários.

A adequabilidade do modelo empregado deve ser verificada mediante análise cuidadosa dos resultados obtidos.

Cuidados devem ser tomados para garantir o equilíbrio de momentos nos nós viga-pilar, especialmente nos modelos mais simples, como o de vigas contínuas.

14.6.7.2 Grelhas e pórticos espaciais

Os pavimentos dos edifícios podem ser modelados como grelhas, para estudo das cargas verticais, considerando-se a rigidez à flexão dos pilares de maneira análoga à que foi prescrita para as vigas contínuas.

De maneira aproximada, nas grelhas e nos pórticos espaciais, pode-se reduzir a rigidez à torção das vigas por fissuração utilizando-se 15% da rigidez elástica, exceto para os elementos estruturais com protensão limitada ou completa (níveis 2 ou 3).

Perfis abertos de parede fina podem ser modelados considerando o disposto em 17.5.

14.6.7.3 Consideração de cargas variáveis

Para estruturas de edifícios em que a carga variável seja no máximo igual a 20% da carga total, a análise estrutural pode ser realizada sem a consideração de alternância de cargas.

14.6.7.4 Estrutura de contraventamento lateral

A laje de um pavimento pode ser considerada como uma chapa totalmente rígida em seu plano, desde que não apresente grandes aberturas e cujo lado maior do retângulo circunscrito ao pavimento em planta não supere em três vezes o lado menor.

14.7 Estruturas com elementos de placa

14.7.1 Hipóteses básicas

Estruturas de placas podem ser analisadas admitindo-se as seguintes hipóteses:

- manutenção da seção plana após a deformação, em faixas suficientemente estreitas;
- representação dos elementos por seu plano médio.

14.7.2 Caracterização da geometria

14.7.2.1 Mísulas e variações bruscas de espessuras

A altura efetiva a ser considerada é mostrada na figura 14.4.

14.7.2.2 Vãos efetivos de lajes ou placas

Quando os apoios puderem ser considerados suficientemente rígidos quanto à translação vertical, o vão efetivo deve ser calculado pela seguinte expressão:

$$l_{ef} = l_0 + a_1 + a_2$$

Os valores de a_1 e a_2 , em cada extremidade do vão, podem ser determinados pelos valores apropriados de a_i na figura 14.5.

14.7.3 Análise linear com ou sem redistribuição

Aplicam-se às estruturas de placas métodos baseados na teoria da elasticidade, com coeficiente de Poisson igual a 0,2.

Devem ser atendidas as condições gerais expressas em 14.5.2 e 14.5.3 e as condições específicas apresentadas em 14.7.3.1 a 14.7.3.2.

14.7.3.1 Valores de rigidez

Para verificação do estado limite de deformação excessiva podem ser utilizados valores de rigidez do estágio I, considerando o módulo de elasticidade secante do concreto, desde que os momentos fletores sejam menores que o de fissuração.

Os eventuais efeitos de fissuração e deformação lenta devem ser considerados de forma análoga aos procedimentos expostos na seção 17.

14.7.3.2 Redistribuição de momentos e condições de ductilidade

Quando for efetuada uma redistribuição, a relação entre o coeficiente δ (conforme 14.6.4.3) e a posição da linha neutra é dada por:

a) $\delta \geq 0,44 + 1,25 x/d$ para concretos com $f_{ck} \leq 35$ MPa;

b) $\delta \geq 0,56 + 1,25 x/d$ para concretos com $f_{ck} > 35$ MPa.

O coeficiente de redistribuição deve, ainda, obedecer ao limite $\delta \geq 0,75$.

14.7.4 Análise plástica

Para a consideração do estado limite último, a análise de esforços pode ser realizada através da teoria das charneiras plásticas.

Para garantia de condições apropriadas de ductilidade, dispensando a verificação explícita da capacidade de rotação plástica, prescrita em 14.6.5, deve-se ter a posição da linha neutra limitada em:

$$x/d \leq 0,30$$

Na falta de melhores dados experimentais, deve ser adotada, para lajes retangulares, razão mínima de 1,5:1 entre momentos de borda (com continuidade e apoio indeslocável) e momentos no vão.

Cuidados especiais devem ser tomados em relação à fissuração e verificação das flechas no ELS, principalmente quando se adota a relação entre momentos muito diferente da que resulta de uma análise elástica.

14.7.5 Análise não-linear

Análises não-lineares são permitidas tanto para verificações de estados limites últimos como para verificações de estados limites de serviço.

14.7.6 Lajes maciças

14.7.6.1 Reações de apoio

Para o cálculo das reações de apoio das lajes maciças retangulares com carga uniforme podem ser feitas as seguintes aproximações:

a) as reações em cada apoio são as correspondentes às cargas atuantes nos triângulos ou trapézios determinados através das charneiras plásticas correspondentes à análise efetuada com os critérios de 14.7.4, sendo que essas reações podem ser, de maneira aproximada, consideradas uniformemente distribuídas sobre os elementos estruturais que lhes servem de apoio;

b) quando a análise plástica não for efetuada, as charneiras podem ser aproximadas por retas inclinadas, a partir dos vértices com os seguintes ângulos:

– 45° entre dois apoios do mesmo tipo;

– 60° a partir do apoio considerado engastado, se o outro for considerado simplesmente apoiado;

– 90° a partir do apoio, quando a borda vizinha for livre.

14.7.6.2 Aproximações para diagramas de momentos fletores

Quando houver predominância de cargas permanentes, as lajes vizinhas podem ser consideradas como isoladas, realizando-se compatibilização dos momentos sobre os apoios de forma aproximada.

No caso de análise plástica, a compatibilização pode ser realizada mediante alteração das razões entre momentos de borda e vão, em procedimento iterativo, até a obtenção de valores equilibrados nas bordas.

Permite-se, simplificada, a adoção do maior valor de momento negativo ao invés de equilibrar os momentos de lajes diferentes sobre uma borda comum.

14.7.7 Lajes nervuradas

Lajes nervuradas são as lajes moldadas no local ou com nervuras pré-moldadas, cuja zona de tração para momentos positivos está localizada nas nervuras entre as quais pode ser colocado material inerte.

As lajes com nervuras pré-moldadas devem atender adicionalmente às prescrições de Normas Brasileiras específicas.

Todas as prescrições anteriores relativas às lajes podem ser consideradas válidas, desde que sejam obedecidas as condições de 13.2.4.2.

Quando essas hipóteses não forem verificadas, deve-se analisar a laje nervurada considerando a capa como laje maciça apoiada em grelha de vigas.

As lajes nervuradas unidirecionais devem ser calculadas segundo a direção das nervuras desprezadas a rigidez transversal e a rigidez à torção.

As lajes nervuradas bidirecionais (conforme NBR 14859-2) podem ser calculadas, para efeito de esforços solicitantes, como lajes maciças.

14.7.8 Lajes lisas e lajes-cogumelo

Lajes-cogumelo são lajes apoiadas diretamente em pilares com capitéis, enquanto lajes lisas são as apoiadas nos pilares sem capitéis.

A análise estrutural de lajes lisas e cogumelo deve ser realizada mediante emprego de procedimento numérico adequado, por exemplo, diferenças finitas, elementos finitos e elementos de contorno.

Nos casos em que os pilares estiverem dispostos em filas ortogonais, de maneira regular e com vãos pouco diferentes, o cálculo dos esforços pode ser realizado pelo processo elástico aproximado, com redistribuição, que consiste em adotar em cada direção pórticos múltiplos, para obtenção dos esforços solicitantes.

Para cada pórtico deve ser considerada a carga total. A distribuição dos momentos, obtida em cada direção, segundo as faixas indicadas na figura 14.9, deve ser feita da seguinte maneira:

- 45% dos momentos positivos para as duas faixas internas;
- 27,5% dos momentos positivos para cada uma das faixas externas;
- 25% dos momentos negativos para as duas faixas internas;
- 37,5% dos momentos negativos para cada uma das faixas externas.

Devem ser cuidadosamente estudadas as ligações das lajes com os pilares, com especial atenção aos casos em que não haja simetria de forma ou de carregamento da laje em relação ao apoio.

Obrigatoriamente devem ser considerados os momentos de ligação entre laje e pilares extremos.

A punção deve ser verificada de acordo com 19.5.

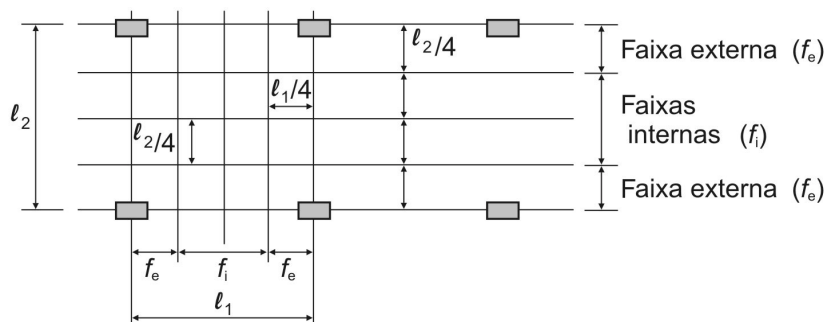


Figura 14.9 - Faixas de laje para distribuição dos esforços nos pórticos múltiplos

14.8 Estruturas contendo outros elementos

14.8.1 Vigas-parede e pilares-parede

Para vigas-parede ou pilares-parede podem ser utilizadas a análise linear ou a análise não-linear.

A análise linear, na maioria dos casos, deve ser realizada com o emprego de procedimento numérico adequado, como, por exemplo, diferenças finitas, elementos finitos e elementos de contorno.

Para a consideração de uma viga-parede ou um pilar-parede como componente de um sistema estrutural, permite-se representá-lo por elemento linear, desde que se considere a deformação por cisalhamento, e um ajuste de sua rigidez à flexão para o comportamento real.

14.8.2 Blocos

Para os blocos podem ser utilizadas a análise linear, a análise plástica ou a análise não-linear.

A análise linear, na maioria dos casos, deve ser realizada com o emprego de procedimento numérico adequado, como, por exemplo, diferenças finitas e elementos finitos.

15 Instabilidade e efeitos de 2ª ordem

15.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

e_1 - Excentricidade de 1ª ordem (não inclui a excentricidade acidental)

e_{cc} - Excentricidade devida ao fenômeno de fluência

$(EI)_{sec}$ - Rigidez secante

$(EI)_{eq}$ - Rigidez equivalente

M_{yid} - Momento fletor de 1ª ordem, de cálculo, na faixa i , direção y

α - Parâmetro de instabilidade

γ_z - Coeficiente de majoração dos esforços globais finais de 1ª ordem para obtenção dos finais de 2ª ordem

κ - Rigidez secante adimensional

λ_1 - Valor limite para índice de esbeltez (contempla excentricidade acidental do pilar)

θ_1 - Desaprumo de um elemento vertical contínuo

- Desaprumo em um lance de pilar de altura ℓ

15.2 Campo de aplicação e conceitos fundamentais

Esta seção se aplica principalmente a estruturas constituídas por barras submetidas à flexão composta, onde a contribuição da torção, nos efeitos de 2ª ordem, possa ser desprezada.

Os princípios desta seção podem ser aplicados a outros tipos de elementos estruturais, como cascas, paredes e vigas-parede.

Nas estruturas de concreto armado, o estado limite último de instabilidade é atingido sempre que, ao crescer a intensidade do carregamento e, portanto, das deformações, há elementos submetidos a flexo-compressão em que o aumento da capacidade resistente passa a ser inferior ao aumento da sollicitação.

Existem nas estruturas três tipos de instabilidade:

- a) nas estruturas sem imperfeições geométricas iniciais, pode haver (para casos especiais de carregamento) perda de estabilidade por bifurcação do equilíbrio (flambagem);
- b) em situações particulares (estruturas abatidas), pode haver perda de estabilidade sem bifurcação do equilíbrio por passagem brusca de uma configuração para outra reversa da anterior (ponto limite com reversão);
- c) em estruturas de material de comportamento não-linear, com imperfeições geométricas iniciais, não há perda de estabilidade por bifurcação do equilíbrio, podendo, no entanto, haver perda de estabilidade quando, ao crescer a intensidade do carregamento, o aumento da capacidade resistente da estrutura passa a ser menor do que o aumento da sollicitação (ponto limite sem reversão).

Os casos a) e b) podem ocorrer para estruturas de material de comportamento linear ou não-linear.

Efeitos de 2ª ordem são aqueles que se somam aos obtidos numa análise de primeira ordem (em que o equilíbrio da estrutura é estudado na configuração geométrica inicial), quando a análise do equilíbrio passa a ser efetuada considerando a configuração deformada.

Os efeitos de 2ª ordem, em cuja determinação deve ser considerado o comportamento não-linear dos materiais, podem ser desprezados sempre que não representem acréscimo superior a 10% nas reações e nas sollicitações relevantes da estrutura.

15.3 Princípio básico de cálculo

A análise estrutural com efeitos de 2ª ordem deve assegurar que, para as combinações mais desfavoráveis das ações de cálculo, não ocorra perda de estabilidade nem esgotamento da capacidade resistente de cálculo.

A não-linearidade física, presente nas estruturas de concreto armado, deve ser obrigatoriamente considerada.

A deformabilidade dos elementos deve ser calculada com base nos diagramas tensão-deformação dos materiais definidos na seção 8. A tensão de pico do concreto deve ser igual a $1,10 f_{cd}$, já incluído o efeito de carga mantida (Rüsch), e a do aço igual a f_{yd} , com os valores de γ_c e γ_s utilizados para o ELU.

A verificação da capacidade resistente deve ser feita conforme prescrições da seção 17.

Possíveis incertezas nas características dos apoios da estrutura e na deformabilidade destas devem ser consideradas na análise.

15.3.1 Relações momento-curvatura

O principal efeito da não-linearidade pode, em geral, ser considerado através da construção da relação momento-curvatura para cada seção, com armadura suposta conhecida, e para o valor da força normal atuante.

Pode ser considerada também a formulação de segurança em que se calculam os efeitos de 2ª ordem das cargas majoradas de γ_f/γ_{f3} , que posteriormente são majorados de γ_{f3} , com $\gamma_{f3} = 1,1$, com a seguinte equação:

$$S_{d,tot} = 1,10 S_d (F)$$

onde:

$$F = \left[\frac{\gamma_f}{1,10} F_{gk} + \frac{\gamma_f}{1,10} \left(F_{q1k} + \sum_2^n \Psi_{oj} F_{qjk} \right) \right]$$

Para escolha da combinação de ações e dos coeficientes γ_f e Ψ_{oj} , ver a seção 11.

Assim, a relação momento-curvatura apresenta o aspecto da figura 15.1.

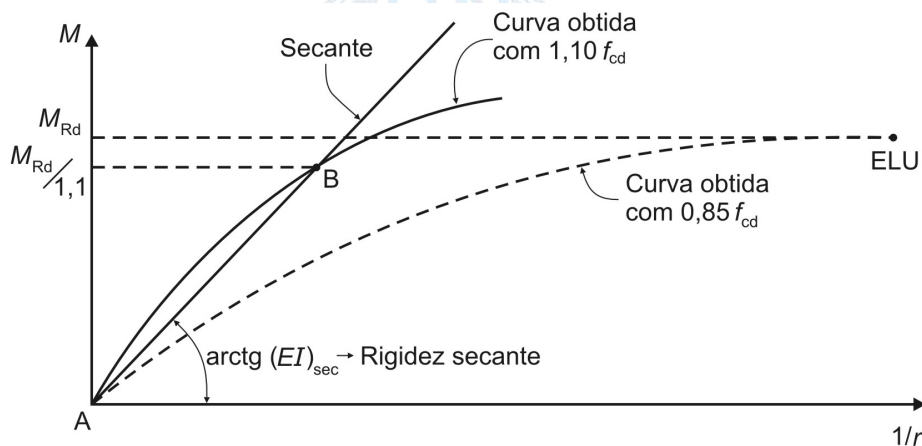


Figura 15.1 - Relação momento-curvatura

A curva cheia AB, que, a favor da segurança, pode ser linearizada pela reta AB, é utilizada no cálculo das deformações.

A curva tracejada, obtida com os valores de cálculo das resistências do concreto e do aço, é utilizada somente para definir os esforços resistentes M_{Rd} e N_{Rd} (ponto de máximo).

A reta AB é caracterizada pela rigidez secante $(EI)_{sec}$, que pode ser utilizada em processos aproximados para flexão composta normal ou oblíqua.

Define-se como rigidez secante adimensional κ o valor dado por:

$$\kappa = (EI)_{sec} / (A_c h^2 f_{cd})$$

onde:

h é a altura da seção considerada

Esse valor da rigidez secante adimensional pode ser colocado, em conjunto com os valores últimos de N_{Rd} e M_{Rd} , em ábacos de interação força normal-momento fletor.

15.3.2 Imperfeições geométricas

As imperfeições geométricas (global e local) devem ser consideradas de acordo com o prescrito em 11.3.3.4.

15.4 Definições e classificação das estruturas

15.4.1 Efeitos globais, locais e localizados de 2ª ordem

Sob a ação das cargas verticais e horizontais, os nós da estrutura deslocam-se horizontalmente. Os esforços de 2ª ordem decorrentes desses deslocamentos são chamados efeitos globais de 2ª ordem. Nas barras da estrutura, como um lance de pilar, os respectivos eixos não se mantêm retilíneos, surgindo aí efeitos locais de 2ª ordem que, em princípio, afetam principalmente os esforços solicitantes ao longo delas.

Em pilares-parede (simples ou compostos) pode-se ter uma região que apresenta não retilindade maior do que a do eixo do pilar como um todo. Nessas regiões surgem efeitos de 2ª ordem maiores, chamados de efeitos de 2ª ordem localizados (ver figura 15.2). O efeito de 2ª ordem localizado, além de aumentar nessa região a flexão longitudinal, aumenta também a flexão transversal, havendo a necessidade de aumentar os estribos nessas regiões.

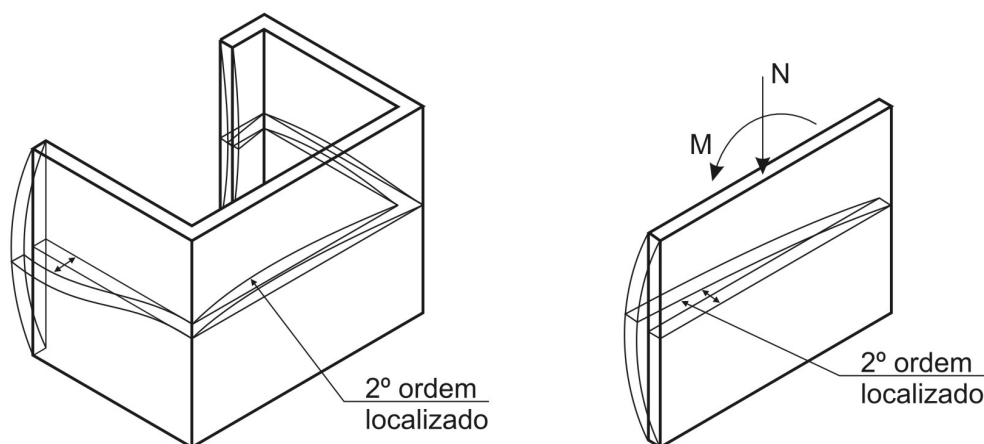


Figura 15.2 - Efeitos de 2ª ordem localizados

15.4.2 Estruturas de nós fixos e estruturas de nós móveis

As estruturas são consideradas, para efeito de cálculo, como de nós fixos, quando os deslocamentos horizontais dos nós são pequenos e, por decorrência, os efeitos globais de 2ª ordem são desprezíveis (inferiores a 10% dos respectivos esforços de 1ª ordem). Nessas estruturas, basta considerar os efeitos locais e localizados de 2ª ordem.

As estruturas de nós móveis são aquelas onde os deslocamentos horizontais não são pequenos e, em decorrência, os efeitos globais de 2ª ordem são importantes (superiores a 10% dos respectivos esforços de 1ª ordem). Nessas estruturas devem ser considerados tanto os esforços de 2ª ordem globais como os locais e localizados.

Todavia, há estruturas em que os deslocamentos horizontais são grandes e que, não obstante, dispensam a consideração dos efeitos de 2ª ordem por serem pequenas as forças normais e, portanto, pequenos os acréscimos dos deslocamentos produzidos por elas; isso pode acontecer, por exemplo, em postes e em certos pilares de galpões industriais.

15.4.3 Contraventamento

Por conveniência de análise, é possível identificar, dentro da estrutura, subestruturas que, devido à sua grande rigidez a ações horizontais, resistem à maior parte dos esforços decorrentes dessas ações. Essas subestruturas são chamadas subestruturas de contraventamento.

Os elementos que não participam da subestrutura de contraventamento são chamados elementos contraventados.

As subestruturas de contraventamento podem ser de nós fixos ou de nós móveis, de acordo com as definições de 15.4.2.

15.4.4 Elementos isolados

São considerados elementos isolados os seguintes:

- os elementos estruturais isostáticos;
- os elementos contraventados;
- os elementos das estruturas de contraventamento de nós fixos;
- os elementos das subestruturas de contraventamento de nós móveis desde que, aos esforços nas extremidades, obtidos numa análise de 1ª ordem, sejam acrescentados os determinados por análise global de 2ª ordem.

15.5 Dispensa da consideração dos esforços globais de 2ª ordem

15.5.1 Generalidades

Os processos aproximados, apresentados em 15.5.2 e 15.5.3, podem ser utilizados para verificar a possibilidade de dispensa da consideração dos esforços globais de 2ª ordem, ou seja, para indicar se a estrutura pode ser classificada como de nós fixos, sem necessidade de cálculo rigoroso.

15.5.2 Parâmetro de instabilidade

Uma estrutura reticulada simétrica pode ser considerada como sendo de nós fixos se seu parâmetro de instabilidade α for menor que o valor α_1 , conforme a expressão:

$$\alpha = H_{\text{tot}} \sqrt{N_k / (E_{\text{cs}} I_c)}$$

onde:

$$\alpha_1 = 0,2 + 0,1n \quad \text{se: } n \leq 3$$

$$\alpha_1 = 0,6 \quad \text{se: } n \geq 4$$

onde:

n é o número de níveis de barras horizontais (andares) acima da fundação ou de um nível pouco deslocável do subsolo;

H_{tot} é a altura total da estrutura, medida a partir do topo da fundação ou de um nível pouco deslocável do subsolo;

N_k é a somatória de todas as cargas verticais atuantes na estrutura (a partir do nível considerado para o cálculo de H_{tot}), com seu valor característico;

$E_{\text{cs}} I_c$ representa a somatória dos valores de rigidez de todos os pilares na direção considerada. No caso de estruturas de pórticos, de treliças ou mistas, ou com pilares de rigidez variável ao longo da altura, pode ser considerado o valor da expressão $E_{\text{cs}} I_c$ de um pilar equivalente de seção constante.

NOTA - Na análise de estabilidade global pode ser adotado o valor do módulo de elasticidade ou módulo de deformação tangente inicial dado em 8.2.8.

O valor de I_c deve ser calculado considerando as seções brutas dos pilares.

A rigidez do pilar equivalente deve ser determinada da seguinte forma:

- calcular o deslocamento do topo da estrutura de contraventamento, sob a ação do carregamento horizontal;
- calcular a rigidez de um pilar equivalente de seção constante, engastado na base e livre no topo, de mesma altura H_{tot} , tal que, sob a ação do mesmo carregamento, sofra o mesmo deslocamento no topo.

O valor limite $\alpha_1 = 0,6$ prescrito para $n \geq 4$ é, em geral, aplicável às estruturas usuais de edifícios. Pode ser adotado para associações de pilares-parede e para pórticos associados a pilares-parede. Pode ser aumentado para $\alpha_1 = 0,7$ no caso de contraventamento constituído exclusivamente por pilares-parede e deve ser reduzido para $\alpha_1 = 0,5$ quando só houver pórticos.

15.5.3 Coeficiente γ_z

O coeficiente γ_z de avaliação da importância dos esforços de segunda ordem global é válido para estruturas reticuladas de no mínimo quatro andares. Ele pode ser determinado a partir dos resultados de uma análise linear de primeira ordem, para cada caso de carregamento, adotando-se os valores de rigidez dados em 15.7.2.

O valor de γ_z para cada combinação de carregamento é dado pela expressão:

$$\gamma_z = \frac{1}{1 - \frac{\Delta M_{\text{tot,d}}}{M_{1,\text{tot,d}}}}$$

onde:

$M_{1,\text{tot,d}}$ é o momento de tombamento, ou seja, a soma dos momentos de todas as forças horizontais da combinação considerada, com seus valores de cálculo, em relação à base da estrutura;

$\Delta M_{\text{tot,d}}$ é a soma dos produtos de todas as forças verticais atuantes na estrutura, na combinação considerada, com seus valores de cálculo, pelos deslocamentos horizontais de seus respectivos pontos de aplicação, obtidos da análise de 1ª ordem;

Considera-se que a estrutura é de nós fixos se for obedecida a condição: $\gamma_z \leq 1,1$.

15.6 Análise de estruturas de nós fixos

Nas estruturas de nós fixos, o cálculo pode ser realizado considerando cada elemento comprimido isoladamente, como barra vinculada nas extremidades aos demais elementos estruturais que ali concorrem, onde se aplicam os esforços obtidos pela análise da estrutura efetuada segundo a teoria de 1ª ordem.

A análise dos efeitos locais de 2ª ordem deve ser realizada de acordo com o estabelecido em 15.8.

Sob a ação de forças horizontais, a estrutura é sempre calculada como deslocável. O fato de a estrutura ser classificada como sendo de nós fixos dispensa apenas a consideração dos esforços globais de 2ª ordem.

O comprimento equivalente l_e do elemento comprimido (pilar), suposto vinculado em ambas as extremidades, deve ser o menor dos seguintes valores:

$$l_e = l_0 + h$$

$$l_e = l$$

onde:

l_0 é a distância entre as faces internas dos elementos estruturais, supostos horizontais, que vinculam o pilar;

h é a altura da seção transversal do pilar, medida no plano da estrutura em estudo;

l é a distância entre os eixos dos elementos estruturais aos quais o pilar está vinculado.

15.7 Análise de estruturas de nós móveis

15.7.1 Generalidades

Na análise estrutural de estruturas de nós móveis, devem ser obrigatoriamente considerados os efeitos da não-linearidade geométrica e da não-linearidade física e, portanto, no dimensionamento devem ser obrigatoriamente considerados os efeitos globais e locais de 2ª ordem.

15.7.2 Análise não-linear com 2ª ordem

Uma solução aproximada para a determinação dos esforços globais de 2ª ordem consiste na avaliação dos esforços finais (1ª ordem + 2ª ordem) a partir da majoração adicional dos esforços horizontais da combinação de carregamento considerada por $0,95\gamma_z$. Esse processo só é válido para $\gamma_z \leq 1,3$.

15.7.3 Consideração aproximada da não-linearidade física

Para a análise dos esforços globais de 2ª ordem, em estruturas reticuladas com no mínimo quatro andares, pode ser considerada a não-linearidade física de maneira aproximada, tomando-se como rigidez dos elementos estruturais os valores seguintes:

- lajes: $(EI)_{sec} = 0,3E_{ci}I_c$

- vigas: $(EI)_{sec} = 0,4E_{ci}I_c$ para $A_s' \neq A_s$ e

$(EI)_{sec} = 0,5 E_{ci}I_c$ para $A_s' = A_s$

- pilares: $(EI)_{sec} = 0,8E_{ci}I_c$

onde:

I_c é o momento de inércia da seção bruta de concreto, incluindo, quando for o caso, as mesas colaborantes.

Quando a estrutura de contraventamento for composta exclusivamente por vigas e pilares e γ_z for menor que 1,3, permite-se calcular a rigidez das vigas e pilares por:

$$(EI)_{sec} = 0,7 E_{ci}I_c$$

Os valores de rigidez adotados nesta subseção são aproximados e não podem ser usados para avaliar esforços locais de 2ª ordem, mesmo com uma discretização maior da modelagem.

15.7.4 Análise dos efeitos locais de 2ª ordem

A análise global de 2ª ordem fornece apenas os esforços nas extremidades das barras, devendo ser realizada uma análise dos efeitos locais de 2ª ordem ao longo dos eixos das barras comprimidas, de acordo com o prescrito em 15.8.

Os elementos isolados, para fins de verificação local, devem ser formados pelas barras comprimidas retiradas da estrutura, com comprimento l_e , de acordo com o estabelecido em 15.6, porém aplicando-se às suas extremidades os esforços obtidos através da análise global de 2ª ordem.

15.8 Análise de elementos isolados

15.8.1 Generalidades

As subseções 15.8.2, 15.8.3.2. e 15.8.4 são aplicáveis apenas a elementos isolados de seção constante e armadura constante ao longo de seu eixo, submetidos à flexo-compressão.

Os pilares devem ter índice de esbeltez menor ou igual a 200 ($\lambda \leq 200$). Apenas no caso de postes com força normal menor que $0,10 f_{cd} A_c$, o índice de esbeltez pode ser maior que 200.

15.8.2 Dispensa da análise dos efeitos locais de 2ª ordem

Os esforços locais de 2ª ordem em elementos isolados podem ser desprezados quando o índice de esbeltez for menor que o valor limite λ_1 estabelecido nesta subseção.

O índice de esbeltez deve ser calculado pela expressão:

$$\lambda = \ell_e / i$$

No caso de pilar engastado na base e livre no topo, o valor de ℓ_e é igual a 2ℓ . Nos demais casos, adotar os valores calculados conforme 15.6.

O valor de λ_1 depende de diversos fatores, mas os preponderantes são:

- a excentricidade relativa de 1ª ordem e_1/h ;
- a vinculação dos extremos da coluna isolada;
- a forma do diagrama de momentos de 1ª ordem.

O valor de λ_1 pode ser calculado pela expressão:

$$\lambda_1 = \frac{25 + 12,5 e_1/h}{\alpha_b}$$

onde:

$$\frac{35}{\alpha_b} \leq \lambda_1 \leq 90$$

onde o valor de α_b deve ser obtido conforme estabelecido a seguir:

a) para pilares biapoiados sem cargas transversais:

$$\alpha_b = 0,60 + 0,40 \frac{M_B}{M_A} \geq 0,40$$

sendo:

$$1,0 \geq \alpha_b \geq 0,4$$

onde:

M_A e M_B são os momentos de 1ª ordem nos extremos do pilar. Deve ser adotado para M_A o maior valor absoluto ao longo do pilar biapoiado e para M_B o sinal positivo, se tracionar a mesma face que M_A , e negativo em caso contrário.

b) para pilares biapoiados com cargas transversais significativas ao longo da altura:

$$\alpha_b = 1,0$$

c) para pilares em balanço:

$$\alpha_b = 0,80 + 0,20 \frac{M_C}{M_A} \geq 0,85$$

sendo:

$$1,0 \geq \alpha_b \geq 0,85$$

onde:

M_A é o momento de 1ª ordem no engaste e M_C é o momento de 1ª ordem no meio do pilar em balanço.

d) para pilares biapoiados ou em balanço com momentos menores que o momento mínimo estabelecido em 11.3.3.4.3:

$$\alpha_b = 1,0$$

15.8.3 Determinação dos efeitos locais de 2ª ordem

15.8.3.1 Barras submetidas a flexo-compressão normal

O cálculo pode ser feito pelo método geral ou por métodos aproximados, de acordo com 15.8.3.2 ou 15.8.3.3.

A consideração da fluência é obrigatória para $\lambda > 90$, devendo ser acrescentada a M_{1d} a parcela correspondente à excentricidade e_{cc} definida em 15.8.4.

15.8.3.2 Método geral

Consiste na análise não-linear de 2ª ordem efetuada com discretização adequada da barra, consideração da relação momento-curvatura real em cada seção, e consideração da não-linearidade geométrica de maneira não aproximada.

O método geral é obrigatório para $\lambda > 140$.

15.8.3.3 Métodos aproximados

15.8.3.3.1 Generalidades

A determinação dos esforços locais de 2ª ordem pode ser feita por métodos aproximados como o do pilar padrão e o do pilar-padrão melhorado.

15.8.3.3.2 Método do pilar-padrão com curvatura aproximada

Pode ser empregado apenas no cálculo de pilares com $\lambda \leq 90$, seção constante e armadura simétrica e constante ao longo de seu eixo.

A não-linearidade geométrica é considerada de forma aproximada, supondo-se que a deformação da barra seja senoidal.

A não-linearidade física é considerada através de uma expressão aproximada da curvatura na seção crítica.

O momento total máximo no pilar deve ser calculado pela expressão:

$$M_{d, \text{tot}} = \alpha_b M_{1d,A} + N_d \frac{l_e^2}{10} \frac{1}{r} \geq M_{1d,A}$$

sendo $1/r$ a curvatura na seção crítica, que pode ser avaliada pela expressão aproximada:

$$\frac{1}{r} = \frac{0,005}{h(v+0,5)} \leq \frac{0,005}{h}$$

onde:

$$v = N_{Sd} / (A_c f_{cd})$$

$$M_{1d,A} \geq M_{1d,\text{min}}$$

onde:

h é a altura da seção na direção considerada;

v é a força normal adimensional;

$M_{1d,\text{min}}$ tem o significado e o valor estabelecidos em 11.3.3.4.3.

O momento $M_{1d,A}$ e o coeficiente α_b têm as mesmas definições de 15.8.2, sendo $M_{1d,A}$ o valor de cálculo de 1ª ordem do momento M_A .

15.8.3.3.3 Método do pilar-padrão com rigidez κ aproximada

Pode ser empregado apenas no cálculo de pilares com $\lambda \leq 90$, seção retangular constante, armadura simétrica e constante ao longo de seu eixo.

A não-linearidade geométrica deve ser considerada de forma aproximada, supondo-se que a deformação da barra seja senoidal.

A não-linearidade física deve ser considerada através de uma expressão aproximada da rigidez.

O momento total máximo no pilar deve ser calculado pela expressão:

O momento total máximo no pilar deve ser calculado a partir da majoração do momento de 1ª ordem pela expressão:

$$M_{d,\text{tot}} = \frac{\alpha_b M_{1d,A}}{1 - \frac{\lambda^2}{120 \kappa v}} \geq \begin{cases} M_{1d,A} \\ M_{1d,\text{min}} \end{cases}$$

sendo o valor da rigidez adimensional κ dado aproximadamente pela expressão:

$$\kappa = 32 \left(1 + 5 \frac{M_{d,tot}}{h N_d} \right) v$$

As variáveis h , v , $M_{1d,A}$ e α_b são as mesmas definidas na subseção anterior. Usualmente duas ou três iterações são suficientes quando se optar por um cálculo iterativo.

15.8.3.3.4 Método do pilar-padrão acoplado a diagramas M , N , $1/r$

A determinação dos esforços locais de 2ª ordem em pilares com $\lambda \leq 140$ pode ser feita pelo método do pilar-padrão ou pilar-padrão melhorado, utilizando-se para a curvatura da seção crítica valores obtidos de diagramas M , N , $1/r$ específicos para o caso.

Se $\lambda > 90$, é obrigatória a consideração dos efeitos da fluência, de acordo com 15.8.4.

15.8.3.3.5 Método do pilar-padrão para pilares da seção retangular submetidos à flexão composta oblíqua

Quando a esbeltez de um pilar de seção retangular submetido à flexão composta oblíqua for menor que 90 ($\lambda < 90$) nas duas direções principais, pode ser aplicado o processo aproximado descrito em 15.8.3.3.3 simultaneamente em cada uma das duas direções.

A amplificação dos momentos de 1ª ordem em cada direção é diferente, pois depende de valores distintos de rigidez e esbeltez.

Uma vez obtida a distribuição de momentos totais de 1ª e 2ª ordens, em cada direção, deve ser verificada, para cada seção ao longo do eixo, se a composição desses momentos solicitantes fica dentro da envoltória de momentos resistentes para a armadura escolhida. Essa verificação pode ser realizada em apenas três seções: nas extremidades A e B e num ponto intermediário onde se admite atuar concomitantemente os momentos $M_{d,tot}$ nas duas direções (x e y).

15.8.4 Consideração da fluência

A consideração da fluência deve obrigatoriamente ser realizada em pilares com índice de esbeltez $\lambda > 90$ e pode ser efetuada de maneira aproximada, considerando a excentricidade adicional e_{cc} dada a seguir:

$$e_{cc} = \left(\frac{M_{Sg}}{N_{Sg}} + e_a \right) \left(2,718^{\frac{\varphi N_{Sg}}{N_e - N_{Sg}} - 1} \right)$$

onde:

$$N_e = \frac{10E_{ci}I_c}{\ell_e^2}$$

e_a é excentricidade devida a imperfeições locais, conforme figura 11.2;

M_{Sg} e N_{Sg} são os esforços solicitantes devidos à combinação quase permanente;

φ é o coeficiente de fluência;

E_{ci} é conforme 8.1;

I_c é de acordo com 4.2.3;

ℓ_e é definido em 15.6.

A consideração do efeito de 2ª ordem deve ser feita conforme 15.8.3, como se fosse um efeito imediato, que se soma à excentricidade e_1 .

15.9 Análise de pilares-parede

15.9.1 Generalidades

Para que os pilares-parede possam ser incluídos como elementos lineares no conjunto resistente da estrutura, deve-se garantir que sua seção transversal tenha sua forma mantida por travamentos adequados nos diversos pavimentos e que os efeitos de 2ª ordem localizados sejam convenientemente avaliados.

15.9.2 Dispensa da análise dos efeitos localizados de 2ª ordem

Os efeitos localizados de 2ª ordem de pilares parede podem ser desprezados se, para cada uma das lâminas componentes do pilar parede, forem obedecidas as seguintes condições:

a) a base e o topo de cada lâmina devem ser convenientemente fixadas às lajes do edifício, que conferem ao todo o efeito de diafragma horizontal;

b) a esbeltez λ_i de cada lâmina deve ser menor que 35, podendo o cálculo dessa esbeltez λ_i ser efetuado através da expressão dada a seguir:

$$\lambda_i = 3,46 \frac{\ell_{ei}}{h_i}$$

onde, para cada lâmina:

ℓ_{ei} é o comprimento equivalente;

h_i é a espessura.

O valor de ℓ_e depende dos vínculos de cada uma das extremidades verticais da lâmina, conforme figura 15.3.

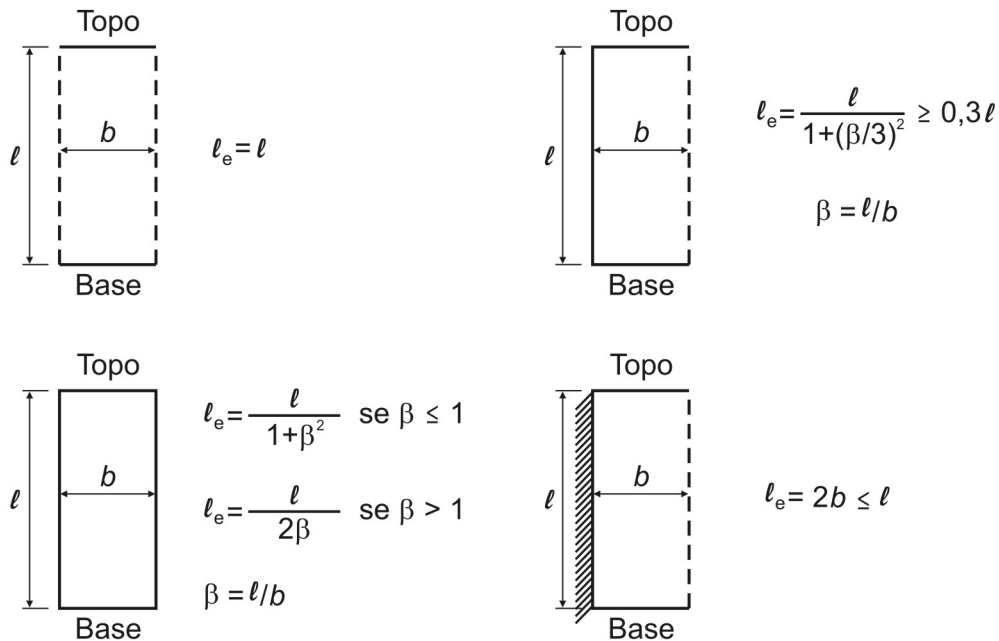


Figura 15.3 - Comprimento equivalente ℓ_e

Se o topo e a base forem engastados e $\beta \leq 1$, os valores de λ_i podem ser multiplicados por 0,85.

15.9.3 Processo aproximado para consideração do efeito localizado de 2ª ordem

Nos pilares-parede simples ou compostos, onde a esbeltez de cada lâmina que o constitui for menor que 90, pode ser adotado o procedimento aproximado descrito a seguir para um pilar-parede simples.

O efeito localizado de 2ª ordem deve ser considerado através da decomposição do pilar-parede em faixas verticais, de largura a_i , que devem ser analisadas como pilares isolados, submetidos aos esforços N_i e M_{yid} , onde:

$$a_i = 3h \leq 100 \text{ cm}$$

$$M_{yid} = m_{1yd} a_i \geq M_{1dmin}$$

onde:

a_i é a largura da faixa i ;

N_i é a força normal na faixa i , calculada a partir de $n_d(x)$ conforme figura 15.4;

$M_{1d,min}$ tem o significado e valor estabelecidos em 11.3.3.4.3;

M_{yid} é o momento fletor na faixa i ;

m_{1yd} e h são definidos na figura 15.4.

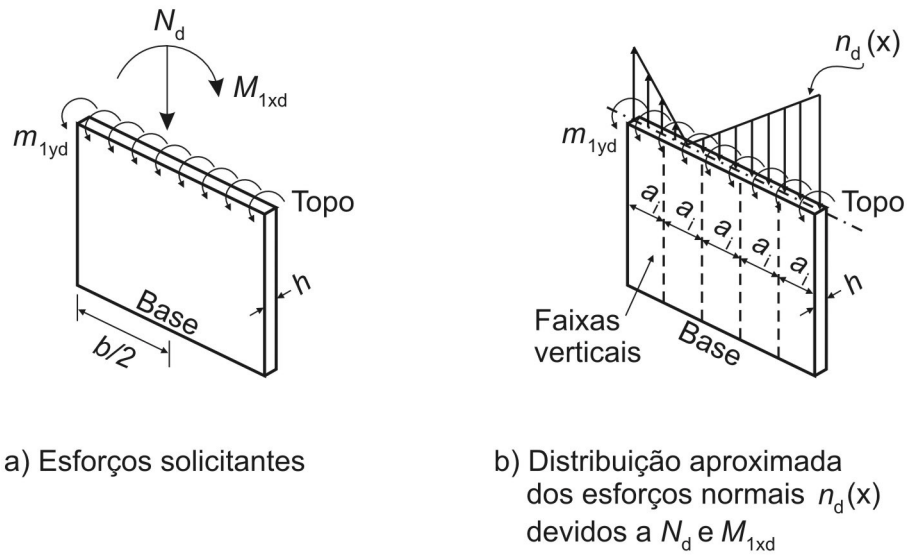


Figura 15.4 - Avaliação aproximada do efeito de 2ª ordem localizado

O efeito de 2ª ordem localizado na faixa i é assimilado ao efeito de 2ª ordem local do pilar isolado equivalente a cada uma dessas faixas.

15.10 Instabilidade lateral de vigas

A segurança à instabilidade lateral de vigas deve ser garantida através de procedimentos apropriados.

Como procedimento aproximado pode-se adotar, para vigas de concreto, com armaduras passivas ou ativas, sujeitas à flambagem lateral, as seguintes condições:

$$b \geq \ell_0 / 50$$

$$b \geq \beta_n h$$

onde:

b é a largura da zona comprimida;

h é a altura total da viga;

ℓ_0 é o comprimento do flange comprimido, medido entre suportes que garantam o contraventamento lateral;

β_n é o coeficiente que depende da forma da viga (ver tabela 15.1).

Tabela 15.1 - Valores de β_{fl}

Tipologia da viga	Valores de β_{fl}
	0,40
	0,20
<p>Onde:</p> <p>Zona comprimida</p>	

16 Princípios gerais de dimensionamento, verificação e detalhamento

16.1 Objetivo

O objetivo dessas três etapas (dimensionamento, verificação e detalhamento), que se desenvolvem logo após a análise estrutural, é garantir segurança, em relação aos estados limites últimos (ELU) e de serviço (ELS), das estruturas como um todo e de cada uma de suas partes.

Essa segurança exige que sejam respeitadas condições analíticas do tipo:

$$S_d \leq R_d$$

onde se impõe que as solicitações de cálculo sejam inferiores às resistências de cálculo para todos os estados limites considerados importantes para a estrutura em questão.

Essa segurança exige ainda que sejam respeitadas regras construtivas.

Além de um arranjo estrutural que garanta segurança ao conjunto, devem ser aplicadas regras tais como as de dimensões mínimas para a definição das fôrmas, bem como as regras de detalhamento das armaduras.

16.2 Princípios gerais

16.2.1 Generalidades

Essas três etapas do projeto se norteiam pelos princípios gerais estabelecidos em 16.2.2 a 16.2.4.

16.2.2 Visão global e local

Essas três etapas devem estar sempre apoiadas numa visão global da estrutura, mesmo quando se detalha um único nó (região de ligação entre dois elementos estruturais).

Esse nó deve fazer a sua parte para a segurança do conjunto.

Por outro lado, o detalhamento de um elemento particular deve levar em conta que o seu desempenho depende de aspectos locais que não foram levados em conta na análise global.

Esse é o caso da verificação da flecha de uma viga, que deve levar em conta rigidez menor que a média da estrutura, bem como a perda de rigidez com a fissuração.

Esse é o caso ainda, quando se verifica o ELU do lance de um pilar, devendo-se levar em conta erros locais de construção e efeitos locais de 2ª ordem, que não foram considerados na análise global.

16.2.3 Segurança em relação aos ELU

Quando se dimensiona ou se verifica uma estrutura é preciso ter em mente se o que se está verificando efetivamente são seções de elementos.

É a segurança dessas seções que pode, usualmente, ser expressa analiticamente.

É fundamental que essa segurança seja estendida ao restante dos elementos através de um detalhamento adequado. O detalhamento adequado permite costurar partes de um mesmo elemento, bem como elementos que chegam no mesmo nó.

Existem dois tipos de regras de detalhamento, a saber: aquelas de elementos como lajes, vigas, pilares etc., e aquelas para regiões especiais onde existam singularidades geométricas ou estáticas.

Em relação aos ELU, além de se garantir a segurança adequada, isto é, uma probabilidade suficientemente pequena de ruína, é necessário garantir uma boa utilidade, de forma que uma eventual ruína ocorra de forma suficientemente avisada, alertando os usuários.

16.2.4 Segurança em relação aos ELS (desempenho em serviço)

Na verificação da segurança em relação aos ELS, devem ser satisfeitas também, analogamente, expressões analíticas de segurança e regras construtivas.

Os modelos a serem usados nessa verificação de ELS são diferentes daqueles usados nos ELU. Além de suportarem cargas menores (de serviço), têm rigidez diferente, usualmente maior.

Para garantir o bom desempenho de uma estrutura em serviço, deve-se, usualmente, respeitar limitações de flechas, de abertura de fissuras, ou de vibrações, mas também é possível que seja importante pensar na estanqueidade, no conforto térmico ou acústico etc.

16.3 Critérios de projeto

Baseando-se nesses princípios gerais, esta Norma estabelece critérios de projeto a serem respeitados no dimensionamento e detalhamento de cada um dos elementos estruturais e das conexões que viabilizam a construção da estrutura como um todo.

De forma a facilitar a aplicação em projeto, esses critérios foram organizados em seções.

Na seção 17, relativa ao dimensionamento e à verificação de elementos lineares, encontram-se critérios tanto de ELU quanto ELS, considerando tanto solicitações normais (forças normais e momentos fletores) quanto solicitações tangenciais (forças cortantes e torção).

Deve-se observar que esses critérios são fornecidos para o concreto estrutural, indo desde o concreto armado até o concreto protendido.

Deve-se observar, também, que não se aceita o dimensionamento de pilares para carga centrada.

Essa seção também estabelece critérios mínimos de utilidade, incluindo as armaduras mínimas.

Na seção 18, relativa ao detalhamento de elementos lineares, são fornecidos os critérios mínimos para o detalhamento dos elementos dimensionados conforme a seção 17.

Estão incluídos critérios para o detalhamento das armaduras passivas longitudinais e transversais, bem como armaduras de protensão.

Na seção 19, relativa ao dimensionamento e à verificação de lajes, encontram-se critérios para ELU e ELS, sejam elas armadas ou protendidas.

Esses critérios cobrem tanto as solicitações normais quanto as tangenciais, incluindo a punção.

Como se exigiu na seção 17, o dimensionamento de pilares sempre com carga excêntrica, quando não oblíqua, a punção, na seção 19, cobre os casos correspondentes de punção excêntrica.

Só em casos particulares deve ser verificada a punção como centrada.

Na seção 20, relativa ao detalhamento de lajes, estão reunidos os critérios mínimos para o detalhamento desses elementos estruturais, dimensionados conforme a seção 19, sejam lajes armadas ou protendidas.

Na seção 21, relativa a regiões especiais, encontram-se critérios para verificação das regiões de singularidade, seja geométrica ou estática.

Muitas vezes esses critérios estabelecem apenas exigências qualitativas a serem respeitadas nessas regiões.

A seção 22, relativa a elementos especiais, estabelece apenas a conceituação dos elementos especiais mais comuns e sugere a utilização de bibliografia especializada para o seu dimensionamento e detalhamento.

Na seção 23, relativa a ações dinâmicas e fadiga, encontram-se critérios para avaliar os danos gerados nas estruturas por ações cíclicas, a serem considerados na verificação de ELS, e ainda critérios para verificação do ELU de fadiga.

É abordada a verificação da fadiga das armaduras, tanto de flexão como de cisalhamento, bem como a fadiga do concreto, seja à compressão (na flexão ou na força cortante) ou à tração, especialmente no cálculo da parcela de força cortante suportada apenas pelo concreto, sem armadura, V_c .

A seção 24, relativa a concreto simples, define os elementos estruturais que podem ser executados em concreto simples e estabelece os critérios a serem respeitados na sua verificação.

16.4 Durabilidade

Para que a segurança verificada conforme descrito em 16.2.3 e 16.2.4 subsista ao longo de toda a vida útil prevista para a estrutura, é fundamental que sejam respeitadas exigências de durabilidade que limitam a deterioração da estrutura provocada pela agressão do meio ambiente em que está inserida (ver seções 6 e 7).

16.5 Caso de cargas cíclicas

No caso particular de cargas cíclicas significativas, como acontece nas pontes e nos viadutos em geral, e também nas vigas de rolamento de pontes rolantes, deve-se dar especial atenção aos efeitos deletérios gerados por essas cargas.

Na verificação dos ELS, deve-se levar em conta que as cargas cíclicas provocam uma maior microfissuração do concreto, tornando os elementos estruturais mais deformáveis.

Na verificação dos ELU, é necessário verificar o ELU de fadiga.

O efeito deletério das cargas cíclicas não só torna os elementos estruturais mais deformáveis, isto é, relativamente danificados, mas pode ampliar esse dano, provocando ruptura por fadiga. A seção 23 trata dessas duas questões.

17 Dimensionamento e verificação de elementos lineares

17.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

a_f - Deslocamento do diagrama de momentos fletores, paralelo ao eixo da peça, para substituir os efeitos provocados pela fissuração oblíqua

b_w - Largura da alma de uma viga

c_1 - Distância entre o eixo da armadura longitudinal do canto e a face lateral do elemento estrutural

d' - Distância entre o eixo da armadura de compressão e a face mais próxima do elemento

h_e - Espessura de parede real para seções vazadas ou equivalente para seções cheias (estudadas como seções vazadas equivalentes)

s - Espaçamento entre eixos dos estribos, medido segundo o eixo longitudinal da peça

u - Perímetro de A_e

A - Área da seção cheia

A_{90} - Área da seção transversal do número de ramos de um estribo, contidas na parede equivalente

$A_{c,alma}$ - Área da seção transversal de alma

A_{cri} - Área de concreto de envolvimento de barra ϕ_i da armadura

A_e - Área limitada pela linha média da parede da seção vazada, real ou equivalente, incluindo a parte vazada

A_p - Área da seção transversal do cabo resultante

A_{s_f} - Soma das áreas das seções das barras longitudinais de torção

A_{sw} - Área da seção transversal dos estribos de força cortante

I_{II} - Momento de inércia da seção fissurada de concreto no estágio II

I_c - Momento de inércia da seção bruta de concreto

M_0 - Valor do momento fletor que anula a tensão normal de compressão na borda da seção (tracionada por $M_{d,max}$), provocada pelas forças normais de diversas origens, concomitantes com V_d

$M_{d,min}$ - Momento fletor de cálculo mínimo que permite calcular a armadura mínima de tração (passiva ou ativa)

$M_{Sd,eq}$ - Momento fletor solicitante de cálculo equivalente

$N_{Sd,eq}$ - Força normal solicitante de cálculo equivalente

T_{Rd} - Momento resistente de cálculo à torção

T_{Rd2} - Momento resistente de cálculo à torção, que representa o limite de resistência das diagonais comprimidas de concreto

T_{Rd3} - Momento resistente de cálculo à torção, que representa o limite para a parcela resistida pelos estribos normais ao eixo da peça

T_{Rd4} - Momento resistente de cálculo à torção, que representa o limite para a parcela resistida pelas barras longitudinais

T_{Sd} - Momento torçor solicitante de cálculo

T_{Sdi} - Parcela de T_{Sd} a ser resistida por cada retângulo constituinte da seção composta por retângulos

V_c - Parcela de força cortante resistida por mecanismos complementares ao modelo em treliça

V_{c0} - Valor de referência para V_c , quando $\theta = 45^\circ$

V_{c1} - Valor de referência para V_c , quando $30^\circ \leq \theta \leq 45^\circ$

V_{Rd} - Força cortante resistente de cálculo

V_{Rd1} - Força cortante resistente de cálculo, relativa a elementos sem armadura para força cortante

V_{Rd2} - Força cortante resistente de cálculo, relativa à ruína das diagonais comprimidas de concreto

V_{Rd3} - Força cortante resistente de cálculo, relativa à ruína por tração diagonal

V_{Sd} - Força cortante solicitante de cálculo

V_{sw} - Parcela de força cortante resistida pela armadura transversal

α - Coeficiente função de α_s (definido em 17.2.5.1) e do tipo da seção transversal analisada (retangular ou circular)

α_e - Relação entre os módulos de elasticidade do aço e do concreto

ρ_ℓ - Taxa geométrica de armadura longitudinal aderente, a uma distância $2d$ da face do apoio, considerando as barras do vão efetivamente ancoradas no apoio

ρ_{min} - Taxa geométrica mínima de armadura longitudinal de vigas e pilares ($A_{s,min}/A_c$)

ρ_{sw} - Taxa geométrica de armadura transversal

ρ' - Taxa geométrica da armadura longitudinal de compressão

σ_{si} - Tensão de tração no centro de gravidade da armadura considerada, calculada no estágio II

$\Delta\sigma_p$ - Variação da tensão no aço de protensão entre t_0 e t

τ_{Td} - Tensão de cisalhamento de torção de cálculo

ω_{min} - Taxa mecânica mínima de armadura longitudinal de flexão para vigas $\left(\omega_{min} = \frac{A_{s,min} f_{yd}}{A_c f_{cd}} \right)$

17.2 Elementos lineares sujeitos a solicitações normais - Estado limite último

17.2.1 Introdução

Esta seção estabelece critérios para a determinação dos esforços resistentes das seções de vigas, pilares e tirantes, submetidas a força normal e momentos fletores.

O dimensionamento das armaduras longitudinais deve conduzir a um conjunto de esforços resistentes (N_{Rd} , M_{Rd}) que constituam envoltória dos esforços solicitantes (N_{Sd} , M_{Sd}) determinados na análise estrutural (ver seções 14 e 15).

Para o cálculo dos esforços resistentes de vigas T ou L, podem ser adotados os valores de mesa colaborante definidos em 14.6.2.2.

17.2.2 Hipóteses básicas

Na análise dos esforços resistentes de uma seção de viga ou pilar, devem ser consideradas as seguintes hipóteses básicas:

- as seções transversais se mantêm planas após deformação;
- a deformação das barras passivas aderentes ou o acréscimo de deformação das barras ativas aderentes em tração ou compressão deve ser o mesmo do concreto em seu entorno;
- para armaduras ativas não aderentes, na falta de valores experimentais e de análises não-lineares adequadas, os valores do acréscimo das tensões para estruturas usuais de edifícios estão apresentados a seguir, devendo ainda ser divididos pelos devidos coeficientes de ponderação:

- para elementos com relação vão/altura útil igual ou menor que 35:

$$\Delta\sigma_p = 70 + f_{ck}/100\rho_p, \text{ em megapascal, não podendo ultrapassar 420 MPa}$$

- para elementos com relação vão/altura útil maior que 35:

$$\Delta\sigma_p = 70 + f_{ck}/300\rho_p, \text{ em megapascal, não podendo ultrapassar 210 MPa}$$

onde:

$$\rho_p = \frac{A_p}{b_c d_p}$$

onde:

$\Delta\sigma_p$ e f_{ck} são dados em megapascal;

ρ_p é a taxa geométrica da armadura ativa;

b_c é a largura da mesa de compressão;

d_p é a altura útil referida à armadura ativa;

d) as tensões de tração no concreto, normais à seção transversal, podem ser desprezadas, obrigatoriamente no ELU;

e) a distribuição de tensões no concreto se faz de acordo com o diagrama parábola-retângulo, definido em 8.2.10, com tensão de pico igual a $0,85 f_{cd}$, com f_{cd} definido em 12.3.3. Esse diagrama pode ser substituído pelo retângulo de altura $0,8 x$ (onde x é a profundidade da linha neutra), com a seguinte tensão:

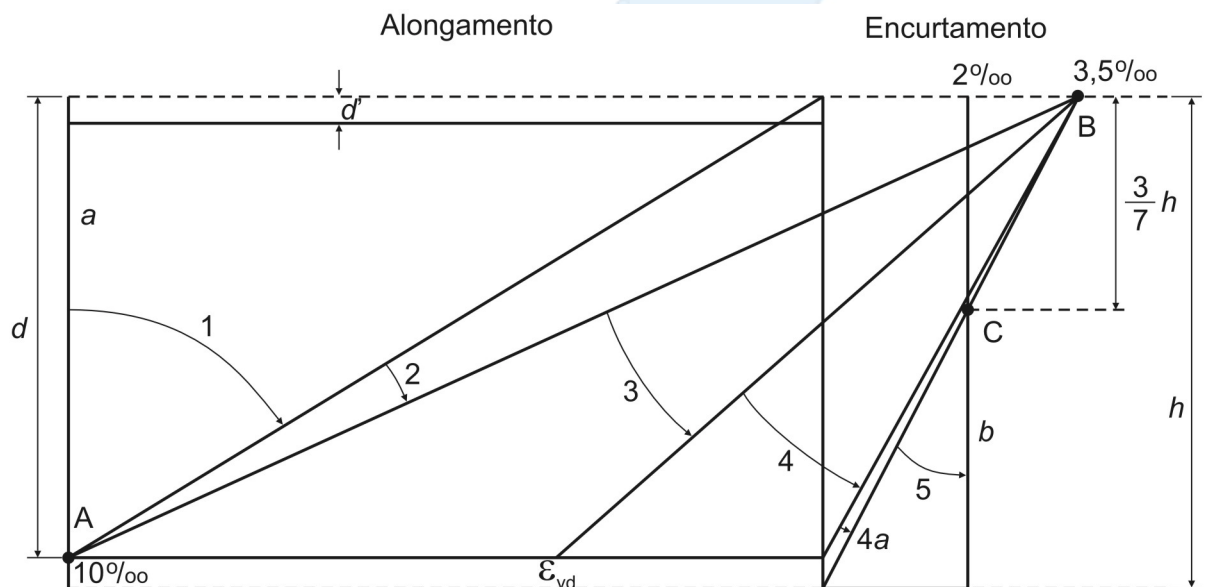
– $0,85 f_{cd}$ no caso da largura da seção, medida paralelamente à linha neutra, não diminuir a partir desta para a borda comprimida;

– $0,80 f_{cd}$ no caso contrário.

As diferenças de resultados obtidos com esses dois diagramas são pequenas e aceitáveis, sem necessidade de coeficiente de correção adicional.

f) a tensão nas armaduras deve ser obtida a partir dos diagramas tensão-deformação, com valores de cálculo, definidos em 8.3.6 e 8.4.5.

g) o estado limite último é caracterizado quando a distribuição das deformações na seção transversal pertencer a um dos domínios definidos na figura 17.1.



Ruptura convencional por deformação plástica excessiva:

- reta a: tração uniforme;
- domínio 1: tração não uniforme, sem compressão;
- domínio 2: flexão simples ou composta sem ruptura à compressão do concreto ($\epsilon_c < 3,55\text{‰}$ e com o máximo alongamento permitido);

Ruptura convencional por encurtamento limite do concreto:

- domínio 3: flexão simples (seção subarmada) ou composta com ruptura à compressão do concreto e com escoamento do aço ($\epsilon_s \geq \epsilon_{yd}$);
- domínio 4: flexão simples (seção superarmada) ou composta com ruptura à compressão do concreto e aço tracionado sem escoamento ($\epsilon_s < \epsilon_{yd}$);
- domínio 4a: flexão composta com armaduras comprimidas;
- domínio 5: compressão não uniforme, sem tração;
- reta b: compressão uniforme.

Figura 17.1 - Domínios de estado limite último de uma seção transversal

17.2.3 Dutilidade em vigas

Nas vigas, principalmente nas zonas de apoio, ou quando feita redistribuição de esforços, é importante garantir boas condições de dutilidade, sendo adotada, se necessário, armadura de compressão que garanta a posição adequada da linha neutra (x), respeitando-se os limites de 14.6.4.3.

A introdução da armadura de compressão para garantir o atendimento de valores menores da posição da linha neutra (x), que estejam nos domínios 2 ou 3, não conduz a elementos estruturais com ruptura frágil (usualmente chamados de superarmados). A ruptura frágil está associada a posições da linha neutra no domínio 4, com ou sem armadura de compressão.

17.2.4 Armaduras ativas e passivas

17.2.4.1 Generalidades

Os esforços nas armaduras podem ser considerados concentrados no centro de gravidade correspondente, se a distância deste centro ao ponto da seção de armadura mais afastada da linha neutra, medida normalmente a esta, for menor que 10% de h .

As armaduras laterais de vigas podem ser consideradas no cálculo dos esforços resistentes, desde que estejam convenientemente ancoradas e emendadas.

17.2.4.2 Protensão

17.2.4.2.1 Generalidades

Na verificação do ELU devem ser considerados, além do efeito de outras ações, apenas os esforços solicitantes hiperestáticos de protensão. Os isostáticos de protensão não devem ser incluídos.

A consideração das armaduras ativas nos esforços resistentes deve ser feita a partir dos diagramas tensão-deformação especificados em 8.4.5 e da consideração do pré-alongamentos das mesmas.

Esses pré-alongamentos devem ser calculados com base nas tensões iniciais de protensão com valores de cálculo (ver 11.7.1) e com a consideração de perdas na idade t em exame (ver 9.6.3).

17.2.4.3 Estado limite último no ato da protensão

17.2.4.3.1 Generalidades

Além das hipóteses básicas apresentadas em 17.2.3, devem ainda ser respeitadas as seguintes hipóteses suplementares:

- considera-se como resistência característica do concreto f_{ckj} aquela correspondente à idade fictícia j (em dias), no ato da protensão, sendo que a resistência de f_{ckj} deve ser claramente especificada no projeto;
- para esta verificação, admitem-se os seguintes valores para os coeficientes de ponderação, com as cargas que efetivamente atuarem nessa ocasião:

$$\gamma_c = 1,2;$$

$$\gamma_s = 1,15;$$

$$\gamma_p = 1,0 \text{ na pré-tração};$$

$$\gamma_p = 1,1 \text{ na pós-tração};$$

$$\gamma_f = 1,0 \text{ para as ações desfavoráveis};$$

$$\gamma_f = 0,9 \text{ para as ações favoráveis}.$$

17.2.4.3.2 Verificação simplificada

Admite-se que a segurança em relação ao estado limite último no ato de protensão seja verificada no estágio I (concreto não fissurado e comportamento elástico linear dos materiais), desde que as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a tensão máxima de compressão na seção de concreto, obtida através das solicitações ponderadas de $\gamma_p = 1,1$ e $\gamma_f = 1,0$ não deve ultrapassar 70% da resistência característica f_{ckj} prevista para a idade de aplicação da protensão [(17.2.4.3.1-a)];
- a tensão máxima de tração do concreto não deve ultrapassar 1,2 vez a resistência à tração f_{ctm} correspondente ao valor f_{ckj} especificado;
- quando nas seções transversais existirem tensões de tração, deve haver armadura de tração calculada no estágio II. Para efeitos de cálculo, nessa fase da construção, a força nessa armadura pode ser considerada igual à resultante das tensões de tração no concreto no estágio I. Essa força não deve provocar, na armadura correspondente, acréscimos de tensão superiores a 150 MPa no caso de fios ou barras lisas e a 250 MPa em barras nervuradas.

17.2.5 Processos aproximados para o dimensionamento à flexão composta

17.2.5.1 Flexo-compressão normal

O cálculo para o dimensionamento de seções retangulares ou circulares com armadura simétrica, sujeitas a flexo-compressão normal, em que a força normal reduzida (v) seja maior ou igual a 0,7, pode ser realizado como um caso de compressão centrada equivalente, onde:

$$N_{Sd,eq} = N_{Sd} \left(1 + \beta \frac{e}{h}\right)$$

$$M_{Sd,eq} = 0$$

onde:

$$v = \frac{N_{Sd}}{A_c f_{cd}}$$

$$\frac{e}{h} = \frac{M_{Sd}}{N_{Sd} h}$$

$$\beta = \frac{1}{(0,39 + 0,01\alpha) - 0,8 \frac{d'}{h}}$$

sendo o valor α dado por:

$\alpha = -1/\alpha_s$, se $\alpha_s < 1$ em seções retangulares;

$\alpha = \alpha_s$, se $\alpha_s \geq 1$ em seções retangulares;

$\alpha = 6$, se $\alpha_s > 6$ em seções retangulares;

$\alpha = -4$, em seções circulares;

supondo todas as barras iguais, α_s é dado por:

$$\alpha_s = \frac{(n_h - 1)}{(n_v - 1)}$$

O arranjo de armadura adotado para detalhamento (ver figura 17.2) deve ser fiel aos valores de α_s e d'/h pressupostos.

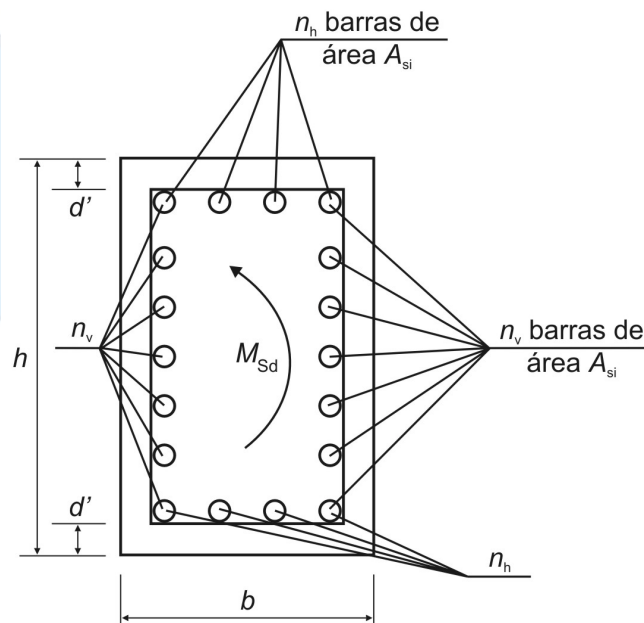


Figura 17.2 - Arranjo de armadura caracterizado pelo parâmetro α_s

17.2.5.2 Flexão composta oblíqua

Nas situações de flexão simples ou composta oblíqua, pode ser adotada a aproximação dada pela expressão de interação:

$$\left[\frac{M_{Rd,x}}{M_{Rd,xx}} \right]^\alpha + \left[\frac{M_{Rd,y}}{M_{Rd,yy}} \right]^\alpha = 1$$

onde:

$M_{Rd,x}$; $M_{Rd,y}$ são as componentes do momento resistente de cálculo em flexão oblíqua composta, segundo os dois eixos principais de inércia x e y, da seção bruta, com um esforço normal resistente de cálculo N_{Rd} igual à normal solicitante N_{Sd} . Esses são os valores que se deseja obter;

$M_{Rd,xx}$; $M_{Rd,yy}$ são os momentos resistentes de cálculo segundo cada um dos referidos eixos em flexão composta normal, com o mesmo valor de N_{Rd} . Esses valores são calculados a partir do arranjo e da quantidade de armadura em estudo;

α é um expoente cujo valor depende de vários fatores, entre eles o valor da força normal, a forma da seção, o arranjo da armadura e de suas porcentagens. Em geral pode ser adotado $\alpha = 1$, a favor da segurança. No caso de seções retangulares, pode-se adotar $\alpha = 1,2$.

17.3 Elementos lineares sujeitos a solicitações normais - Estados limites de serviço

17.3.1 Generalidades

Nos estados limites de serviço as estruturas trabalham parcialmente no estágio I e parcialmente no estágio II. A separação entre essas duas partes é definida pelo momento de fissuração. Esse momento pode ser calculado pela seguinte expressão aproximada:

$$M_r = \frac{\alpha f_{ct} I_c}{y_t}$$

onde:

$\alpha = 1,2$ para seções T ou duplo T;

$\alpha = 1,5$ para seções retangulares;

onde:

α é o fator que correlaciona aproximadamente a resistência à tração na flexão com a resistência à tração direta;

y_t é a distância do centro de gravidade da seção à fibra mais tracionada;

I_c é o momento de inércia da seção bruta de concreto;

f_{ct} é a resistência à tração direta do concreto, conforme 8.2.5, com o quantil apropriado a cada verificação particular. Para determinação do momento de fissuração deve ser usado o $f_{ctk,inf}$ no estado limite de formação de fissura e o $f_{ct,m}$ no estado limite de deformação excessiva (ver 8.2.5).

No caso da utilização de armaduras ativas deve ser considerado o efeito da protensão no cálculo do momento de fissuração.

17.3.2 Estado limite de deformação

A verificação dos valores limites estabelecidos na tabela 13.2 para a deformação da estrutura, mais propriamente rotações e deslocamentos em elementos estruturais lineares, analisados isoladamente e submetidos à combinação de ações conforme seção 11, deve ser realizada através de modelos que considerem a rigidez efetiva das seções do elemento estrutural, ou seja, levem em consideração a presença da armadura, a existência de fissuras no concreto ao longo dessa armadura e as deformações diferidas no tempo.

A deformação real da estrutura depende também do processo construtivo, assim como das propriedades dos materiais (principalmente do módulo de elasticidade e da resistência à tração) no momento de sua efetiva solicitação. Em face da grande variabilidade dos parâmetros citados, existe uma grande variabilidade das deformações reais. Não se pode esperar, portanto, grande precisão nas previsões de deslocamentos dadas pelos processos analíticos a seguir prescritos.

17.3.2.1 Avaliação aproximada da flecha em vigas

O modelo de comportamento da estrutura pode admitir o concreto e o aço como materiais de comportamento elástico e linear, de modo que as seções ao longo do elemento estrutural possam ter as deformações específicas determinadas no estágio I, desde que os esforços não superem aqueles que dão início à fissuração, e no estágio II, em caso contrário.

Deve ser utilizado no cálculo o valor do módulo de elasticidade secante E_{cs} definido na seção 8, sendo obrigatória a consideração do efeito da fluência.

17.3.2.1.1 Flecha imediata em vigas de concreto armado

Para uma avaliação aproximada da flecha imediata em vigas, pode-se utilizar a expressão de rigidez equivalente dada a seguir:

$$(EI)_{eq} = E_{cs} \left\{ \left(\frac{M_r}{M_a} \right)^3 I_c + \left[1 - \left(\frac{M_r}{M_a} \right)^3 \right] I_{II} \right\} \leq E_{cs} I_c$$

onde:

I_c é o momento de inércia da seção bruta de concreto;

I_{II} é o momento de inércia da seção fissurada de concreto no estágio II, calculado com $\alpha_e = \frac{E_s}{E_{cs}}$;

M_a é o momento fletor na seção crítica do vão considerado, momento máximo no vão para vigas biapoiadas ou contínuas e momento no apoio para balanços, para a combinação de ações considerada nessa avaliação;

M_r é o momento de fissuração do elemento estrutural, cujo valor deve ser reduzido à metade no caso de utilização de barras lisas;

E_{cs} é o módulo de elasticidade secante do concreto.

17.3.2.1.2 Cálculo da flecha diferida no tempo para vigas de concreto armado

A flecha adicional diferida, decorrente das cargas de longa duração em função da fluência, pode ser calculada de maneira aproximada pela multiplicação da flecha imediata pelo fator α_f dado pela expressão:

$$\alpha_f = \frac{\Delta\xi}{1+50\rho'}$$

onde:

$$\rho' = \frac{A_s'}{b d}$$

ξ é um coeficiente função do tempo, que pode ser obtido diretamente na tabela 17.1 ou ser calculado pelas expressões seguintes:

$$\Delta\xi = \xi(t) - \xi(t_0)$$

$$\xi(t) = 0,68(0,996^t) t^{0,32} \text{ para } t \leq 70 \text{ meses}$$

$$\xi(t) = 2 \text{ para } t > 70 \text{ meses}$$

Tabela 17.1 - Valores do coeficiente ξ em função do tempo

Tempo (t) meses	0	0,5	1	2	3	4	5	10	20	40	≥ 70
Coeficiente $\xi(t)$	0	0,54	0,68	0,84	0,95	1,04	1,12	1,36	1,64	1,89	2

sendo:

t é o tempo, em meses, quando se deseja o valor da flecha diferida;

t_0 é a idade, em meses, relativa à data de aplicação da carga de longa duração. No caso de parcelas da carga de longa duração serem aplicadas em idades diferentes, pode-se tomar para t_0 o valor ponderado a seguir:

$$t_0 = \frac{\sum P_i t_{0i}}{\sum P_i}$$

onde:

P_i representa as parcelas de carga;

t_{0i} é a idade em que se aplicou cada parcela P_i , em meses.

O valor da flecha total deve ser obtido multiplicando a flecha imediata por $(1 + \alpha_f)$.

17.3.2.1.3 Flecha em vigas com armaduras ativas

Nos elementos estruturais com armaduras ativas é suficiente considerar $(EI)_{eq} = E_{cs}I_c$, desde que não seja ultrapassado o estado limite de formação de fissuras. Caso contrário, a expressão completa de 17.3.2.1.1 pode ser aplicada, desde que I_{II} , M_r e M_a sejam calculados considerando o elemento estrutural de concreto submetido à combinação de ações escolhida, acrescida da protensão representada como ação externa equivalente (gerando força normal e momento fletor) (ver 11.3.3.5).

Para consideração da deformação diferida no tempo, basta multiplicar a parcela permanente da flecha imediata acima referida por $(1 + \varphi)$, onde φ é o coeficiente de fluência (ver 8.2.11).

17.3.3 Estado limite de fissuração

17.3.3.1 Generalidades

Esta seção define os critérios para a verificação dos valores limites estabelecidos em 13.4 para a abertura de fissuras nos elementos estruturais lineares, analisados isoladamente e submetidos à combinação de ações conforme seção 11.

17.3.3.2 Controle da fissuração através da limitação da abertura estimada das fissuras

O valor da abertura das fissuras pode sofrer a influência de restrições às variações volumétricas da estrutura, difíceis de serem consideradas nessa avaliação de forma suficientemente precisa. Além disso, essa abertura sofre também a influência das condições de execução da estrutura.

Por essas razões, os critérios apresentados a seguir devem ser encarados como avaliações aceitáveis do comportamento geral do elemento, mas não garantem avaliação precisa da abertura de uma fissura específica.

Para cada elemento ou grupo de elementos das armaduras passiva e ativa aderente (excluindo-se os cabos protendidos que estejam dentro de bainhas), que controlam a fissuração do elemento estrutural, deve ser considerada uma área A_{cr} do concreto de envolvimento, constituída por um retângulo cujos lados não distam mais de 7ϕ do contorno do elemento da armadura (ver figura 17.3).

NOTA - É conveniente que toda a armadura de pele ϕ_i da viga, na sua zona tracionada, limite a abertura de fissuras na região A_{cr} correspondente, e que seja mantido um espaçamento menor ou igual a 15ϕ .

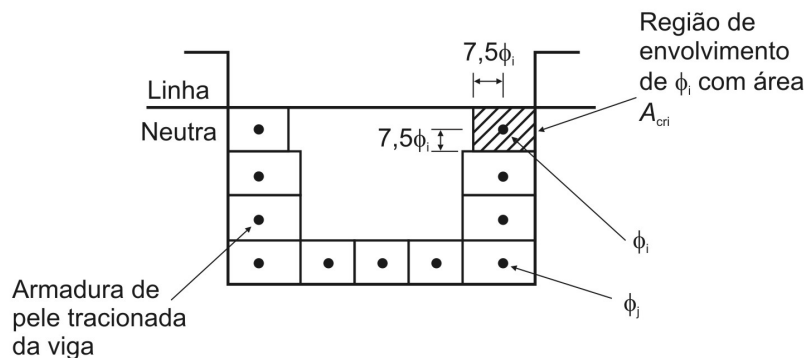


Figura 17.3 - Concreto de envolvimento da armadura

A grandeza da abertura de fissuras, w , determinada para cada parte da região de envolvimento, é a menor entre as obtidas pelas expressões que seguem:

$$w = \frac{\phi_i}{12,5\eta_i} \frac{\sigma_{si}}{E_{si}} \frac{3\sigma_{si}}{f_{ctm}}$$

$$w = \frac{\phi_i}{12,5\eta_i} \frac{\sigma_{si}}{E_{si}} \left(\frac{4}{\rho_{ri}} + 45 \right)$$

onde:

σ_{si} , ϕ_i , E_{si} , ρ_{ri} são definidos para cada área de envolvimento em exame;

A_{cri} é a área da região de envolvimento protegida pela barra ϕ_i ;

E_{si} é o módulo de elasticidade do aço da barra considerada, de diâmetro ϕ_i ;

ϕ_i é o diâmetro da barra que protege a região de envolvimento considerada;

ρ_{ri} é a taxa de armadura passiva ou ativa aderente (que não esteja dentro de bainha) em relação à área da região de envolvimento (A_{cri});

σ_{si} é a tensão de tração no centro de gravidade da armadura considerada, calculada no estágio II.

Nos elementos estruturais com protensão, σ_s é o acréscimo de tensão, no centro de gravidade da armadura, entre o estado limite de descompressão e o carregamento considerado. Deve ser calculado no estágio II, considerando toda a armadura ativa, inclusive aquela dentro de bainhas.

O cálculo no estágio II (que admite comportamento linear dos materiais e despreza a resistência à tração do concreto) pode ser feito considerando a relação α_e entre os módulos de elasticidade do aço e do concreto igual a 15.

η_1 é o coeficiente de conformação superficial da armadura considerada, dado em 9.3.2.1 para a passiva e substituído por η_{p1} para a ativa, conforme 9.3.2.2.

Nas vigas usuais, com altura menor que 1,2 m, pode-se considerar atendida a condição de abertura de fissuras em toda a pele tracionada, se a abertura de fissuras calculada na região das barras mais tracionadas for verificada e se existir uma armadura lateral que atenda a 17.3.5.2.3.

17.3.3.3 Controle da fissuração sem a verificação da abertura de fissuras

Para dispensar a avaliação da grandeza da abertura de fissuras e atender ao estado limite de fissuração (aberturas máximas esperadas da ordem de 0,3 mm para o concreto armado e 0,2 mm para o concreto com armaduras ativas), um elemento estrutural deve ser dimensionado respeitando as restrições da tabela 17.2 quanto ao diâmetro máximo ($\phi_{m\acute{a}x}$) e ao espaçamento máximo ($s_{m\acute{a}x}$) das armaduras, bem como as exigências de cobrimento (seção 7) e de armadura mínima (ver 17.3.5.2). A tensão σ_s deve ser determinada no estágio II.

Tabela 17.2 - Valores máximos de diâmetro e espaçamento, com barras de alta aderência

Tensão na barra	Valores máximos			
	Concreto sem armaduras ativas		Concreto com armaduras ativas	
σ_s MPa	$\phi_{m\acute{a}x}$ mm	$s_{m\acute{a}x}$ cm	$\phi_{m\acute{a}x}$ mm	$s_{m\acute{a}x}$ cm
160	32	30	25	20
200	25	25	16	15
240	16	20	12,5	10
280	12,5	15	8	5
320	10	10	6	-
360	8	6	-	-

17.3.4 Estado limite de descompressão e de formação de fissuras

Nos elementos estruturais onde se utilizam armaduras de protensão, pode ser necessária a verificação da segurança em relação aos estados limites de descompressão e de formação de fissuras.

Essa verificação pode ser feita calculando-se a máxima tensão de tração do concreto no estágio I (concreto não fissurado e comportamento elástico linear dos materiais).

Na falta de valores mais precisos, podem ser adotados:

$\alpha_e = 15$ para a razão entre os módulos de elasticidade do aço e do concreto com carregamentos freqüentes ou quase permanentes;

$\alpha_e = 10$ para a razão entre os módulos de elasticidade do aço e do concreto com carregamentos raros.

17.3.5 Armaduras longitudinais máximas e mínimas

17.3.5.1 Princípios básicos

A ruptura frágil das seções transversais, quando da formação da primeira fissura, deve ser evitada considerando-se, para o cálculo das armaduras, um momento mínimo dado pelo valor correspondente ao que produziria a ruptura da seção de concreto simples, supondo que a resistência à tração do concreto seja dada por $f_{ctk,sup.}$, devendo também obedecer às condições relativas ao controle da abertura de fissuras dadas em 17.3.3.

A especificação de valores máximos para as armaduras decorre da necessidade de se assegurar condições de utilidade e de se respeitar o campo de validade dos ensaios que deram origem às prescrições de funcionamento do conjunto aço-concreto.

17.3.5.2 Valores limites para armaduras longitudinais de vigas

17.3.5.2.1 Armadura de tração

A armadura mínima de tração, em elementos estruturais armados ou protendidos deve ser determinada pelo dimensionamento da seção a um momento fletor mínimo dado pela expressão a seguir, respeitada a taxa mínima absoluta de 0,15 %:

$$M_{d,min} = 0,8W_0 f_{ctk,sup}$$

onde:

W_0 é o módulo de resistência da seção transversal bruta de concreto, relativo à fibra mais tracionada;

$f_{ctk,sup}$ é a resistência característica superior do concreto à tração (ver 8.2.5).

O dimensionamento para $M_{d,min}$ deve ser considerado atendido se forem respeitadas as taxas mínimas de armadura da tabela 17.3.

Tabela 17.3 - Taxas mínimas de armadura de flexão para vigas

Forma da seção	Valores de $\rho_{min}^{(1)}$ ($A_{s,min}/A_c$) %							
	f_{ck} ω_{min}	20	25	30	35	40	45	50
Retangular	0,035	0,150	0,150	0,173	0,201	0,230	0,259	0,288
T (mesa comprimida)	0,024	0,150	0,150	0,150	0,150	0,158	0,177	0,197
T (mesa tracionada)	0,031	0,150	0,150	0,153	0,178	0,204	0,229	0,255
Circular	0,070	0,230	0,288	0,345	0,403	0,460	0,518	0,575

¹⁾ Os valores de ρ_{min} estabelecidos nesta tabela pressupõem o uso de aço CA-50, $\gamma_c = 1,4$ e $\gamma_s = 1,15$. Caso esses fatores sejam diferentes, ρ_{min} deve ser recalculado com base no valor de ω_{min} dado.

NOTA - Nas seções tipo T, a área da seção a ser considerada deve ser caracterizada pela alma acrescida da mesa colaborante.

Em elementos estruturais superdimensionados, pode ser utilizada armadura menor que a mínima, com valor obtido a partir de um momento fletor igual ao dobro de M_d . Neste caso, a determinação dos esforços solicitantes deve considerar de forma rigorosa todas as combinações possíveis de carregamento, assim como os efeitos de temperatura, deformações diferidas e recalques de apoio. Deve-se ter ainda especial cuidado com o diâmetro e espaçamento das armaduras de limitação de fissuração.

17.3.5.2.2 Valores mínimos para a armadura de tração sob deformações impostas

Em elementos estruturais onde o controle da fissuração seja imprescindível por razões de estanqueidade ou estéticas, na falta de um método mais rigoroso de avaliação dos esforços gerados pela restrição de deformações impostas e desde que sejam tomadas medidas tecnológicas que restrinjam esses esforços, a armadura mínima de tração para controle da fissuração pode ser calculada pela relação:

$$A_s = k k_c f_{ct,ef} A_{ct}/\sigma_s$$

onde:

A_s é a área de armadura na zona tracionada;

A_{ct} é a área de concreto na zona tracionada;

σ_s é a tensão máxima permitida na armadura imediatamente após a formação da fissura. Um valor mais baixo que a resistência de escoamento pode ser necessário para satisfazer os limites de abertura de fissuras (ver tabela 17.2);

$f_{ct,ef}$ é a resistência média à tração efetiva do concreto no instante em que se formam as primeiras fissuras. Em muitos casos – tais como aqueles em que as deformações preponderantes impostas resultam de dissipação do calor de hidratação – isso pode ocorrer em idade entre 1 d e 5 d após a moldagem, a depender das condições ambientais, da forma do elemento estrutural, da natureza das formas e do tipo de cimento utilizado. Valores de $f_{ct,ef}$ podem ser obtidos com auxílio das equações de 8.2.5, adotando a resistência do concreto à compressão na idade em que se supõe a ocorrência da fissuração. Quando essa idade não puder ser definida com valor confiável, recomenda-se adotar valor mínimo de resistência à tração igual a 3 MPa.

k é um coeficiente que considera os mecanismos de geração de tensões de tração:

a) no caso de deformações impostas intrínsecas:

- no caso geral de forma de seção: $k = 0,8$;
- em seções retangulares: $k = 0,8$ para $h \leq 0,3$ m
 $k = 0,5$ para $h \geq 0,8$ m

interpolando linearmente os valores de k para valores de h entre 0,3 m e 0,8 m;

b) no caso de deformações impostas extrínsecas: $k = 1,0$.

k_c é um coeficiente que considera a natureza da distribuição de tensões na seção, imediatamente antes da fissuração, com os seguintes valores:

- $k_c = 1,0$ para tração pura;
- $k_c = 0,4$ para flexão simples;
- $k_c = 0,4$ para as nervuras de elementos estruturais protendidos ou sob flexão composta, em seções vazadas (celular ou caixão);
- $k_c = 0,8$ para a mesa tracionada de elementos estruturais protendidos ou sob flexão composta, em seções vazadas (celular ou caixão);
- o valor de k_c pode ser interpolado entre 0,4 (correspondente ao caso de flexão simples) e zero, quando a altura da zona tracionada, calculada no estágio II sob os esforços que conduzem ao início da fissuração, não exceder o menor dos dois valores: $h/2$ e 0,5 m.

17.3.5.2.3 Armadura de pele

A mínima armadura lateral deve ser 0,10 % $A_{c,alma}$ em cada face da alma da viga e composta por barras de alta aderência ($\eta_1 \geq 2,25$) com espaçamento não maior que 20 cm, respeitado o disposto em 17.3.3.2.

Em vigas com altura igual ou inferior a 60 cm, pode ser dispensada a utilização da armadura de pele.

17.3.5.2.4 Armaduras de tração e de compressão

A soma das armaduras de tração e de compressão ($A_s + A_s'$) não deve ter valor maior que 4% A_c , calculada na região fora da zona de emendas.

17.3.5.3 Valores limites para armaduras longitudinais de pilares

17.3.5.3.1 Valores mínimos

A armadura longitudinal mínima deve ser:

$$A_{s,min} = (0,15 N_d / f_{yd}) \geq 0,004 A_c$$

17.3.5.3.2 Valores máximos

$$A_{s,máx} = 8,0\% A_c$$

A maior armadura possível em pilares deve ser 8% da seção real, considerando-se inclusive a sobreposição de armadura existente em regiões de emenda, respeitado o disposto em 18.4.2.2.

17.4 Elementos lineares sujeitos à força cortante - Estado limite último

17.4.1 Hipóteses básicas

As prescrições que se seguem aplicam-se a elementos lineares armados ou protendidos, submetidos a forças cortantes, eventualmente combinadas com outros esforços solicitantes.

Não se aplicam a elementos de volume, lajes, vigas parede e consolos curtos, que são tratados em outras seções desta Norma.

As condições fixadas por esta Norma para elementos lineares admitem dois modelos de cálculo que pressupõem a analogia com modelo em treliça, de banzos paralelos, associado a mecanismos resistentes complementares desenvolvidos no interior do elemento estrutural e traduzidos por uma componente adicional V_c .

17.4.1.1 Condições gerais

17.4.1.1.1 Todos os elementos lineares submetidos a força cortante, à exceção dos casos indicados em 17.4.1.1.2, devem conter armadura transversal mínima constituída por estribos, com taxa geométrica:

$$\rho_{sw} = \frac{A_{sw}}{b_w s \sin \alpha} \geq 0,2 \frac{f_{ctm}}{f_{ywk}}$$

onde:

A_{sw} é a área da seção transversal dos estribos;

s é o espaçamento dos estribos, medido segundo o eixo longitudinal do elemento estrutural;

α é a inclinação dos estribos em relação ao eixo longitudinal do elemento estrutural;

b_w é a largura média da alma, medida ao longo da altura útil da seção, respeitada a restrição indicada em (17.4.1.1.2);

f_{ywk} é a resistência ao escoamento do aço da armadura transversal;

$f_{ct,m}$ é dado em 8.2.5.

17.4.1.1.2 Fazem exceção à subseção anterior:

a) os elementos estruturais lineares com $b_w > 5 d$ (em que d é a altura útil da seção), caso que deve ser tratado como laje (ver 19.4);

b) as nervuras de lajes nervuradas, quando espaçadas de menos de 60 cm, também podem ser verificadas como lajes. Nesse caso deve ser tomada como base a soma das larguras das nervuras no trecho considerado, podendo ser dispensada a armadura transversal, quando atendido o disposto em 19.4.1;

c) os pilares e elementos lineares de fundação submetidos predominantemente à compressão, que atendam simultaneamente, na combinação mais desfavorável das ações em estado limite último, calculada a seção em estágio I, às condições seguintes:

- em nenhum ponto deve ser ultrapassada a tensão f_{ctk} ;
- $V_{sd} \leq V_c$, sendo V_c definido em 17.4.2.2.

Nesse caso, a armadura transversal mínima é a definida na seção 18.

17.4.1.1.3 A armadura transversal (A_{sw}) pode ser constituída por estribos (fechados na região de apoio das diagonais, envolvendo a armadura longitudinal) ou pela composição de estribos e barras dobradas; entretanto, quando forem utilizadas barras dobradas, estas não devem suportar mais do que 60% do esforço total resistido pela armadura.

17.4.1.1.4 Podem ser utilizadas barras verticais soldadas combinadas com estribos fechados, mantida a proporção resistente estabelecida em 17.4.1.1.3, quando essas barras forem ancoradas de acordo com 9.4.6.2. Entretanto, quando essas barras não forem combinadas com estribos, na proporção indicada em 17.4.1.1.3, os elementos longitudinais soldados devem obrigatoriamente constituir a totalidade da armadura longitudinal de tração.

17.4.1.1.5 O ângulo de inclinação α das armaduras transversais em relação ao eixo longitudinal do elemento estrutural deve estar situado no intervalo $45^\circ \leq \alpha \leq 90^\circ$.

17.4.1.1.6 Os espaçamentos máximos e mínimos entre elementos da armadura devem atender às exigências da seção 18.

17.4.1.2 Condições relativas aos esforços solicitantes

17.4.1.2.1 Cargas próximas aos apoios

Para o cálculo da armadura transversal, no caso de apoio direto (se a carga e a reação de apoio forem aplicadas em faces opostas do elemento estrutural, comprimindo-a), valem as seguintes prescrições:

- a) a força cortante oriunda de carga distribuída pode ser considerada, no trecho entre o apoio e a seção situada a distância $d/2$ da face de apoio, constante e igual à desta seção;
- b) a força cortante devida a uma carga concentrada aplicada a uma distância $a \leq 2d$ do eixo teórico do apoio pode, nesse trecho de comprimento a , ser reduzida multiplicando-a por $a/(2d)$. Todavia, esta redução não se aplica às forças cortantes provenientes dos cabos inclinados de protensão.

As reduções indicadas nesta seção não se aplicam à verificação da resistência à compressão diagonal do concreto. No caso de apoios indiretos, essas reduções também não são permitidas.

17.4.1.2.2 Efeito da componente tangencial da força de protensão

No valor de V_{Sd} deve ser considerado o efeito da projeção da força de protensão na sua direção, com o valor de cálculo correspondente ao tempo t considerado. Entretanto, quando esse efeito for favorável, a armadura longitudinal de tração junto à face tracionada por flexão deve satisfazer à condição:

$$A_p f_{pyd} + A_s f_{yd} \geq V_{Sd}$$

17.4.1.2.3 Elementos estruturais com altura variável

A força cortante que é resistida pela alma das vigas de altura variável pode ser avaliada por:

$$|V_d| - |V_{Sd,red}| = [|M_{Sd} / z| - |V_{Sd,red}| \cot g(\theta / 2)] \operatorname{tg} \beta_c + [|M_{Sd} / z| + |V_{Sd,red}| \cot g(\theta / 2)] \operatorname{tg} \beta_t$$

onde:

$V_{Sd,red}$ é a força cortante reduzida, considerando o efeito de altura variável;

β_c é o ângulo entre o banzo de compressão e o eixo longitudinal do elemento estrutural;

β_t é o ângulo entre a armadura de tração e o eixo longitudinal do elemento estrutural;

θ é o ângulo de inclinação das bielas de compressão consideradas no dimensionamento à força cortante;

z é o braço de alavanca das forças resultantes internas.

Os sinais de β_c e β_t devem ser obtidos considerando o sentido das forças finais de compressão e de tração da flexão com a força cortante concomitante.

A expressão acima considera a redução da força de compressão na flexão quando existe força cortante concomitante.

17.4.2 Verificação do estado limite último

17.4.2.1 Cálculo da resistência

A resistência do elemento estrutural, numa determinada seção transversal, deve ser considerada satisfatória quando verificadas simultaneamente as seguintes condições:

$$V_{Sd} \leq V_{Rd2}$$

$$V_{Sd} \leq V_{Rd3} = V_c + V_{sw}$$

onde:

V_{Sd} é a força cortante solicitante de cálculo, na seção;

V_{Rd2} é a força cortante resistente de cálculo, relativa à ruína das diagonais comprimidas de concreto, de acordo com o processo indicado em 17.4.2.2 ou 17.4.2.3;

$V_{Rd3} = V_c + V_{sw}$, é a força cortante resistente de cálculo, relativa à ruína por tração diagonal, onde V_c é a parcela de força cortante absorvida por mecanismos complementares ao de treliça e V_{sw} a parcela resistida pela armadura transversal, de acordo com o processo indicado em 17.4.2.2 ou 17.4.2.3.

Na região dos apoios, os cálculos devem considerar as forças cortantes agentes nas respectivas faces, levando em conta as reduções prescritas em 17.4.1.2.1.

17.4.2.2 Modelo de cálculo I

O modelo I admite diagonais de compressão inclinadas de $\theta = 45^\circ$ em relação ao eixo longitudinal do elemento estrutural e admite ainda que a parcela complementar V_c tenha valor constante, independente de V_{Sd} .

a) verificação da compressão diagonal do concreto:

$$V_{Rd2} = 0,27 \alpha_{v2} f_{cd} b_w d$$

onde:

$$\alpha_{v2} = (1 - f_{ck} / 250)$$

b) cálculo da armadura transversal:

$$V_{Rd3} = V_c + V_{sw}$$

onde:

$$V_{sw} = (A_{sw} / s) 0,9 d f_{ywd} (\sin \alpha + \cos \alpha)$$

$V_c = 0$ nos elementos estruturais tracionados quando a linha neutra se situa fora da seção;

$V_c = V_{c0}$ na flexão simples e na flexo-tração com a linha neutra cortando a seção;

$V_c = V_{c0} (1 + M_0 / M_{Sd,máx}) \leq 2V_{c0}$ na flexo-compressão

$$V_{c0} = 0,6 f_{ctd} b_w d$$

$$f_{ctd} = f_{ctk,inf} / \gamma_c$$

onde:

b_w é a menor largura da seção, compreendida ao longo da altura útil d ; entretanto, no caso de elementos estruturais protendidos, quando existirem bainhas injetadas com diâmetro $\phi > b_w/8$, a largura resistente a considerar deve ser $(b_w - 1/2\Sigma\phi)$, na posição da alma em que essa diferença seja mais desfavorável, à exceção do nível que define o banzo tracionado da viga;

d é a altura útil da seção, igual à distância da borda comprimida ao centro de gravidade da armadura de tração; entretanto no caso de elementos estruturais protendidos com cabos distribuídos ao longo da altura, d não precisa ser tomado com valor menor que $0,8h$, desde que exista armadura junto à face tracionada de forma a satisfazer 17.4.1.2.2;

s é o espaçamento entre elementos da armadura transversal A_{sw} , medido segundo o eixo longitudinal do elemento estrutural;

f_{ywd} é a tensão na armadura transversal passiva, limitada ao valor f_{yd} no caso de estribos e a 70% desse valor no caso de barras dobradas, não se tomando, para ambos os casos, valores superiores a 435 MPa; entretanto, no caso de armaduras transversais ativas, o acréscimo de tensão devida à força cortante não pode ultrapassar a diferença entre f_{pyd} e a tensão de protensão, nem ser superior a 435 MPa;

α é o ângulo de inclinação da armadura transversal em relação ao eixo longitudinal do elemento estrutural, podendo-se tomar $45^\circ \leq \alpha \leq 90^\circ$;

M_0 é o valor do momento fletor que anula a tensão normal de compressão na borda da seção (tracionada por $M_{d,max}$), provocada pelas forças normais de diversas origens concomitantes com V_{sd} , sendo essa tensão calculada com valores de γ_f e γ_p iguais a 1,0 e 0,9 respectivamente; os momentos correspondentes a essas forças normais não devem ser considerados no cálculo dessa tensão pois são considerados em M_{sd} ; devem ser considerados apenas os momentos isostáticos de protensão;

$M_{sd,max}$ é o momento fletor de cálculo, máximo no trecho em análise, que pode ser tomado como o de maior valor no semitramo considerado (para esse cálculo não se consideram os momentos isostáticos de protensão, apenas os hiperestáticos);

c) decalagem do diagrama de força no banzo tracionado:

Quando a armadura longitudinal de tração for determinada através do equilíbrio de esforços na seção normal ao eixo do elemento estrutural, os efeitos provocados pela fissuração oblíqua podem ser substituídos no cálculo pela decalagem do diagrama de força no banzo tracionado, dada pela expressão:

$$a_\ell = d \left[\frac{V_{Sd,máx}}{2(V_{Sd,máx} - V_c)} (1 + \cotg \alpha) - \cotg \alpha \right]$$

onde:

$a_\ell \geq 0,5d$, no caso geral;

$a_\ell \geq 0,2d$, para estribos inclinados a 45° .

Essa decalagem pode ser substituída, aproximadamente, pela correspondente decalagem do diagrama de momentos fletores.

A decalagem do diagrama de força no banzo tracionado pode também ser obtida simplesmente aumentando a força de tração, em cada seção, pela expressão:

$$R_{Sd,cor} = \frac{M_{Sd}}{z} + |V_{Sd}| (\cotg \theta - \cotg \alpha) \frac{1}{2}$$

17.4.2.3 Modelo de cálculo II

O modelo II admite diagonais de compressão inclinadas de θ em relação ao eixo longitudinal do elemento estrutural, com θ variável livremente entre 30° e 45° . Admite ainda que a parcela complementar V_c sofra redução com o aumento de V_{sd} .

a) verificação da compressão diagonal do concreto:

$$V_{Rd2} = 0,54 \alpha_{v2} f_{cd} b_w d \sin^2 \theta (\cotg \alpha + \cotg \theta)$$

com: $\alpha_{v2} = (1 - f_{ck}/250)$ e f_{ck} , em megapascal.

b) cálculo da armadura transversal:

$$V_{Rd3} = V_c + V_{sw}$$

onde:

$$V_{sw} = (A_{sw} / s) 0,9 d f_{ywd} (\cotg \alpha + \cotg \theta) \sin \alpha$$

$V_c = 0$, em elementos estruturais tracionados quando a linha neutra se situa fora da seção;

$V_c = V_{c1}$, na flexão simples e na flexo-tração com a linha neutra cortando a seção;

$V_c = V_{c1} (1 + M_0 / M_{sd,max}) < 2V_{c1}$ na flexo-compressão, com:

$$V_{c1} = V_{c0} \text{ quando } V_{sd} \leq V_{c0}$$

$V_{c1} = 0$ quando $V_{sd} = V_{Rd2}$, interpolando-se linearmente para valores intermediários.

São mantidas a notação e as limitações definidas em 17.4.2.2;

c) deslocamento do diagrama de momentos fletores:

São mantidas as condições estabelecidas em 17.4.2.2-c), o deslocamento do diagrama de momentos fletores, aplicando o processo descrito nessa seção, deve ser:

$$a_\ell = 0,5 d (\cotg \theta - \cotg \alpha)$$

onde:

$$a_\ell \geq 0,5d, \text{ no caso geral;}$$

$$a_\ell \geq 0,2d, \text{ para estribos inclinados a } 45^\circ.$$

Permanece válida para o modelo II a alternativa dada em 17.4.2.2-c).

17.5 Elementos lineares sujeitos à torção - Estado limite último

17.5.1 Torção uniforme

17.5.1.1 Generalidades

As condições fixadas por esta Norma pressupõem um modelo resistente constituído por treliça espacial, definida a partir de um elemento estrutural de seção vazada equivalente ao elemento estrutural a dimensionar.

As diagonais de compressão dessa treliça, formada por elementos de concreto, têm inclinação que pode ser arbitrada pelo projeto no intervalo $30^\circ \leq \theta \leq 45^\circ$.

17.5.1.2 Condições gerais

Sempre que a torção for necessária ao equilíbrio do elemento estrutural, deve existir armadura destinada a resistir aos esforços de tração oriundos da torção. Essa armadura deve ser constituída por estribos verticais normais ao eixo do elemento estrutural e barras longitudinais distribuídas ao longo do perímetro da seção resistente, calculada de acordo com as prescrições desta seção e com taxa geométrica mínima dada pela expressão:

$$\rho_{s\ell} = \rho_{sw} = \frac{A_{sw}}{b_w s} \geq 0,2 \frac{f_{ctm}}{f_{yk}}$$

Quando a torção não for necessária ao equilíbrio, caso da torção de compatibilidade, é possível desprezá-la, desde que o elemento estrutural tenha a adequada capacidade de adaptação plástica e que todos os outros esforços sejam calculados sem considerar os efeitos por ela provocados. Em regiões onde o comprimento do elemento sujeito a torção seja menor ou igual a $2h$, para garantir um nível razoável de capacidade de adaptação plástica, deve-se respeitar a armadura mínima de torção e limitar a força cortante, tal que: $V_{sd} \leq 0,7 V_{Rd2}$.

17.5.1.3 Resistência do elemento estrutural - Torção pura

Admite-se satisfeita a resistência do elemento estrutural, numa dada seção, quando se verificarem simultaneamente as seguintes condições:

$$T_{Sd} \leq T_{Rd,2}$$

$$T_{Sd} \leq T_{Rd,3}$$

$$T_{Sd} \leq T_{Rd,4}$$

onde:

$T_{Rd,2}$ representa o limite dado pela resistência das diagonais comprimidas de concreto;

$T_{Rd,3}$ representa o limite definido pela parcela resistida pelos estribos normais ao eixo do elemento estrutural;

$T_{Rd,4}$ representa o limite definido pela parcela resistida pelas barras longitudinais, paralelas ao eixo do elemento estrutural.

17.5.1.4 Geometria da seção resistente

17.5.1.4.1 Seções poligonais convexas cheias

A seção vazada equivalente se define a partir da seção cheia com espessura da parede equivalente h_e dada por:

$$h_e \leq \frac{A}{u}$$

$$h_e \geq 2 c_1$$

onde:

A é a área da seção cheia;

u é o perímetro da seção cheia;

c_1 é a distância entre o eixo da barra longitudinal do canto e a face lateral do elemento estrutural.

17.5.1.4.2 Seção composta de retângulos

O momento de torção total deve ser distribuído entre os retângulos conforme sua rigidez elástica linear. Cada retângulo deve ser verificado isoladamente com a seção vazada equivalente definida em 17.5.1.4.1. Assim, o momento de torção que cabe ao retângulo i (T_{Sdi}) é dado por:

$$T_{Sdi} = T_{Sd} \frac{a_i^3 b_i}{\sum a_i^3 b_i}$$

onde:

a é o menor lado do retângulo;

b é o maior lado do retângulo.

17.5.1.4.3 Seções vazadas

Deve ser considerada a menor espessura de parede entre:

- a espessura real da parede;
- a espessura equivalente calculada supondo a seção cheia de mesmo contorno externo da seção vazada.

17.5.1.5 Verificação da compressão diagonal do concreto

A resistência decorrente das diagonais comprimidas de concreto deve ser obtida por:

$$T_{Rd2} = 0,50 \alpha_{v2} f_{cd} A_e h_e \sin 2 \theta$$

onde:

$\alpha_{v2} = 1 - f_{ck} / 250$, com f_{ck} em megapascal.

onde:

θ é o ângulo de inclinação das diagonais de concreto, arbitrado no intervalo $30^\circ \leq \theta \leq 45^\circ$;

A_e é a área limitada pela linha média da parede da seção vazada, real ou equivalente, incluindo a parte vazada;

h_e é a espessura equivalente da parede da seção vazada, real ou equivalente, no ponto considerado.

17.5.1.6 Cálculo das armaduras

Devem ser consideradas efetivas as armaduras contidas na área correspondente à parede equivalente, quando:

a) a resistência decorrente dos estribos normais ao eixo do elemento estrutural atende à expressão:

$$T_{Rd3} = (A_{90} / s) f_{ywd} 2A_e \cotg \theta$$

onde:

f_{ywd} é a resistência de cálculo do aço da armadura passiva, limitada a 435 MPa;

b) a resistência decorrente das armaduras longitudinais atende à expressão:

$$T_{Rd4} = (A_{s_l} / u) 2A_e f_{ywd} \operatorname{tg} \theta$$

onde:

A_{s_l} é a soma das áreas das seções das barras longitudinais;

u é o perímetro de A_e .

A armadura longitudinal de torção, de área total A_{s_l} , pode ter arranjo distribuído ou concentrado, mantendo-se obrigatoriamente constante a relação $\Delta A_{s_l} / \Delta u$, onde Δu é o trecho de perímetro, da seção efetiva, correspondente a cada barra ou feixe de barras de área ΔA_{s_l} .

Nas seções poligonais, em cada vértice dos estribos de torção, deve ser colocada pelo menos uma barra longitudinal.

17.5.2 Torção em perfis abertos de parede fina

17.5.2.1 Generalidades

Quando o elemento estrutural sob torção puder ser assimilado a um perfil aberto de parede fina, o projeto deve contemplar, além da torção uniforme, também os efeitos da flexo-torção.

17.5.2.2 Considerações gerais

No caso geral, a torção uniforme e a flexo-torção manifestam-se de forma compatibilizada, dividindo entre si o carregamento externo de forma variável ao longo do elemento estrutural. Considerando a boa capacidade de adaptação plástica dos elementos estruturais à torção, permite-se desprezar um desses mecanismos, desde que o considerado não tenha rigidez menor que o desprezado.

Os valores de rigidez devem ser calculados considerando-se os efeitos da fissuração, podendo ser adotados 0,15 da rigidez elástica no caso da torção uniforme e 0,50 no caso da flexo-torção.

17.5.2.3 Rigidez à flexo-torção

Na falta de cálculo mais preciso, quando o perfil possuir paredes opostas paralelas ou aproximadamente paralelas (caso de perfis I, C, Z, U e análogos), as quais possam resistir por flexão diferenciada à solitação de flexo-torção, a rigidez estrutural desse perfil, medida por exemplo pelo coeficiente de mola em quilonewtons metro por radiano (kNm/rad), pode ser calculada pela expressão (ver figura 17.4):

$$r = T/\theta$$

onde:

$$\theta = (a_1 + a_2) / z$$

onde:

T é o momento externo que provoca torção, suposto aplicado no meio do vão;

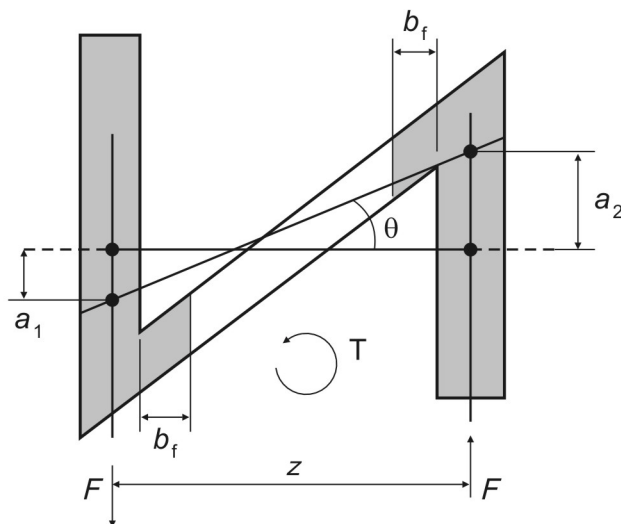
z é a distância entre os eixos das paredes 1 e 2;

θ é a rotação da seção, provocada pela flexão diferenciada das paredes opostas 1 e 2;

a_1 é a flecha provocada pela flexão da parede 1 sob atuação da força $F = T/z$;

a_2 é a flecha provocada pela flexão da parede 2 sob atuação da força $F = T/z$ de sentido oposto à que se aplica à parede 1.

No cálculo das flechas a_1 e a_2 , deve ser considerada metade da rigidez elástica das paredes.



onde:

b_f é a largura de colaboração associada a cada parede, conforme 14.6.2.2.

Figura 17.4 - Flexo-torção de perfil com paredes opostas

17.5.2.4 Resistência à flexo-torção

A resistência à flexo-torção de todo o elemento estrutural pode ser calculada a partir da resistência à flexão das paredes opostas, pela expressão seguinte:

$$T_{Rd} = \Delta F_{Rd,min} z$$

onde:

$$\Delta F_{Rd,min} = (F_{Rd} - F_{Sd})_{min}$$

onde:

F_{Rd} é a força transversal que esgota a resistência da parede isolada, sem o efeito da torção;

F_{Sd} é a parcela da força transversal total aplicada ao elemento estrutural, que cabe à parede isolada, sem o efeito da torção.

O valor $\Delta F_{Rd,min}$ é o menor entre as duas paredes consideradas.

17.6 Estado limite de fissuração inclinada da alma - Força cortante e torção

Usualmente não é necessário verificar a fissuração diagonal da alma de elementos estruturais de concreto. Em casos especiais, em que isso for considerado importante, deve-se limitar o espaçamento da armadura transversal a 15 cm.

17.7 Solicitações combinadas

17.7.1 Flexão e torção

17.7.1.1 Generalidades

Nos elementos estruturais submetidos a torção e a flexão simples ou composta, as verificações podem ser efetuadas separadamente para a torção e para as solicitações normais, devendo ser atendidas complementarmente as prescrições de 17.7.1.2 a 17.7.1.4.

17.7.1.2 Armadura longitudinal

Na zona tracionada pela flexão, a armadura de torção deve ser acrescentada à armadura necessária para solicitações normais, considerando-se em cada seção os esforços que agem concomitantemente.

17.7.1.3 Armadura longitudinal no banzo comprimido por flexão

No banzo comprimido pela flexão, a armadura longitudinal de torção pode ser reduzida em função dos esforços de compressão que atuam na espessura efetiva h e no trecho de comprimento Δu correspondente à barra ou feixe de barras consideradas.

17.7.1.4 Resistência do banzo comprimido

Nas seções em que a torção atua simultaneamente com solicitações normais intensas, que reduzem excessivamente a profundidade da linha neutra, particularmente em vigas de seção celular, o valor de cálculo da tensão principal de compressão não deve superar o valor $0,85 f_{cd}$.

Essa tensão principal deve ser calculada como em um estado plano de tensões, a partir da tensão normal média que age no banzo comprimido de flexão e da tensão tangencial de torção calculada por:

$$\tau_{Td} = T_d / 2 A_e h_e$$

17.7.2 Torção e força cortante

17.7.2.1 Generalidades

Na combinação de torção com força cortante, o projeto deve prever ângulos de inclinação das bielas de concreto θ coincidentes para os dois esforços.

Quando for utilizado o modelo I (ver 17.4.2.2) para a força cortante, que subentende $\theta = 45^\circ$, esse deve ser o valor considerado também para a torção.

17.7.2.2 A resistência à compressão diagonal do concreto deve ser satisfeita atendendo à expressão:

$$\frac{V_{Sd}}{V_{Rd2}} + \frac{T_{Sd}}{T_{Rd2}} \leq 1$$

onde:

V_{Sd} e T_{Sd} são os esforços de cálculo que agem concomitantemente na seção.

17.7.2.3 A armadura transversal pode ser calculada pela soma das armaduras calculadas separadamente para V_{Sd} e T_{Sd} .



18 Detalhamento de elementos lineares

18.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

a_e - Deslocamento do diagrama de momentos fletores, paralelo ao eixo da peça, para substituir os efeitos provocados pela fissuração oblíqua

r - Raio de curvatura interno do gancho

$s_{t,máx}$ - Espaçamento transversal máximo entre ramos sucessivos de armadura constituída por estribos

$A_{s,apoio}$ - Área da seção transversal de armadura longitudinal necessária junto a apoio de elemento estrutural

A_{s_t} - Soma das áreas das seções das barras longitudinais de torção

$A_{s,vão}$ - Área da seção transversal de armadura longitudinal de tração no vão

M_{apoio} - Momento fletor no apoio

$M_{vão}$ - Momento fletor máximo positivo no vão

R_{Sd} - Força de tração de cálculo na armadura

V_{Rd2} - Força cortante resistente de cálculo, relativa à ruína das diagonais comprimidas de concreto

18.2 Disposições gerais relativas às armaduras

18.2.1 Arranjo das armaduras

O arranjo das armaduras deve atender não só à sua função estrutural como também às condições adequadas de execução, particularmente com relação ao lançamento e ao adensamento do concreto.

Os espaços devem ser projetados para a introdução do vibrador e de modo a impedir a segregação dos agregados e a ocorrência de vazios no interior do elemento estrutural.

18.2.2 Barras curvadas

O diâmetro interno de curvatura de uma barra da armadura longitudinal dobrada, para resistir à força cortante ou em nó de pórtico, não deve ser menor que 10ϕ para aço CA-25, 15ϕ para CA-50 e 18ϕ para CA-60.

Se a tensão na armadura de tração, determinada com a solicitação de cálculo, for inferior à tensão de escoamento de cálculo, f_{yd} , esses diâmetros da curvatura podem ser reduzidos proporcionalmente, mas nunca a valores inferiores aos exigidos para os ganchos.

Se houver barras de tração curvadas no mesmo plano e o espaçamento entre elas for inferior ao dobro do mínimo permitido (18.3.2.2), o valor mínimo do diâmetro da curvatura estabelecido nesta seção deve ser multiplicado pelo número de barras nessas condições.

Quando houver possibilidade de fissuração do concreto no plano da barra dobrada, ocasionada por tensões de tração normais a esse plano, deve ser colocada armadura transversal ou aumentado o diâmetro da curvatura da barra.

18.2.3 Mudanças de direção das armaduras

Quando houver tendência à retificação de barra tracionada em regiões em que a resistência a esses deslocamentos seja proporcionada por cobertura insuficiente de concreto, a permanência da barra em sua posição deve ser garantida por meio de estribos ou grampos convenientemente distribuídos. Deve ser dada preferência à substituição da barra por outras duas, prolongadas além do seu cruzamento e ancoradas conforme a seção 9 (ver figura 18.1).

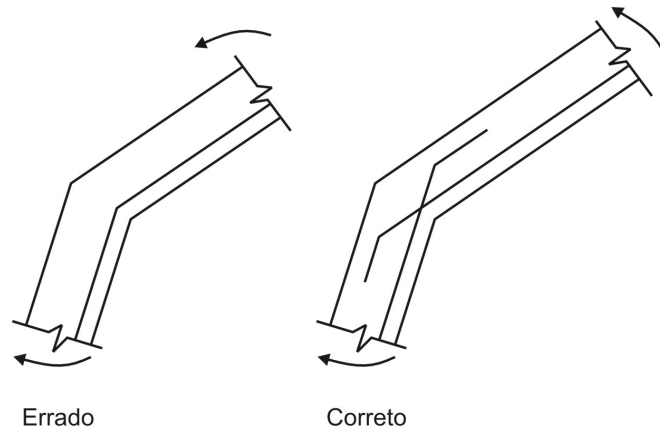


Figura 18.1 - Mudança de direção das armaduras

18.2.4 Proteção contra flambagem das barras

Sempre que houver possibilidade de flambagem das barras da armadura, situadas junto à superfície do elemento estrutural, devem ser tomadas precauções para evitá-la.

Os estribos poligonais garantem contra a flambagem as barras longitudinais situadas em seus cantos e as por eles abrangidas, situadas no máximo à distância de $20 \phi_t$ do canto, se nesse trecho de comprimento $20 \phi_t$ não houver mais de duas barras, não contando a de canto. Quando houver mais de duas barras nesse trecho ou barra fora dele, deve haver estribos suplementares.

Se o estribo suplementar for constituído por uma barra reta, terminada em ganchos, ele deve atravessar a seção do elemento estrutural e os seus ganchos devem envolver a barra longitudinal. Se houver mais de uma barra longitudinal a ser protegida junto à mesma extremidade do estribo suplementar, seu gancho deve envolver um estribo principal em um ponto junto a uma das barras, o que deve ser indicado no projeto de modo bem destacado (ver figura 18.2).

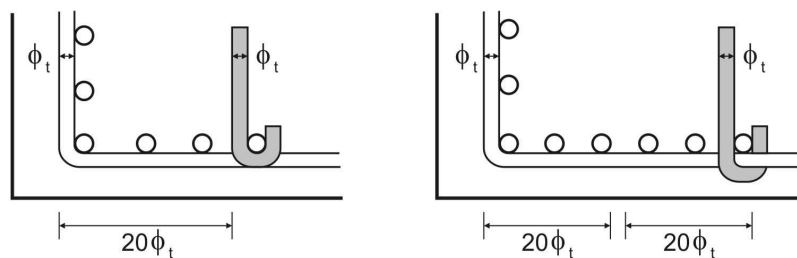


Figura 18.2 - Proteção contra flambagem das barras

No caso de estribos curvilíneos cuja concavidade esteja voltada para o interior do concreto, não há necessidade de estribos suplementares. Se as seções das barras longitudinais se situarem em uma curva de concavidade voltada para fora do concreto, cada barra longitudinal deve ser ancorada pelo gancho de um estribo reto ou pelo canto de um estribo poligonal.

18.3 Vigas

18.3.1 Generalidades

As prescrições que seguem referem-se a vigas isostáticas com relação $\ell/h \geq 3,0$ e a vigas contínuas com relação $\ell/h \geq 2,0$, em que ℓ é o comprimento do vão teórico (ou o dobro do comprimento teórico, no caso de balanço) e h a altura total da viga.

Vigas com relações ℓ/h menores devem ser tratadas como vigas-parede, de acordo com a seção 22.

18.3.2 Armadura longitudinal

18.3.2.1 Quantidade mínima

A quantidade mínima de armadura de flexão deve ser calculada de acordo com 17.3.5.

18.3.2.2 Distribuição transversal

O espaçamento mínimo livre entre as faces das barras longitudinais, medido no plano da seção transversal, deve ser igual ou superior ao maior dos seguintes valores:

- a) na direção horizontal (a_h):
- 20 mm;
 - diâmetro da barra, do feixe ou da luva;
 - 1,2 vez o diâmetro máximo do agregado;
- b) na direção vertical (a_v):
- 20 mm;
 - diâmetro da barra, do feixe ou da luva;
 - 0,5 vez o diâmetro máximo do agregado.

Para feixes de barras deve-se considerar o diâmetro do feixe: $\phi_n = \phi\sqrt{n}$.

Esses valores se aplicam também às regiões de emendas por traspasse das barras.

Em qualquer caso deve ser observado o disposto em 18.2.1.

18.3.2.3 Distribuição longitudinal

18.3.2.3.1 Armaduras de tração na flexão simples, ancoradas por aderência

O trecho da extremidade da barra de tração, considerado como de ancoragem, tem início na seção teórica onde sua tensão σ_s começa a diminuir (o esforço da armadura começa a ser transferido para o concreto). Deve prolongar-se pelo menos 10ϕ além do ponto teórico de tensão σ_s nula, não podendo em nenhum caso, ser inferior ao comprimento necessário estipulado em 9.4.2.5. Assim, na armadura longitudinal de tração dos elementos estruturais solicitados por flexão simples, o trecho de ancoragem da barra deve ter início no ponto A (figura 18.3) do diagrama de forças $R_{Sd} = M_{Sd}/z$ decalado do comprimento a_s , conforme 17.4.2. Esse diagrama equivale ao diagrama de forças corrigido $R_{Sd,cor}$. Se a barra não for dobrada, o trecho de ancoragem deve prolongar-se além de B, no mínimo 10ϕ .

Se a barra for dobrada, o início do dobramento pode coincidir com o ponto B (ver figura 18.3).

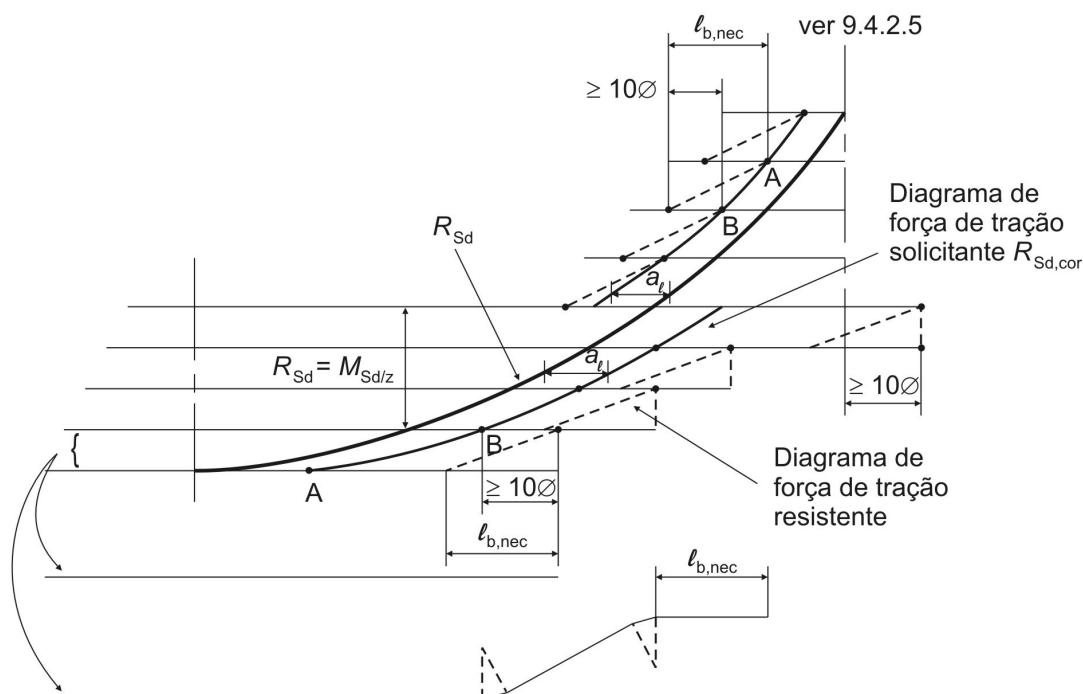


Figura 18.3 - Cobertura do diagrama de força de tração solicitante pelo diagrama resistente

Nos pontos intermediários entre A e B, o diagrama resistente linearizado deve cobrir o diagrama solicitante (ver figura 18.3).

Se o ponto A estiver na face do apoio ou além dela e a força R_{Sd} diminuir em direção ao centro de apoio, o trecho de ancoragem deve ser medido a partir dessa face e deve obedecer ao disposto em 18.3.2.4-b).

18.3.2.3.2 Caso de barras alojadas nas mesas

Para as barras alojadas nas mesas ou lajes, e que façam parte da armadura da viga, o ponto de interrupção da barra é obtido pelo mesmo processo anterior, considerando ainda um comprimento adicional igual à distância da barra à face mais próxima da alma.

18.3.2.4 Armadura de tração nas seções de apoio

Os esforços de tração junto aos apoios de vigas simples ou contínuas devem ser resistidos por armaduras longitudinais que satisfaçam à mais severa das seguintes condições:

- a) no caso de ocorrência de momentos positivos, as armaduras obtidas através do dimensionamento da seção;
- b) em apoios extremos, para garantir ancoragem da diagonal de compressão, armaduras capazes de resistir a uma força de tração $R_{Sd} = (a_c/d) V_d + N_d$, onde V_d é a força cortante no apoio e N_d é a força de tração eventualmente existente;
- c) em apoios extremos e intermediários, por prolongamento de uma parte da armadura de tração do vão ($A_{s,vão}$), correspondente ao máximo momento positivo do tramo ($M_{vão}$), de modo que:
 - $A_{s,apoio} \geq 1/3 (A_{s,vão})$ se M_{apoio} for nulo ou negativo e de valor absoluto $|M_{apoio}| \leq 0,5 M_{vão}$;
 - $A_{s,apoio} \geq 1/4 (A_{s,vão})$ se M_{apoio} for negativo e de valor absoluto $|M_{apoio}| > 0,5 M_{vão}$.

18.3.2.4.1 Ancoragem da armadura de tração no apoio

Quando se tratar do caso de 18.3.2.4-a), as ancoragens devem obedecer aos critérios da figura 18.3.

Para os casos de 18.3.2.4-b) e c), em apoios extremos, as barras das armaduras devem ser ancoradas a partir da face do apoio, com comprimentos iguais ou superiores ao maior dos seguintes valores:

- $l_{b,nec}$, conforme 9.4.2.5;
- $(r + 5,5 \phi)$;
- 60 mm.

Quando houver cobrimento da barra no trecho do gancho, medido normalmente ao plano do gancho, de pelo menos 70 mm, e as ações acidentais não ocorrerem com grande frequência com seu valor máximo, o primeiro dos três valores anteriores pode ser desconsiderado, prevalecendo as duas condições restantes.

Para os casos de 18.3.2.4-b) e c), em apoios intermediários, o comprimento de ancoragem pode ser igual a 10ϕ , desde que não haja qualquer possibilidade da ocorrência de momentos positivos nessa região, provocados por situações imprevistas, particularmente por efeitos de vento e eventuais recalques. Quando essa possibilidade existir, as barras devem ser contínuas ou emendadas sobre o apoio.

18.3.3 Armadura transversal para força cortante

18.3.3.1 Generalidades

As armaduras destinadas a resistir aos esforços de tração provocados por forças cortantes podem ser constituídas por estribos, combinados ou não com barras dobradas ou barras soldadas, e devem ser projetadas de acordo com as prescrições de 17.4.

18.3.3.2 Elementos estruturais armados com estribos

Os estribos para forças cortantes devem ser fechados através de um ramo horizontal, envolvendo as barras da armadura longitudinal de tração, e ancorados na face oposta. Quando essa face também puder estar tracionada, o estribo deve ter o ramo horizontal nessa região, ou complementado por meio de barra adicional.

O diâmetro da barra que constitui o estribo deve ser maior ou igual a 5 mm, sem exceder 1/10 da largura da alma da viga. Quando a barra for lisa, seu diâmetro não pode ser superior a 12 mm. No caso de estribos formados por telas soldadas, o diâmetro mínimo pode ser reduzido para 4,2 mm, desde que sejam tomadas precauções contra a corrosão dessa armadura.

O espaçamento mínimo entre estribos, medido segundo o eixo longitudinal do elemento estrutural, deve ser suficiente para permitir a passagem do vibrador, garantindo um bom adensamento da massa. O espaçamento máximo deve atender às seguintes condições:

- se $V_d \leq 0,67 V_{Rd2}$, então $s_{máx} = 0,6 d \leq 300$ mm;
- se $V_d > 0,67 V_{Rd2}$, então $s_{máx} = 0,3 d \leq 200$ mm.

O espaçamento transversal entre ramos sucessivos da armadura constituída por estribos não deve exceder os seguintes valores:

- se $V_d \leq 0,20 V_{Rd2}$, então $s_{t,m\acute{a}x} = d \leq 800$ mm;
- se $V_d > 0,20 V_{Rd2}$, então $s_{t,m\acute{a}x} = 0,6 d \leq 350$ mm.

As emendas por traspasso são permitidas apenas quando os estribos forem constituídos por telas ou por barras de alta aderência.

18.3.3.3 Elementos estruturais armados com barras dobradas

18.3.3.3.1 Ancoragem

No caso de barras dobradas resistentes à tração provocada por forças cortantes, o trecho reto de ancoragem deve ser maior ou igual a $\ell_{b,nec}$ (ver 9.4.2.5).

18.3.3.3.2 Espaçamento longitudinal

O espaçamento longitudinal entre barras dobradas não deve ser superior a $s_{m\acute{a}x} = 0,6 d (1 + \cotg \alpha)$, onde α é o ângulo de inclinação da barra dobrada.

18.3.4 Armadura para torção

A armadura destinada a resistir aos esforços de tração provocados por torção deve ser constituída por estribos normais ao eixo da viga, combinados com barras longitudinais paralelas ao mesmo eixo, e deve ser projetada de acordo com as prescrições de 17.5.

Consideram-se efetivos na resistência os ramos dos estribos e as armaduras longitudinais contidos no interior da parede fictícia da seção vazada equivalente (ver 17.5.1.4).

Os estribos para torção devem ser fechados em todo o seu contorno, envolvendo as barras das armaduras longitudinais de tração, e com as extremidades adequadamente ancoradas por meio de ganchos em ângulo de 45°.

Devem ser obedecidas as prescrições de 18.3.3.2, relativas ao diâmetro das barras que formam o estribo e ao espaçamento longitudinal dos mesmos.

As barras longitudinais da armadura de torção podem ter arranjo distribuído ou concentrado ao longo do perímetro interno dos estribos, espaçadas no máximo em 350 mm.

Deve-se respeitar a relação $\Delta A_{s_t} / \Delta u$, onde Δu é o trecho de perímetro da seção efetiva correspondente a cada barra ou feixe de barras de área ΔA_{s_t} , exigida pelo dimensionamento.

As seções poligonais devem conter, em cada vértice dos estribos de torção, pelo menos uma barra.

18.3.5 Armadura de pele

A armadura de pele calculada de acordo com 17.3.5.2.3 deve ser disposta de modo que o afastamento entre as barras não ultrapasse $d/3$ e 20 cm.

18.3.6 Armadura de suspensão

Nas proximidades de cargas concentradas transmitidas à viga por outras vigas ou elementos discretos que nela se apoiem ao longo ou em parte de sua altura, ou fiquem nela penduradas, deve ser colocada armadura de suspensão.

18.3.7 Armaduras de ligação mesa-alma ou talão-alma

Os planos de ligação entre mesas e almas ou talões e almas de vigas devem ser verificados com relação aos efeitos tangenciais decorrentes das variações de tensões normais ao longo do comprimento da viga, tanto sob o aspecto de resistência do concreto, quanto das armaduras necessárias para resistir às trações decorrentes desses efeitos.

As armaduras de flexão da laje, existentes no plano de ligação, podem ser consideradas como parte da armadura de ligação, complementando-se a diferença entre ambas, se necessário. A seção transversal mínima dessa armadura, estendendo-se por toda a largura útil e ancorada na alma, deve ser de 1,5 cm² por metro.

18.4 Pilares

18.4.1 Introdução

As exigências que seguem referem-se a pilares cuja maior dimensão da seção transversal não exceda cinco vezes a menor dimensão, e não são válidas para as regiões especiais (ver seção 21). Quando a primeira condição não for satisfeita, o pilar deve ser tratado como pilar-parede, aplicando-se o disposto em 18.5.

18.4.2 Armaduras longitudinais

18.4.2.1 Diâmetro mínimo e taxa de armadura

O diâmetro das barras longitudinais não deve ser inferior a 10 mm nem superior a 1/8 da menor dimensão transversal.

A taxa geométrica de armadura deve respeitar os valores máximos e mínimos especificados em 17.3.5.3.

18.4.2.2 Distribuição transversal

As armaduras longitudinais devem ser dispostas na seção transversal de forma a garantir a adequada resistência do elemento estrutural. Em seções poligonais, deve existir pelo menos uma barra em cada vértice; em seções circulares, no mínimo seis barras distribuídas ao longo do perímetro.

O espaçamento mínimo livre entre as faces das barras longitudinais, medido no plano da seção transversal, fora da região de emendas, deve ser igual ou superior ao maior dos seguintes valores:

- 20 mm;
- diâmetro da barra, do feixe ou da luva;
- 1,2 vez o diâmetro máximo do agregado.

Para feixes de barras, deve-se considerar o diâmetro do feixe: $\phi_n = \phi\sqrt{n}$.

Esses valores se aplicam também às regiões de emendas por traspasse das barras.

Quando estiver previsto no plano de concretagem o adensamento através de abertura lateral na face da forma, o espaçamento das armaduras deve ser suficiente para permitir a passagem do vibrador.

O espaçamento máximo entre eixos das barras, ou de centros de feixes de barras, deve ser menor ou igual a duas vezes a menor dimensão da seção no trecho considerado, sem exceder 400 mm.

18.4.3 Armaduras transversais

A armadura transversal de pilares, constituída por estribos e, quando for o caso, por grampos suplementares, deve ser colocada em toda a altura do pilar, sendo obrigatória sua colocação na região de cruzamento com vigas e lajes.

O diâmetro dos estribos em pilares não deve ser inferior a 5 mm nem a 1/4 do diâmetro da barra isolada ou do diâmetro equivalente do feixe que constitui a armadura longitudinal.

O espaçamento longitudinal entre estribos, medido na direção do eixo do pilar, para garantir o posicionamento, impedir a flambagem das barras longitudinais e garantir a costura das emendas de barras longitudinais nos pilares usuais, deve ser igual ou inferior ao menor dos seguintes valores:

- 200 mm;
- menor dimensão da seção;
- 24 ϕ para CA-25, 12 ϕ para CA-50.

Pode ser adotado o valor $\phi_t < \phi/4$, desde que as armaduras sejam constituídas do mesmo tipo de aço e o espaçamento respeite também a limitação:

$$s_{\text{máx}} = 90\,000 \left(\frac{\phi_t^2}{\phi} \right) \frac{1}{f_{yk}}$$

com f_{yk} em megapascal.

Quando houver necessidade de armaduras transversais para forças cortantes e torção, esses valores devem ser comparados com os mínimos especificados em 18.3 para vigas, adotando-se o menor dos limites especificados.

18.5 Pilares-parede

No caso de pilares cuja maior dimensão da seção transversal excede em cinco vezes a menor dimensão, além das exigências constantes nesta subseção, deve também ser atendido o que estabelece a seção 15 relativamente a esforços solicitantes na direção transversal decorrentes de efeitos de 1ª e 2ª ordens, em especial dos efeitos de 2ª ordem localizados.

A armadura transversal de pilares-parede deve respeitar a armadura mínima de flexão de placas, se essa flexão e a armadura correspondente forem calculadas. Em caso contrário, a armadura transversal deve respeitar o mínimo de 25% da armadura longitudinal da face.

18.6 Cabos de protensão

18.6.1 Arranjo longitudinal

18.6.1.1 Traçado

A armadura de protensão pode ser retilínea, curvilínea, poligonal ou de traçado misto, respeitada a exigência referente à armadura na região dos apoios, conforme 18.3.2.4-a) e b). Em apoios intermediários, deve ser disposta uma armadura, prolongamento das armaduras dos vãos adjacentes, capaz de resistir a uma força de tração igual a:

$$R_{Sd} = (a_i/d) \Delta V_d + N_d \geq R_{Sd,min} = 0,2 V_d$$

Nessa expressão ΔV_d é a máxima diferença de força cortante de um lado para o outro do apoio e N_d a força de tração eventualmente existente. A armadura a dispor nesse apoio é a obtida para o maior dos R_{Sd} calculados para cada um dos lados do apoio.

18.6.1.2 Curvaturas

As curvaturas das armaduras de protensão devem respeitar os raios mínimos exigidos em função do diâmetro do fio, da cordoalha ou da barra, ou do diâmetro externo da bainha.

O estabelecimento dos raios mínimos de curvatura pode ser realizado experimentalmente, desde que decorrente de investigação adequadamente realizada e documentada. Dispensa-se justificativa do raio de curvatura adotado, desde que ele seja superior a 4 m, 8 m e 12 m, respectivamente, nos casos de fios, barras e cordoalhas.

Quando a curvatura ocorrer em região próxima à face do elemento estrutural, provocando empuxo no vazio, devem ser projetadas armaduras que garantam a manutenção da posição do cabo sem afetar a integridade do concreto nessa região.

18.6.1.3 Curvatura nas proximidades das ancoragens

Nas regiões próximas das ancoragens, os raios mínimos de curvatura dos fios, cordoalhas ou feixes podem ser reduzidos, desde que devidamente comprovado por ensaios conclusivos. Nessas regiões, devem ficar garantidas a resistência do concreto em relação ao fendilhamento e a manutenção da posição do cabo quando ele provocar empuxo no vazio.

18.6.1.4 Fixação durante a execução

A permanência da armadura de protensão em sua posição durante a execução do elemento estrutural deve ser garantida por dispositivos apropriados.

18.6.1.5 Extremidades retas

Os cabos de protensão devem ter em suas extremidades segmentos retos que permitam o alinhamento de seus eixos com os eixos dos respectivos dispositivos de ancoragem. O comprimento desses segmentos não deve ser inferior a 100 cm ou 50 cm no caso de monocordoalhas engraxadas.

18.6.1.6 Prolongamento de extremidade

Os cabos de protensão devem ter prolongamentos de extremidade que se estendam além das ancoragens ativas, com comprimento adequado à fixação dos aparelhos de protensão.

18.6.1.7 Emendas

As barras da armadura de protensão podem ser emendadas, desde que por rosca e luva.

São permitidas as emendas individuais de fios, cordoalhas e cabos, por dispositivos especiais de eficiência consagrada pelo uso ou devidamente comprovada por ensaios conclusivos.

O tipo e a posição das emendas devem estar perfeitamente caracterizados no projeto.

18.6.1.8 Ancoragens

As ancoragens previstas devem respeitar o disposto em 9.4.7.

18.6.2 Arranjo transversal

18.6.2.1 Bainhas

18.6.2.1.1 Protensão interna com armadura aderente

As bainhas da armadura de protensão devem ser metálicas, projetadas com diâmetro adequado à livre movimentação dos cabos, ao sistema executivo empregado e capazes de resistir, sem deformação apreciável, à pressão do concreto fresco e aos esforços de montagem. Além disso, devem ser estanques relativamente à pasta e à argamassa por ocasião da concretagem.

18.6.2.1.2 Protensão interna com armadura não aderente

As bainhas podem ser de material plástico com proteção adequada da armadura.

18.6.2.1.3 Protensão externa

As bainhas podem ser de material plástico resistente às intempéries e com proteção adequada da armadura.

18.6.2.2 Agrupamento de cabos na pós-tração

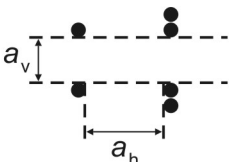
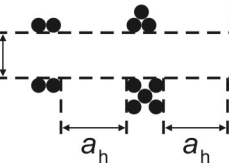
Os cabos alojados em bainhas podem constituir grupos de dois, três e quatro cabos nos trechos retos, desde que não ocorram disposições em linha com mais de dois cabos adjacentes. Nos trechos curvos podem ser dispostos apenas em pares, cujas curvaturas estejam em planos paralelos, de modo a não existir pressão transversal entre eles.

18.6.2.3 Espaçamentos mínimos

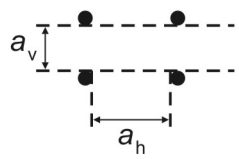
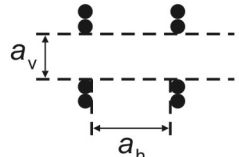
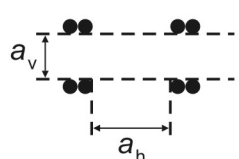
Os elementos da armadura de protensão devem estar suficientemente afastados entre si, de modo a ficar garantido o seu perfeito envolvimento pelo concreto.

Os afastamentos na direção horizontal visam permitir a livre passagem do concreto e, quando for empregado vibrador de agulha, a sua introdução e operação. Os valores mínimos dos espaçamentos estão indicados nas tabelas 18.1 e 18.2.

Tabela 18.1 - Espaçamentos mínimos - Caso de pós-tração

Disposição das bainhas	Espaço livre	
	a_h (horizontal)	a_v (vertical)
	$\geq \phi_{ext}$ $\geq 4\text{cm}$	$\geq \phi_{ext}$ $\geq 5\text{cm}$
	$\geq 1,2\phi_{ext}$ $\geq 4\text{cm}$	$\geq 1,5\phi_{ext}$ $\geq 5\text{cm}$
onde: ϕ_{ext} é diâmetro externo da bainha		

**Tabela 18.2 - Espaços mínimos -
Caso de pré-tração**

Disposição dos fios ou cordoalhas	Espaço livre	
	a_h (horizontal)	a_v (vertical)
	$\geq 2\phi$ $\geq 1,2d_{\text{máx}}$ $\geq 2\text{cm}$	$\geq 2\phi$ $\geq 1,2d_{\text{máx}}$ $\geq 2\text{cm}$
	$\geq 3\phi$ $\geq 1,2d_{\text{máx}}$ $\geq 2,5\text{cm}$	$\geq 3\phi$ $\geq 1,2d_{\text{máx}}$ $\geq 2\text{cm}$
	$\geq 3\phi$ $\geq 1,2d_{\text{máx}}$ $\geq 3\text{cm}$	$\geq 3\phi$ $\geq 1,2d_{\text{máx}}$ $\geq 3\text{cm}$
onde: ϕ é diâmetro do fio ou cordoalha $d_{\text{máx}}$ é diâmetro máximo do agregado		

19 Dimensionamento e verificação de lajes

19.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

s_r - Espaçamento radial entre linhas de armadura de punção

u - Perímetro do contorno C' - punção

u^* - Perímetro crítico reduzido para pilares de borda ou de canto

u_0 - Perímetro do contorno C - punção

A_{sw} - Área da armadura de punção num contorno completo paralelo a C'

C - Contorno da área de aplicação de carga

C' - Contorno crítico, externo e distante $2d$ do contorno C , no plano da laje

F_{sd} - Força ou reação de punção de cálculo

K - Coeficiente que fornece a parcela de M_{sd} transmitida ao pilar - punção

M_{sd}^* - Momento fletor de cálculo resultante da excentricidade do perímetro crítico reduzido u^* em relação ao centro do pilar - punção

M_{sd1} - Momento fletor de cálculo transmitido pela laje ao pilar de borda, no plano perpendicular à borda livre

M_{sd2} - Momento fletor de cálculo transmitido pela laje ao pilar de borda, no plano paralelo à borda livre

W_p - Parâmetro referente ao perímetro crítico u , definido como módulo de resistência plástica do perímetro crítico

α_q - Coeficiente que depende do tipo e da natureza do carregamento

τ_{pd} - Tensão de cisalhamento devida ao efeito de cabos de protensão que atravessam o contorno considerado e passam a menos de $d/2$ da face do pilar - punção

τ_{rd1} - Tensão de cisalhamento resistente de cálculo limite, para que uma laje possa prescindir de armadura transversal para resistir à força cortante

τ_{rd2} - Tensão de cisalhamento resistente de cálculo limite para verificação da compressão diagonal do concreto na ligação laje - pilar

τ_{rd3} - Tensão de cisalhamento resistente de cálculo

τ_{sd} - Tensão de cisalhamento solicitante de cálculo

$\tau_{sd,ef}$ - Tensão de cisalhamento solicitante de cálculo efetiva

19.2 Dimensionamento e verificação de lajes - Estado limite último

Na determinação dos esforços resistentes das seções de lajes submetidas a esforços normais e momentos fletores, devem ser usados os mesmos princípios estabelecidos em 17.2.1 a 17.2.3.

Nas regiões de apoio das lajes devem ser garantidas boas condições de utilidade, atendendo-se às disposições de 14.6.4.3.

Quando, na seção crítica adotada para dimensionamento, a direção das armaduras diferir das direções das tensões principais em mais de 15° , esse fato deve ser considerado no cálculo estrutural.

19.3 Dimensionamento e verificação de lajes - Estados limites de serviço

19.3.1 Estado limite de deformação

Devem ser usados os critérios dados em 17.3.2, considerando a possibilidade de fissuração (estádio II).

19.3.2 Estados limites de fissuração e de descompressão ou de formação de fissuras

Devem ser usados os critérios dados em 17.3.3 e 17.3.4.

19.3.3 Armaduras longitudinais máximas e mínimas

19.3.3.1 Princípios básicos

Os princípios básicos para o estabelecimento de armaduras máximas e mínimas são os dados em 17.3.5.1. Como as lajes armadas nas duas direções têm outros mecanismos resistentes possíveis, os valores mínimos das armaduras positivas são reduzidos em relação aos dados para elementos estruturais lineares.

19.3.3.2 Armaduras mínimas

Para melhorar o desempenho e a ductilidade à flexão e à punção, assim como controlar a fissuração, são necessários valores mínimos de armadura passiva, dados na tabela 19.1. Essa armadura deve ser constituída preferencialmente por barras com alta aderência ou por telas soldadas.

Tabela 19.1 - Valores mínimos para armaduras passivas aderentes

Armadura	Elementos estruturais sem armaduras ativas	Elementos estruturais com armadura ativa aderente	Elementos estruturais com armadura ativa não aderente
Armaduras negativas	$\rho_s \geq \rho_{\min}$	$\rho_s \geq \rho_{\min} - \rho_p \geq 0,67\rho_{\min}$	$\rho_s \geq \rho_{\min} - 0,5\rho_p \geq 0,67\rho_{\min}$ (ver item 19.3.3.2)
Armaduras positivas de lajes armadas nas duas direções	$\rho_s \geq 0,67\rho_{\min}$	$\rho_s \geq 0,67\rho_{\min} - \rho_p \geq 0,5\rho_{\min}$	$\rho_s \geq \rho_{\min} - 0,5\rho_p \geq 0,5\rho_{\min}$
Armadura positiva (principal) de lajes armadas em uma direção	$\rho_s \geq \rho_{\min}$	$\rho_s \geq \rho_{\min} - \rho_p \geq 0,5\rho_{\min}$	$\rho_s \geq \rho_{\min} - 0,5\rho_p \geq 0,5\rho_{\min}$
Armadura positiva (secundária) de lajes armadas em uma direção	$A_s/s \geq 20\%$ da armadura principal $A_s/s \geq 0,9 \text{ cm}^2/\text{m}$ $\rho_s \geq 0,5 \rho_{\min}$		-
Onde: $\rho_s = A_s/b_w h$ e $\rho_p = A_p/b_w h$. NOTA - Os valores de ρ_{\min} constam na tabela 17.3.			

No caso de lajes lisas ou lajes-cogumelo com armadura ativa não aderente, as armaduras passivas positivas devem respeitar os valores mínimos da tabela 19.1 e a armadura negativa passiva sobre os apoios deve ter como valor mínimo:

$$A_s \geq 0,00075 h \ell$$

onde:

h é a altura da laje;

ℓ é o vão médio da laje medido na direção da armadura a ser colocada.

Essa armadura deve cobrir a região transversal a ela, compreendida pela dimensão dos apoios acrescida de $1,5 h$ para cada lado.

19.3.3.3 Armaduras máximas

O valor máximo da armadura de flexão deve respeitar o limite dado em 17.3.5.2 e 17.3.5.3.

19.4 Força cortante em lajes e elementos lineares com $b_w \geq 5d$

19.4.1 Lajes sem armadura para força cortante

As lajes maciças ou nervuradas, conforme 17.4.1.1.2-b), podem prescindir de armadura transversal para resistir aos esforços de tração oriundos da força cortante, quando a força cortante de cálculo obedecer à expressão:

$$V_{Sd} \leq V_{Rd1}$$

A resistência de projeto ao cisalhamento é dada por:

$$V_{Rd1} = [\tau_{Rd} k (1,2 + 40 \rho_1) + 0,15 \sigma_{cp}] b_w d$$

onde:

$$\tau_{Rd} = 0,25 f_{ctd}$$

$$f_{ctd} = f_{ctk,inf} / \gamma_c$$

$$\rho_1 = \frac{A_{s1}}{b_w d}, \text{ não maior que } |0,02|$$

$$\sigma_{cp} = N_{Sd} / A_c$$

k é um coeficiente que tem os seguintes valores:

- para elementos onde 50 % da armadura inferior não chega até o apoio: $k = |1|$;
- para os demais casos: $k = |1,6 - d|$, não menor que $|1|$, com d em metros;

onde:

f_{ctd} é a resistência de cálculo do concreto ao cisalhamento;

A_{s1} é a área da armadura de tração que se estende até não menos que $d + \ell_{b,nec}$ além da seção considerada; com $\ell_{b,nec}$ definido em 9.4.2.5 e figura 19.1;

b_w é a largura mínima da seção ao longo da altura útil d ;

N_{Sd} é a força longitudinal na seção devida à protensão ou carregamento (compressão positiva).

Na zona de ancoragem de elementos com protensão com aderência prévia, a equação que define V_{Rd1} só se aplica quando os requisitos de ancoragem são satisfeitos conforme 9.4.5. Analogamente para os elementos contendo armadura passiva.

No caso da pré-tração, deve ser levada em conta a redução da protensão efetiva no comprimento de transmissão.

Quando da verificação de elementos sem armadura de cisalhamento a resistência de cálculo V_{Rd2} é dada por:

$$V_{Rd2} = 0,5 \alpha_{v1} f_{cd} b_w 0,9d$$

onde:

$$\alpha_{v1} = (0,7 - f_{ck}/200), \text{ não maior que } 0,5.$$

A distribuição dessa armadura ao longo da laje deve respeitar o prescrito em 18.3.2.3.1, considerando para a_i o valor $1,5d$.

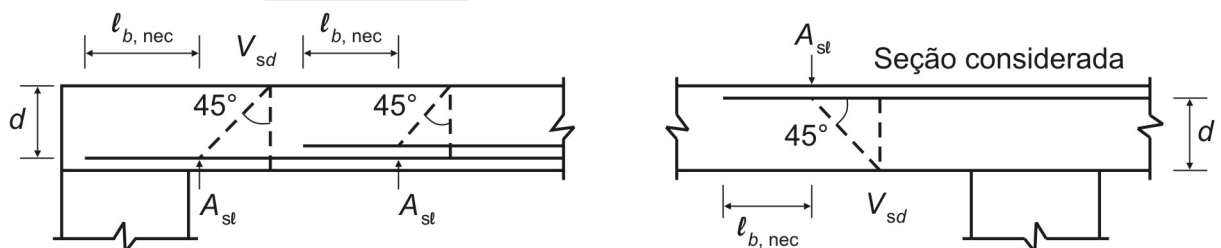


Figura 19.1 - Comprimento de ancoragem necessário

19.4.2 Lajes com armadura para força cortante

Aplicam-se os critérios estabelecidos em 17.4.2.

A resistência dos estribos pode ser considerada com os seguintes valores máximos, sendo permitida interpolação linear:

- 250 MPa, para lajes com espessura até 15 cm;
- 435 MPa (f_{ywd}), para lajes com espessura maior que 35 cm.

19.5 Dimensionamento de lajes à punção

19.5.1 Modelo de cálculo

O modelo de cálculo corresponde à verificação do cisalhamento em duas ou mais superfícies críticas definidas no entorno de forças concentradas.

Na primeira superfície crítica (contorno C), do pilar ou da carga concentrada, deve ser verificada indiretamente a tensão de compressão diagonal do concreto, através da tensão de cisalhamento.

Na segunda superfície crítica (contorno C') afastada $2d$ do pilar ou carga concentrada, deve ser verificada a capacidade da ligação à punção, associada à resistência à tração diagonal. Essa verificação também se faz através de uma tensão de cisalhamento, no contorno C'.

Caso haja necessidade, a ligação deve ser reforçada por armadura transversal.

A terceira superfície crítica (contorno C'') apenas deve ser verificada quando for necessário colocar armadura transversal.

19.5.2 Definição da tensão solicitante nas superfícies críticas C e C'

19.5.2.1 Pilar interno, com carregamento simétrico (ver figura 19.2)

No caso em que o efeito do carregamento pode ser considerado simétrico:

$$\tau_{Sd} = \frac{F_{Sd}}{u d}$$

onde:

$$d = (d_x + d_y)/2$$

onde:

d é a altura útil da laje ao longo do contorno crítico C', externo ao contorno C da área de aplicação da força e deste distante $2d$ no plano da laje;

d_x e d_y são as alturas úteis nas duas direções ortogonais;

u é o perímetro do contorno crítico C';

ud é a área da superfície crítica;

F_{Sd} é a força ou a reação concentrada, de cálculo.

A força de punção F_{Sd} pode ser reduzida da força distribuída aplicada na face oposta da laje, dentro do contorno considerado na verificação, C ou C'.

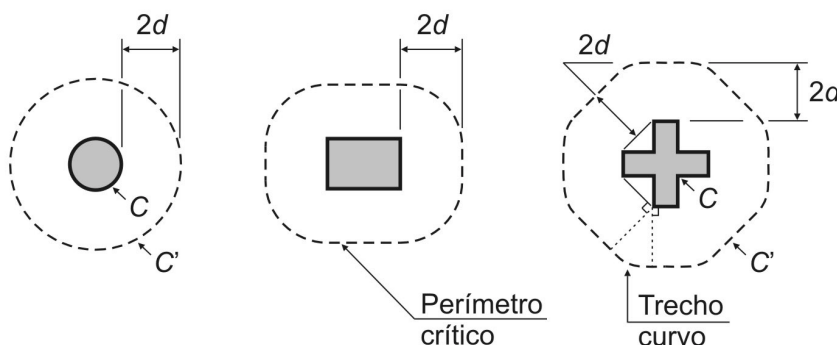


Figura 19.2 - Perímetro crítico em pilares internos

19.5.2.2 Pilar interno, com efeito de momento

No caso em que, além da força vertical, existe transferência de momento da laje para o pilar, o efeito de assimetria deve ser considerado, de acordo com a expressão:

$$\tau_{Sd} = \frac{F_{Sd}}{u d} + \frac{K M_{Sd}}{W_p d}$$

onde:

K é o coeficiente que fornece a parcela de M_{Sd} transmitida ao pilar por cisalhamento, que depende da relação C_1/C_2 .

O coeficiente K assume os valores indicados na tabela 19.2.

Tabela 19.2 - Valores de K

C_1/C_2	0,5	1,0	2,0	3,0
K	0,45	0,60	0,70	0,80

Onde:
 C_1 é a dimensão do pilar paralela à excentricidade da força;
 C_2 é a dimensão do pilar perpendicular à excentricidade da força.

Os valores de W_p devem ser calculados pelas expressões a seguir:

Para um pilar retangular:

$$W_p = \frac{C_1^2}{2} + C_1 C_2 + 4 C_2 d + 16 d^2 + 2\pi d C_1$$

Para um pilar circular:

$$W_p = (D + 4d)^2$$

onde:

D é o diâmetro do pilar.

W_p pode ser calculado desprezando a curvatura dos cantos do perímetro crítico, através da expressão:

$$W_p = \int_0^u |e| d\ell$$

onde:

$d\ell$ é o comprimento infinitesimal no perímetro crítico u ;

e é a distância de $d\ell$ ao eixo que passa pelo centro do pilar e sobre o qual atua o momento fletor M_{Sd} .

19.5.2.3 Pilares de borda

a) quando não agir momento no plano paralelo à borda livre:

$$\tau_{Sd} = \frac{F_{Sd}}{u^* d} + \frac{K_1 M_{Sd1}}{W_{p1} d}$$

onde:

$$M_{Sd1} = (M_{Sd} - M_{Sd}^*) \geq 0$$

onde:

F_{Sd} é a reação de apoio;

u^* é o perímetro crítico reduzido;

M_{Sd} é o momento de cálculo no plano perpendicular à borda livre;

M_{Sd}^* é o momento de cálculo resultante da excentricidade do perímetro crítico reduzido u^* em relação ao centro do pilar;

W_{p1} é o módulo de resistência plástica perpendicular à borda livre, calculado para o perímetro u .

O coeficiente K_1 assume os valores estabelecidos para K na tabela 19.2, com C_1 e C_2 de acordo com a figura 19.3.

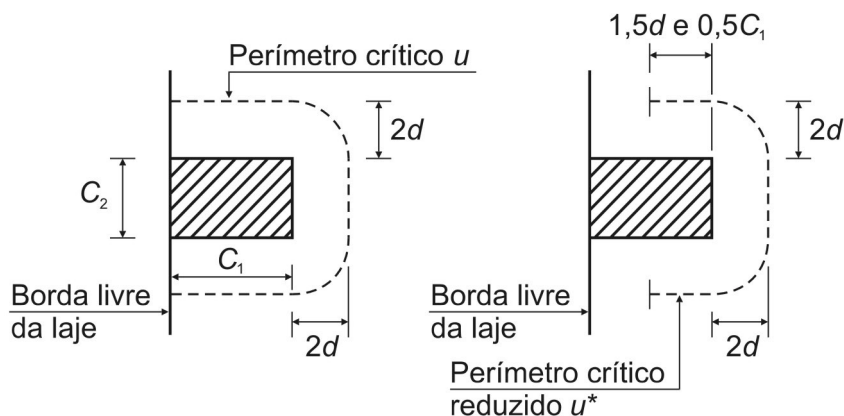


Figura 19.3 - Perímetro crítico em pilares de borda

b) quando agir momento no plano paralelo à borda livre:

$$\tau_{Sd} = \frac{F_{Sd}}{u * d} + \frac{K_1 M_{Sd1}}{W_{p1} d} + \frac{K_2 M_{Sd2}}{W_{p2} d}$$

onde:

M_{Sd2} é o momento de cálculo no plano paralelo à borda livre;

W_{p2} é o módulo de resistência plástica na direção paralela à borda livre, calculado pelo perímetro u .

O coeficiente K_2 assume os valores estabelecidos para K na tabela 19.2, substituindo-se C_1/C_2 por $C_2/2C_1$ (sendo C_1 e C_2 estabelecidos na figura 19.3).

19.5.2.4 Pilares de canto

Aplica-se o disposto para o pilar de borda quando não age momento no plano paralelo à borda.

Como o pilar de canto apresenta duas bordas livres, deve ser feita a verificação separadamente para cada uma delas, considerando o momento fletor cujo plano é perpendicular à borda livre adotada.

Nesse caso, K deve ser calculado em função da proporção C_1/C_2 , sendo C_1 e C_2 , respectivamente, os lados do pilar perpendicular e paralelo à borda livre adotada, conforme tabela 19.2 (ver figura 19.4).

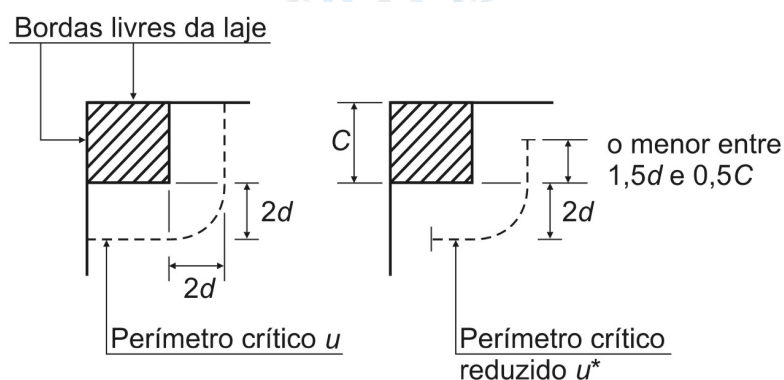
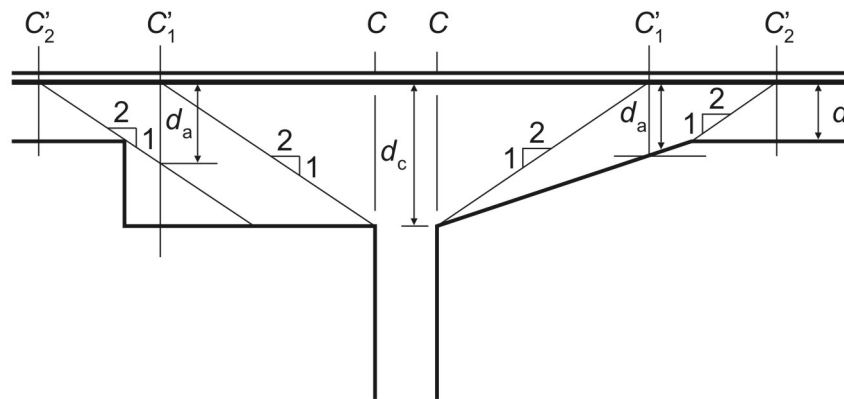


Figura 19.4 - Perímetro crítico em pilares de canto

19.5.2.5 Capitel

Quando existir capitel, devem ser feitas duas verificações nos contornos críticos C_1' e C_2' , como indica a figura 19.5.



onde:

d é a altura útil da laje no contorno C_2 ;

d_c é a altura útil da laje na face do pilar;

d_a é a altura útil da laje no contorno C_1 ;

l_c é a distância entre a borda do capitel e a face do pilar. Quando:

$l_c \leq 2(d_c - d) \Rightarrow$ basta verificar o contorno C_2 ;

$2(d_c - d) < l_c \leq 2d_c \Rightarrow$ basta verificar o contorno C_1 ;

$l_c > 2d_c \Rightarrow$ é necessário verificar os contornos C_1 e C_2 .

Figura 19.5 - Definição da altura útil no caso de capitel

19.5.2.6 Casos especiais de definição do contorno crítico

Se o contorno C apresentar reentrâncias, o contorno crítico C' deve ser paralelo ao polígono circunscrito ao contorno C (ver figura 19.6).

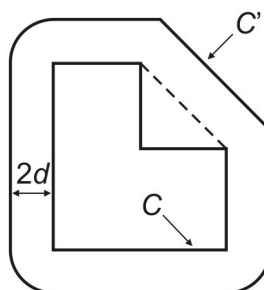


Figura 19.6 - Perímetro crítico no caso de o contorno C apresentar reentrância

Se na laje existir abertura situada a menos de $8d$ do contorno C , não deve ser considerado o trecho do contorno crítico C' entre as duas retas que passam pelo centro de gravidade da área de aplicação da força e que tangenciam o contorno da abertura (ver figura 19.7).

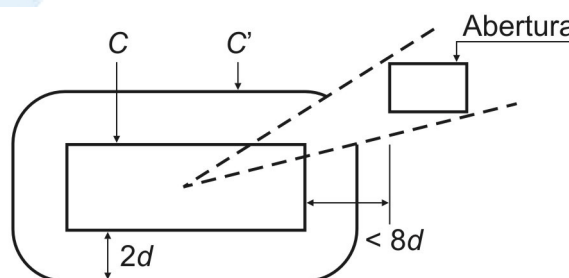


Figura 19.7 - Perímetro crítico junto à abertura na laje

19.5.2.7 Interação de solicitações normais e tangenciais

Não se exige a verificação da influência das solicitações normais, decorrentes de flexão simples ou composta da laje, na resistência à punção.

19.5.3 Definição da tensão resistente nas superfícies críticas C, C' e C''

19.5.3.1 Verificação da tensão resistente de compressão diagonal do concreto na superfície crítica C

Essa verificação deve ser feita no contorno C, em lajes submetidas a punção, com ou sem armadura.

$$\tau_{Sd} \leq \tau_{Rd2} = 0,27 \alpha_v f_{cd}$$

onde:

$$\alpha_v = (1 - f_{ck}/250), \text{ com } f_{ck} \text{ em megapascal;}$$

τ_{Sd} é calculado conforme 19.5.2.1, com u_0 (perímetro do contorno C) em lugar de u .

O valor de τ_{Rd2} pode ser ampliado de 20% por efeito de estado múltiplo de tensões junto a um pilar interno, quando os vãos que chegam a esse pilar não diferem mais de 50% e não existem aberturas junto ao pilar.

19.5.3.2 Tensão resistente na superfície crítica C' em elementos estruturais ou trechos sem armadura de punção

A tensão resistente crítica C' deve ser calculada como segue:

$$\tau_{Sd} \leq \tau_{Rd1} = 0,13 (1 + \sqrt{20/d}) (100 \rho f_{ck})^{1/3}$$

onde:

$$\rho = \sqrt{\rho_x \rho_y}$$

$$d = (d_x + d_y) / 2$$

onde:

d é a altura útil da laje ao longo do contorno crítico C' da área de aplicação da força, em centímetros;

ρ é a taxa geométrica de armadura de flexão aderente (armadura não aderente deve ser desprezada);

ρ_x e ρ_y são as taxas de armadura nas duas direções ortogonais assim calculadas:

- na largura igual à dimensão ou área carregada do pilar acrescida de $3d$ para cada um dos lados;
- no caso de proximidade da borda prevalece a distância até a borda quando menor que $3d$.

Essa verificação deve ser feita no contorno crítico C' ou em C₁' e C₂', no caso de existir capitel.

19.5.3.3 Tensão resistente nas superfícies C' em elementos estruturais ou trechos com armaduras de punção

A tensão resistente resistente C' deve ser calculada como segue:

$$\tau_{Sd} \leq \tau_{Rd3} = 0,10 (1 + \sqrt{20/d}) (100 \rho f_{ck})^{1/3} + 1,5 \frac{d}{s_r} \frac{A_{sw} f_{ywd} \sin \alpha}{u d}$$

onde:

$$s_r \leq 0,75d$$

onde:

s_r é o espaçamento radial entre linhas de armadura de punção, não maior do que $0,75d$;

A_{sw} é a área da armadura de punção num contorno completo paralelo a C';

α é o ângulo de inclinação entre o eixo da armadura de punção e o plano da laje;

u é o perímetro crítico ou perímetro crítico reduzido no caso de pilares de borda ou canto.

f_{ywd} é a resistência de cálculo da armadura de punção, não maior do que 300 MPa para conectores ou 250 MPa para estribos (de aço CA-50 ou CA-60). Para lajes com espessura maior que 15 cm, esses valores podem ser aumentados conforme estabelece 19.4.2.

Essa armadura deve ser preferencialmente constituída por três ou mais linhas de conectores tipo pino com extremidades alargadas, dispostas radialmente a partir do perímetro do pilar. Cada uma dessas extremidades deve estar ancorada fora do plano da armadura de flexão correspondente.

19.5.3.4 Definição da superfície crítica C''

Quando for necessário utilizar armadura transversal, ela deve ser estendida em contornos paralelos a C' até que, num contorno C'' afastado $2d$ do último contorno de armadura (ver figuras 19.8 e 19.9), não seja mais necessária armadura, isto é, $\tau_{sd} \leq \tau_{Rd1}$ (19.5.3.2).

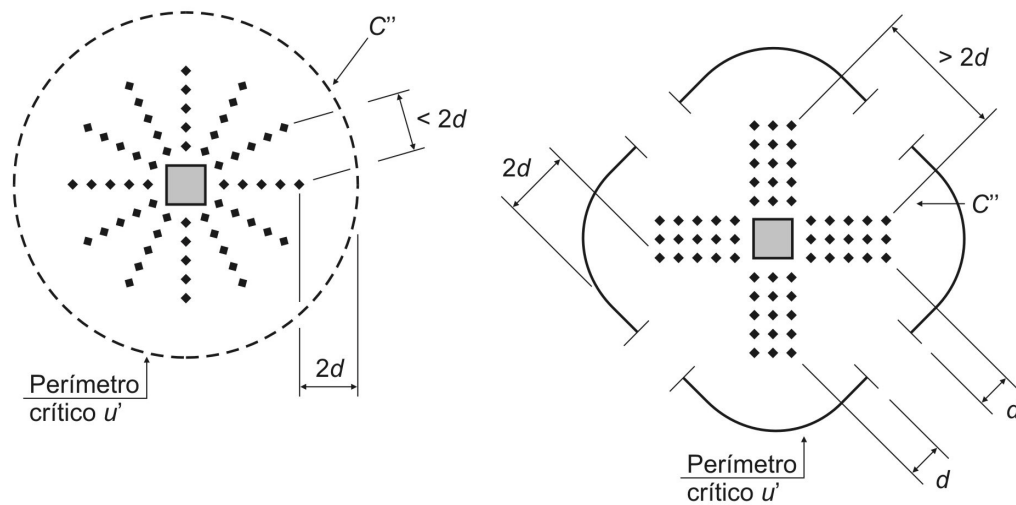


Figura 19.8 - Disposição da armadura de punção em planta e contorno da superfície crítica C''

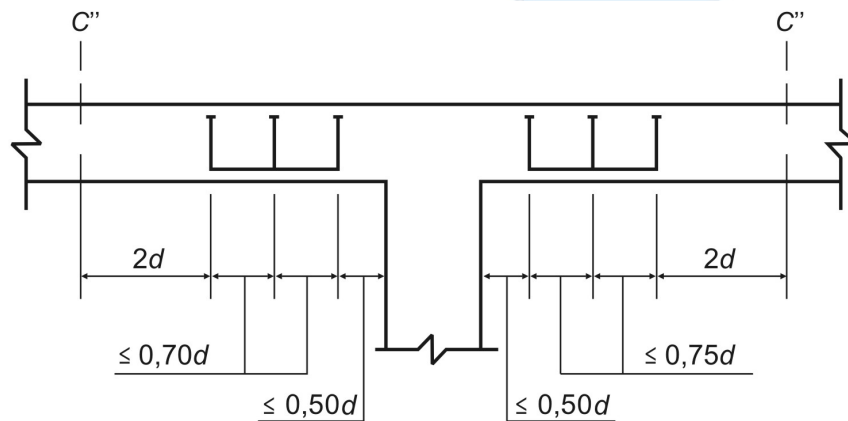


Figura 19.9 - Disposição da armadura de punção em corte

No caso de ser necessária a armadura de punção, três verificações devem ser feitas:

- tensão resistente de compressão do concreto no contorno C , conforme 19.5.3.1;
- tensão resistente à punção no contorno C' , considerando a armadura de punção, conforme 19.5.3.3;
- tensão resistente à punção no contorno C'' , sem armadura de punção, conforme 19.5.3.2.

19.5.3.5 Armadura de punção obrigatória

No caso de a estabilidade global da estrutura depender da resistência da laje à punção, deve ser prevista armadura de punção, mesmo que τ_{sd} seja menor que τ_{Rd1} . Essa armadura deve equilibrar um mínimo de 50% de F_{sd} .

19.5.4 Colapso progressivo

Para garantir a ductilidade local e a conseqüente proteção contra o colapso progressivo, a armadura de flexão inferior que atravessa o contorno C deve estar suficientemente ancorada além do contorno C' , conforme figura 19.10, e deve ser tal que:

$$A_s f_{yd} \geq F_{sd}$$

onde:

A_s é a somatória de todas as áreas das barras que cruzam cada uma das faces do pilar.

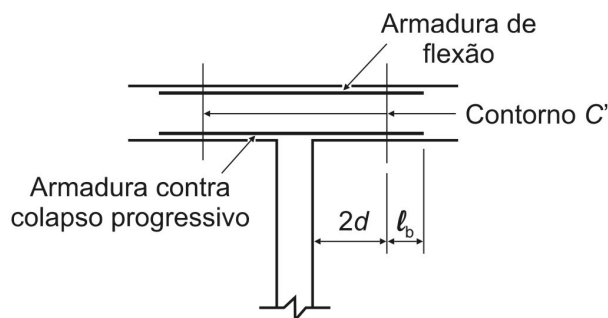


Figura 19.10 - Armadura contra colapso progressivo

19.5.5 Verificação de elementos estruturais protendidos

A verificação deve ser feita como estabelecido a seguir:

$$\tau_{Sd,ef} = \tau_{Sd} - \tau_{Pd}$$

onde:

$$\tau_{Pd} = \frac{\sum P_{k\,inf,i} \operatorname{sen} \alpha_i}{u d}$$

onde:

τ_{Pd} é a tensão devida ao efeito dos cabos de protensão inclinados que atravessam o contorno considerado e passam a menos de $d/2$ da face do pilar (ver figura 19.11);

$P_{k\,inf,i}$ é a força de protensão no cabo i ;

α_i é a inclinação do cabo i em relação ao plano da laje no contorno considerado;

u é o perímetro crítico do contorno considerado, em que se calculam $\tau_{Sd,ef}$ e τ_{Sd} .

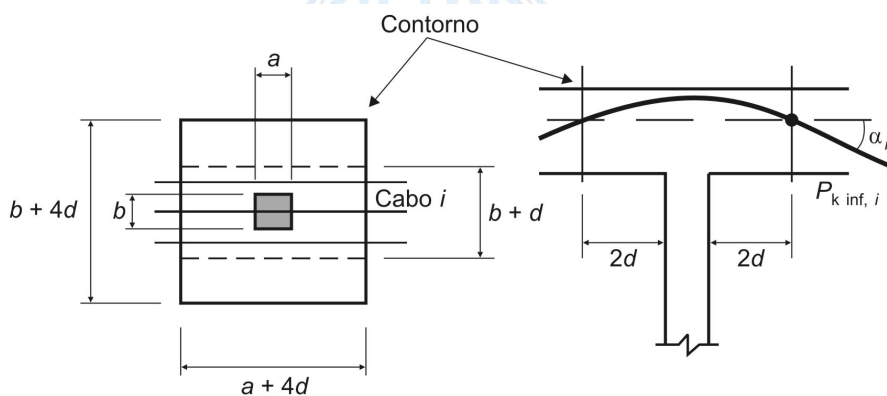


Figura 19.11 - Efeito favorável dos cabos inclinados

20 Detalhamento de lajes

20.1 Prescrições gerais

As armaduras devem ser dispostas de forma que se possa garantir o seu posicionamento durante a concretagem.

Qualquer barra da armadura de flexão deve ter diâmetro no máximo igual a $h/8$.

As barras da armadura principal de flexão devem apresentar espaçamento no máximo igual a $2h$ ou 20 cm, prevalecendo o menor desses dois valores na região dos maiores momentos fletores.

A armadura secundária de flexão deve ser igual ou superior a 20% da armadura principal, mantendo-se, ainda, um espaçamento entre barras de, no máximo, 33 cm. A emenda dessas barras deve respeitar os mesmos critérios de emenda das barras da armadura principal.

Os estribos em lajes nervuradas, quando necessários, não devem ter espaçamento superior a 20 cm.

20.2 Bordas livres e aberturas

Em bordas livres e junto às aberturas devem ser respeitadas as prescrições mínimas contidas na figura 20.1.

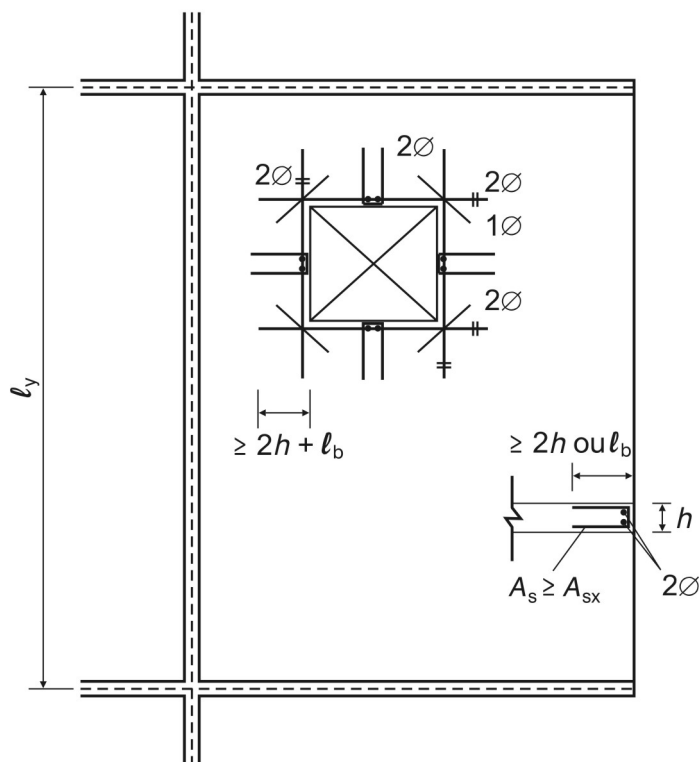


Figura 20.1 - Bordas livres e aberturas

20.3 Lajes sem vigas

20.3.1 Armaduras passivas

Em lajes sem vigas, maciças ou nervuradas, calculadas pelo processo aproximado dado em 14.7.8, devem ser respeitadas as disposições contidas na figura 20.2.

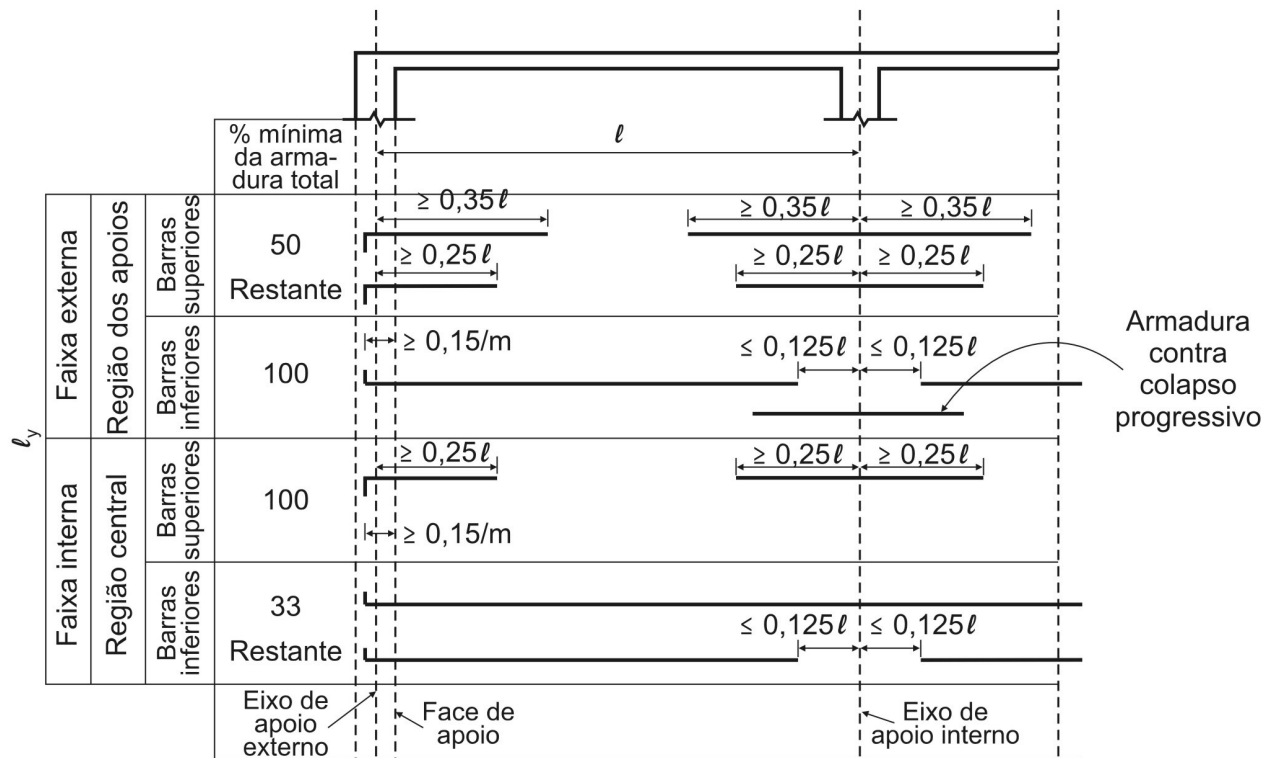


Figura 20.2 - Lajes sem vigas

Pelo menos duas barras inferiores devem passar continuamente sobre os apoios, respeitando-se também a armadura contra colapso progressivo, conforme 19.5.4.

Em lajes com capitéis, as barras inferiores interrompidas, além de atender às demais prescrições, devem penetrar pelo menos 30 cm ou 24ϕ no capitel.

Devem ser atendidas as condições de ancoragem prescritas na seção 9.

20.3.2 Lajes protendidas

20.3.2.1 Espaçamento máximo entre os cabos

Entre cabos ou feixes de cabos deve ser mantido um espaçamento máximo $6h$, não excedendo 120 cm.

20.3.2.2 Largura máxima para disposição dos cabos em faixa externa de apoio

Cabos dispostos em faixa externa de apoio devem estar contidos numa porção de laje, de tal forma que a largura desta não ultrapasse a dimensão em planta do pilar de apoio, tomada transversalmente à direção longitudinal da faixa, acrescida de 3,5 vezes a espessura da laje para cada um dos lados do pilar.

20.3.2.3 Espaçamento mínimo entre cabos ou feixes de cabos

Entre cabos ou feixes de cabos, ou entre cabos e armaduras passivas, deve ser mantido um espaçamento mínimo de 5 cm.

20.3.2.4 Cobrimento mínimo

O cobrimento mínimo de cabos em relação à face de aberturas nas lajes deve ser de 7,5 cm.

20.3.2.5 Desvio

O desvio no plano da laje de um cabo ou feixe de cabos deve produzir uma inclinação máxima de $1/10$, na corda imaginária que une o início ao fim desse trecho, mantendo o seu desenvolvimento de acordo com uma curva parabólica em planta. Ao longo do desvio, o conjunto de cabos ou feixes deve estar disposto de tal forma a manter uma distância de 5 cm entre cabos na região central da curva.

Para os casos em que o desvio exceda os limites especificados, deve ser prevista armadura capaz de resistir à força provocada por esse desvio.

20.3.2.6 Armaduras passivas e ativas

Pode-se prescindir da armadura passiva contra o colapso progressivo, se pelo menos um cabo, em cada direção ortogonal, passar pelo interior da armadura longitudinal contida na seção transversal dos pilares ou elementos de apoio das lajes-cogumelo de edifícios comerciais e residenciais.

Sobre os apoios das lajes-cogumelo protendidas, é obrigatória a existência de no mínimo quatro barras na face tracionada, dispostas numa largura que não exceda a largura do apoio adicionada de três vezes a altura total da laje. As barras devem estar espaçadas em no máximo 30 cm e desenvolvidas a uma distância mínima igual a $1/6$ do vão livre entre apoios na direção da armadura, e medida da face do apoio.

Nas lajes protendidas por monocordoalhas não aderentes, no máximo quatro cabos podem ser dispostos em feixe.

20.4 Armaduras de punção

Quando necessárias, as armaduras para resistir à punção devem ser constituídas por estribos verticais ou conectores (*studs*), com preferência pela utilização destes últimos.

O diâmetro da armadura de estribos não pode superar $h/20$ e deve haver contato mecânico das barras longitudinais com os cantos dos estribos (ancoragem mecânica).

As regiões mínimas em que devem ser dispostas as armaduras de punção, bem como as distâncias regulamentares a serem obedecidas estão mostradas na figura 20.3.

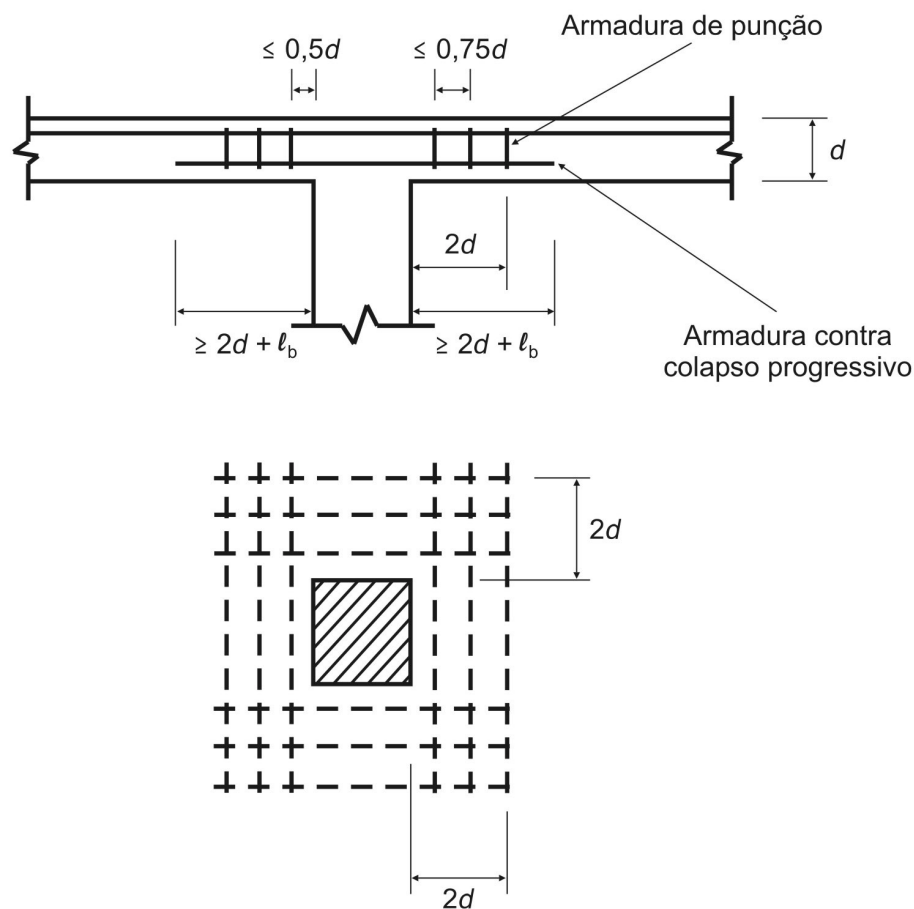


Figura 20.3 - Armaduras de punção

21 Regiões especiais

21.1 Introdução

Para os efeitos desta Norma, são consideradas como regiões especiais aquelas não cobertas pelos modelos anteriormente descritos, devido à não validade, nessas regiões, da hipótese de seção plana.

21.2 Regiões de introdução de cargas concentradas

21.2.1 Pressão de contato em área reduzida

Havendo carga em área reduzida, deve ser disposta armadura para resistir a todos os esforços de tração, sempre que a possibilidade de fissuração do concreto puder comprometer a resistência do elemento estrutural.

Quando a carga atuar em área menor do que a da superfície do elemento estrutural, pode-se considerar aumentada a resistência do concreto, não ultrapassando o valor resistente de cálculo correspondente ao esmagamento, dado pela expressão:

$$F_{Rd} = A_{c0} f_{cd} \sqrt{A_{c1} / A_{c0}} \leq 3,3 f_{cd} A_{c0}$$

onde:

A_{c0} é a área reduzida carregada uniformemente;

A_{c1} é a área máxima de mesma forma e mesmo centro de gravidade que A_{c0} , inscrita na área A_{c2} ;

A_{c2} é a área total, situada no mesmo plano de A_{c0} .

No caso de A_{c0} ser retangular, a proporção entre os lados não deve ser maior que 2.

Os valores dados por essa equação devem ser reduzidos se a carga não for uniformemente distribuída ou se existirem esforços de cisalhamento. Essa expressão não se aplica a ancoragens de protensão, cuja segurança deve ser garantida por ensaios de certificação do sistema.

A figura 21.1 ilustra alguns casos em que a fissuração pode comprometer a resistência do elemento estrutural e deve ser disposta armadura para resistir aos esforços de tração.

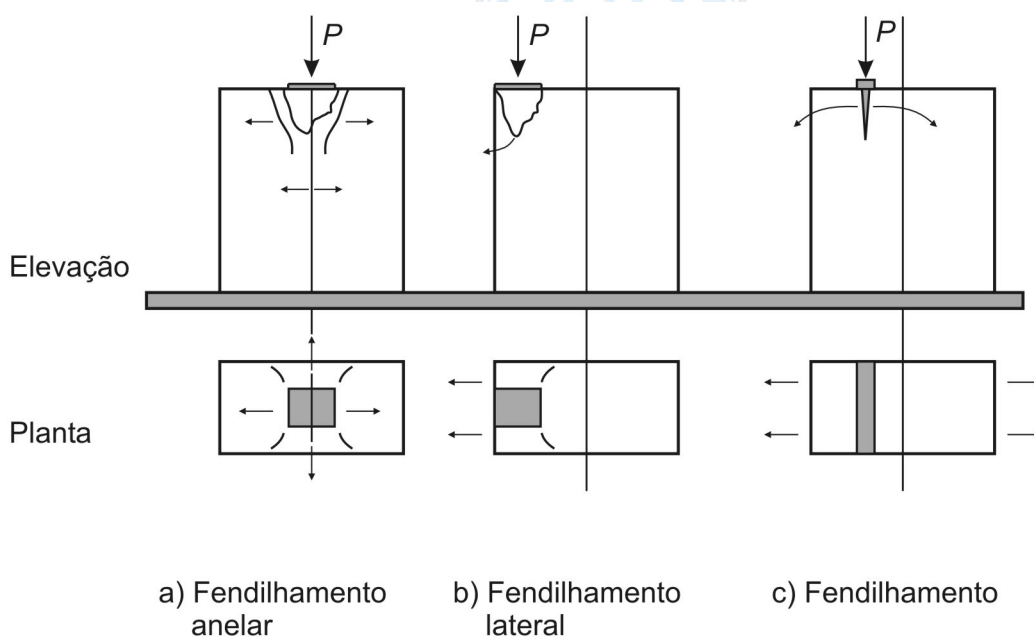


Figura 21.1 - Regiões de pressão localizada

21.2.2 Articulações de concreto

São articulações obtidas por meio de um núcleo reduzido do concreto, transmitindo esforços que podem ser reduzidos a uma força, cuja inclinação deve ser no máximo igual a 1/8, conforme mostrado na figura 21.2.

Os elementos estruturais articulados devem ser armados obedecendo ao disposto em 21.2.1.

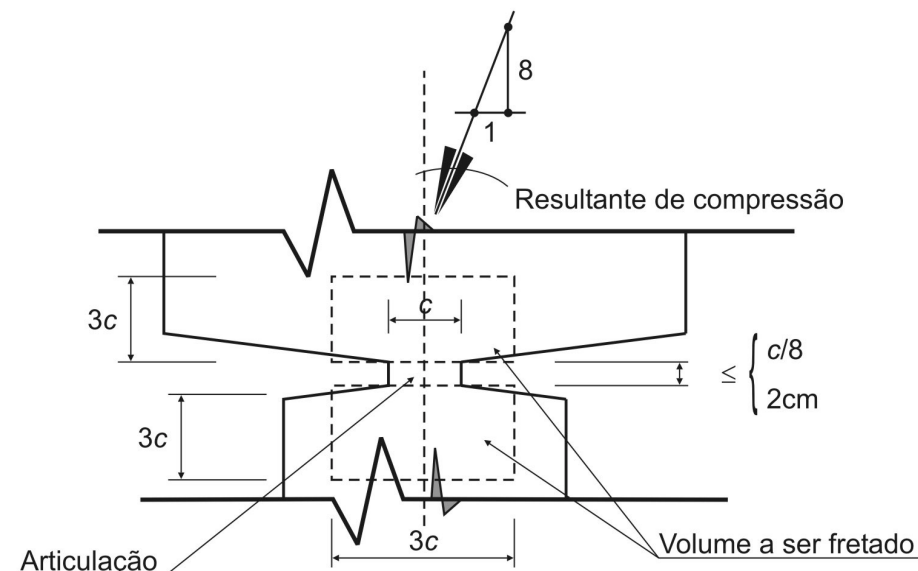


Figura 21.2 - Região de articulação de concreto

21.2.3 Região de introdução da protensão

Para o cálculo dessas regiões devem ser considerados modelos tridimensionais, dado que as dimensões da superfície de apoio da ancoragem são pequenas, se comparadas com a seção transversal do elemento estrutural.

Essas zonas podem ser calculadas com a ajuda do método das bielas e tirantes, devendo ser analisadas e projetadas considerando:

- a) equilíbrio global da região;
- b) os efeitos da tração transversal (fendilhamento anelar) devido às ancoragens, individualmente e no seu conjunto;
- c) os efeitos da compressão nessa zona (esmagamento).

21.2.4 Cargas aplicadas na superfície de elementos estruturais

Enquadram-se nesta subseção cargas aplicadas através de insertos metálicos, chumbadores, etc., que podem corresponder a esforços de compressão, tração, cisalhamento ou a esforços compostos.

A verificação dos efeitos locais no caso da compressão deve atender ao disposto em 21.2.1. No caso de tração, deve ser verificado o arrancamento e no caso de cisalhamento, o esmagamento na borda do concreto em contato com o chumbador, de acordo com as seções pertinentes desta Norma ou de literatura técnica especializada.

Cuidados especiais devem ser tomados no dimensionamento e detalhamento da armadura do elemento estrutural, de forma a obter a transferência e continuidade da resistência às forças de tração introduzidas pelos chumbadores, garantindo o equilíbrio do conjunto. A figura 21.3 mostra exemplo desse caso.

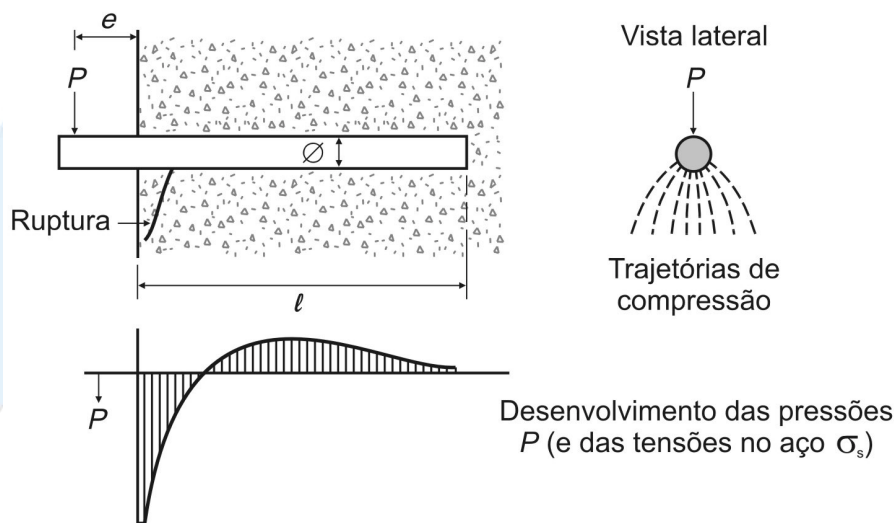


Figura 21.3 - Pressões junto a um pino embutido em um elemento estrutural de concreto

21.3 Furos e aberturas

21.3.1 Generalidades

Estruturas cujo projeto exige a presença de aberturas devem ser calculadas e detalhadas considerando as perturbações das tensões que se concentram em torno dessas aberturas, prevendo, além das armaduras para resistir aos esforços de tração já mencionados nesta Norma, também armaduras complementares dispostas no contorno e nos cantos das aberturas.

Os limites para as dimensões de furos e aberturas constam na seção 13.

21.3.2 Paredes e vigas-parede

Quando as aberturas se localizarem em regiões pouco solicitadas e não modificarem significativamente o funcionamento do elemento estrutural, basta colocar uma armadura de compatibilização da abertura com o conjunto. Caso contrário, deve ser adotado um modelo específico de cálculo para o caso em questão, baseado, por exemplo, no método dos elementos finitos ou de bielas e tirantes (ver figura 21.4).

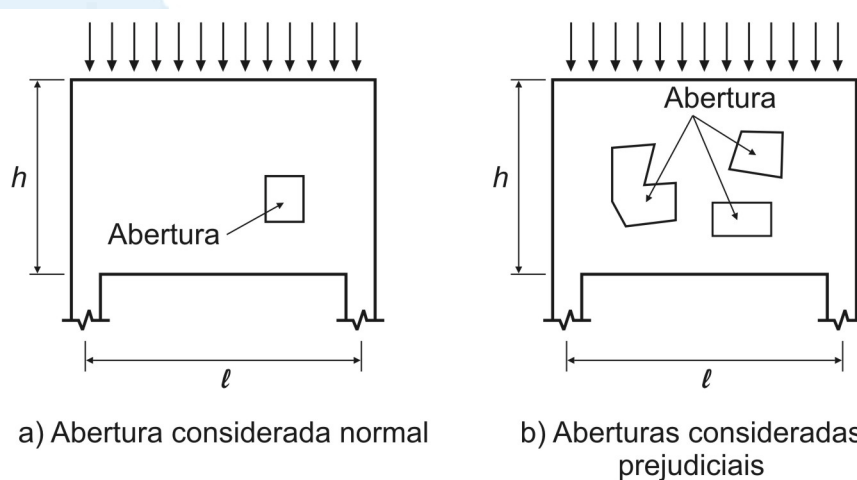


Figura 21.4 - Aberturas em paredes planas de concreto armado

21.3.3 Furos que atravessam as vigas na direção da altura

As aberturas em vigas, contidas no seu plano principal, como furos para passagem de tubulação vertical nas edificações (ver figura 21.5), não devem ter diâmetros superiores a $1/3$ da largura dessas vigas nas regiões desses furos. Deve ser verificada a redução da capacidade portante ao cisalhamento e à flexão na região da abertura.

A distância mínima de um furo à face mais próxima da viga deve ser no mínimo igual a 5 cm e duas vezes o cobrimento previsto nessa face. A seção remanescente nessa região, tendo sido descontada a área ocupada pelo furo, deve ser capaz de resistir aos esforços previstos no cálculo, além de permitir uma boa concretagem.

No caso de ser necessário um conjunto de furos, os furos devem ser alinhados e a distância entre suas faces deve ser de no mínimo 5 cm ou o diâmetro do furo e cada intervalo deve conter pelo menos um estribo.

No caso de elementos estruturais submetidos à torção, esses limites devem ser ajustados de forma a permitir um funcionamento adequado.

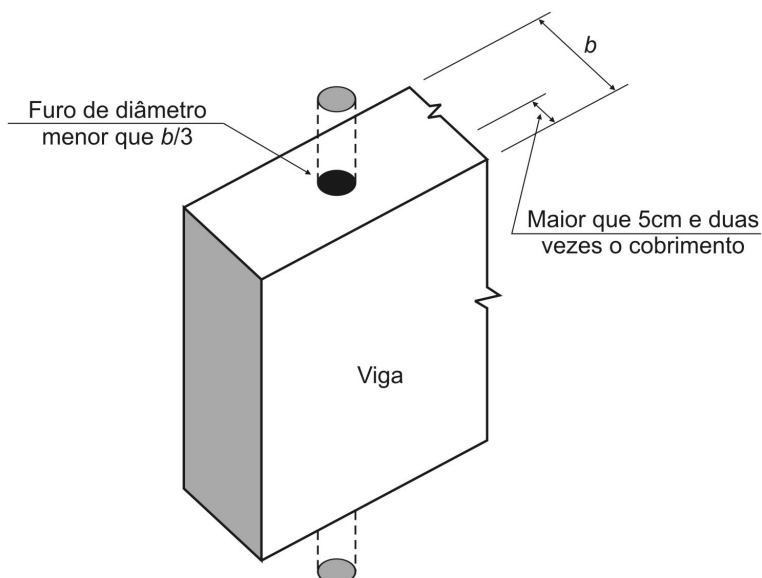


Figura 21.5 - Abertura vertical em vigas

21.3.4 Aberturas em lajes

No caso de aberturas em lajes, as condições seguintes devem ser respeitadas em qualquer situação, obedecendo também ao disposto na seção 13:

- a) a seção do concreto remanescente da parte central ou sobre o apoio da laje deve ser capaz de equilibrar os esforços no estado limite último, correspondentes a essa seção sem aberturas;
- b) as seções das armaduras interrompidas devem ser substituídas por seções equivalentes de reforço, devidamente ancoradas;
- c) no caso de aberturas em regiões próximas a pilares, nas lajes lisas ou cogumelo, o modelo de cálculo deve prever o equilíbrio das forças cortantes atuantes nessas regiões.

21.4 Nós de pórticos e ligações entre paredes

Em decorrência da mudança de direção dos elementos da estrutura, a resistência do conjunto depende da resistência à tração do concreto e da disposição da armadura, que devem ser consideradas no dimensionamento.

21.5 Ligações de elementos estruturais pré-moldados

Devem ser atendidas as prescrições da NBR 9062.

21.6 Juntas de concretagem

O projeto de execução de uma junta de concretagem deve indicar de forma precisa o local e a configuração de sua superfície.

Sempre que não for assegurada a aderência e a rugosidade entre o concreto novo e o existente, devem ser previstas armaduras de costura, devidamente ancoradas em regiões capazes de resistir a esforços de tração.

22 Elementos especiais

22.1 Introdução

Para os efeitos desta Norma são considerados como elementos especiais os elementos estruturais que se caracterizam por um comportamento que não respeita a hipótese das seções planas, por não serem suficientemente longos para que se dissipem as perturbações localizadas. Vigas-parede, consolos e dentes Gerber, bem como sapatas e blocos, são elementos desse tipo.

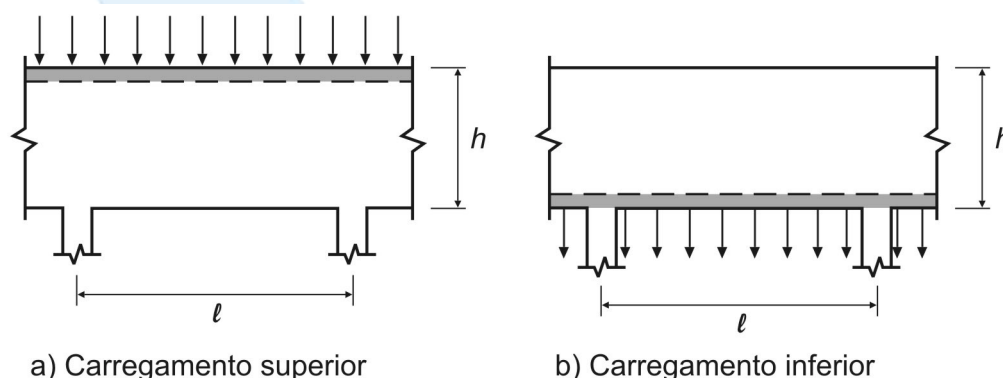
Os elementos especiais devem ser calculados e dimensionados por modelos teóricos apropriados, quando não contemplados por esta Norma.

Tendo em vista a responsabilidade desses elementos na estrutura, deve-se majorar as solicitações de cálculo por um coeficiente adicional γ_n , conforme NBR 8681.

22.2 Vigas-parede

22.2.1 Conceituação

São consideradas vigas-parede as vigas altas em que a relação entre o vão e a altura ℓ/h é inferior a 2 em vigas biapoiadas e inferior a 3 em vigas contínuas. Elas podem receber carregamentos superior ou inferior (ver figura 22.1).



a) Carregamento superior

b) Carregamento inferior

Figura 22.1 - Dois tipos mais comuns de vigas-parede em relação ao carregamento

22.2.2 Comportamento estrutural

O comportamento estrutural das vigas-parede tem algumas características específicas, destacando-se entre elas, em primeiro lugar, ineficiências, seja à flexão, seja ao cisalhamento, quando comparadas com as vigas usuais.

As vigas-parede, por serem altas, apresentam problemas de estabilidade como corpo rígido e às vezes, de estabilidade elástica. Enrijecedores de apoio ou travamentos são quase sempre necessários.

Devem ser consideradas ainda as perturbações geradas por cargas concentradas, aberturas ou engrossamentos. Essas perturbações podem influir significativamente no comportamento e resistência do elemento estrutural.

22.2.3 Modelo de cálculo

Para cálculo e dimensionamento de vigas-parede são permitidos modelos planos elásticos ou não lineares e modelos biela-tirante. Qualquer que seja o modelo escolhido, ele deve contemplar adequadamente os aspectos descritos em 22.2.2

22.2.4 Detalhamento

22.2.4.1 Armadura de flexão

Nas vigas-parede os tirantes de tração não podem ser concentrados em uma ou poucas camadas de armadura, mas devem cobrir toda a zona efetivamente tracionada, conforme modelo de cálculo adotado.

Nas vigas biapoiadas como mostra a figura 22.2, essa armadura deve ser distribuída em altura da ordem de $0,15h$.

Deve ser considerado o fato de que nas vigas-parede contínuas a altura de distribuição da armadura negativa dos apoios é ainda maior.

22.2.4.2 Ancoragem da armadura de flexão (positiva) nos apoios

A armadura de flexão deve ser prolongada integralmente até os apoios e aí bem ancorada. Não devem ser usados ganchos no plano vertical, dando-se preferência a laços ou grampos no plano horizontal, ou dispositivos especiais (ver figura 22.2).

22.2.4.3 Armadura transversal

A armadura transversal deve ser calculada considerando o disposto em 22.2.2 e respeitando um valor mínimo de 0,075% por face.

No caso de carregamento pela parte inferior da viga, essa armadura deve ser capaz de suspender a totalidade da carga aplicada (ver figura 22.2).

Essas armaduras devem envolver as armaduras horizontais, principais ou secundárias.

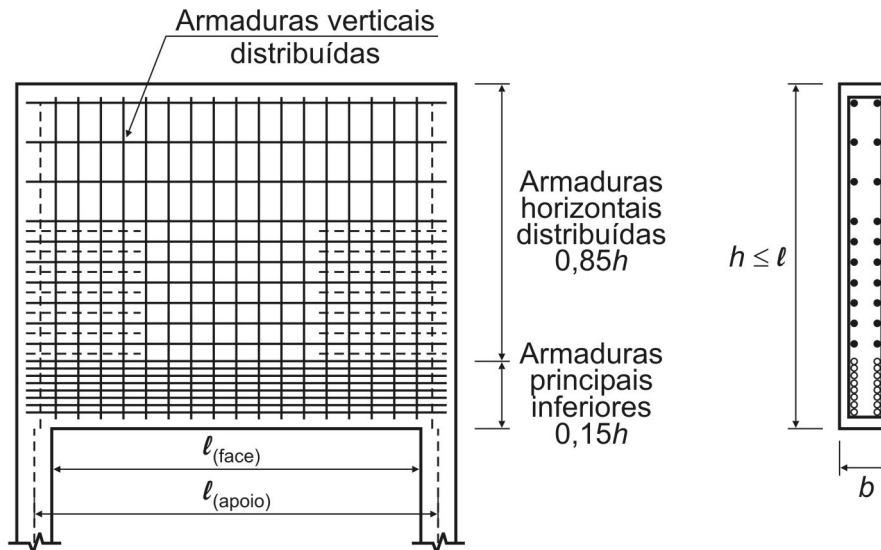


Figura 22.2 - Armação típica de viga parede com $h \leq l$

22.3 Consolos e dentes Gerber

22.3.1 Consolos

22.3.1.1 Conceituação

São considerados consolos os elementos em balanço nos quais a distância (a) da carga aplicada à face do apoio é menor ou igual à altura útil (d) do consolo (ver figura 22.3).

O consolo é curto se $0,5 d \leq a \leq d$ e muito curto se $a < 0,5 d$.

O caso em que $a > d$ deve ser tratado como viga em balanço e não mais como consolo.

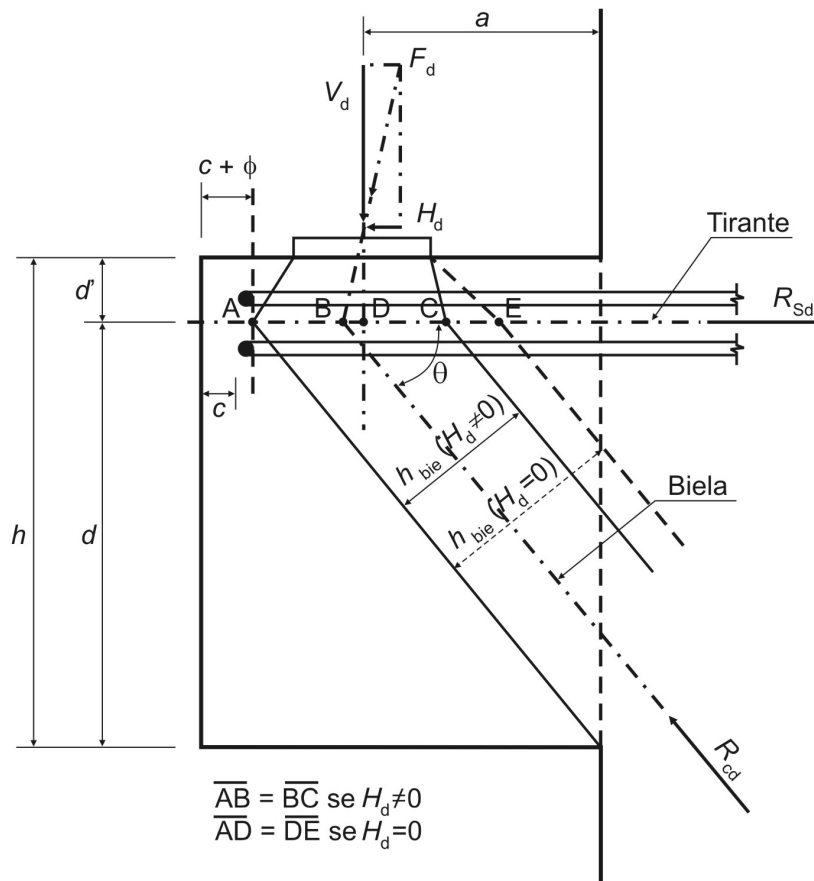


Figura 22.3 - Modelo biela-tirante para consolo curto

22.3.1.2 Comportamento estrutural

Os consolos curtos têm um comportamento típico que pode ser descrito por um modelo biela tirante. O tirante, no topo do consolo, se ancora na biela sob a carga externa vertical F_d de um lado e no pilar ou apoio do outro. A biela inclinada vai da carga até a face do pilar ou apoio, usando toda a altura de consolo disponível (ver figura 22.3). Alguns aspectos são fundamentais para o sucesso desse comportamento:

- a) ancoragem adequada do tirante, abraçando a biela logo abaixo do aparelho de apoio;
- b) a taxa de armadura do tirante a ser considerada no cálculo deve ser limitada superiormente, de modo a garantir o escoamento, antes da ruptura do concreto;
- c) verificação da resistência à compressão da biela ou do cisalhamento equivalente na face do pilar, garantindo com segurança adequada que a ruptura frágil, pela biela, esteja afastada. Para a verificação da biela pode ser considerada a abertura de carga sob a placa de apoio, conforme indicado na figura 22.3, limitada a uma inclinação máxima de 1:2 em relação à vertical, nos pontos extremos A e C (ou E) da área de apoio ampliada;
- d) é fundamental a consideração de esforços horizontais no dimensionamento dos consolos e o seu conseqüente efeito desfavorável na inclinação da resultante F_d (ver figura 22.3). A NBR 9062 estabelece valores mínimos desses esforços;
- e) no caso geral em que existem cargas horizontais, transversais ou excentricidade da carga vertical na largura do consolo, diz-se que existe "torção" do consolo; o comportamento estrutural que se observa, nesse caso, é o de um modelo biela-tirante fora do plano médio do consolo, usualmente com biela e tirante mais estreitos, ou seja, não se forma a treliça espacial observada na torção de vigas, uma vez que falta comprimento suficiente para tal.

Os consolos muito curtos têm um comportamento parecido com o dos consolos curtos, mas as diferenças não devem ser negligenciadas. A biela se encurva ou arqueia no plano do consolo e como conseqüência aumenta a importância da armadura de costura, que passa a ter participação significativa na resistência do consolo, não apenas na sua utilidade.

22.3.1.3 Modelo de cálculo

Para cálculo e dimensionamento de consolos, podem ser usados modelos planos lineares ou não (não planos no caso da torção), modelos biela-tirante ou modelos atrito-cisalhamento, respeitando em cada caso o seu campo de aplicação.

Qualquer que seja o modelo adotado, ele deve contemplar os aspectos fundamentais descritos em 22.3.1.2 e possuir apoio experimental ou ser derivado de modelo básico já amplamente comprovado por ensaios.

22.3.1.4 Detalhamento

22.3.1.4.1 Armadura do tirante

Como o tirante é muito curto, da face externa do consolo até a face oposta do pilar (ou apoio), é essencial cuidar da ancoragem da armadura prevista para esse tirante, nas duas extremidades, especialmente naquela junto à extremidade do consolo.

Nessa face não deve ser usado gancho no plano vertical, para evitar ruínas por ruptura de canto ou do cobrimento lateral do gancho. Esses ganchos verticais só podem ser aceitos em consolos de lajes.

Nessa região, sob carga concentrada, deve ser usada uma ancoragem mais eficiente, como alças no plano horizontal ou barras transversais soldadas à armadura do tirante ou chapas metálicas soldadas nas extremidades das barras dessa armadura (tirante) (ver figura 22.4), conforme 9.4.7.1.

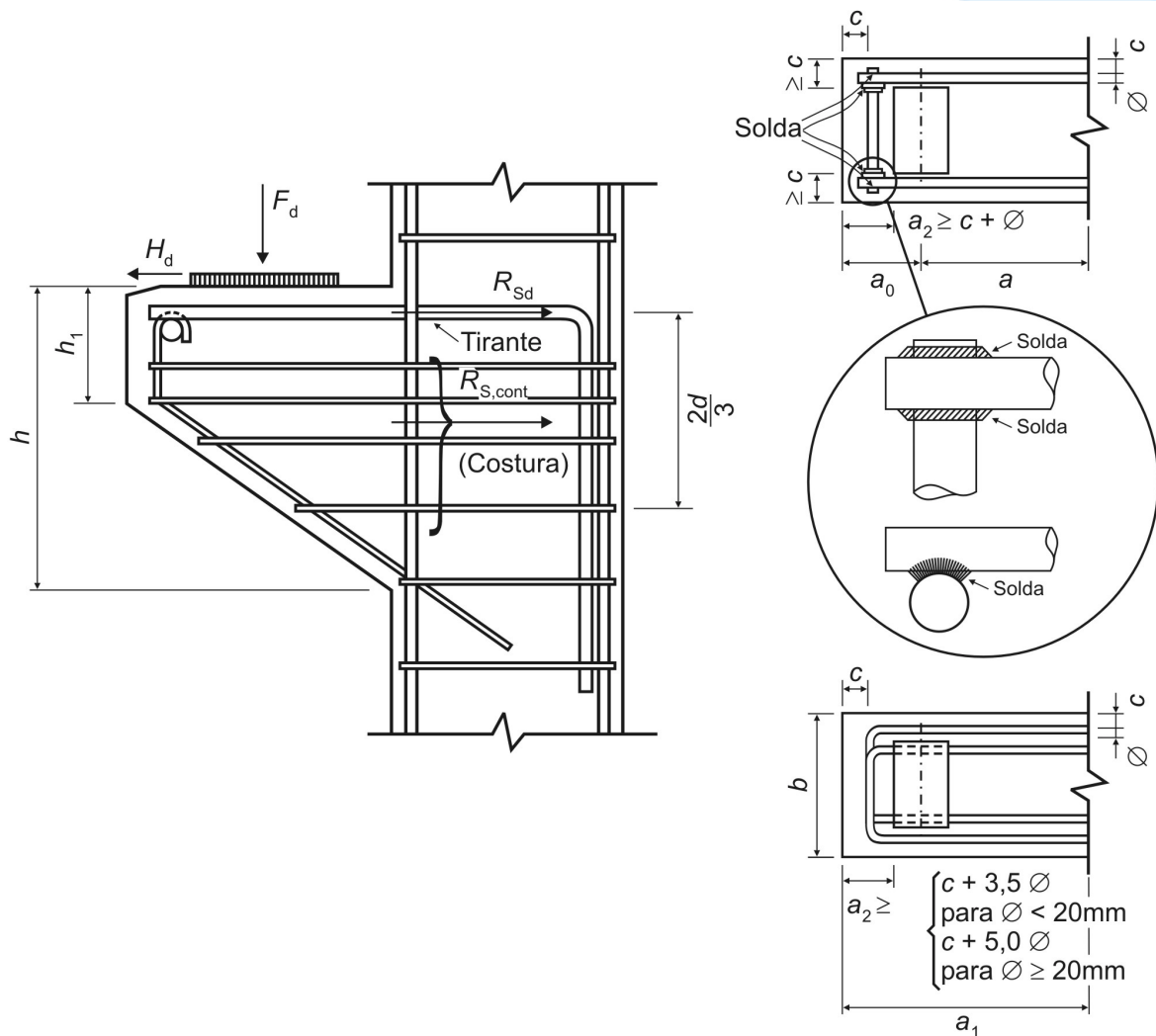


Figura 22.4 - Armadura típica de um consolo curto

22.3.1.4.2 Aparelho de apoio

A posição e as dimensões do aparelho de apoio devem ser adotadas de forma a permitir que o tirante abrace a biela, conforme detalhe em planta do tirante (ver figura 22.4), levando-se em conta o efeito desfavorável da resultante inclinada das cargas sobre a placa de apoio, devida às forças horizontais.

22.3.1.4.3 Armadura de costura

Não é permitido o projeto de consolos curtos ou muito curtos sem armadura de costura. Ela é fundamental para permitir uma ruptura mais dúctil do consolo e evitar redução da carga de ruptura.

22.3.1.4.4 Armadura de suspensão

Quando existir carga indireta, deve-se prever armadura de suspensão para a totalidade da carga aplicada.

22.3.2 Dentes Gerber

22.3.2.1 Conceituação

O dente Gerber é uma saliência que se projeta na parte superior da extremidade de uma viga, com o objetivo de apoiá-la em consolo criado na face de um pilar ou na região inferior da extremidade de outra viga. Usualmente, ambos, consolo e dente Gerber, têm altura um pouco menor que metade da altura da viga. As mesmas conceituações e limitações geométricas criadas para os consolos valem também para os dentes Gerber.

22.3.2.2 Comportamento

Os dentes Gerber têm um comportamento estrutural semelhante ao dos consolos, podendo ser também descritos por um modelo biela-tirante. As diferenças mais importantes são:

- a) a biela é usualmente mais inclinada, porque deve procurar apoio na armadura de suspensão, dentro da viga, na extremidade oposta ao ponto de aplicação da carga (ver figura 22.5);
- b) a armadura principal deve penetrar na viga, procurando ancoragem nas bielas devidas ao cisalhamento na viga;
- c) a armadura de suspensão deve ser calculada para a força total F_d .

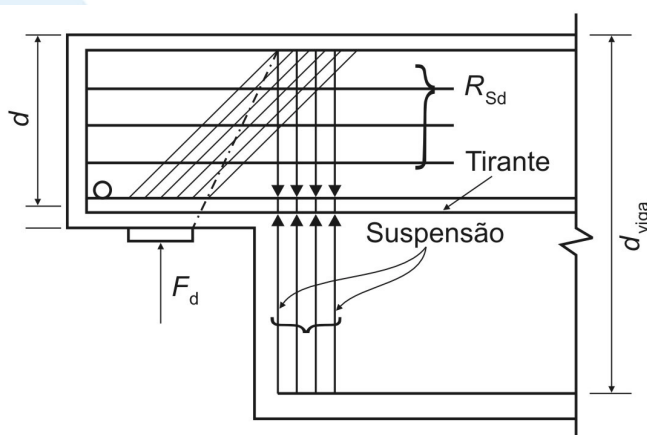


Figura 22.5 - Modelo biela-tirante para um dente Gerber

22.3.2.3 Modelo de cálculo

Para cálculo e dimensionamento, podem ser usados os mesmos princípios estabelecidos para os consolos, desde que sejam feitas as correções necessárias para contemplar as diferenças levantadas em 22.3.2.2.

22.3.2.4 Detalhamento

22.3.2.4.1 Generalidades

Aplicam-se as recomendações feitas em 22.3.1.4, com exceção de 22.3.1.4.4, uma vez que o dente Gerber perde sentido no caso da carga indireta.

Deve-se acrescentar ainda o disposto em 22.3.2.4.2 a 22.3.2.4.5.

22.3.2.4.2 Armadura de suspensão

Essa armadura deve ser preferencialmente constituída de estribos, na altura completa da viga, concentrados na sua extremidade, conforme figura 22.5.

22.3.2.4.3 Ancoragem da armadura principal

A armadura principal deve ser ancorada a partir do seu cruzamento com a primeira biela da viga, na sua altura completa.

22.3.2.4.4 Ancoragem da armadura inferior da viga

A armadura de flexão da viga deve estar bem ancorada no trecho em que se aplica armadura de suspensão.

Caso esse trecho não seja suficientemente grande, é recomendado o uso de grampos horizontais de barras transversais soldadas.

22.3.2.4.5 Casos especiais

Caso se deseje usar barras dobradas para suspender a carga ou armaduras de protensão longitudinal da viga, o modelo de cálculo deve ser adaptado para isso.

22.4 Sapatas

22.4.1 Conceituação

Sapatas são estruturas de volume usadas para transmitir ao terreno as cargas de fundação, no caso de fundação direta.

Quando se verifica a expressão a seguir, a sapata é considerada rígida. Caso contrário, a sapata é considerada como flexível:

$$h \geq (a - a_p)/3$$

onde:

h é a altura da sapata;

a é a dimensão da sapata em uma determinada direção;

a_p é a dimensão do pilar na mesma direção.

Para sapata rígida pode-se admitir plana a distribuição de tensões normais no contato sapata-terreno, caso não se disponha de informações mais detalhadas a respeito.

Para sapatas flexíveis ou casos extremos de fundação em rocha, mesmo com sapata rígida, essa hipótese deve ser revista.

22.4.2 Comportamento estrutural

22.4.2.1 Generalidades

O comportamento estrutural das sapatas, eliminada a complexidade da interação solo-estrutura através da hipótese de 22.4.1, pode ser descrito separando as sapatas em rígidas e flexíveis.

22.4.2.2 Sapatas rígidas

O comportamento estrutural pode ser caracterizado por:

a) trabalho à flexão nas duas direções, admitindo-se que, para cada uma delas, a tração na flexão seja uniformemente distribuída na largura correspondente da sapata. Essa hipótese não se aplica à compressão na flexão, que se concentra mais na região do pilar que se apoia na sapata e não se aplica também ao caso de sapatas muito alongadas em relação à forma do pilar;

b) trabalho ao cisalhamento também em duas direções, não apresentando ruptura por tração diagonal, e sim compressão diagonal verificada conforme 19.5.3.1. Isso ocorre porque a sapata rígida fica inteiramente dentro do cone hipotético de punção, não havendo portanto possibilidade física de punção.

22.4.2.3 Sapatas flexíveis

Embora de uso mais raro, essas sapatas são utilizadas para fundação de cargas pequenas e solos relativamente fracos. Seu comportamento se caracteriza por:

a) trabalho à flexão nas duas direções, não sendo possível admitir tração na flexão uniformemente distribuída na largura correspondente da sapata. A concentração de flexão junto ao pilar deve ser, em princípio, avaliada;

b) trabalho ao cisalhamento que pode ser descrito pelo fenômeno da punção (ver 19.5).

A distribuição plana de tensões no contato sapata-solo deve ser verificada.

22.4.3 Modelo de cálculo

Para cálculo e dimensionamento de sapatas, devem ser utilizados modelos tridimensionais lineares ou modelos biela-tirante tridimensionais, podendo, quando for o caso, ser utilizados modelos de flexão. Esses modelos devem contemplar os aspectos descritos em 22.4.2. Só excepcionalmente os modelos de cálculo precisam contemplar a interação solo estrutura.

22.4.4 Detalhamento

22.4.4.1 Sapatas rígidas

22.4.4.1.1 Armadura de flexão

A armadura de flexão deve ser uniformemente distribuída ao longo da largura da sapata, estendendo-se integralmente de face a face da mesma e terminando em gancho nas duas extremidades.

Para barras com $\phi \geq 20$ mm devem ser usados ganchos de 135° ou 180°. Para barras com $\phi \geq 25$ mm deve ser verificado o fendilhamento em plano horizontal, uma vez que pode ocorrer o destacamento de toda a malha da armadura.

22.4.4.1.2 Armadura de arranque dos pilares

A sapata deve ter altura suficiente para permitir a ancoragem da armadura de arranque. Nessa ancoragem pode ser considerado o efeito favorável da compressão transversal às barras, decorrente da flexão da sapata (ver seção 9).

22.4.4.1.3 Sapatas flexíveis

Devem ser atendidos os requisitos relativos a lajes e punção (ver seções 19 e 20).

22.5 Blocos sobre estacas

22.5.1 Conceituação

Blocos são estruturas de volume usadas para transmitir às estacas as cargas de fundação, e podem ser considerados rígidos ou flexíveis por critério análogo ao definido para as sapatas.

No caso de conjuntos de blocos e estacas rígidos, com espaçamento de $2,5 \phi$ a 3ϕ (onde ϕ é o diâmetro da estaca), pode-se admitir plana a distribuição de carga nas estacas.

Para blocos flexíveis ou casos extremos de estacas curtas, apoiadas em substrato muito rígido, essa hipótese deve ser revista.

22.5.2 Comportamento estrutural

22.5.2.1 Bloco rígido

O comportamento estrutural se caracteriza por:

- trabalho à flexão nas duas direções, mas com trações essencialmente concentradas nas linhas sobre as estacas (reticulado definido pelo eixo das estacas, com faixas de largura igual a 1,2 vez seu diâmetro);
- cargas transmitidas do pilar para as estacas essencialmente por bielas de compressão, de forma e dimensões complexas;
- trabalho ao cisalhamento também em duas direções, não apresentando ruptura por tração diagonal, e sim por compressão das bielas, analogamente às sapatas.

22.5.2.2 Bloco flexível

Para esse tipo de bloco deve ser realizada uma análise mais completa, desde a distribuição dos esforços nas estacas, dos tirantes de tração, até a necessidade da verificação da punção.

22.5.3 Modelo de cálculo

Para cálculo e dimensionamento dos blocos são aceitos modelos tridimensionais lineares ou não e modelos biela-tirante tridimensionais, sendo esses últimos os preferidos por definir melhor a distribuição de esforços pelos tirantes. Esses modelos devem contemplar adequadamente os aspectos descritos em 22.5.2.

Sempre que houver esforços horizontais significativos ou forte assimetria, o modelo deve contemplar a interação solo-estrutura.

22.5.4 Detalhamento

22.5.4.1 Blocos rígidos

22.5.4.1.1 Armadura de flexão

A armadura de flexão deve ser disposta essencialmente (mais de 85%) nas faixas definidas pelas estacas, em proporções de equilíbrio das respectivas bielas.

As barras devem se estender de face a face do bloco e terminar em gancho nas duas extremidades. Para barras com $\phi \geq 20$ mm devem ser usados ganchos de 135° ou 180° .

Deve ser garantida a ancoragem das armaduras de cada uma dessas faixas, sobre as estacas, medida a partir da face das estacas. Pode ser considerado o efeito favorável da compressão transversal às barras, decorrente da compressão das bielas (ver seção 9).

22.5.4.1.2 Armadura de distribuição

Para controlar a fissuração, deve ser prevista armadura adicional em malha uniformemente distribuída em duas direções para no máximo 20% dos esforços totais, completando a armadura principal, calculada com uma resistência de cálculo de 80% de f_{yd} .

22.5.4.1.3 Armadura de suspensão

Se for prevista armadura de distribuição para mais de 25% dos esforços totais ou se o espaçamento entre estacas for maior que 3ϕ , deve ser prevista armadura de suspensão para a parcela de carga a ser equilibrada.

22.5.4.1.4 Armadura de arranque dos pilares

O bloco deve ter altura suficiente para permitir a ancoragem da armadura de arranque. Nessa ancoragem pode-se considerar o efeito favorável da compressão transversal às barras decorrente da flexão da sapata (ver seção 9).

22.5.4.2 Blocos flexíveis

Devem ser atendidos os requisitos relativos a lajes e punção (ver seções 19 e 20).

23 Ações dinâmicas e fadiga

23.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

f - frequência

f_{crit} - frequência crítica

23.2 Generalidades

As ações dinâmicas podem provocar estados limites de serviço e estados limites últimos por vibração excessiva ou por fadiga dos materiais.

23.3 Estado limite de vibrações excessivas

A análise das vibrações pode ser feita em regime linear no caso das estruturas usuais.

Para assegurar comportamento satisfatório das estruturas sujeitas a vibrações, deve-se afastar o máximo possível a frequência própria da estrutura (f) da frequência crítica (f_{crit}), que depende da destinação da respectiva edificação.

$$f > 1,2 f_{crit}$$

O comportamento das estruturas sujeitas a ações dinâmicas cíclicas que originam vibrações pode ser modificado por meio de alterações em alguns fatores, como ações dinâmicas, frequência natural (pela mudança da rigidez da estrutura ou da massa em vibração) e aumento das características de amortecimento.

Quando a ação crítica é originada numa máquina, a frequência crítica passa a ser a da operação da máquina.

Nesse caso, pode não ser suficiente afastar as duas frequências, própria e crítica. Principalmente quando a máquina é ligada, durante o processo de aceleração da mesma, é usualmente necessário aumentar a massa ou o amortecimento da estrutura para absorver parte da energia envolvida.

Nos casos especiais, em que as prescrições anteriores não puderem ser atendidas, deve ser feita uma análise dinâmica mais acurada, conforme estabelecido em normas internacionais, enquanto não existir Norma Brasileira específica.

Na falta de valores determinados experimentalmente, pode-se adotar os valores indicados na tabela 23.1 para f_{crit} .

Tabela 23.1 - Frequência crítica para alguns casos especiais de estruturas submetidas a vibrações pela ação de pessoas

Caso	f_{crit} Hz
Ginásio de esportes	8,0
Salas de dança ou de concerto sem cadeiras fixas	7,0
Escritórios	3,0 a 4,0
Salas de concerto com cadeiras fixas	3,4
Passarelas de pedestres ou ciclistas	1,6 a 4,5

23.4 Estados limites últimos provocados por ressonância ou amplificação dinâmica

A amplificação dinâmica pode ser determinada em regime elástico linear nos casos usuais. Quando o coeficiente de impacto for definido em Norma Brasileira específica, esse é o valor que deve ser utilizado.

23.5 Estado limite último de fadiga

23.5.1 Ações cíclicas

A fadiga é um fenômeno associado a ações dinâmicas repetidas, que pode ser entendido como um processo de modificações progressivas e permanentes da estrutura interna de um material submetido a oscilação de tensões decorrentes dessas ações.

Não são tratadas nesta Norma as ações de fadiga de alta intensidade, capazes de provocar danos com menos de 20 000 repetições.

As ações de fadiga de média e baixa intensidade e número de repetições até 2 000 000 de ciclos são consideradas nas disposições estabelecidas nesta seção. Para a consideração do espectro de ações, admite-se que podem ser excluídas aquelas de veículos com carga total até 30 kN, para o caso de pontes rodoviárias.

Para a combinação de ações de um determinado espectro de cargas, considera-se válida a regra de Palmgren-Miner, ou seja, supõe-se que os danos de fadiga acumulam-se linearmente com o número de ciclos aplicado a certo nível de tensões, devendo-se obedecer à expressão:

$$\sum \frac{n_i}{N_i} \leq 1$$

onde:

n_i é o número de repetições aplicadas sob condição particular de tensões;

N_i é o número de repetições que causaria a ruptura por fadiga para a mesma condição de tensões aplicadas.

23.5.2 Combinações de ações a considerar

Embora o fenômeno da fadiga seja controlado pela acumulação do efeito deletério de solicitações repetidas, a verificação da fadiga pode ser feita considerando um único nível de solicitação, expresso pela combinação freqüente de ações (ver seção 11), dada a seguir:

$$F_{d,ser} = \sum_{i=1}^m F_{gik} + \psi_1 F_{q1k} + \sum_{j=2}^n \psi_{2j} F_{qjk}$$

Para a verificação da fadiga deve ser adotado o valor do fator de redução ψ_1 conforme o tipo de obra e de peça estrutural.

Para pontes rodoviárias:

$\psi_1 = 0,5$ para verificação das vigas;

$\psi_1 = 0,7$ para verificação das transversinas;

$\psi_1 = 0,8$ para verificação das lajes de tabuleiro.

Para pontes ferroviárias:

$\psi_1 = 1,0$.

Para vigas de rolamento de pontes rolantes:

$\psi_1 = 1,0$.

Em casos especiais de pontes rolantes de operação menos freqüente, onde o número de ciclos é significativamente menor que 2×10^6 , a resistência à fadiga pode ser aumentada conforme 23.5.5.

23.5.3 Modelo de cálculo

Para verificação da fadiga, seja do concreto ou do aço, os esforços solicitantes podem ser calculados em regime elástico.

O cálculo das tensões decorrentes de flexão composta pode ser feita no estágio II, onde é desprezada a resistência à tração do concreto.

O cálculo das tensões decorrentes da força cortante em vigas deve ser feito pela aplicação dos modelos I ou II, conforme 17.4.2.2 e 17.4.2.3, respectivamente, com redução da contribuição do concreto, como segue:

- no modelo I o valor de V_c deve ser multiplicado pelo fator redutor 0,5;
- no modelo II a inclinação das diagonais de compressão, θ , deve ser corrigida pela equação:

$$\text{tg}\theta_{\text{cor}} = \sqrt{\text{tg}\theta} \leq 1$$

devendo-se adotar:

$\gamma_f = 1,0$

$\gamma_c = 1,4$

$\gamma_s = 1,0$

Para o cálculo dos esforços solicitantes e a verificação das tensões, admite-se o modelo linear elástico com $\alpha = 10$ (relação dos módulos de elasticidade do aço e do concreto).

Para o cálculo das tensões no aço da armadura passiva ou ativa aderente, pode-se considerar o comportamento elástico linear compatibilizando as deformações e multiplicando a tensão no aço pelo fator η_s para levar em conta a diferença de aderência entre o aço de protensão e o aço da armadura passiva.

$$\eta_s = \frac{1 + \frac{A_p}{A_s}}{1 + \frac{A_p}{A_s} \sqrt{\xi \frac{\phi_s}{\phi_p}}} \geq 1$$

onde:

A_s é a área de armadura passiva;

A_p é a área da armadura ativa;

ϕ_s é o menor diâmetro do aço da armadura passiva na seção considerada;

ϕ_p é o diâmetro do aço de protensão (para feixes, $\phi_{eq} = 1,6\sqrt{A_p}$, onde: A_p é a área da seção transversal do feixe);

ξ é a relação entre as resistências de aderência do aço de protensão e do aço da armadura passiva (alta aderência).

Valores de ξ na pós-tração:

$\xi = 0,2$ para aço de protensão liso;

$\xi = 0,4$ para cordoalhas;

$\xi = 0,6$ para fios entalhados;

$\xi = 1,0$ para barras nervuradas.

Valores de ξ na pré-tração:

$\xi = 0,6$ para cordoalhas;

$\xi = 0,8$ para aços entalhados.

O critério estabelecido para a verificação da fadiga decorrente de força cortante nas vigas se baseia na redução da contribuição do concreto e de esquemas alternativos, avaliada a partir da redução da resistência à tração do concreto sob carga cíclica, equivalente a adotar, para 10^7 ciclos, 50% da resistência à tração estática. Isso corresponde a reduzir o valor V_c da contribuição do concreto de 50 % do seu valor estático.

23.5.4 Verificação da fadiga do concreto

23.5.4.1 Concreto em compressão

Essa verificação para o concreto em compressão é satisfeita se:

$$\eta_c \gamma_t \sigma_{c,max} \leq f_{cd,fad}$$

onde:

$$f_{cd,fad} = 0,45 f_{cd}$$

$$\frac{1}{1,5 - 0,5(|\sigma_{c1}|/|\sigma_{c2}|)}$$

onde:

η_c é um fator que considera o gradiente de tensões de compressão no concreto;

$|\sigma_{c1}|$ é o menor valor, em módulo, da tensão de compressão a uma distância não maior que 300 mm da face sob a combinação relevante de cargas (figura 23.1);

$|\sigma_{c2}|$ é o maior valor, em módulo, da tensão de compressão a uma distância não maior que 300 mm da face sob a mesma combinação de carga usada para cálculo de $|\sigma_{c1}|$ (figura 23.1).

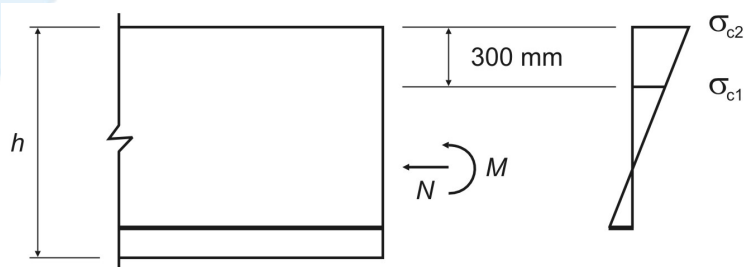


Figura 23.1 - Definição das tensões σ_{c1} e σ_{c2}

23.5.4.2 Concreto em tração

A verificação da fadiga do concreto em tração é satisfeita se:

$$\gamma_f \sigma_{ct,max} \leq f_{ctd,fad}$$

onde:

$$f_{ctd,fad} = 0,3 f_{ctd,inf}$$

23.5.5 Verificação da fadiga da armadura

Essa verificação é satisfeita se a máxima variação de tensão calculada, $\Delta\sigma_s$, para a combinação freqüente de cargas satisfaz:

$$\gamma_f \Delta\sigma_{ss} \leq \Delta f_{sd,fad}$$

onde os valores de $\Delta f_{sd,fad}$ são dados na tabela 23.2.

Tabela 23.2 - Parâmetros para as curvas S-N (Woeller) para os aços dentro do concreto¹⁾

Valores de $\Delta f_{sd,fad,min}$, para 2×10^6 ciclos MPa										
Armadura passiva, aço CA-50										
ϕ mm Caso	10	12,5	16	20	22	25	32	40	Tipo ²⁾	
Barras retas ou dobradas com $D \geq 25 \phi$	190	190	190	185	180	175	165	150	T ₁	
Barras retas ou dobradas com: $D < 25\phi$ $D = 5\phi < 20$ mm $D = 8\phi \geq 20$ mm	105	105	105	105	100	95	90	85	T ₁	
Estribos $D = 3\phi \leq 10$ mm	85	85	85	-	-	-	-	-	T ₁	
Ambiente marinho Classe IV	65	65	65	65	65	65	65	65	T ₄	
Barras soldadas (incluindo solda por ponto ou das extremidades) e conectores mecânicos	85	85	85	85	85	85	85	85	T ₄	
Armadura ativa										
Pré-tração, fio ou cordoalha reto									150	T ₁
Pós tração, cabos curvos									110	T ₂
Cabos retos									150	T ₁
Conectores mecânicos e ancoragens (caso de cordoalha engraxada)									70	T ₄

¹⁾ Admite-se, para certificação de processos produtivos, justificar os valores desta tabela em ensaios de barras ao ar. A flutuação de tensões deve ser medida a partir da tensão máxima de 80% da tensão nominal de escoamento e freqüência de 5 Hz a 10 Hz.

²⁾ Ver tabela 23.3.

A função da resistência à fadiga para o aço, representada em escala log.log (ver figura 23.2), consiste em segmentos de reta da forma $(\Delta f_{sd,fad})^m \times N = \text{constante}$.

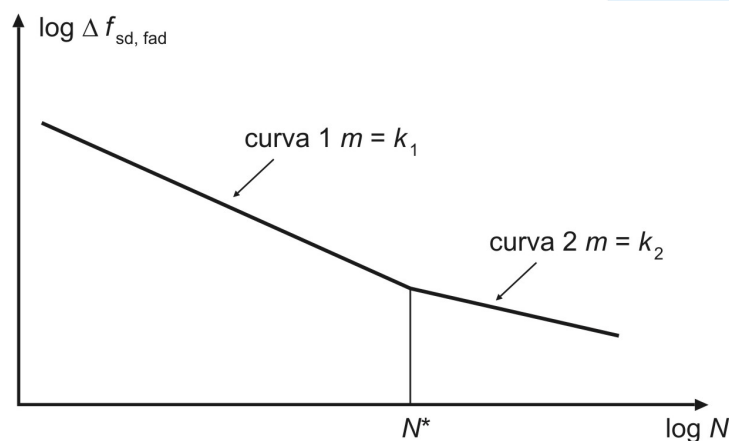


Figura 23.2 - Formato das curvas de resistência característica à fadiga (curvas S-N) para o aço

Tabela 23.3 - Tipos da curva S-N

Tipo	N^*	k_1	k_2
T_1	10^6	5	9
T_2	10^6	3	7
T_3	10^6	3	5
T_4	10^7	3	5

Em nenhum caso deve-se considerar resistência à fadiga maior que a da barra reta.

No caso em que se possa comprovar experimentalmente que o aço a ser utilizado na estrutura apresenta características de resistência à fadiga superiores às aqui indicadas, permite-se o uso dessas características no cálculo.

No caso das marcas de identificação do fabricante, este deve apresentar os valores de resistência à fadiga conseqüentes de eventual concentração de tensões provocadas pelo formato do relevo da marca na barra.

Considera-se que os valores apresentados para a resistência à fadiga dos aços da armadura passiva referem-se a barras nervuradas de alta aderência, nas quais as saliências transversais e longitudinais não se cruzam nem apresentam:

$$\frac{r}{h} < 0,5$$

onde:

h é a altura da saliência;

r é o raio da curva de concordância da saliência com o corpo da barra.

Na falta de dados experimentais específicos que comprovem que barras que não respeitem essa configuração satisfazem a tabela 23.2, permite-se utilizá-las com uma redução de 30% da flutuação da tensão limite dada na tabela 23.2.

23.6 Estados limites de serviço

As modificações introduzidas pela repetição das solicitações podem afetar significativamente as estruturas do ponto de vista de seu comportamento em serviço, particularmente no que diz respeito ao aparecimento de fissuras não existentes sob ações estáticas, ao agravamento de fissuração já existente e ao aumento das deformações.

O aumento das deformações é progressivo sob ações dinâmicas cíclicas e soma-se ao aumento de deformações decorrentes da fluência. Na falta de dados experimentais conclusivos, o efeito cíclico pode ser estimado pela expressão:

$$a_n = a_1 [1,5 - 0,5 \exp(-0,05 n^{0,25})]$$

onde:

a_n é a deformação no n ésimo ciclo devido à carga máxima;

a_1 é a deformação no primeiro ciclo devido à carga máxima;

n é o número de ciclos.

24 Concreto simples

24.1 Simbologia específica desta seção

De forma a simplificar a compreensão e, portanto, a aplicação dos conceitos estabelecidos nesta seção, os símbolos mais utilizados, ou que poderiam gerar dúvidas, encontram-se a seguir definidos.

A simbologia apresentada nesta seção segue a mesma orientação estabelecida na seção 4. Dessa forma, os símbolos subscritos têm o mesmo significado apresentado em 4.3.

e_a	- Excentricidade adicional
e_x, e_y	- Excentricidades nas direções x, y
e_{xa}, e_{ya}	- Excentricidades adicionais nas direções x, y
A_e	- Área eficaz
ϵ_c	- Deformação específica do concreto
$\epsilon_{c,lim}$	- Deformação à compressão do concreto na ruptura
ϵ_{ct}	- Deformação de tração no concreto
$\epsilon_{ct,lim}$	- Deformação de tração do concreto na ruptura
σ_{cmd}	- Tensão no concreto comprimido média de cálculo
τ_{TRd}	- Tensão de cisalhamento resistente à torção de cálculo
τ_{wRd}	- Tensão de cisalhamento resistente à força cortante de cálculo
τ_{Rd}	- Tensão de cisalhamento resistente de cálculo para lajes

24.2 Campo de aplicação

O concreto simples estrutural deve ter garantidas algumas condições básicas, como confinamento lateral (caso de estacas ou tubos), compressão em toda seção transversal (caso de arcos), apoio vertical contínuo no solo ou em outra peça estrutural (caso de pilares, paredes, blocos ou pedestais).

Não é permitido o uso de concreto simples em estruturas sujeitas a sismos ou a explosões e em casos onde a utilidade seja qualidade importante da estrutura.

24.3 Materiais e propriedades

Devem ser atendidas as exigências para concreto constantes da seção 8, podendo ser utilizado concreto a partir da classe C10 (NBR 8953).

24.4 Juntas e disposições construtivas

As juntas de concretagem devem ser previstas pelo menos a cada 15 m. No caso de ser necessário afastamento maior, devem ser considerados no cálculo os efeitos da retração térmica do concreto (como consequência do calor de hidratação), da retração hidráulica e dos abaixamentos de temperatura.

Qualquer armadura eventualmente existente no concreto simples deve terminar pelo menos a 6 cm das juntas.

Interrupções de concretagem só podem ser feitas nas juntas.

Deve ser garantida a estabilidade lateral das peças de concreto simples por meio de contraventamentos (ver seção 15).

24.5 Projeto estrutural

24.5.1 Generalidades

Os elementos estruturais de concreto simples devem ser projetados pelo método dos estados limites, usando os mesmos coeficientes de ponderação já prescritos para o concreto armado (ver seções 10 e 11).

A resistência à tração do concreto pode ser considerada no cálculo, desde que sob o efeito das ações majoradas não sejam excedidos os valores últimos, tanto na tração como na compressão.

No caso de carregamentos de longa duração deve ser considerada a fluência do concreto, conforme seção 8.

24.5.2 Tensões resistentes de cálculo

24.5.2.1 A tensão máxima nas fibras de concreto simples devida às cargas e esforços majorados não deve exceder os valores das tensões resistentes de cálculo. Em todos os casos de aplicação do concreto simples estrutural deve ser adotado $\gamma_c = 1,2 \times 1,4 = 1,68$. No caso da tração, esta tensão máxima deve ser baseada no valor característico inferior da resistência à tração, conforme 8.2.5, tal que: $f_{ctd} = \frac{f_{ctk,inf}}{\gamma_c}$

24.5.2.2 Os valores das tensões resistentes de cálculo (valores limites das tensões determinadas com as solicitações atuantes de cálculo) são dados a seguir:

- fibra extrema à compressão $\sigma_{cRd} = 0,85 f_{cd}$;
- fibra extrema à tração $\sigma_{ctRd} = 0,85 f_{ctd}$.

24.5.2.3 Os valores das tensões de cisalhamento resistentes de cálculo, relativas à força cortante em peças lineares, são dados a seguir:

- $\tau_{wRd} = 0,30 f_{ctd}$ na flexão simples e na flexo-tração;
- $\tau_{wRd} = 0,30 f_{ctd} (1 + 3 \sigma_{cmd} / f_{ck})$ na flexo-compressão.

sendo a determinação da influência da força normal externa de compressão dada pelo fator:

$$(1 + 3 \sigma_{cmd} / f_{ck}) \leq 2$$

24.5.2.4 O valor da tensão de cisalhamento resistente de cálculo em lajes de concreto simples, submetidas à flexão ou à flexo-tração, deve ser calculado por:

$$\tau_{Rd} = 0,30 f_{ctd} \leq 1,0 \text{ MPa}$$

24.5.2.5 O valor da tensão de cisalhamento resistente de cálculo, nos elementos estruturais submetidos à torção simples, deve ser calculado por:

$$\tau_{TRd} = 0,30 f_{ctd} \leq 1,0 \text{ MPa}$$

Peças curvas ou que estejam sujeitas à torção de equilíbrio não devem ser de concreto simples.

24.5.2.6 O valor da tensão de cisalhamento resistente de cálculo à punção, no contorno C' (19.5.2.6), deve ser calculado por:

$$\tau_{Rd} = 0,30 f_{ctd} \leq 1,0 \text{ MPa}$$

24.5.3 Dimensionamento

As obras de concreto simples podem ter armadura de distribuição, que não deve ser considerada no cálculo dos esforços resistentes, mas que pode ser considerada para diminuir o efeito da fissuração.

Elementos de concreto com armadura menor que a mínima devem ser dimensionados como de concreto simples. Isto não se aplica à armadura usada para transferir esforços a elementos de concreto simples.

Deve ser atendido o disposto nas seções 6 e 7 sobre durabilidade.

No cálculo de tensões devidas à flexão, flexão composta e esforços tangenciais, deve ser considerada a seção transversal total do elemento, exceto no caso de concreto lançado contra o solo, onde a altura total h a ser considerada deve ser 5 cm menor que a real.

24.5.4 Tensões e deformações na flexão

24.5.4.1 Diagrama tensão-deformação do concreto

Utilizando as hipóteses de cálculo estabelecidas em 24.5.2, as deformações nas fibras extremas devem ser limitadas por:

- $\epsilon_c \leq \epsilon_{c,lim} = 0,0035$;
- $\epsilon_{ct} \leq \epsilon_{ct,lim} = 0,00035$.

Como simplificação, pode-se admitir que o diagrama tensão-deformação tem a configuração de parábola-retângulo, tanto na compressão como na tração. Deve ser considerada a fluência do concreto para os carregamentos de longa duração (figura 24.1).

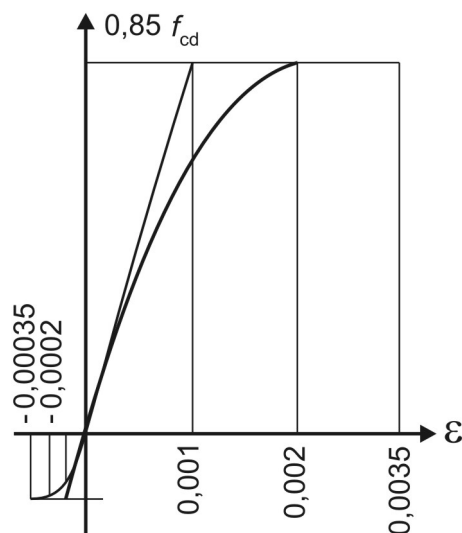


Figura 24.1 - Diagrama de cálculo tensão-deformação do concreto com consideração da fluência

24.5.4.2 Limites das deformações médias

Da mesma forma, as deformações médias devem ser limitadas como segue:

- na compressão, com pequena excentricidade, na fibra distante $0,43 h$ da mais comprimida: $\varepsilon_c \leq 0,002$;
- na tração, com pequena excentricidade, na fibra distante $0,43h$ da mais tracionada: $\varepsilon_{ct} \leq 0,0002$.

24.5.4.3 Tensões resistentes de cálculo

Como simplificação adicional, podem ser adotados valores constantes para as tensões resistentes de cálculo, como segue:

- para a região tracionada: $\sigma_{ctRd} = 0,85 f_{ctd}$;
- para a região comprimida: o diagrama linear de tensões com pico $\sigma_{cRd} = 0,85 f_{cd}$.

24.5.5 Tensões de cisalhamento

24.5.5.1 As tensões de cisalhamento τ_{wd} para seção retangular devem ser calculadas por (ver 24.5.2.3):

$$\tau_{wd} = (3 V_{Sd}) / (2 b h) \leq \tau_{Rd}$$

onde:

h é a altura total da seção transversal do elemento estrutural.

24.5.5.2 A tensão máxima de cisalhamento τ_{wd} deve ser calculada para a força cortante a uma distância h da face do apoio. Para seções mais próximas do apoio, admite-se esse mesmo valor de força cortante.

24.5.5.3 No caso de lajes não pode ser feita a redução do valor da força cortante nos apoios e a tensão de cisalhamento deve ser (ver 24.5.2.4):

$$\tau_{wd} \leq \tau_{Rd}$$

24.5.6 Torção

As tensões provenientes da torção devem ser calculadas pelas fórmulas da teoria da elasticidade e seus efeitos acrescidos aos provenientes dos outros esforços solicitantes, a fim de serem examinados como estado múltiplo de tensão.

Nos elementos submetidos a torção e flexão simples ou composta, as tensões devem ser calculadas separadamente para a torção (τ_{Td}) e para a força cortante (τ_{wd}), devendo obedecer às relações:

- para torção: $\tau_{Td} \leq \tau_{TRd}$;
- para força cortante: $\tau_{wd} \leq \tau_{wRd}$;
- para torção e força cortante: $\tau_{wd} / \tau_{wRd} + \tau_{Td} / \tau_{TRd} \leq 1$.

24.5.7 Cálculo de seções submetidas à compressão e à força cortante

24.5.7.1 Generalidades

São considerados os casos de seções comprimidas por força normal e seções sujeitas à compressão e à força cortante atuando simultaneamente (força de compressão inclinada).

24.5.7.2 Cálculo simplificado de seções comprimidas

Nas seções de elementos de concreto simples submetidas à força de compressão N_d , aplicada num ponto G , com as excentricidades e_x e e_y em relação aos eixos x e y , respectivamente (ver figura 24.2), o cálculo deve ser realizado aplicando-se essa força no ponto $G_1(e_{1x}, e_{1y})$ que resulte o mais desfavorável entre os dois seguintes:

$$G_{1x}(e_x + e_{xa}, e_y) \text{ ou}$$

$$G_{1y}(e_x, e_y + e_{ya})$$

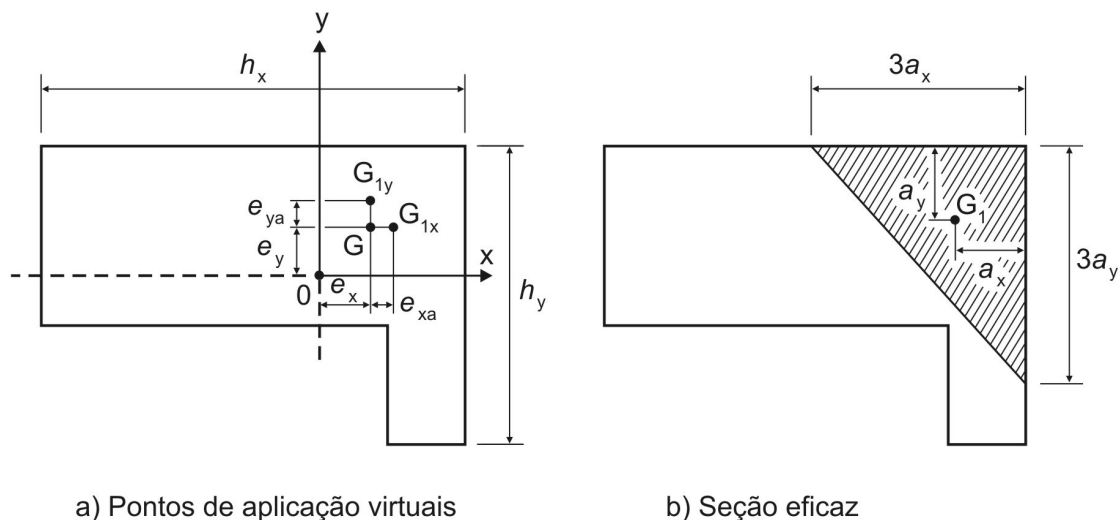
onde:

$$e_{xa} = 0,05 h_x \geq 2 \text{ cm};$$

$$e_{ya} = 0,05 h_y \geq 2 \text{ cm}.$$

onde:

h_x e h_y são as dimensões máximas da seção.



a) Pontos de aplicação virtuais

b) Seção eficaz

Figura 24.2 - Seção flexo-comprimida

A tensão σ_d deve ser calculada adotando-se distribuição uniforme de tensões na seção eficaz triangular de área A_e (ver figura 24.2), com baricentro no ponto de aplicação virtual G_1 da força normal, considerando inativo o resto da seção. A condição de segurança deve ser calculada por:

$$\sigma_{Sd} = N_{Sd} / A_e \leq \sigma_{cRd} = 0,85 f_{cd}$$

24.5.7.3 Cálculo simplificado de seções à compressão e à força cortante

Em uma seção de um elemento de concreto simples sobre a qual atua uma força inclinada de compressão, com suas componentes de cálculo N_{Sd} e V_{Sd} , aplicada no ponto G , calcula-se o ponto de aplicação virtual G_1 e a área eficaz A_e conforme estabelecido em 24.5.7.2. As condições de segurança devem ser calculadas por:

$$\sigma_{Sd} = N_{Sd} / A_e \leq \sigma_{cRd} = 0,85 f_{cd}$$

$$\tau_{wd} = V_{Sd} / A_e \leq \tau_{wRd}$$

24.5.8 Estabilidade global

Em toda a estrutura deve ser verificada a estabilidade global.

24.6 Elementos estruturais de concreto simples

24.6.1 Pilares-parede

Pilares-parede de concreto simples de seção retangular podem ser dimensionadas pela equação dada a seguir, quando a resultante de todas as cargas de cálculo estiver dentro do terço médio da espessura do pilar-parede:

$$N_{Sd} \leq N_{Rd} = 0,63 f_{cd} A_c [1 - (\alpha \ell / 32 h)^2]$$

onde:

$\alpha = 1,0$ quando não existirem restrições à rotação no topo e na base do pilar-parede;

$\alpha = 0,8$ quando existir alguma restrição contra rotação, no topo, na base ou em ambas as extremidades do pilar-parede.

onde:

ℓ é a distância vertical entre apoios;

h é a altura total da seção transversal do pilar-parede;

α é o fator que define as condições de vínculo nos apoios.

O comprimento horizontal do pilar-parede a ser considerado para cada carga vertical concentrada no topo não pode ultrapassar:

- a distância de centro a centro entre cargas;
- distância entre apoios acrescida de quatro vezes a espessura do pilar-parede.

A espessura do pilar-parede não pode ser menor do que:

- 1/24 da altura total ou do comprimento vertical não apoiado;
- 10 cm;
- 15 cm no caso de pilares-parede paredes de fundações ou de sapatas corridas.

Nas aberturas das portas ou janelas devem ser previstas pelo menos duas barras de $\phi = 10$ mm, que se prolongam 50 cm a partir dos ângulos reentrantes.

Deve ser garantida a estabilidade global do conjunto e a junção entre os painéis.

24.6.2 Blocos de fundação

Não deve ser usado concreto simples para blocos sobre estacas.

A área da base de blocos de fundação deve ser determinada a partir da tensão admissível do solo para cargas não majoradas. A espessura média do bloco não deve ser menor do que 20 cm.

O dimensionamento das seções transversais deve ser feito pelo método dos estados limites. O momento fletor majorado deve ser determinado na seção crítica, que pode ser considerada na face da coluna ou parede.

A força cortante majorada deve ser calculada para a seção crítica na face da coluna, pedestal ou parede, e não deve superar:

$$V_{Sd} \leq A_c \tau_{wRd}$$

24.6.3 Pilares

Pilares de concreto simples devem ser calculados da mesma maneira que as paredes (ver 24.6.1) e, na ausência de ações laterais, a carga atuante deve estar dentro ou no limite do núcleo central de inércia da seção. No caso de atuarem concomitantemente ações laterais, como o vento, as seções devem ser verificadas sem considerar a resistência à tração do concreto. Nesse caso a parte comprimida da seção deve conter o centro de gravidade.

A máxima tensão de compressão no estado limite último, com ações majoradas, não deve ultrapassar o valor de σ_{cRd} .

A menor dimensão de pilares deve ser 20 cm ou 1/10 de sua altura.

24.6.4 Arcos

Os arcos de concreto simples devem ser projetados de tal forma que no estado limite último não apareçam tensões de tração em nenhuma seção transversal.

Deve ser garantida a estabilidade global do arco, podendo ser considerado um aumento de momentos fletores por efeitos de 2ª ordem até um máximo de 10% acima dos momentos de 1ª ordem.

25 Interfaces do projeto com a construção, utilização e manutenção

25.1 Aceitação do projeto

Cabe ao contratante proceder ao recebimento do projeto, quando cumpridas as exigências desta Norma, em particular aquelas prescritas na seção 5.

Verificada a existência de não-conformidades, deve ser emitido termo de aceitação provisório do projeto, do qual devem constar todas as pendências.

Na falta de habilitação técnica do contratante para a aceitação do projeto, ele deve designar um preposto legalmente habilitado para tal.

Uma vez sanadas as pendências, deve ser emitido o termo de aceitação definitiva do projeto.

25.2 Recebimento do concreto e do aço

O concreto e o aço devem ser recebidos, desde que atendidas todas as exigências das NBR 12655, NBR 7480, NBR 7481, NBR 7482 e NBR 7483.

25.3 Existência de não-conformidades em obras executadas

25.3.1 Ações corretivas

No caso de existência de não-conformidades, devem ser adotadas as seguintes ações corretivas:

- a) revisão do projeto para determinar se a estrutura, no todo ou em parte, pode ser considerada aceita, considerando os valores obtidos nos ensaios;
- b) no caso negativo, devem ser extraídos e ensaiados testemunhos conforme disposto na NBR 7680, se houver também deficiência de resistência do concreto cujos resultados devem ser avaliados de acordo com a NBR 12655, procedendo-se a seguir a nova verificação da estrutura visando sua aceitação, podendo ser utilizado o disposto em 12.4.1;
- c) não sendo finalmente eliminada a não-conformidade, aplica-se o disposto em 25.3.3. Há casos em que pode também ser recomendada a prova de carga, desde que não haja risco de ruptura frágil.

25.3.2 Ensaio de prova de carga da estrutura

A prova de carga deve ser planejada procurando representar a combinação de carregamentos que determinou na verificação analítica a não-conformidade. No caso de não-conformidade que indique a possibilidade de ruptura frágil, a prova de carga não é um recurso recomendável. Nesse ensaio deve ser feito um monitoramento continuado do carregamento e da resposta da estrutura, de modo que esta não seja desnecessariamente danificada durante a execução do ensaio.

Deve-se fazer a distinção entre o ensaio de aceitação e o ensaio de resistência:

- a) o ensaio de aceitação visa confirmar que o desempenho global da estrutura está em conformidade com as prescrições do projeto. A carga é aplicada até valores entre o valor característico e o valor de projeto para o ELU. Podem ser estabelecidos requisitos para os deslocamentos, o grau de não linearidade e as deformações residuais, após o ensaio;
- b) o ensaio de resistência tem por objetivo mostrar que a estrutura ou o elemento estrutural tem pelo menos a resistência adotada para o projeto. Quando se deseja uma avaliação somente de um elemento, é suficiente levar o carregamento até o valor de projeto para o ELU. Obviamente, como já salientado, deve-se tomar cuidado para não danificar a estrutura desnecessariamente. O ensaio de aceitação visa confirmar que o desempenho global da estrutura está em conformidade com as prescrições do projeto. A carga deve ser aplicada até atingir o intervalo entre o valor característico e o valor de projeto para o ELU. Podem ser estabelecidos requisitos para os deslocamentos, o grau de não linearidade e as deformações residuais, após o ensaio.

25.3.3 Não-conformidade final

Constatada a não-conformidade final de parte ou do todo da estrutura, deve ser escolhida uma das seguintes alternativas:

- a) determinar as restrições de uso da estrutura;
- b) providenciar o projeto de reforço;
- c) decidir pela demolição parcial ou total.

25.4 Manual de utilização, inspeção e manutenção

Dependendo do porte da construção e da agressividade do meio e de posse das informações dos projetos, dos materiais e produtos utilizados e da execução da obra, deve ser produzido por profissional habilitado, devidamente contratado pelo contratante, um manual de utilização, inspeção e manutenção. Esse manual deve especificar de forma clara e sucinta, os requisitos básicos para a utilização e a manutenção preventiva, necessárias para garantir a vida útil prevista para a estrutura, conforme indicado na NBR 5674.

Anexo A (informativo)
Efeito do tempo no concreto estrutural

A.1 Generalidades

As prescrições deste anexo têm caráter informativo que podem, na falta de dados melhores, ser usados no projeto de estruturas com concretos do grupo I da NBR 8953 cobertos por esta Norma. Outros valores podem ser usados, desde que comprovados experimentalmente, por meio de ensaios realizados de acordo com Normas Brasileiras específicas, levando em conta variações nas características e propriedades dos componentes do concreto, ou ainda desde que respaldados por normas internacionais ou literatura técnica.

A.2 Deformações do concreto

A.2.1 Introdução

Quando não há impedimento à livre deformação do concreto, e a ele é aplicada, no tempo t_0 , uma tensão constante no intervalo $t - t_0$, sua deformação total, no tempo t , vale:

$$\varepsilon_c(t) = \varepsilon_c(t_0) + \varepsilon_{cc}(t) + \varepsilon_{cs}(t)$$

onde:

$\varepsilon_c(t_0) = \sigma_c(t_0) / E_{ci}(t_0)$ é a deformação imediata, por ocasião do carregamento, com $E_{ci}(t_0)$ calculado, para $j = t_0$, pela expressão: $E_{ci}(t_0) = 5\,600 f_{ckj}^{1/2}$;

$\varepsilon_{cc}(t) = [\sigma_c(t_0) / E_{ci28}] \varphi(t, t_0)$ é a deformação por fluência, no intervalo de tempo (t, t_0) , com E_{ci28} calculado pela mesma expressão para $j = 28$ dias;

$\varepsilon_{cs}(t)$ é a deformação por retração, no intervalo de tempo (t, t_0) .

A.2.2 Fluência do concreto

A.2.2.1 Generalidades

A deformação por fluência do concreto (ε_{cc}) compõe-se de duas partes, uma rápida e outra lenta. A deformação rápida (ε_{cca}) é irreversível e ocorre durante as primeiras 24 h após a aplicação da carga que a originou. A deformação lenta é por sua vez composta por duas outras parcelas: a deformação lenta irreversível (ε_{ccf}) e a deformação lenta reversível (ε_{ccd}).

$$\varepsilon_{cc} = \varepsilon_{cca} + \varepsilon_{ccf} + \varepsilon_{ccd}$$

$$\varepsilon_{c,tot} = \varepsilon_c + \varepsilon_{cc} = \varepsilon_c (1 + \varphi)$$

$$\varphi = \varphi_a + \varphi_f + \varphi_d$$

onde:

φ_a é o coeficiente de deformação rápida;

φ_f é o coeficiente de deformação lenta irreversível;

φ_d é o coeficiente de deformação lenta reversível.

A.2.2.2 Hipóteses

Para o cálculo dos efeitos da fluência, quando as tensões no concreto são as de serviço, admitem-se as seguintes hipóteses:

- a) a deformação por fluência ε_{cc} varia linearmente com a tensão aplicada;
- b) para acréscimos de tensão aplicados em instantes distintos, os respectivos efeitos de fluência se superpõem;
- c) a deformação rápida produz deformações constantes ao longo do tempo; os valores do coeficiente φ_a são função da relação entre a resistência do concreto no momento da aplicação da carga e a sua resistência final;
- d) o coeficiente de deformação lenta reversível φ_d depende apenas da duração do carregamento; o seu valor final e o seu desenvolvimento ao longo do tempo são independentes da idade do concreto no momento da aplicação da carga;
- e) o coeficiente de deformação lenta irreversível φ_f depende de:
 - umidade relativa do ambiente (U);
 - consistência do concreto no lançamento;
 - espessura fictícia da peça h_{fic} (ver A.2.4);
 - idade fictícia do concreto (ver A.2.4) no instante (t_0) da aplicação da carga;
 - idade fictícia do concreto no instante considerado (t);
- f) para o mesmo concreto, as curvas de deformação lenta irreversível em função do tempo, correspondentes a diferentes idades do concreto no momento do carregamento, são obtidas, umas em relação às outras, por deslocamento paralelo ao eixo das deformações, conforme a figura A.1.

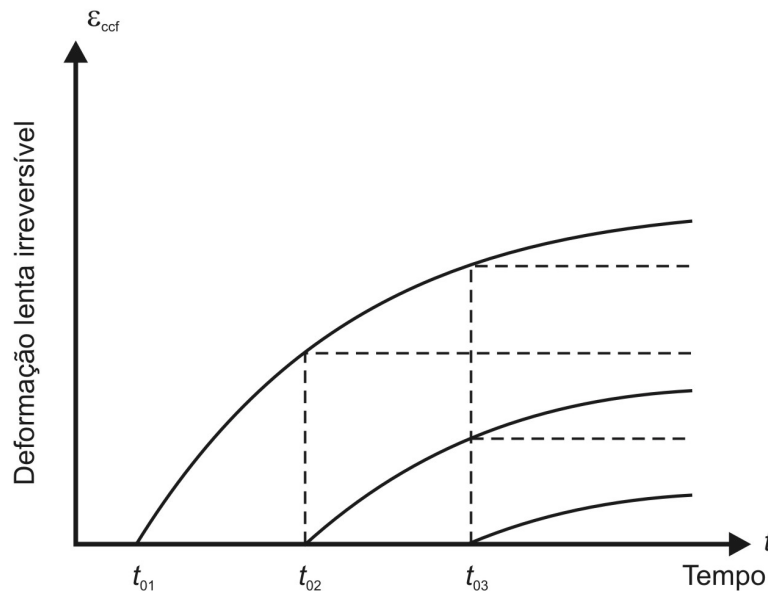


Figura A.1 - Variação de $\varepsilon_{ccf}(t)$

A.2.2.3 Valor da fluência

No instante t a deformação devida à fluência é dada por:

$$\varepsilon_{cc}(t, t_0) = \varepsilon_{cca} + \varepsilon_{ccd} + \varepsilon_{ccf} = \frac{\sigma_c}{E_{c28}} \varphi(t, t_0)$$

com E_{c28} calculado, para $j = 28$ dias, pela expressão: $E_{c28} = E_{ci,28} = 5\,600 f_{ck}^{1/2}$

O coeficiente de fluência $\varphi(t, t_0)$, válido também para a tração, é dado por:

$$\varphi(t, t_0) = \varphi_a + \varphi f_{\infty} [\beta_f(t) - \beta_f(t_0)] + \varphi d_{\infty} \beta_d$$

onde:

t é a idade fictícia do concreto no instante considerado, em dias;

t_0 é a idade fictícia do concreto ao ser feito o carregamento único, em dias;

t_{0i} é a idade fictícia do concreto ao ser feito o carregamento, em dias;

φ_a é o coeficiente de fluência rápida, determinado pela expressão:

$$\varphi_a = 0,8 \left[1 - \frac{f_c(t_0)}{f_c(t_{\infty})} \right]$$

onde:

$\frac{f_c(t_0)}{f_c(t_{\infty})}$ é a função do crescimento da resistência do concreto com a idade, definida em 12.3;

$\varphi_{f_{\infty}} = \varphi_{1c} \varphi_{2c}$ é o valor final do coeficiente de deformação lenta irreversível;

φ_{1c} é o coeficiente dependente da umidade relativa do ambiente U , em porcentagem, e da consistência do concreto dada pela tabela A.1;

φ_{2c} é o coeficiente dependente da espessura fictícia h_{fic} da peça, definida em 8.4.

$$\varphi_{2c} = \frac{42 + h_{fic}}{20 + h_{fic}}$$

onde:

h_{fic} é a espessura fictícia, em centímetros (A.2.4);

$\beta_f(t)$ ou $\beta_f(t_0)$ é o coeficiente relativo à deformação lenta irreversível, função da idade do concreto (ver figura A.2);

$\varphi_{d\infty}$ é o valor final do coeficiente de deformação lenta reversível que é considerado igual a 0,4;

$\beta_d(t)$ é o coeficiente relativo à deformação lenta reversível função do tempo ($t - t_0$) decorrido após o carregamento.

$$\beta_d(t) = \frac{t - t_0 + 20}{t - t_0 + 70}$$

$$\beta_f(t) = \frac{t^2 + At + B}{t^2 + Ct + D}$$

onde:

$$A = 42h^3 - 350h^2 + 588h + 113;$$

$$B = 768h^3 - 3060h^2 + 3234h - 23;$$

$$C = -200h^3 + 13h^2 + 1090h + 183;$$

$$D = 7579h^3 - 31916h^2 + 35343h + 1931;$$

h é a espessura fictícia, em metros; para valores de h fora do intervalo ($0,05 \leq h \leq 1,6$), adotam-se os extremos correspondentes;

t é o tempo, em dias ($t \geq 3$).

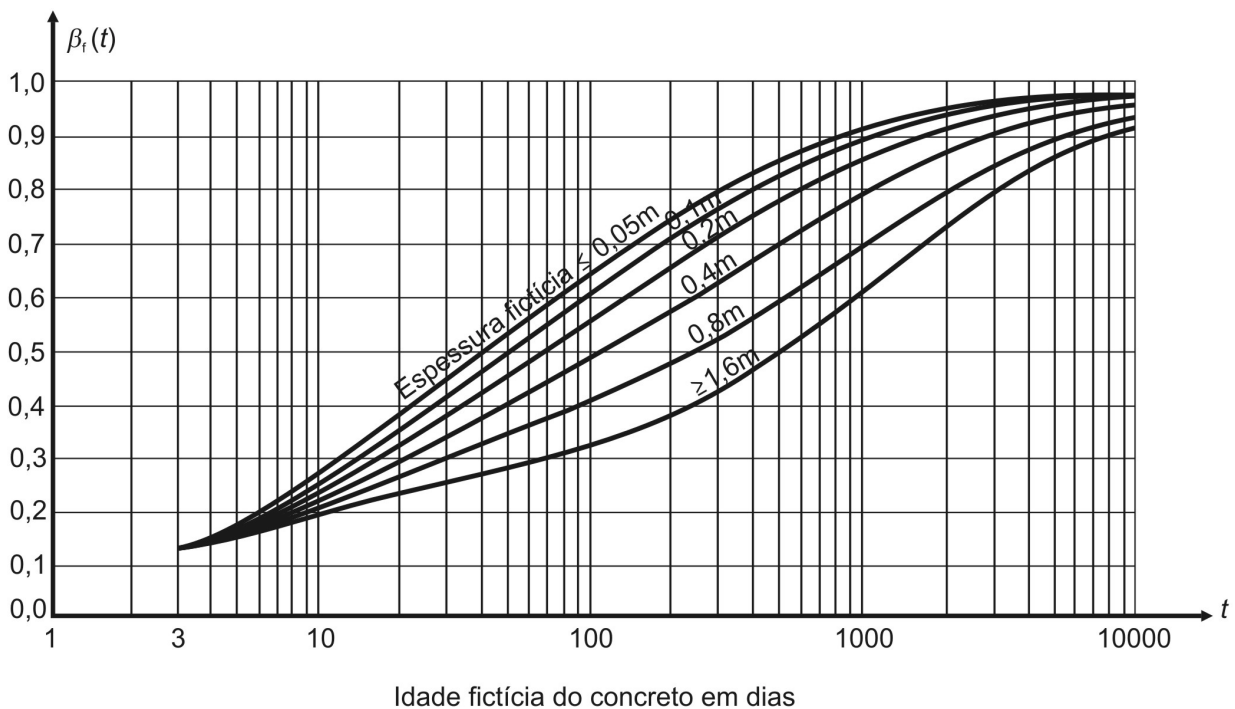


Figura A.2 - Variação de $\beta_f(t)$

A.2.3 Retração do concreto

A.2.3.1 Hipóteses básicas

O valor da retração do concreto depende da:

- umidade relativa do ambiente;
- consistência do concreto no lançamento;
- espessura fictícia da peça.

A.2.3.2 Valor da retração

Entre os instantes t_0 e t a retração é dada por:

$$\varepsilon_{cs}(t, t_0) = \varepsilon_{cs\infty} [\beta_s(t) - \beta_s(t_0)]$$

onde:

$$\varepsilon_{cs\infty} = \varepsilon_{1s} \varepsilon_{2s}$$

$\varepsilon_{cs\infty}$ é o valor final da retração;

ε_{1s} é o coeficiente dependente da umidade relativa do ambiente e da consistência do concreto (ver tabela A.1);

ε_{2s} é o coeficiente dependente da espessura fictícia da peça:

$$\varepsilon_{2s} = \frac{33 + 2h_{fic}}{20,8 + 3h_{fic}}$$

onde:

h_{fic} é a espessura fictícia, em centímetros (A.2.4);

$\beta_s(t)$ ou $\beta_s(t_0)$ é o coeficiente relativo à retração, no instante t ou t_0 (figura A.3);

t é a idade fictícia do concreto no instante considerado, em dias;

t_0 é a idade fictícia do concreto no instante em que o efeito da retração na peça começa a ser considerado, em dias.

Tabela A.1 - Valores numéricos usuais para a determinação da fluência e da retração

Ambiente	Umidade U %	Fluência φ_{1c} ¹⁾			Retração $10^4 \varepsilon_{1s}$ ²⁾			γ ⁴⁾
		Abatimento de acordo com a NBR NM 67						
		cm						
		0 - 4	5 - 9	10 - 15	0 - 4	5 - 9	10 - 15	
Na água	-	0,6	0,8	1,0	+1,0	+1,0	+1,0	30,0
Em ambiente muito úmido imediatamente acima da água	90	1,0	1,3	1,6	-1,0	-1,3	-1,6	5,0
Ao ar livre, em geral	70	1,5	2,0	2,5	-2,5	-3,2	-4,0	1,5
Em ambiente seco	40	2,3	3,0	3,8	-4,0	-5,2	-6,5	1,0

¹⁾ $\varphi_{1c} = 4,45 - 0,035U$ para abatimento no intervalo de 5 cm a 9 cm e $U \leq 90\%$.

²⁾ $10^4 \varepsilon_{1s} = -6,16 - (U/484) + (U^2/1590)$ para abatimentos de 5 cm a 9 cm e $U \leq 90\%$.

³⁾ Os valores de φ_{1c} e ε_{1s} para $U \leq 90\%$ e abatimento entre 0 cm e 4 cm são 25% menores e para abatimentos entre 10 cm e 15 cm são 25% maiores.

⁴⁾ $\gamma = 1 + \exp(-7,8 + 0,1U)$ para $U \leq 90\%$.

NOTA - Para efeito de cálculo, as mesmas expressões e os mesmos valores numéricos podem ser empregados no caso de tração. Para o cálculo dos valores de fluência e retração, a consistência do concreto é aquela correspondente à obtida com o mesmo traço sem a adição de superplastificantes e superfluidificantes.

$$\beta_s(t) = \frac{\left(\frac{t}{100}\right)^3 + A\left(\frac{t}{100}\right)^2 + B\left(\frac{t}{100}\right)}{\left(\frac{t}{100}\right)^3 + C\left(\frac{t}{100}\right)^2 + D\left(\frac{t}{100}\right) + E}$$

onde:

$$A = 40;$$

$$B = 116h^3 - 282h^2 + 220h - 4,8;$$

$$C = 2,5h^3 - 8,8h + 40,7;$$

$$D = -75h^3 + 585h^2 + 496h - 6,8;$$

$$E = -169h^4 + 88h^3 + 584h^2 - 39h + 0,8;$$

h é a espessura fictícia, em metros; para valores de h fora do intervalo ($0,05 \leq h \leq 1,6$), adotam-se os extremos correspondentes;

t é o tempo, em dias ($t \geq 3$).

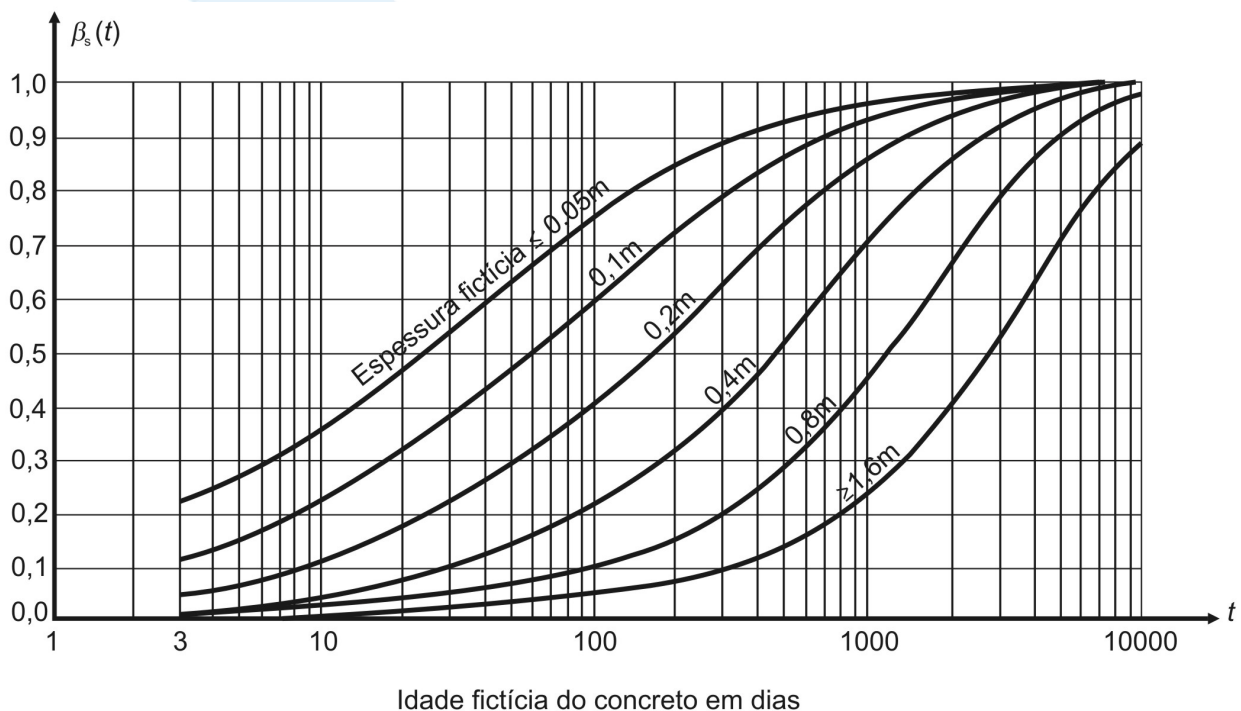


Figura A.3 - Variação de $\beta_s(t)$

A.2.4 Idade e espessura fictícias

A.2.4.1 Idade fictícia do concreto

A idade a considerar é a idade fictícia (αt_{ef}), em dias, quando o endurecimento se faz à temperatura ambiente de 20°C e, nos demais casos, quando não houver cura a vapor, a idade a considerar é a idade fictícia dada por:

$$t = \alpha \sum_i \frac{T_i + 10}{30} \Delta t_{ef,i}$$

onde:

t é a idade fictícia, em dias;

α é o coeficiente dependente da velocidade de endurecimento do cimento; na falta de dados experimentais permite-se o emprego dos valores constantes da tabela A.2;

T_i é a temperatura média diária do ambiente, em graus Celsius;

$\Delta t_{ef,i}$ é o período, em dias, durante o qual a temperatura média diária do ambiente, T_i , pode ser admitida constante.

NOTA - Essa expressão não se aplica à cura a vapor.

Tabela A.2 - Valores da fluência e da retração em função da velocidade de endurecimento do cimento

Cimento Portland (CP)	α	
	Fluência	Retração
De endurecimento lento (CP III e CP IV, todas as classes de resistência)	1	1
De endurecimento normal (CP I e CP II, todas as classes de resistência)	2	
De endurecimento rápido (CP V-ARI)	3	

Onde:
 CP I e CP I-S – Cimento Portland comum;
 CP II-E, CP II-F e CP II-Z – Cimento Portland composto;
 CP III – Cimento Portland de alto forno;
 CP IV - Cimento Portland pozolânico;
 CP V-ARI – Cimento Portland de alta resistência inicial;
 RS – Cimento Portland resistente a sulfatos (propriedade específica de alguns dos tipos de cimento citados).

A.2.4.2 Espessura fictícia da peça

Define-se como espessura fictícia o seguinte valor:

$$h_{fic} = \gamma \frac{2A_c}{u_{ar}}$$

onde:

γ é o coeficiente dependente da umidade relativa do ambiente ($U\%$) (ver tabela A.1), onde:

$$\gamma = 1 + \exp(-7,8 + 0,1U);$$

A_c é a área da seção transversal da peça;

u_{ar} é a parte do perímetro externo da seção transversal da peça em contato com o ar.

A.2.5 Deformação total do concreto

Quando há variação de tensão ao longo do intervalo, induzida por ações externas ou agentes de diferentes propriedades reológicas (incluindo-se armadura, concretos de diferentes idades, etc), a deformação total no concreto pode ser calculada por:

$$\varepsilon_c(t) = \frac{\sigma_c(t_0)}{E_c(t_0)} + \frac{\sigma_c(t_0)}{E_{c28}} \varphi(t, t_0) + \varepsilon_{cs}(t, t_0) + \int_{\tau=t_0}^t \frac{\partial \sigma_c}{\partial \tau} \left(\frac{1}{E_{c\tau}} + \frac{\alpha \varphi(\tau, t_0)}{E_{c28}} \right) d\tau$$

em que os três primeiros termos representam a deformação não impedida e a integral, os efeitos da variação de tensões ocorridas no intervalo.

Permite-se substituir essa expressão por:

$$\varepsilon_c(t) = \sigma_c(t_0) \left[\frac{1}{E_c(t_0)} + \frac{\varphi(t, t_0)}{E_{c28}} \right] + \varepsilon_{cs}(t, t_0) + \Delta \sigma_c(t, t_0) \left(\frac{1}{E_c(t_0)} + \frac{\varphi(t, t_0)}{E_{c28}} \right)$$

Nas expressões de $\varepsilon_c(t)$:

$\Delta \sigma_c(t, t_0)$ é a variação total de tensão no concreto, no intervalo (t, t_0) ;

α é o coeficiente característico que tem valor variável conforme o caso.

No cálculo de perdas de protensão em casos usuais onde a peça pode ser considerada como concretada de uma só vez e a protensão como aplicada de uma só vez, pode-se adotar $\alpha = 0,5$ e admitir $E_c(t_0) = E_{c28}$, como foi feito em 9.6.3.4.2. Observar que aquela subseção considera que o coeficiente de fluência do concreto: $\varphi = \varphi_a + \varphi_f + \varphi_d$ é um coeficiente de deformação lenta irreversível com as propriedades definidas para φ_f .

Nos outros casos usuais pode-se considerar $\alpha = 0,8$, mantendo $E_c(t_0) \neq E_{c28}$ sempre que significativo.

Essa aproximação tem a vantagem de tratar φ como uma única função, sem separar φ_a , φ_f , e φ_d .

É possível separar φ_a , φ_f , e φ_d , mas para isso é necessário aplicar a expressão integral ao problema em estudo. A expressão simplificada não se aplica nesse caso.

Especial atenção deve ser dada aos casos em que as fundações são deformáveis ou parte da estrutura não apresenta deformação lenta, como o caso de tirantes metálicos.

A.3 Deformações na armadura

A.3.1 Quando a armadura é solicitada em situação análoga à descrita em A.2.1, sua deformação vale:

$$\varepsilon_s(t) = \frac{\sigma_s(t_0)}{E_s} + \frac{\sigma_s(t_0)}{E_s} \chi(t, t_0)$$

onde:

$\sigma_s(t_0) / E_s$ é a deformação imediata, por ocasião do carregamento;

$[\sigma_s(t_0) / E_s] \chi(t, t_0)$ é a deformação por fluência, ocorrida no intervalo de tempo (t, t_0) e considerada sempre que $\sigma_s(t_0) > 0,5 f_{ptk}$.

A.3.2 Quando a livre deformação por fluência é impedida, em situação análoga à descrita em A.2.5 para o concreto, a deformação total pode ser calculada por:

$$\varepsilon_s(t) = \frac{\sigma_s(t_0)}{E_s} + \frac{\sigma_s(t_0)}{E_s} \chi(t, t_0) + \frac{\Delta\sigma_s(t, t_0)}{E_s} [1 + \chi(t, t_0)]$$

onde:

$\Delta\sigma_s(t, t_0)$ é a variação total de tensão na armadura, no intervalo (t, t_0) .

/ANEXO B



Anexo B (informativo)
Índice geral

Item		Página
1	Objetivo	2
2	Referências normativas	2
3	Definições	4
3.1	Definições de concreto estrutural	4
3.1.1	Concreto estrutural	4
3.1.2	Elementos de concreto simples estrutural	4
3.1.3	Elementos de concreto armado	4
3.1.4	Elementos de concreto protendido	4
3.1.5	Armadura passiva	4
3.1.6	Armadura ativa (de protensão)	4
3.1.7	Concreto com armadura ativa pré-tracionada (protensão com aderência inicial)	4
3.1.8	Concreto com armadura ativa pós-tracionada (protensão com aderência posterior)	4
3.1.9	Concreto com armadura ativa pós-tracionada sem aderência (protensão sem aderência)	4
3.1.10	Junta de concretagem	4
3.1.11	Junta de concretagem parcial	4
3.2	Definições de estados limites	4
3.2.1	Estado limite último (ELU)	4
3.2.2	Estado limite de formação de fissuras (ELS-F)	4
3.2.3	Estado limite de abertura das fissuras (ELS-W)	4
3.2.4	Estado limite de deformações excessivas (ELS-DEF)	4
3.2.5	Estado limite de descompressão (ELS-D)	4
3.2.6	Estado limite de descompressão parcial (ELS-DP)	4
3.2.7	Estado limite de compressão excessiva (ELS-CE)	5
3.2.8	Estado limite de vibrações excessivas (ELS-VE)	5
3.3	Definições relativas aos envolvidos no processo construtivo	5
3.3.1	Contratante	5
4	Simbologia	6
4.1	Generalidades	6
4.2	Símbolos base	6
4.2.1	Generalidades	6
4.2.2	Letras minúsculas	6
4.2.3	Letras maiúsculas	7
4.2.4	Letras gregas	7
4.3	Símbolos subscritos	8
4.3.1	Generalidades	9
4.3.2	Letras minúsculas	9
4.3.3	Letras maiúsculas	10
4.3.4	Números	10
5	Requisitos gerais de qualidade da estrutura e avaliação da conformidade do projeto	11
5.1	Requisitos de qualidade da estrutura	11
5.1.1	Condições gerais	11
5.1.2	Classificação dos requisitos de qualidade da estrutura	11
5.2	Requisitos de qualidade do projeto	11
5.2.1	Qualidade da solução adotada	11
5.2.2	Condições impostas ao projeto	11
5.2.3	Documentação da solução adotada	11
5.3	Avaliação da conformidade do projeto	12
6	Diretrizes para durabilidade das estruturas de concreto	13
6.1	Exigências de durabilidade	13
6.2	Vida útil de projeto	13
6.3	Mecanismos de envelhecimento e deterioração	13
6.3.1	Generalidades	13
6.3.2	Mecanismos preponderantes de deterioração relativos ao concreto	13
6.3.3	Mecanismos preponderantes de deterioração relativos à armadura	13
6.3.4	Mecanismos de deterioração da estrutura propriamente dita	13
6.4	Agressividade do ambiente	13
7	Crterios de projeto visando a durabilidade	15
7.1	Simbologia específica desta seção	15
7.2	Drenagem	15
7.3	Formas arquitetônicas e estruturais	15
7.4	Qualidade do concreto de cobrimento	15

	Página
7.5 Detalhamento das armaduras	16
7.6 Controle da fissuração	17
7.7 Medidas especiais	17
7.8 Inspeção e manutenção preventiva.....	17
8 Propriedades dos materiais	18
8.1 Simbologia específica desta seção	18
8.2 Concreto	18
8.2.1 Classes	18
8.2.2 Massa específica	18
8.2.3 Coeficiente de dilatação térmica	19
8.2.4 Resistência à compressão	19
8.2.5 Resistência à tração	19
8.2.6 Resistência no estado multiaxial de tensões	19
8.2.7 Resistência à fadiga	20
8.2.8 Módulo de elasticidade	20
8.2.9 Coeficiente de Poisson e módulo de elasticidade transversal	20
8.2.10 Diagramas tensão-deformação	20
8.2.11 Fluência e retração	21
8.3 Aço de armadura passiva	21
8.3.1 Categoria	21
8.3.2 Tipo de superfície	21
8.3.3 Massa específica	22
8.3.4 Coeficiente de dilatação térmica	22
8.3.5 Módulo de elasticidade	22
8.3.6 Diagrama tensão-deformação, resistência ao escoamento e à tração	22
8.3.7 Características de ductilidade	22
8.3.8 Resistência à fadiga	22
8.3.9 Soldabilidade	22
8.4 Aço de armadura ativa	23
8.4.1 Classificação	23
8.4.2 Massa específica	23
8.4.3 Coeficiente de dilatação térmica	23
8.4.4 Módulo de elasticidade	23
8.4.5 Diagrama tensão-deformação, resistência ao escoamento e à tração	23
8.4.6 Características de ductilidade	23
8.4.7 Resistência à fadiga	23
8.4.8 Relaxação	24
9 Comportamento conjunto dos materiais	25
9.1 Simbologia específica desta seção	25
9.2 Disposições gerais	26
9.2.1 Generalidades	26
9.2.2 Níveis de protensão	26
9.3 Verificação da aderência	26
9.3.1 Posição da barra durante a concretagem	26
9.3.2 Valores das resistências de aderência	26
9.4 Ancoragem das armaduras	27
9.4.1 Condições gerais	27
9.4.2 Ancoragem de armaduras passivas por aderência	27
9.4.3 Ancoragem de feixes de barras por aderência	29
9.4.4 Ancoragem de telas soldadas por aderência	29
9.4.5 Ancoragem de armaduras ativas (fios e cordoalhas pré-aderentes) por aderência	30
9.4.6 Ancoragem de estribos	30
9.4.7 Ancoragem por meio de dispositivos mecânicos	31
9.5 Emendas das barras	31
9.5.1 Tipos	31
9.5.2 Emendas por traspasse	32
9.5.3 Emendas por luvas rosqueadas	34
9.5.4 Emendas por solda	34
9.6 Protensão	35
9.6.1 Força de protensão	35
9.6.2 Introdução das forças de protensão	36
9.6.3 Perdas da força de protensão	36
10 Segurança e estados limites	40
10.1 Critérios de segurança	40
10.2 Estados limites	40
10.3 Estados limites últimos (ELU)	40
10.4 Estados limites de serviço (ELS)	40

	Página
11 Ações	41
11.1 Simbologia específica desta seção	41
11.2 Ações a considerar	41
11.2.1 Generalidades	41
11.2.2 Classificação das ações	41
11.3 Ações permanentes	41
11.3.1 Generalidades	41
11.3.2 Ações permanentes diretas	41
11.3.3 Ações permanentes indiretas	42
11.4 Ações variáveis	44
11.4.1 Ações variáveis diretas	44
11.4.2 Ações variáveis indiretas	45
11.5 Ações excepcionais	45
11.6 Valores das ações	45
11.6.1 Valores característicos	45
11.6.2 Valores representativos	46
11.6.3 Valores de cálculo	46
11.7 Coeficientes de ponderação das ações	46
11.7.1 Coeficientes de ponderação das ações no estado limite último (ELU)	46
11.7.2 Coeficientes de ponderação das ações no estado limite de serviço (ELS)	47
11.8 Combinações de ações	47
11.8.1 Generalidades	47
11.8.2 Combinações últimas	47
11.8.3 Combinações de serviço	48
12 Resistências	50
12.1 Simbologia específica desta seção	50
12.2 Valores característicos	50
12.3 Valores de cálculo	50
12.3.1 Resistência de cálculo	50
12.3.2 Tensões resistentes de cálculo	50
12.3.3 Resistência de cálculo do concreto	50
12.4 Coeficientes de ponderação das resistências	51
12.4.1 Coeficientes de ponderação das resistências no estado limite último (ELU)	51
12.4.2 Coeficientes de ponderação das resistências no estado limite de serviço (ELS)	51
12.5 Verificação da segurança	51
12.5.1 Condições construtivas de segurança	51
12.5.2 Condições analíticas de segurança	52
12.5.3 Esforços resistentes de cálculo	52
12.5.4 Esforços solicitantes de cálculo	52
13 Limites para dimensões, deslocamentos e aberturas de fissuras	53
13.1 Simbologia específica desta seção	53
13.2 Dimensões limites	53
13.2.1 Introdução	53
13.2.2 Vigas e vigas-parede	53
13.2.3 Pilares e pilares-parede	53
13.2.4 Lajes	53
13.2.5 Furos e aberturas	54
13.2.6 Canalizações embutidas	55
13.3 Deslocamentos limites	55
13.4 Controle da fissuração e proteção das armaduras	57
13.4.1 Introdução	57
13.4.2 Limites para fissuração e proteção das armaduras quanto à durabilidade	57
13.4.3 Controle da fissuração quanto à aceitabilidade sensorial e à utilização	57
14 Análise estrutural	58
14.1 Simbologia específica desta seção	58
14.2 Princípios gerais da análise estrutural	58
14.2.1 Objetivo da análise estrutural	58
14.2.2 Premissas necessárias à análise estrutural	58
14.3 Hipóteses básicas	58
14.3.1 Condições de equilíbrio	58
14.3.2 Condições de compatibilidade	59
14.3.3 Carregamento monotônico	59
14.4 Elementos estruturais	59
14.4.1 Elementos lineares	59
14.4.2 Elementos de superfície	59

	Página
14.5 Tipos de análise estrutural	59
14.5.1 Generalidades	59
14.5.2 Análise linear	60
14.5.3 Análise linear com redistribuição	60
14.5.4 Análise plástica	60
14.5.5 Análise não-linear	60
14.5.6 Análise através de modelos físicos	60
14.6 Estruturas de elementos lineares	61
14.6.1 Hipóteses básicas	61
14.6.2 Caracterização da geometria	61
14.6.3 Arredondamento do diagrama de momentos fletores	63
14.6.4 Análise linear com ou sem redistribuição	64
14.6.5 Análise plástica	64
14.6.6 Análise não-linear	65
14.6.7 Estruturas usuais de edifícios – Aproximações permitidas	65
14.7 Estruturas com elementos de placa	66
14.7.1 Hipóteses básicas	66
14.7.2 Caracterização da geometria	66
14.7.3 Análise linear com ou sem redistribuição	67
14.7.4 Análise plástica	67
14.7.5 Análise não-linear	67
14.7.6 Lajes maciças	67
14.7.7 Lajes nervuradas	68
14.7.8 Lajes lisas e cogumelo	68
14.8 Estruturas contendo outros elementos	68
14.8.1 Vigas-parede e pilares-parede	68
14.8.2 Blocos	68
15 Instabilidade e efeitos de segunda ordem	69
15.1 Simbologia específica desta seção	69
15.2 Campo de aplicação e conceitos fundamentais	69
15.3 Princípio básico de cálculo	70
15.3.1 Relações momento-curvatura	70
15.3.2 Imperfeições geométricas	71
15.4 Definições e classificação das estruturas	71
15.4.1 Efeitos globais, locais e localizados de 2ª ordem	71
15.4.2 Estruturas de nós fixos e estruturas de nós móveis	71
15.4.3 Contraventamento	71
15.4.4 Elementos isolados	71
15.5 Dispensa da consideração dos esforços globais de 2ª ordem	72
15.5.1 Generalidades	72
15.5.2 Parâmetro de instabilidade	72
15.5.3 Coeficiente γ_z	72
15.6 Análise de estruturas de nós fixos	73
15.7 Análise de estruturas de nós móveis	73
15.7.1 Generalidades	73
15.7.2 Análise não-linear com 2ª ordem	73
15.7.3 Consideração aproximada da não linearidade física	73
15.7.4 Análise dos efeitos locais de 2ª ordem	73
15.8 Análise de elementos isolados	74
15.8.1 Generalidades	74
15.8.2 Dispensa da análise dos efeitos locais de 2ª ordem	74
15.8.3 Determinação dos efeitos locais de 2ª ordem	75
15.8.4 Consideração da fluência	76
15.9 Análise de pilares-parede	76
15.9.1 Generalidades	76
15.9.2 Dispensa da análise dos efeitos localizados de 2ª ordem	76
15.9.3 Processo aproximado para consideração do efeito localizado de 2ª ordem	77
15.10 Instabilidade lateral de vigas	78
16 Princípios gerais de dimensionamento, verificação e detalhamento	79
16.1 Objetivo	79
16.2 Princípios gerais	79
16.2.1 Generalidades	79
16.2.2 Visão global e local	79
16.2.3 Segurança em relação aos ELU	79
16.2.4 Segurança em relação aos ELS (desempenho em serviço)	79
16.3 Critérios de projeto	80
16.4 Durabilidade	80
16.5 Caso de cargas cíclicas	80

	Página
17 Dimensionamento e verificação de elementos lineares	81
17.1 Simbologia específica desta seção	81
17.2 Elementos lineares sujeitos a solicitações normais – Estado limite último	82
17.2.1 Introdução	82
17.2.2 Hipóteses básicas	84
17.2.3 Dutilidade em vigas	84
17.2.4 Armaduras ativas e passivas	84
17.2.5 Processos aproximados para o dimensionamento à flexão composta	85
17.3 Elementos lineares sujeitos a solicitações normais – Estados limites de serviço	86
17.3.1 Generalidades	86
17.3.2 Estado limite de deformação	86
17.3.3 Estado limite de fissuração	88
17.3.4 Estado limite de descompressão e de formação de fissuras	89
17.3.5 Armaduras longitudinais máximas e mínimas	89
17.4 Elementos lineares sujeitos à força cortante – Estado limite último	91
17.4.1 Hipóteses básicas	91
17.4.2 Verificação do estado limite último	93
17.5 Elementos lineares sujeitos à torção – Estado limite último	95
17.5.1 Torção uniforme	95
17.5.2 Torção em perfis abertos de parede fina	97
17.6 Estado limite de fissuração inclinada da alma – Força cortante e torção	98
17.7 Solicitações combinadas	98
17.7.1 Flexão e torção	98
17.7.2 Torção e força cortante	99
18 Detalhamento de elementos lineares	100
18.1 Simbologia específica desta seção	100
18.2 Disposições gerais relativas às armaduras	100
18.2.1 Arranjo das armaduras	100
18.2.2 Barras curvadas	100
18.2.3 Mudanças de direção das armaduras	100
18.2.4 Proteção contra flambagem das barras	101
18.3 Vigas	101
18.3.1 Generalidades	101
18.3.2 Armadura longitudinal	101
18.3.3 Armadura transversal para força cortante	103
18.3.4 Armadura para torção	104
18.3.5 Armadura de pele	104
18.3.6 Armadura de suspensão	104
18.3.7 Armaduras de ligação mesa-alma ou talão-alma	104
18.4 Pilares	104
18.4.1 Introdução	104
18.4.2 Armaduras longitudinais	105
18.4.3 Armaduras transversais	105
18.5 Pilares-parede	105
18.6 Cabos de protensão	106
18.6.1 Arranjo longitudinal	106
18.6.2 Arranjo transversal	106
19 Dimensionamento e verificação de lajes	109
19.1 Simbologia específica desta seção	109
19.2 Dimensionamento e verificação de lajes – Estado limite último	109
19.3 Dimensionamento e verificação de lajes – Estados limites de serviço	109
19.3.1 Estado limite de deformação	109
19.3.2 Estados limites de fissuração e de descompressão ou de formação de fissuras	109
19.3.3 Armaduras longitudinais máximas e mínimas	110
19.4 Força cortante em lajes e elementos lineares com $b_w \geq 5d$	110
19.4.1 Lajes sem armadura para força cortante	110
19.4.2 Lajes com armadura para força cortante	111
19.5 Dimensionamento de lajes à punção	112
19.5.1 Modelo de cálculo	112
19.5.2 Definição da tensão solicitante nas superfícies críticas C e C'	112
19.5.3 Definição da tensão resistente nas superfícies críticas C , C' e C''	116
19.5.4 Colapso progressivo	117
19.5.5 Verificação de elementos estruturais protendidos	118
20 Detalhamento de lajes	119
20.1 Prescrições gerais	119
20.2 Bordas livres e aberturas	119
20.3 Lajes sem vigas	119

	Página
20.3.1 Armaduras passivas	119
20.3.2 Lajes protendidas	120
20.4 Armaduras de punção	121
21 Regiões especiais	122
21.1 Introdução	122
21.2 Regiões de introdução de cargas concentradas	122
21.2.1 Pressão de contato em área reduzida	122
21.2.2 Articulações de concreto	122
21.2.3 Região de introdução da protensão	123
21.2.4 Cargas aplicadas na superfície de elementos estruturais	123
21.3 Furos e aberturas	124
21.3.1 Generalidades	124
21.3.2 Paredes e vigas-parede	124
21.3.3 Furos que atravessam as vigas na direção da altura	124
21.3.4 Aberturas em lajes	125
21.4 Nós de pórticos e ligações entre paredes	125
21.5 Ligações de elementos estruturais pré-moldados	125
21.6 Juntas de concretagem	125
22 Elementos especiais	126
22.1 Introdução	126
22.2 Vigas-parede	126
22.2.1 Conceituação	126
22.2.2 Comportamento estrutural	126
22.2.3 Modelo de cálculo	126
22.2.4 Detalhamento	126
22.3 Consolos e dentes Gerber	127
22.3.1 Consolos	127
22.3.2 Dentes Gerber	130
22.4 Sapatas	131
22.4.1 Conceituação	131
22.4.2 Comportamento estrutural	131
22.4.3 Modelo de cálculo	131
22.4.4 Detalhamento	131
22.5 Blocos sobre estacas	132
22.5.1 Conceituação	132
22.5.2 Comportamento estrutural	132
22.5.3 Modelo de cálculo	132
22.5.4 Detalhamento	132
23 Ações dinâmicas e fadiga	133
23.1 Simbologia específica desta seção	133
23.2 Generalidades	133
23.3 Estado limite de vibrações excessivas	133
23.4 Estados limites últimos provocados por ressonância ou amplificação dinâmica	133
23.5 Estado limite último de fadiga	133
23.5.1 Ações cíclicas	133
23.5.2 Combinações de ações a considerar	134
23.5.3 Modelo de cálculo	134
23.5.4 Verificação da fadiga do concreto	135
23.5.5 Verificação da fadiga da armadura	136
23.6 Estados limites de serviço	137
24 Concreto simples	138
24.1 Simbologia específica desta seção	138
24.2 Campo de aplicação	138
24.3 Materiais e propriedades	138
24.4 Juntas e disposições construtivas	138
24.5 Projeto estrutural	138
24.5.1 Generalidades	138
24.5.2 Tensões resistentes de cálculo	139
24.5.3 Dimensionamento	139
24.5.4 Tensões e deformações na flexão	139
24.5.5 Tensões de cisalhamento	140
24.5.6 Torção	140
24.5.7 Cálculo de seções submetidas à compressão e à força cortante	141
24.5.8 Estabilidade global	141

	Página
24.6 Elementos estruturais de concreto simples	141
24.6.1 Pilares-parede	141
24.6.2 Blocos de fundação	142
24.6.3 Pilares	142
24.6.4 Arcos	142
25 Interfaces do projeto com a construção, utilização e manutenção	143
25.1 Aceitação do projeto	143
25.2 Recebimento do concreto e do aço	143
25.3 Existência de não-conformidades em obras executadas	143
25.3.1 Ações corretivas	143
25.3.2 Ensaio de prova de carga da estrutura	143
25.3.3 Não-conformidade final	143
25.4 Manual de utilização, inspeção e manutenção	143
Anexo A (informativo) - Efeito do tempo no concreto estrutural	144
A.1 Generalidades	144
A.2 Deformações do concreto	144
A.2.1 Introdução	144
A.2.2 Fluência do concreto	144
A.2.3 Retração do concreto	146
A.2.4 Idade e espessura fictícias	148
A.2.5 Deformação total do concreto	149
A.3 Deformações na armadura	150
Anexo B (informativo) - Índice geral	151
Anexo C (informativo) - Índice de figuras e tabelas	158
Anexo D (informativo) - Índice remissivo	160

Anexo C (informativo)
Índice de figuras e tabelas

C.1 Figuras

	Página
Figura 3.1 Estado limite de descompressão parcial	5
Figura 8.1 Resistência no estado multiaxial de tensões	19
Figura 8.2 Diagrama tensão-deformação idealizado	20
Figura 8.3 Diagrama tensão-deformação bilinear na tração	21
Figura 8.4 Diagrama tensão-deformação para aços de armaduras passivas	22
Figura 8.5 Diagrama tensão-deformação para aços de armaduras ativas	23
Figura 9.1 Ancoragem com barras transversais soldadas	28
Figura 9.2 Ancoragem de armadura transversal por meio de barras soldadas	31
Figura 9.3 Emendas supostas como na mesma seção transversal	32
Figura 9.4 Armadura transversal nas emendas	33
Figura 9.5 Emendas por solda	34
Figura 9.6 Introdução da protensão	36
Figura 11.1 Imperfeições geométricas globais	43
Figura 11.2 Imperfeições geométricas locais	43
Figura 13.1 Dimensões limites para aberturas de lajes com dispensa de verificação	54
Figura 14.1 Trechos rígidos	61
Figura 14.2 Largura de mesa colaborante	62
Figura 14.3 Largura efetiva com abertura	62
Figura 14.4 Altura e largura efetivas de uma seção transversal	62
Figura 14.5 Vão efetivo	63
Figura 14.6 Arredondamento de diagrama de momentos fletores	63
Figura 14.7 Capacidade de rotação de rótulas plásticas	65
Figura 14.8 Aproximação em apoios extremos	66
Figura 14.9 Faixas de laje para distribuição dos esforços nos pórticos múltiplos	68
Figura 15.1 Relação momento-curvatura	70
Figura 15.2 Efeitos de 2ª ordem localizados	71
Figura 15.3 Comprimento equivalente l_e	77
Figura 15.4 Avaliação aproximada do efeito de 2ª ordem localizado	78
Figura 17.1 Domínios de estado limite último de uma seção transversal	83
Figura 17.2 Arranjo de armadura caracterizado pelo parâmetro α_s	85
Figura 17.3 Concreto de envolvimento da armadura	88
Figura 17.4 Flexo-torção de perfil com paredes opostas	98
Figura 18.1 Mudança de direção das armaduras	101
Figura 18.2 Proteção contra flambagem das barras	101
Figura 18.3 Cobertura do diagrama de força de tração solicitante pelo diagrama resistente	102
Figura 19.1 Comprimento de ancoragem necessário	111
Figura 19.2 Perímetro crítico em pilares internos	112
Figura 19.3 Perímetro crítico em pilares de borda	114
Figura 19.4 Perímetro crítico em pilares de canto	114
Figura 19.5 Definição da altura útil no caso de capitel	115
Figura 19.6 Perímetro crítico no caso do contorno C apresentar reentrância	115
Figura 19.7 Perímetro crítico junto à abertura na laje	115
Figura 19.8 Disposição da armadura de punção em planta e contorno da superfície crítica C"	117
Figura 19.9 Disposição da armadura de punção em corte	117
Figura 19.10 Armadura contra colapso progressivo	118
Figura 19.11 Efeito favorável dos cabos inclinados	118
Figura 20.1 Bordas livres e aberturas	119
Figura 20.2 Lajes sem vigas	120
Figura 20.3 Armaduras de punção	121
Figura 21.1 Regiões de pressão localizada	122
Figura 21.2 Região de articulação de concreto	123
Figura 21.3 Pressões junto a um pino embutido em um elemento estrutural de concreto	123
Figura 21.4 Aberturas em paredes planas de concreto armado	124
Figura 21.5 Abertura vertical em vigas	125
Figura 22.1 Dois tipos mais comuns de vigas-parede em relação ao carregamento	126
Figura 22.2 Armação típica de viga parede com $h \leq \ell$	127
Figura 22.3 Modelo biela-tirante para consolo curto	128
Figura 22.4 Armadura típica de um consolo curto	129
Figura 22.5 Modelo biela-tirante para um dente Gerber	130
Figura 23.1 Definição das tensões σ_{c1} e σ_{c2}	135
Figura 23.2 Formato das curvas de resistência característica à fadiga (curvas S-N) para o aço	136

	Página
Figura 24.1 Diagrama de cálculo tensão-deformação do concreto com consideração da fluência.....	140
Figura 24.2 Seção flexo-comprimida	141
Figura A.1 Variação $\varepsilon_{ccf}(t)$	145
Figura A.2 Variação $\beta_f(t)$	146
Figura A.3 Variação $\beta_s(t)$	148

C.2 Tabelas

	Página
Tabela 6.1 Classes de agressividade ambiental	14
Tabela 7.1 Correspondência entre classe de agressividade e qualidade do concreto	15
Tabela 7.2 Correspondência entre classe de agressividade ambiental e cobrimento nominal para $\Delta c = 10\text{mm}$	16
Tabela 8.1 Valores característicos superiores da deformação específica de retração $\varepsilon_{cs}(t_\infty, t_0)$ e do coeficiente de fluência $\varphi(t_\infty, t_0)$	21
Tabela 8.2 Relação entre η_1 e η_b	22
Tabela 8.3 Valores de Ψ_{1000} , em porcentagem	24
Tabela 9.1 Diâmetro dos pinos de dobramento (D)	28
Tabela 9.2 Diâmetro dos pinos de dobramento para estribos	31
Tabela 9.3 Proporção máxima de barras tracionadas emendadas	32
Tabela 9.4 Valores do coeficiente α_{0t}	33
Tabela 11.1 Coeficiente $\gamma_f = \gamma_{f1} \cdot \gamma_{f3}$	46
Tabela 11.2 Valores do coeficiente γ_{f2}	47
Tabela 11.3 Combinações últimas	48
Tabela 11.4 Combinações de serviço	49
Tabela 12.1 Valores dos coeficientes γ_c e γ_s	51
Tabela 13.1 Valores do coeficiente adicional γ_n	53
Tabela 13.2 Limites para deslocamentos	56
Tabela 13.3 Exigências de durabilidade relacionadas à fissuração e à proteção da armadura, em função das classes de agressividade ambiental	57
Tabela 15.1 Valores de β_{fj}	78
Tabela 17.1 Valores do coeficiente ξ em função do tempo	87
Tabela 17.2 Valores máximos de diâmetro e espaçamento, com barras de alta aderência	89
Tabela 17.3 Taxas mínimas de armadura de flexão para vigas	90
Tabela 18.1 Espaçamentos mínimos - Caso de pós-tração	107
Tabela 18.2 Espaçamentos mínimos - Caso de pré-tração	108
Tabela 19.1 Valores mínimos para armaduras passivas aderentes	110
Tabela 19.2 Valores de K	113
Tabela 23.1 Freqüência crítica para alguns casos especiais de estruturas submetidas a vibrações pela ação de pessoas	133
Tabela 23.2 Parâmetros para as curvas S-N (Woeller) para os aços dentro do concreto	136
Tabela 23.3 Tipos da curva S-N	137
Tabela A.1 Valores numéricos usuais para a determinação da fluência e da retração	147
Tabela A.2 Valores da fluência e da retração em função da velocidade de endurecimento do cimento	149

Anexo D (Informativo)
Índice remissivo

Aberturas no concreto	13.2.5, 13.2.6, figura 13.1, 20.2, figura 20.1, 21.3, figuras 21.4 e 21.5
Aço	
Aço de armadura passiva	8.2.3
Aço de armadura ativa	8.2.4
Recebimento do concreto e do aço	25.2
Ações	
Ação do vento	11.4.1.2
Ação da água	11.4.1.3
Ações cíclicas	23.5.1
Ações dinâmicas	23
Ações excepcionais	11.5
Ações permanentes	11.3, 11.6.1. e tabela 11.3
Ações variáveis	11.4, 11.6.1.2, tabela 11.3 e tabela 11.4
Coefficientes de ponderação das ações	11.7
Combinação de ações	11.8, tabelas 11.3, tabela 11.4, tabela 13.3, 15.3.1
Valores das ações	11.6
– Valores característicos	11.6.1
– Valores de cálculo	11.6.3
– Valores representativos	11.6.2
Aderência	9.3, 9.4
Aditivos	7.4.4
Agregado	7.4.7.6
Agressividade ambiental	
Classes	tabela 6.1
Correspondência entre classe de agressividade e qualidade do concreto	tabela 7.1
Correspondência entre classe de agressividade e cobrimento nominal para $\Delta c=10$ mm	tabela 7.2
.	.
Alongamento e pré-alongamento	3.1.3, 3.1.6, 3.1.8, 3.1.9, 8.3.9, 8.4.5, 9.6.3.2, 11.3.3.5, 17.2.2
Análise estrutural	14
Ancoragem	9.4
Arcos	14.4.1.4, 24.6.4
Área reduzida	
Pressão de contato em	21.2.1
Armadura	
Aderência	17.2.4, 17.5.1.6, 17.7.1.2, 17.7.1.3, 18.2, 19.4.2, 20.3.2.6
Ancoragem	ver Ancoragem
Ancoragem	9.4, 18.3.2.4.1, 18.3.3.3.1, 22.2.4.2, 22.3.2.4.3, 22.3.2.4.4
Armadura de pele	17.3.5.2.3 e 18.3.5
Armadura de punção obrigatória	19.5.3.5
Armaduras longitudinais mínimas e máximas	17.3.5, 19.3.3, tabela 19.1
– Valores limites para armaduras longitudinais de vigas	17.3.5.2 e tabela 17.3
– Valores limites para armaduras longitudinais de pilares	17.3.5.3
Armadura passiva	3.1.5 e 8.3
Armadura ativa	3.1.6, 8.4 e 9.6
– Pré-tracionada	3.1.7
– Pós-tracionada	3.1.8 e 3.1.9
Cálculo de armaduras	17, 19, 20, 21, 22 e 23
Cobrimento da armadura	7.4 e 20.3.2.4
Deformações na armadura	A.3
Detalhamento de armaduras	7.5
– Armaduras de punção	20.4
– Blocos sobre estacas	22.5.4
– Cabos de protensão	18.6
– Critérios de projeto visando a durabilidade	7.5
– Consolos	22.3.1.4
– Dentes Gerber	22.3.2.4
– Elementos lineares	18.2.1

– Lajes sem vigas e com armadura passiva	20.3.1
– Lajes protendidas	20.3.2
– Pilares	18.4
– Pilares-parede	18.5
– Sapatas	22.4.4
– Vigas	18.3
– Vigas parede	22.2.4
Deterioração da armadura	6.3.3
Emendas	9.5
Proteção das armaduras	13.4
Verificação da fadiga da armadura	23.5.5
Articulações	21.2.2
Blocos	14.8.2, 22.5 e 24.6.2
Cálculo	
Esforços resistentes de cálculo	12.5.3
Esforços solicitantes de cálculo	12.5.4
Valores de cálculo da força de protensão	9.6.1.4
Valores de cálculo das ações	11.6.3
Valores de cálculo das resistências	12.3
– Tensões resistentes de cálculo	12.3.2
– Resistência de cálculo do concreto	12.3.3
Canalizações embutidas	13.2.6
Capitéis	
Lajes	14.7.8
Punção	19.5.2.5
Característicos	
Valores característicos das ações	11.6.1
Valores característicos das resistências	12.2
Carga	
Cargas acidentais previstas para o uso da construção	11.4.1.1
Consideração de cargas variáveis em estruturas usuais de edifícios – Aproximações permitidas	14.6.7.3
Ensaio de prova de carga da estrutura	25.3.2
Regiões de introdução de cargas concentradas	21.2
Choques (Ações dinâmicas)	11.4.2.3
Cimento	7.4.3
Curva teórica de crescimento da resistência à compressão do concreto	12.3.3
Valores de fluência e retração em função da velocidade de endurecimento do cimento	A.2.4.1 e tabela A.2
Cisalhamento e força cortante	
Armadura transversal para força cortante	
– Barra da armadura longitudinal dobrada	18.2.2
– Pilares	18.4.3
– Vigas	18.3.3
Concreto simples	24.5.2, 24.5.5, 24.5.6 e 24.5.7
Elementos lineares sujeitos a forças cortantes (ELU).....	17.4
Elementos lineares sujeitos a força cortante e torção (estado limite de fissuração inclinada da alma)	17.6
Elementos lineares submetidos a solicitações combinadas.....	17.7
Fadiga - cálculo das tensões decorrentes da força cortante em vigas	23.5.3
Força cortante em lajes e elementos lineares com $b_w \geq 5d$	19.4
Lajes nervuradas	13.2.4.2
Lajes com armadura para força cortante	19.4.2
Lajes sem armadura para força cortante	19.4.1
Lajes submetidas à punção	19.5.1
Regiões especiais - Cargas aplicadas na superfície de elementos estruturais	21.2.4
Resistência ao cisalhamento da solda de barras transversais soldadas	9.4.2.2 e 9.4.6.2
Vigas-parede e pilares-parede	14.8.1
Classes de agressividade ambiental	ver Agressividade ambiental
Cobrimento da armadura	7.4 e 20.3.2.4

Coefficiente

Coefficiente de conformação superficial do aço.....	8.3.2
Coefficiente de dilatação térmica do aço (armadura ativa).....	8.4.3
Coefficiente de dilatação térmica do aço (armadura passiva).....	8.3.4
Coefficiente de dilatação térmica do concreto.....	8.2.3
Coefficiente de fluência do concreto.....	8.2.11 e Anexo A
Coefficientes de majoração das ações para pilares e pilares-parede.....	13.2.3 e tabela 13.1
Coefficiente de majoração dos esforços globais de 1ª ordem para obtenção dos finais de 2ª ordem.....	15.5.3
Coefficiente de Poisson do concreto.....	8.2.9
Coefficientes de ponderação das ações.....	11.7 e tabelas 11.1 e 11.2
Coefficientes de ponderação das resistências.....	12.4 e tabela 12.1
Coefficientes de ponderação para o estado limite último no ato da protensão.....	17.2.4.3
Coefficiente de redistribuição de momentos.....	14.6.4.3 e 14.7.3.2

Compressão

Estado limite de compressão excessiva (ELS-CE).....	3.2.7
Resistência à compressão do concreto.....	8.2.4
Diagrama tensão-deformação do concreto em compressão.....	8.2.10.1
Verificação da fadiga do concreto à compressão.....	23.5.4.1

Concreto..... 8.2

Articulações de concreto.....	21.2.2
Concreto simples.....	24
Definições de concreto estrutural.....	3.1
Efeito do tempo no concreto estrutural.....	Anexo A
Fluência do concreto.....	11.3.3.1 e Anexo A, A.2
Mecanismos preponderantes de deterioração relativos ao concreto.....	6.3.2
Qualidade do concreto e cobrimento.....	7.4
Recebimento do concreto e do aço.....	25.2
Resistência de cálculo do concreto.....	12.3.3
Retração do concreto.....	11.3.3.2 e Anexo A
Verificação da fadiga do concreto.....	23.5.4

Consolos..... 22.3.1**Deformação**

Deformação decorrente da fluência do concreto.....	11.3.3.2 e Anexo A
Deformação específica de retração do concreto.....	11.3.3.1 e Anexo A
Diagramas tensão-deformação.....	ver Diagramas
Estado limite de deformação para elementos lineares sujeitos a solicitações normais.....	17.3.2
Estado limite de deformação para lajes.....	19.3.1

Deformação lenta.....ver Fluência**Dentes Gerber**..... 22.3.2**Deslocamento**

Deslocamentos.....	ver Flechas
Deslocamentos de apoio.....	11.3.3.3
Deslocamentos limites.....	13.3 e tabela 13.2

Diagrama

Diagramas tensão-deformação para o concreto.....	8.2.10, 24.5.4.1, figuras 8.2, 8.3 e 24.1
Diagrama tensão-deformação para o aço (armadura passiva).....	8.3.6 e figura 8.4
Diagrama tensão-deformação para o aço (armadura ativa).....	8.4.5 e figura 8.5

Dimensionamento e verificação

Blocos sobre estacas.....	22.5
Consolos.....	22.3.1
Dentes Gerber.....	22.3.2
Elementos de concreto simples.....	24
Elementos lineares sujeitos a solicitações normais (ELU).....	17.2
Elementos lineares sujeitos a solicitações normais (ELS).....	17.3
Elementos lineares sujeitos a forças cortantes (ELU).....	17.4
Elementos lineares sujeitos a torção (ELU).....	17.5
Elementos lineares sujeitos a força cortante e torção (EL de fissuração inclinada da alma).....	17.6
Elementos lineares submetidos a solicitações combinadas.....	17.7
Fadiga (ELU).....	23.5
Fadiga (ELS).....	23.6
Juntas de concretagem.....	21.6
Lajes (ELU).....	19.2

Lajes (ELS).....	19.3
Lajes e elementos lineares com $bw \geq 5d$ sujeitos a força cortante	19.4
Lajes sujeitas à punção	19.5
Ligações de elementos estruturais pré-moldados	21.5
Nós de pórticos e ligações entre paredes	21.4
Regiões de introdução de cargas concentradas	21.2
Regiões com furos e aberturas	21.3
Sapatas	22.4
Vigas-parede.....	22.2
Dimensões limites dos elementos estruturais	13.2
Durabilidade da estrutura de concreto	
Critérios de projeto visando a durabilidade	7
Diretrizes para durabilidade das estruturas de concreto	6
Durabilidade	16.4
Limites para fissuração e proteção das armaduras quanto à durabilidade	13.4.2
Dutilidade	
Dutilidade em vigas	17.2.3
Redistribuição de momentos e condições de dutilidade em estruturas de elementos lineares	14.6.4.3
Redistribuição de momentos e condições de dutilidade em estruturas com elementos de placa	14.7.3.2
Efeitos de 2ª ordem	15
Análise dos efeitos locais de 2ª ordem	15.7.4
Determinação dos efeitos locais de 2ª ordem	15.8.3
Dispensa da análise dos efeitos locais de 2ª ordem	15.8.2 e 15.9.2
Efeitos globais, locais e localizados de 2ª ordem	15.4.1
Processo aproximado para consideração do efeito localizado de 2ª ordem	15.9.3
Emendas	9.5
Ensaio de prova de carga da estrutura	25.3.2
Esforços	
Esforços resistentes de cálculo	12.5.3
Esforços solicitantes de cálculo	12.5.4
Estados Limites	3.2, 10.2, 10.3, 10.4, 17.3, 17.4, 17.5 e 17.6
Estado limite último (ELU)	3.2.1 e figura 17.1
Estado limite de formação de fissuras (ELS-F)	3.2.2
Estado limite de abertura das fissuras (ELS-W)	3.2.3
Estado limite de deformações excessivas (ELS-DEF)	3.2.4
Estado limite de descompressão (ELS-D)	3.2.5
Estado limite de descompressão parcial (ELS-DP)	3.2.6 e figura 3.1
Estado limite de compressão excessiva (ELS-CE)	3.2.7
Estado limite de vibrações excessivas (ELS-VE)	3.2.8
Espaçamento	
Armadura de pele	17.3.5.2.3 e 18.3.5
Controle da fissuração sem a verificação da abertura de fissuras	17.3.3.3 e tabela 17.2
Distribuição transversal da armadura longitudinal de vigas	18.3.2.2
Elementos estruturais armados com estribos	18.3.3.2
Espaçamento entre nervuras de lajes nervuradas	13.2.4.2
Espaçamento longitudinal entre barras dobradas da armadura transversal para força cortante	18.3.3.3.2
Estribos	
Ancoragem de estribos	9.4.6
Armadura de punção	20.4
Armadura de torção (vigas)	18.3.4
Armadura de suspensão para dentes Gerber	22.3.2.4.2
Diâmetro dos pinos de dobramento para estribos	tabela 9.2
Elementos estruturais armados com estribos	
– Elementos lineares sujeitos à força cortante (ELU)	17.4.1.1 e 17.4.2
– Elementos lineares sujeitos à torção (ELU)	17.5.1.2 e 17.5.1.6
– Pilares	18.4.3
– Vigas	18.3.3.2
Lajes com armadura para força cortante	19.4.2
Proteção contra flambagem das barras	18.2.4 e figura 18.2

Estrutura

Definições e classificação das estruturas	15.4
– Análise de estruturas de nós fixos	15.6
– Análise de estruturas de nós móveis	15.7
Diretrizes para durabilidade das estruturas de concreto	6
Ensaio de prova de carga da estrutura	25.3.2
Estruturas contendo outros elementos	14.8
Estruturas de elementos lineares	14.6
Estruturas usuais de edifícios – Aproximações permitidas	14.6.7
Requisitos de qualidade da estrutura	5.1

Fadiga23

Estado limite de vibrações excessivas	23.3
Estados limites últimos provocados por ressonância ou amplificação dinâmica	23.4
Estado limite último de fadiga	23.5
– Ações cíclicas	23.5.1
– Combinações de ações a considerar	23.5.2
– Modelo de cálculo	23.5.3
– Verificação da fadiga do concreto	23.5.4
– Verificação da fadiga da armadura	23.5.5
Estados limites de serviço	23.6
Resistência do aço (armadura ativa) à fadiga	8.4.7
Resistência do aço (armadura passiva) à fadiga	8.3.8
Resistência do concreto à fadiga	8.2.7

Feixes de barras

Ancoragem de feixes de barras por aderência	9.4.3
Emendas por traspasse em feixes de barras	9.5.2.5
Espaçamento mínimo entre cabos ou feixes de cabos em lajes sem vigas	20.3.2.3

Fissuras, abertura de fissuras e fissuração

Controle da fissuração (critérios de projeto).....	7.6
Dimensionamento e verificação de elementos lineares	
– Estado limite de fissuração	17.3.3
• Controle da fissuração através da limitação da abertura estimada das fissuras	17.3.3.2
• Controle da fissuração sem a verificação da abertura de fissuras	17.3.3.3
– Estado limite de descompressão e de formação de fissuras	17.3.4
– Estado limite de fissuração inclinada da alma – Força cortante e torção	17.6
Dimensionamento e verificação de lajes	
– Estados limites de fissuração e de descompressão ou de formação de fissuras	19.3.2
Estado limite de formação de fissuras (ELS-F)	3.2.2
Estado limite de abertura das fissuras (ELS-W)	3.2.3
Limites para dimensões, deslocamentos e aberturas de fissuras	13
– Controle da fissuração e proteção das armaduras	13.4

Flambagem

Instabilidade lateral de vigas	15.10
Proteção contra flambagem das barras	18.2.4

Flechas

Avaliação aproximada da flecha em vigas	17.3.2.1
– Flecha imediata em vigas de concreto armado	17.3.2.1.1
– Cálculo da flecha diferida no tempo para vigas de concreto armado	17.3.2.1.2
– Flecha em vigas com armaduras ativas	17.3.2.1.3

Flexão

Armaduras de tração na flexão simples, ancoradas por aderência	18.3.2.3.1
Processos aproximados para o dimensionamento de elementos lineares à flexão composta	17.2.5
– Flexo-compressão normal	17.2.5.1
– Flexão composta oblíqua	17.2.5.2
Flexão e torção (elementos lineares)	17.7.1
Taxas mínimas de armadura de flexão para vigas	tabela 17.3
Tensões e deformações na flexão (concreto simples)	24.5.4

Fluência

Fluência e retração	8.2.11
Fluência do concreto	Anexo A, A.2.2 e 11.3.3.2
Valores característicos superiores da deformação específica de retração e do coeficiente de fluência	tabela 8.1

Ganchos

Ganchos das armaduras de tração	9.4.2.3
Ganchos dos estribos	9.4.6.1

Índice de esbeltez	15
---------------------------------	----

Instabilidade e efeitos de segunda ordem	15
---	----

Junta

Juntas de concretagem	21.6
Juntas e disposições construtivas (concreto simples)	24.4
Junta de concretagem	3.1.10
Junta de concretagem parcial	3.1.11

Lajes

Aberturas em lajes	21.3.4
Aberturas que atravessam lajes na direção de sua espessura	13.2.5.2
Análise estrutural	
– Lajes maciças	14.7.6
– Lajes nervuradas	14.7.7
– Lajes lisas e cogumelo	14.7.8
Armaduras longitudinais mínimas e máximas	19.3.3
Dimensões limites para lajes	13.2.4
– Lajes maciças	13.2.4.1
– Lajes nervuradas	13.2.4.2
Dimensionamento e verificação de lajes (ELU)	19.2
Dimensionamento e verificação de lajes (ELS)	19.3
Dimensionamento de lajes à punção	19.5
Força cortante em lajes e elementos lineares com $b_w \geq 5d$	19.4
– Lajes sem armadura para força cortante	19.4.1
– Lajes com armadura para força cortante	19.4.2
Vãos efetivos de lajes ou placas	14.7.2.2
Detalhamento de lajes	20
– Prescrições gerais	20.1
– Bordas livres e aberturas	20.2
– Lajes sem vigas	20.3
• Armaduras passivas	20.3.1
• Lajes protendidas	20.3.2
– Armaduras de punção	20.4

Largura

Largura colaborante de vigas de seção T	14.6.2.2 e figura 14.2
Largura efetiva	figuras 14.3 e 14.4
Largura máxima para disposição dos cabos em faixa externa de apoio em lajes protendidas	20.3.2.2
Vigas e vigas-parede	13.2.2

Luvax

Emendas por luvax roscadas	9.5.3
----------------------------------	-------

Materiais

Comportamento conjunto dos materiais	9
Propriedades dos materiais	8
Concreto simples	24.3

Mísulas

Mísulas e variações bruscas de seções	14.6.2.3
Mísulas e variações bruscas de espessuras	14.7.2.1

Módulo de elasticidade

Aço de armadura ativa	
– Módulo de elasticidade	8.4.4
– Diagrama tensão-deformação, resistência ao escoamento e à tração	8.4.5
Aço de armadura passiva	
– Módulo de elasticidade	8.3.5
– Diagrama tensão-deformação, resistência ao escoamento e à tração	8.3.6
Concreto	
Módulo de elasticidade	8.2.8
– Coeficiente de Poisson e módulo de elasticidade transversal	8.2.9
– Diagramas tensão-deformação	8.2.10

Nós fixos e nós móveis	15.6 e 15.7
Nós de pórticos	21.4
Pele	
Armadura de pele	17.3.5.2.3 e 18.3.5
Pilares	
Análise de pilares-parede	15.9
– Generalidades	15.9.1
– Dispensa da análise dos efeitos localizados de 2ª ordem	15.9.2
– Processo aproximado para consideração do efeito localizado de 2ª ordem	15.9.3
Armadura de arranque dos pilares	22.4.4.1.2 e 22.5.4.1.4
Armadura transversal	18.4.3
Consideração da fluência	15.8.4
CrITÉRIOS de projeto	16.3
Determinação dos efeitos locais de 2ª ordem	15.8.3
– Barras submetidas à flexo-compressão normal	15.8.3.1
– Método geral	15.8.3.2
– Métodos aproximados	15.8.3.3
• Pilar-padrão com curvatura aproximada	15.8.3.3.2
• Momento majorado com rigidez κ aproximada	15.8.3.3.3
– Pilar-padrão acoplado a diagramas M, N, 1/r	15.8.3.3.4
– Pilar-padrão para pilares de seção retangular submetidos à flexão composta oblÍqua	15.8.3.3.5
Dimensões de pilares e pilares-parede	11.7.1 e 13.2.3
Dimensionamento	17
Dispensa da análise dos efeitos locais de 2ª ordem	15.8.2
Imperfeições locais	11.3.3.4.2 e 11.3.3.4.3
Pilares (definição)	14.4.1.2
Pilares (detalhamento)	18.4
– Introdução	18.4.1
– Armaduras longitudinais	18.4.2
• Diâmetro mínimo e taxa de armadura	18.4.2.1
• Distribuição transversal	18.4.2.2
– Armaduras transversais	18.4.3
Pilares de concreto simples	24.6.3
Valores limites para armaduras longitudinais de pilares	17.3.5.3
Pilares-parede	
Análise estrutural com vigas-parede e pilares-parede	14.8.1
Análise dos efeitos de 2ª ordem de pilares-parede	15.9
Nós de pórticos e ligações entre paredes	21.4
Pilares –parede em concreto simples	24.6.1
Pilares e pilares-parede (dimensões)	13.2.3
Pilares-parede	14.4.2.4 e 18.5
Poison, coeficiente de	8.2.9
Pressão de contato em área reduzida	21.2.1
Profissional habilitado	5.3.1 e 25.4
Projeto	
Aceitação do projeto	25.1
Avaliação da conformidade do projeto	5.3
CrITÉRIOS de projeto visando a durabilidade	7
Interfaces do projeto com a construção, utilização e manutenção	25
Requisitos de qualidade do projeto	5.2
– Qualidade da solução adotada	5.2.1
– Condições impostas ao projeto	5.2.2
– Documentação da solução adotada	5.2.3
Projeto estrutural (estruturas de concreto simples)	24.5
Protensão	
Armadura ativa (de protensão)	3.1.6
Cabos de protensão	18.6
– Arranjo longitudinal	18.6.1
• Traçado	18.6.1.1
• Curvaturas	18.6.1.2
• Curvatura nas proximidades das ancoragens	18.6.1.3
• Fixação durante a execução	18.6.1.4

• Extremidades retas	18.6.1.5
• Prolongamento de extremidade	18.6.1.6
• Emendas	18.6.1.7
• Ancoragens	18.6.1.8
– Arranjo transversal	18.6.2
• Bainhas	18.6.2.1
• Agrupamento de cabos na pós-tração	18.6.2.2
• Espaçamentos mínimos	18.6.2.3
Concreto com armadura ativa pré-tracionada (protensão com aderência inicial)	3.1.7
Concreto com armadura ativa pós-tracionada (protensão com aderência posterior)	3.1.8
Concreto com armadura ativa pós-tracionada sem aderência (protensão sem aderência)	3.1.9
Níveis de protensão	9.2.2
Protensão	9.6, 11.3.3.5 3 17.2.4.2
– Força de protensão	9.6.1
• Generalidades	9.6.1.1
• Valores limites da força na armadura de protensão	9.6.1.2
• Valores representativos da força de protensão	9.6.1.3
• Valores de cálculo da força de protensão	9.6.1.4
– Introdução das forças de protensão	9.6.2
• Generalidades	9.6.2.1
• Casos de pós-tração	9.6.2.2
• Casos de pré-tração	9.6.2.3
– Perdas da força de protensão	9.6.3
• Generalidades	9.6.3.1
• Perdas iniciais da força de protensão	9.6.3.2
• Perdas imediatas da força de protensão	9.6.3.3
• Perdas progressivas	9.6.3.4
Região de introdução da protensão	21.2.3
Punção	
Armaduras de punção	20.4
Concreto simples	24.5.2.6
Dimensionamento de lajes à punção	19.5
– Modelo de cálculo	19.5.1
– Definição da tensão solicitante nas superfícies críticas C e C'	19.5.2
• Pilar interno, com carregamento simétrico	19.5.2.1
• Pilar interno, com efeito de momento	19.5.2.2
• Pilares de borda	19.5.2.3
• Pilares de canto	19.5.2.4
• Capitel	19.5.2.5
• Casos especiais de definição do contorno crítico	19.5.2.6
• Interação de solicitações normais e tangenciais	19.5.2.7
– Definição da tensão resistente nas superfícies críticas C, C' e C''	19.5.3
• Verificação da tensão resistente de compressão diagonal do concreto na superfície crítica C	19.5.3.1
• Tensão resistente na superfície crítica C' em elementos estruturais ou trechos sem armadura de punção	19.5.3.2
• Tensão resistente nas superfícies C' em elementos estruturais ou trechos com armaduras de punção	19.5.3.3
• Definição da superfície crítica C''	19.5.3.4
– Colapso progressivo	19.5.4
– Verificação de elementos estruturais protendidos	19.5.5
Relação água/cimento	7.4 e tabela 1
Regiões especiais	21
Resistência	
Aço de armadura ativa	
– Resistência à fadiga	8.4.7
– Diagrama tensão-deformação, resistência ao escoamento e à tração	8.4.5
Aço de armadura passiva	
– Resistência à fadiga	8.3.8
– Diagrama tensão-deformação, resistência ao escoamento e à tração	8.3.6
Concreto	
– Resistência à compressão	8.2.4
– Resistência à tração	8.2.5
– Resistência no estado multiaxial de tensões	8.2.6 e figura 8.1
– Resistência à fadiga	8.2.7
Resistências	12

– Valores característicos	12.2
– Valores de cálculo	12.3
• Resistência de cálculo	12.3.1
• Tensões resistentes de cálculo	12.3.2
• Resistência de cálculo do concreto	12.3.3
– Coeficientes de ponderação das resistências	12.4
• Coeficientes de ponderação das resistências no estado limite último (ELU)	12.4.1
• Coeficientes de ponderação das resistências no estado limite de serviço (ELS)	12.4.2
– Verificação da segurança	12.5
• Condições construtivas de segurança	12.5.1
• Condições analíticas de segurança	12.5.2
• Esforços resistentes de cálculo	12.5.3
• Esforços solicitantes de cálculo	12.5.4
lores das resistências de aderência	9.3.2
Ressonância	23.4
Retração	8.2.11, 11.3.3.1 e A.2.3
Ruína e ruptura	
Estado limite último (ELU)	3.2.1
Capacidade resistente da estrutura	5.1.2.1
Domínios de cálculo	figura 17.1
Sapatas	22.4
Seção	
Domínios de estado limite último de uma seção transversal	figura 17.1
Geometria da seção resistente	17.5.1.4
– Seções poligonais convexas cheias	17.5.1.4.1
– Seção composta de retângulos	17.5.1.4.2
– Seções vazadas	17.5.1.4.3
Segurança	
Segurança e estados limites	10
Critérios de segurança	10.1
Verificação da segurança	12.5
– Condições construtivas de segurança	12.5.1
– Condições analíticas de segurança	12.5.2
– Esforços resistentes de cálculo	12.5.3
– Esforços solicitantes de cálculo	12.5.4
Segurança em relação aos ELU	16.2.3
Segurança em relação aos ELS (desempenho em serviço)	16.2.4
Serviço	
Coeficientes de ponderação das ações no estado limite de serviço (ELS)	11.7.2
Coeficientes de ponderação das resistências no estado limite de serviço (ELS)	12.4.2
Combinações de serviço (ações)	11.8.3
– Classificação	11.8.3.1
– Combinações de serviço usuais	11.8.3.2
Dimensionamento e verificação de lajes – Estados limites de serviço	19.3
Elementos lineares sujeitos a solicitações normais – Estados limites de serviço	17.3
Estados limites de serviço (ELS)	10.4
Estados limites de serviço (fadiga)	23.6
Segurança em relação aos ELS (desempenho em serviço)	16.2.4
Simbologia	4.1, 4.2 e 4.3
Solda	
Emendas por solda	9.5.4
Soldabilidade	8.3.9
Solicitações	
Cálculo das solicitações de combinações de ações	tabelas 11.3 e 11.4
Elementos lineares sujeitos a solicitações normais	17.2
Elementos lineares sujeitos a solicitações normais (ELS)	17.3
Elementos lineares sujeitos a forças cortantes (ELU)	17.4
Elementos lineares sujeitos a torção (ELU)	17.5
Elementos lineares sujeitos a força cortante e torção (EL de fissuração inclinada da alma)	17.6
Elementos lineares submetidos a solicitações combinadas	17.7

Esforços solicitantes de cálculo	12.5.4
Esforços solicitantes de cálculo (concreto simples)	24.5.2.2
Interação de solicitações normais e tangenciais	19.5.2.7
Lajes e elementos lineares com $b_w \geq 5d$ sujeitos a força cortante	19.4
Lajes sujeitas à punção	19.5
Regiões de introdução de cargas concentradas	21.2

Suspensão

Armadura de suspensão	
Blocos sobre estacas	22.5.4.1.3
Consolos	22.3.1.4.4
Dentes Gerber	22.3.2.4.2
Elementos lineares	18.3.6

Temperatura

Variações uniformes de temperatura	11.4.2.1
Variações não uniformes de temperatura	11.4.2.2

Torção

Armadura para torção	18.3.4
Elementos lineares sujeitos à torção – Estado limite último	17.5
– Torção uniforme	17.5.1
• Generalidades	17.5.1.1
• Condições gerais	17.5.1.2
• Resistência do elemento estrutural – Torção pura	17.5.1.3
• Geometria da seção resistente	17.5.1.4
• Verificação da compressão diagonal do concreto	17.5.1.5
• Cálculo das armaduras	17.5.1.6
– Torção em perfis abertos de parede fina	17.5.2
• Generalidades	17.5.2.1
• Considerações gerais	17.5.2.2
• Rigidez à flexo-torção	17.5.2.3
• Resistência à flexo-torção	17.5.2.4
Estado limite de fissuração inclinada da alma – Força cortante e torção	17.6
Solicitações combinadas	17.7
– Flexão e torção	17.7.1
• Generalidades	17.7.1.1
• Armadura longitudinal	17.7.1.2
• Armadura longitudinal no banzo comprimido por flexão	17.7.1.3
• Resistência de banzo comprimido	17.7.1.4
– Torção e força cortante	17.7.2
• Generalidades	17.7.2.1
Torção	24.5.6

Tração

Diagramas tensão-deformação do concreto à tração	8.2.10.2
Diagrama tensão-deformação, resistência ao escoamento e à tração	
– Aço da armadura passiva	8.3.6
– Aço de armadura ativa	8.4.5
Elementos lineares - Armaduras de tração na flexão simples, ancoradas por aderência	18.3.2.3.1
Elementos lineares - Armadura de tração nas seções de apoio	18.3.2.4
Ganchos das armaduras de tração (ancoragem de armadura passiva por aderência)	9.4.2.3
Resistência do concreto à tração	8.2.5
Valores limites para armaduras longitudinais de vigas	17.3.5.2
– Armadura de tração	17.3.5.2.1
– Valores mínimos para a armadura de tração sob deformações impostas	17.3.5.2.2
– Armadura de pele	17.3.5.2.3
– Armaduras de tração e de compressão	17.3.5.2.4
Verificação da fadiga do concreto em tração	23.5.4.2

Utilização

Controle da aceitação quanto à aceitabilidade sensorial e à utilização	13.4.3
Interfaces do projeto com a construção, utilização e manutenção	25
Manual de utilização, inspeção e manutenção	25.4

Valores

Valores de cálculo da força de protensão	9.6.1.4
Valores de cálculo das ações	11.6.3
Valores de cálculo das resistências	12.3
Valores característicos das ações	11.6.1
Valores característicos das resistências	12.2

Vento

Ação do vento 11.4.1.2

Vibração

Estado limite de vibrações excessivas 3.2.8 e 23.3

Vigas

Ancoragem da armadura inferior da viga 22.3.2.4.4

Avaliação aproximada da flecha em vigas 17.3.2.1

– Flecha imediata em vigas de concreto armado 17.3.2.1.1

– Cálculo da flecha diferida no tempo para vigas de concreto armado 17.3.2.1.2

– Flecha em vigas com armaduras ativas 17.3.2.1.3

Dutilidade em vigas 17.2.3

Estruturas de elementos lineares 14.6

– Hipóteses básicas 14.6.1

– Caracterização da geometria 14.6.2

• Trechos rígidos 14.6.2.1

• Largura colaborante de vigas de seção T 14.6.2.2

• Misulas e variações bruscas de seções 14.6.2.3

• Vãos efetivos de vigas 14.6.2.4

Dimensionamento 17

Furos que atravessam as vigas na direção da altura 21.3.3

Furos que atravessam vigas na direção de sua largura 13.2.5.1

Instabilidade lateral de vigas 15.10

Paredes e vigas-parede 21.3.2

Valores limites para armaduras longitudinais de vigas 17.3.5.2

Vigas (definição) 14.4.1.1

Vigas (detalhamento) 18.3

– Generalidades 18.3.1

– Armadura longitudinal 18.3.2

• Quantidade mínima 18.3.2.1

• Distribuição transversal 18.3.2.2

• Distribuição longitudinal 18.3.2.3

• Armadura de tração nas seções de apoio 18.3.2.4

– Armadura transversal para força cortante 18.3.3

• Generalidades 18.3.3.1

• Elementos estruturais armados com estribos 18.3.3.2

• Elementos estruturais armados com barras dobradas 18.3.3.3

• Armadura para torção 18.3.4

• Armadura de pele 18.3.5

• Armadura de suspensão 18.3.6

• Armaduras de ligação mesa-alma ou talão-alma 18.3.7

Vigas contínuas 14.6.7.1

Vigas-parede

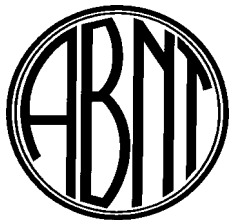
Análise estrutural com vigas-parede e pilares-parede 14.8.1

Nós de pórticos e ligações entre paredes 21.4

Paredes e vigas-parede 21.3.2

Vigas e vigas-parede (dimensões) 13.2.2

Vigas-parede 22.2



**ABNT-Associação
Brasileira de
Normas Técnicas**

SSede:
Rio de Janeiro
Av. Treze de Maio, 13 - 28º andar
CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (021) 210-3122
Fax: (021) 220-1762/220-6436
Endereço Telegráfico:
NORMATÉCNICA

Copyright © 1980,
ABNT-Associação Brasileira
de Normas Técnicas
Printed in Brazil/
Impresso no Brasil
Todos os direitos reservados

NOV 1980

NBR 6118

Projeto e execução de obras de concreto armado

Procedimento

Origem: Projeto de Emenda NB-1/1979
CB-02 - Comitê Brasileiro de Construção Civil
CE-02:003.15 - Comissão de Estudo de Concreto Armado
NBR 6118 - Project and execution of reinforced concrete works - Procedure
Descriptors: Reinforced concrete. Structural calculation
Esta Norma substitui a NB-1/1978
Incorpora as Erratas de AGO 1979 e JUN 1995 e Emenda de AGO 1979

Palavras-chave: Concreto armado. Cálculo estrutural

53 páginas

1 Objetivo

1.1 Esta Norma fixa as condições gerais que devem ser obedecidas no projeto, na execução e no controle de obras de concreto armado, excluídas aquelas em que se emprega concreto leve ou outros concretos especiais. Além das condições desta Norma, deverão ser obedecidas as de outras normas especiais e as exigências peculiares a cada caso.

1ª Parte

Projeto

2 Generalidades

2.1 Estados limites

Diz-se que uma estrutura ou parte dela atinge um estado limite quando, de modo efetivo ou convencional, se torna inutilizável ou quando deixa de satisfazer às condições previstas para sua utilização. Nesta Norma são considerados os seguintes estados limites, devendo ser levados em conta outros, além destes, em casos especiais que assim exijam.

2.1.1 Estado limite último (de ruína)

Estado correspondente à ruína por ruptura, por deformação plástica excessiva ou por instabilidade.

2.1.2 Estados limites de utilização (de serviço)

2.1.2.1 Estado de formação de fissuras

Estado em que há uma grande probabilidade de iniciar-se a formação de fissuras de flexão.

2.1.2.2 Estado de fissuração inaceitável

Estado em que as fissuras se apresentam com abertura prejudicial ao uso ou à durabilidade da peça.

2.1.2.3 Estado de deformação excessiva

Estado em que as deformações ultrapassam os limites aceitáveis para a utilização da estrutura.

2.2 Projeto de obras

As obras a serem executadas total ou parcialmente com concreto armado deverão obedecer a projeto, elaborado por profissional legalmente habilitado, que compreenderá cálculos, desenhos, programa de execução (abrangendo programa de lançamento do concreto, retirada de escoramentos e de formas) e memorial justificativo. A categoria e a classe do aço, bem como o valor da resistência característica do concreto, f_{ck} deverão constar nos desenhos de armaduras e de formas, de modo bem destacado. Deverão também ser indicadas, quando for o caso, as opções para localização das juntas de concretagem. No caso de construções industriais, o memorial justificativo deverá incluir esquema de localização das cargas, com indicação dos percursos para montagem e manutenção.

2.3 Notações

As notações adotadas nesta Norma e a usar no que se referir a estruturas de concreto armado são as aqui indicadas.

2.3.1 Letras romanas maiúsculas

- A - área
- A_c - área da seção transversal geométrica da peça
- A'_c - área da parte comprimida de A_c
- A_{ci} - área da seção transversal do núcleo de uma peça cintada encerrado pela superfície que contém o eixo da barra de cintamento (eixo das barras externas no caso de cintamento em malha)
- A_h - área da seção homogeneizada
- A_o - área da parte carregada de um bloco de apoio
- A_s - área da seção transversal da armadura longitudinal tracionada
- A'_s - área da seção transversal da armadura longitudinal comprimida
- A_{sw} - área da seção transversal das barras da armadura de cisalhamento
- A_t - área da seção fictícia da armadura de cintamento (volume da armadura de cintamento por unidade de comprimento da peça)
- C - momento de inércia à torção
- E - módulo de deformação longitudinal
- E_c - módulo de deformação longitudinal do concreto
- E_s - módulo de deformação longitudinal do aço
- F - ações
- G - carga permanente
- G_c - módulo de deformação transversal do concreto
- I - momento de inércia
- M - momento fletor
- M_d - momento fletor de cálculo
- M_{eng} - momento fletor em engastamento de viga suposto perfeito
- M_f - momento fletor de fissuração
- M_u - momento fletor último (máximo momento fletor que a seção pode resistir)
- N - força normal
- Q - carga acidental
- R - reação de apoio resultante de tensões

- R_c - resultante das tensões de compressão na seção transversal
- R_t - resultante das tensões de tração na seção transversal
- R_{cc} - resultante das tensões de compressão no concreto
- R_{ct} - resultante das tensões de tração no concreto
- R_{sc} - resultante das tensões de compressão na armadura longitudinal
- R_{st} - resultante das tensões de tração na armadura longitudinal
- S - solicação; momento estático
- T - momento de torção
- V - força cortante
- W - carga do vento

2.3.2 Letras romanas minúsculas

- a - distância; flecha
- b - largura
- b_f - largura da mesa das vigas de seção T
- b_w - largura das vigas de seção retangular ou da nervura das vigas de seção T
- c - cobrimento da armadura (entre as superfícies do concreto e das barras)
- d - diâmetro; distância do ponto de aplicação da resultante das tensões de tração na armadura longitudinal ao ponto de maior encurtamento de uma seção transversal de peça fletida, medida normalmente à linha neutra (altura útil)
- d' - distância do ponto de aplicação da resultante das tensões de compressão na armadura longitudinal, ao ponto de maior encurtamento de uma seção transversal de peça fletida, medida normalmente à linha neutra
- d_1 - diâmetro do núcleo de uma peça cintada, medido no eixo da barra de cintamento
- e - excentricidade de uma força normal
- f - resistência
- f_c - resistência à compressão do concreto
- f_{cd} - resistência de cálculo do concreto à compressão
- f_{cj} - resistência média do concreto à compressão, prevista para a idade de j dias
- \bar{f}_{cj} - resistência média à compressão dos corpos-de-prova na idade de j dias (efetiva)

- v - coeficiente de Poisson; força normal relativa adimensional
- ρ - taxa geométrica da armadura
- σ - tensão normal
- σ_c - tensão normal de compressão no concreto
- σ_s - tensão normal de tração na armadura
- σ_t - valor absoluto da maior tensão principal de tração (nulo quando não houver tração)
- σ_{II} - valor absoluto da maior tensão principal de compressão (nulo quando não houver compressão)
- τ - tensão tangencial
- τ_w - tensão convencional de cisalhamento (de referência) na alma da peça = $V/b_w d$
- τ_{wd} - tensão τ_w de cálculo
- τ_{wu} - valor último de τ_w
- τ_t - tensão de cisalhamento na torção
- τ_{td} - tensão τ_t de cálculo
- τ_{tu} - valor último de τ_t
- ϕ - coeficiente de deformação lenta
- χ - razão entre ações; fração
- ψ - coeficiente
- ω - taxa mecânica da armadura = $\rho f_{yd} / f_{cd}$

2.3.5 Índices gerais

- b - aderência; barra dobrada
- c - concreto; compressão
- d - de cálculo
- e - efetivo; existente; estribo
- f - ação; mesa da viga de seção T
- i - inicial; núcleo
- j - número de dias
- k - característico
- m - material; médio
- r - fissuração
- s - aço; barra da armadura
- t - tração; torção; transversal
- u - último
- v - cisalhamento

- w - vento; alma das vigas
- y - escoamento

2.3.6 Índice das ações e solicitações

- a - recalque de apoio
- cc - deformação lenta do concreto
- cs - retração do concreto
- ep - pressão de terra
- ex - explosão
- g - carga permanente
- im - impacto
- ℓp - pressão de líquido
- q - carga acidental
- te - temperatura
- w - vento
- ε - deformações próprias e impostas

2.3.7 Índices formados de abreviações

- adm - admissível
- cal - calculado
- cri - crítico
- eng - engastamento
- est - estimado
- exc - excepcional
- exp - experimental
- ext - externo
- inf - inferior
- int - interno
- lat - lateral
- lim - limite
- máx - máximo
- mín - mínimo
- sup - superior
- tot - total
- var - variável
- vig - viga

Pode-se usar plica (') nos símbolos geométricos referentes à região comprimida.

3 Esforços solicitantes

3.1 Disposições gerais

3.1.1 Ações a considerar

No cálculo dos esforços solicitantes deverá ser considerada a influência das cargas permanentes e acidentais e de todas as ações que possam produzir esforços importantes. Estas ações serão consideradas de acordo com as normas e com as condições peculiares a cada obra, aplicando-se à variação de temperatura, à retração e à deformação lenta o disposto em 3.1.1.4, 3.1.1.5 e 3.1.1.6.

3.1.1.1 Carga permanente

A carga permanente é constituída pelo peso próprio da estrutura e por todas as sobrecargas fixas. Na avaliação do peso próprio, admite-se o peso específico de 25 kN/m³ para o concreto armado.

3.1.1.2 Carga acidental

A carga acidental é constituída pelas cargas fixadas nas respectivas normas, dispostas na posição mais desfavorável para o elemento estudado, ressalvado o caso da alínea b) do item 3.2.2.3B. Havendo cargas móveis importantes, devem ser aplicados os dispositivos da NBR 7187, no que couber, respeitadas as demais prescrições desta Norma.

3.1.1.3 Ação do vento

Será exigida a consideração da ação do vento nas estruturas em que esta ação possa produzir efeitos estáticos ou dinâmicos importantes e obrigatoriamente no caso de estruturas com nós deslocáveis, nas quais a altura seja maior que 4 vezes a largura menor, ou em que, em uma dada direção, o número de filas de pilares seja inferior a 4. Deverá ser levada em conta a possível influência desfavorável de construções próximas à estrutura em exame, que por suas dimensões e forma possam tornar esta influência considerável.

3.1.1.4 Variação de temperatura

Supõe-se, para o cálculo, que as variações de temperatura sejam uniformes na estrutura, salvo quando a desigualdade destas variações, entre partes diferentes da estrutura, seja muito acentuada. O coeficiente de dilatação térmica do concreto armado é considerado igual a 10⁻⁵ por grau centígrado, salvo quando determinado especificamente para o concreto a ser usado. A variação de temperatura da estrutura, causada pela variação e temperatura da atmosfera, depende do local da obra e deverá ser considerada entre ± 10°C e ± 15°C em torno da média. Para peças maciças ou ocas com os espaços vazios inteiramente fechados, cuja menor dimensão seja maior que 70 cm, admitir-se-á que esta oscilação seja reduzida respectivamente para ± 5°C e ± 10°C; para as peças cuja menor dimensão esteja entre 50 cm e 70 cm é feita interpolação linear entre aqueles valores e estes. Em peças permanentemente envolvidas por terra ou água e em edifícios que não tenham, em planta, dimensão não inter-

rompida por junta de dilatação maior que 30 m, será dispensado o cálculo da influência da variação de temperatura.

3.1.1.5 Retração

A deformação específica de retração do concreto será considerada como prescrito na NBR 7197; para as peças de concreto armado, nos casos correntes, a deformação específica poderá ser considerada igual a 15 x 10⁻⁵, salvo nos arcos e abóbadas com menos de 0,5% e 0,1% de armadura, onde este valor será aumentado respectivamente para 20 x 10⁻⁵ e 25 x 10⁻⁵.

3.1.1.6 Deformação lenta

Quando for necessário levar em conta a deformação lenta do concreto, na determinação dos esforços solicitantes, poderá ela ser considerada como estipulado na NBR 7197. Para o cálculo do deslocamento transversal, permite-se a simplificação de 4.2.3.1B. A consideração da deformação lenta será obrigatória nos arcos e abóbadas com coeficiente de segurança à flambagem menor que 5.

3.1.1.7 Choques, vibrações e esforços repetidos

Quando a estrutura, pelas suas condições de uso, for sujeita a choques ou vibrações, deverá sua influência ser levada em conta na determinação dos esforços solicitantes. No caso de vibrações, deverá ser verificada a possibilidade de ressonância, com relação à estrutura ou parte dela. Havendo possibilidade de fadiga, deverá esta ser considerada no cálculo das peças.

3.1.1.8 Influência do processo de construção

Deverão ser considerados os esforços provenientes do processo de construção previsto no programa de execução, incluindo, entre estes esforços, os surgidos durante o transporte e a montagem de peças pré-moldadas e equivalentes, bem como os que possam aparecer durante a retirada do escoramento.

3.1.1.9 Deslocamento de apoio

Em estruturas sensíveis a deslocamento de apoio, deve ser levado em consideração o respectivo efeito no cálculo dos esforços solicitantes.

3.1.2 Engastamento parcial

Deverá ser considerada no cálculo a influência desfavorável de um engastamento parcial, sempre que não se tomarem, no projeto e na execução dos apoios, as precauções necessárias para garantir as condições de engastamento perfeito ou de apoio livre.

3.1.3 Mísulas

No cálculo de lajes e vigas não serão consideradas, para determinação da altura sobre os apoios, inclinações de mísulas maiores do que 1:3 (ver Figura 1).

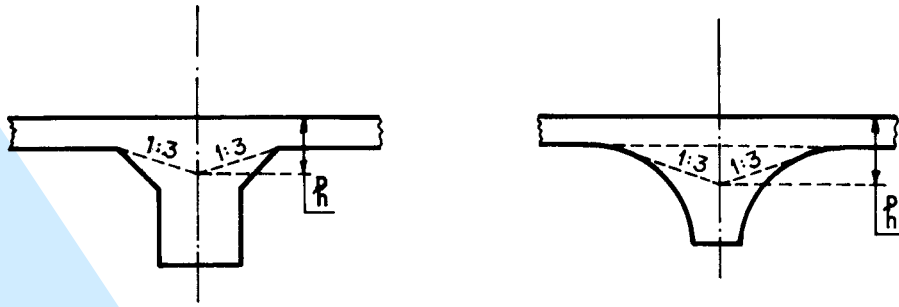


Figura 1

3.2 Estruturas lineares

3.2.1 Método de cálculo

Os esforços solicitantes das estruturas lineares poderão ser determinados em regime elástico ou elasto-plástico.

3.2.1.1 Cálculo em regime elástico

Para o cálculo em regime elástico, admitir-se-á o módulo de deformação previsto em 8.2.5; a área e o momento de inércia das seções poderão ser calculados para a seção transversal geométrica, sem consideração da armadura.

3.2.1.2 Cálculo em regime elasto-plástico

Para o cálculo em regime elasto-plástico, poder-se-á considerar cada rótula plástica limitada a uma seção. Deve sempre verificar se não é ultrapassada a capacidade de deformação angular do concreto armado no trecho plastificado. Havendo cargas agindo sucessivamente em posições diferentes, deverá ser considerado o efeito da acomodação da estrutura.

3.2.2 Vigas

3.2.2.1 Vão teórico

O vão teórico é a distância entre os centros dos apoios, não sendo necessário adotar valores maiores que:

- em viga isolada: $1,05 \ell_0$;
- em vão extremo de viga contínua: o vão livre acrescido da semi-largura do apoio interno é de $0,03 \ell_0$.

Nas vigas em balanço, o comprimento teórico é o comprimento da extremidade até o centro do apoio, não sendo necessário considerar valores superiores a 1,03 vezes o comprimento livre.

3.2.2.2 Vigas de seção T

No cálculo das vigas de seção T só poderão ser consideradas lajes que obedecem, no que for aplicável, as prescrições desta Norma. No que segue, b_w designa a largura real da nervura; b_a a largura da nervura fictícia obtida, aumentando-se a largura real para cada lado de valor igual ao do menor cateto do triângulo da mísula correspondente; b_2 a distância entre as faces das nervuras

fictícias sucessivas. Para o cálculo de resistência ou deformação, a parte da laje a considerar como elemento da viga (parte de b_1), medida a partir da face da nervura fictícia, é, conforme o caso (ver Figura 2):

$$b_1 \leq \begin{cases} 0,10 a \\ 8 h_f \\ 0,5 b_2 \end{cases} \quad b_3 \leq \begin{cases} 0,10 a \\ 6 h_f \end{cases}$$

em que a tem o seguinte valor:

viga simplesmente apoiada	$a = \ell$
tramo com momento em uma só extremidade	$a = \frac{3}{4} \ell$
tramo com momentos nas duas extremidades	$a = \frac{3}{5} \ell$
viga em balanço	$a = 2 \ell$

3.2.2.3 Vigas contínuas em edifícios

A - Permite-se considerar as vigas como contínuas, sem ligações rígidas com os apoios, devendo-se, porém, observar o seguinte:

- não serão considerados momentos positivos, nos vãos intermediários, menores que os que se obteriam se houvesse engastamento perfeito da viga nas extremidades dos referidos vãos, ou nos vãos extremos, menores que os obtidos com engastamento perfeito no apoio interno;
- quando a viga for solidária com o pilar intermediário e a relação entre a largura do apoio, medida na direção da viga, e a altura do pilar for maior que 1:5, não poderá ser considerado momento negativo de valor absoluto menor do que o do engastamento perfeito neste apoio;
- quando não se fizer o cálculo exato da influência da solidariedade dos pilares com a viga, deverá ser considerado obrigatoriamente nos apoios externos momento fletor igual a:

$$M_{eng} = \frac{r_{inf} + r_{sup}}{r_{vig} + r_{inf} + r_{sup}}$$

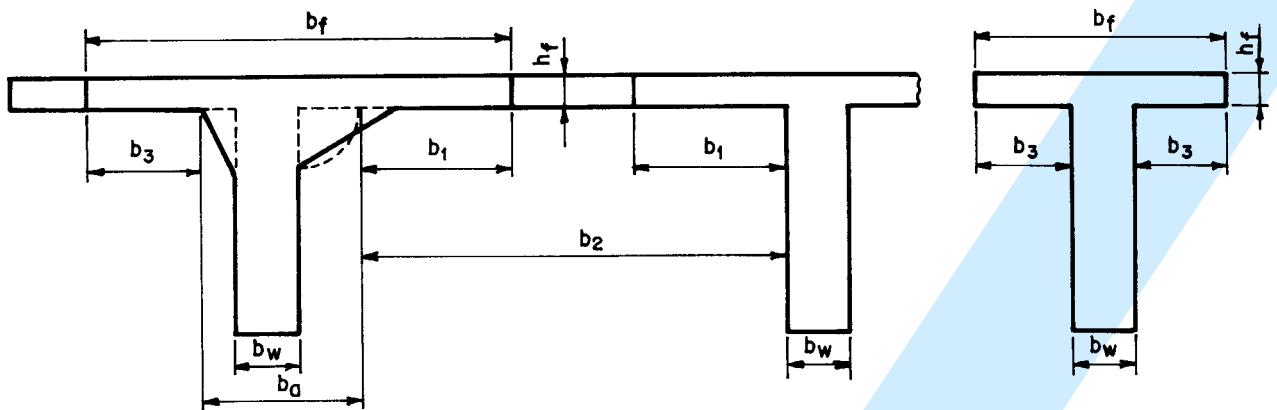


Figura 2

B - Permite-se, nas vigas contínuas em edifícios:

- arredondar o diagrama dos momentos fletores sobre os apoios monolíticos, tomando-se para valor máximo do momento negativo a média entre o máximo calculado e a semi-soma dos momentos que se verificam nas faces do pilar; a altura útil da seção sobre o pilar será fixada de acordo com o disposto em 3.1.3;
- supor que a posição das cargas acidentais uniformemente distribuídas, com a qual se obtém a combinação mais desfavorável para a seção considerada, se determina com cada tramo totalmente carregado ou totalmente descarregado;
- supor que a carga total sobre o tramo, calculada de acordo com 3.3.2.9, se distribua uniformemente;
- determinar as reações das vigas de dois ou mais tramos para o cálculo dos pilares, desde que o menor índice de rigidez I/ℓ não seja inferior a 80% do maior, considerando-se cada tramo independente e livremente apoiado; se houver balanço, o efeito de suas cargas será calculado considerando-se a continuidade existente.

C - Permite-se, observado o disposto em 3.2.2.3A e 3.2.2.3B, calcular as vigas contínuas em edifícios por processo simplificado, em regime elasto-plástico, unicamente alterando-se a posição da linha de fecho determinada no regime elástico, de modo a reduzir os momentos sobre os apoios no máximo de 15%.

3.2.2.4 Momento de 2ª ordem

No cálculo das vigas, deve ser considerado, quando for o caso, o momento fletor devido ao efeito de 2ª ordem nos pilares a que ela esteja rigidamente ligada (ver 4.1.1.3C).

3.2.3 Pilares em edifícios

Permite-se, nas estruturas de edifícios em que só atuem cargas previstas na NBR 6120 e em que não seja necessário considerar a ação do vento, as seguintes simplificações:

- os pilares intermediários poderão ser calculados sem consideração de momentos fletores a eles

transmitidos pelas vigas, aplicado o disposto em 3.2.2.3B, alínea d);

- os momentos fletores nos nós dos pilares extremos, transmitidos pelas vigas, deverão obrigatoriamente ser considerados e podem ser calculados pelas fórmulas seguintes, verificando-se os pilares à flexão composta:

$$\text{pilar inferior } M_{\text{eng}} = \frac{r_{\text{inf}}}{r_{\text{vig}} + r_{\text{inf}} + r_{\text{sup}}}$$

$$\text{pilar superior } M_{\text{eng}} = \frac{r_{\text{sup}}}{r_{\text{vig}} + r_{\text{inf}} + r_{\text{sup}}}$$

Quando a extremidade oposta ao pilar for engastada, o momento fletor nesta extremidade será suposto igual ao valor calculado por uma das fórmulas anteriores, dividido por -2.

3.3 Estruturas laminares

3.3.1 Estruturas laminares planas, solicitadas predominantemente por cargas paralelas ao seu plano médio

Para o efeito das cargas atuantes em plano paralelo ao plano médio das estruturas planas, serão estas calculadas como chapa no regime elástico com os valores do módulo de deformação e do coeficiente de Poisson prescritos em 8.2.5 e 8.2.6.

3.3.1.1 Paredes estruturais

Paredes estruturais são estruturas laminares planas verticais, apoiadas de modo contínuo em toda a sua base, com comprimento maior que 5 vezes a espessura. Nas paredes estruturais, uma carga concentrada ou parcialmente distribuída na situação da Figura 3 poderá ser suposta repartida uniformemente em seções horizontais limitadas por dois planos inclinados a 45° sobre a vertical e passando pelo ponto de aplicação da carga ou pelas extremidades da faixa de aplicação.

Nas seções horizontais acima e abaixo de eventuais aberturas, a distribuição da carga será feita excluindo as zonas limitadas por planos inclinados a 45°, tangentes às bordas da abertura (ver Figura 4).

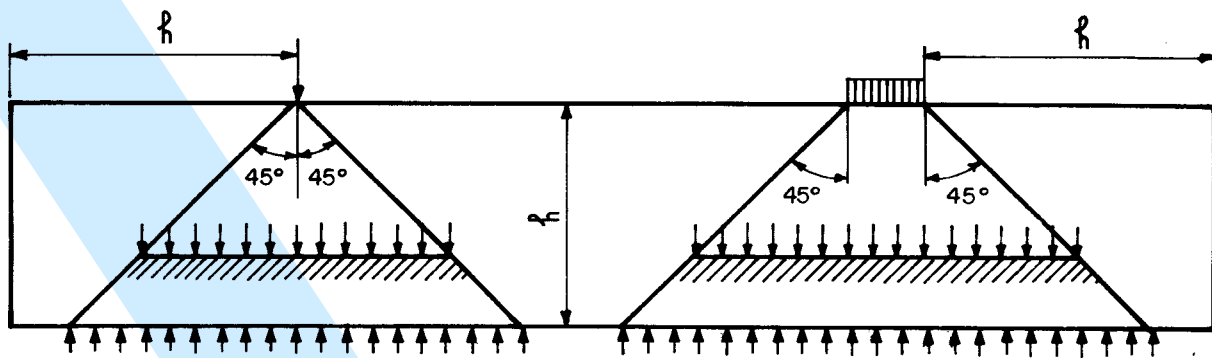


Figura 3

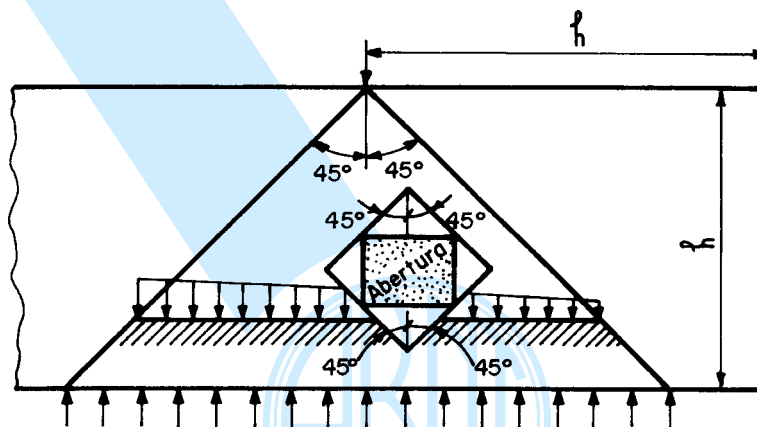


Figura 4

A carga deve ser sempre considerada excêntrica em relação ao plano médio da parede. A excentricidade a considerar será a soma das seguintes parcelas:

- excentricidade estrutural resultante da posição prevista para a carga;
- excentricidade acidental resultante de imprecisão na execução, variando de 1,5 cm a 2,5 cm, de acordo com o cuidado de execução;
- excentricidade correspondente ao efeito de flexão em plano perpendicular à parede (efeito de 2ª ordem).

3.3.1.2 Vigas parede

Vigas-parede são estruturas laminares planas verticais, apoiadas de modo descontínuo, cuja altura total, no caso de peças de tramo único livremente apoiadas, seja no mínimo igual à metade do vão, e nos demais casos, seja no mínimo igual a 0,4 do vão.

3.3.2 Estruturas laminares planas, solicitadas predominantemente por cargas normais ao seu plano médio (lajes)

Para efeito das cargas atuantes normalmente ao plano médio das lajes, estas devem ser calculadas como placa em regime elástico ou em regime rígido-plástico.

3.3.2.1 Cálculo no regime elástico

As lajes poderão ser calculadas como placa no regime elástico, com os valores do módulo de deformação e do coeficiente de Poisson, prescritos em 8.2.5 e 8.2.6, permitindo-se processos simplificados devidamente justificados.

3.3.2.2 Cálculo no regime rígido-plástico

Quando as cargas atuarem sempre no mesmo sentido e as deformações das seções da laje estiverem nos domínios 2 ou 3 da Figura 7, as lajes poderão ser calculadas no regime rígido-plástico pela teoria das charneiras plásticas, adotando-se as seguintes hipóteses:

- a) que o momento de plastificação seja o calculado de acordo com 4.1.1.1, desprezadas as influências da força cortante, da força normal, do momento volvente e do momento fletor na direção ortogonal;
- b) que os momentos de plastificação nas seções não perpendiculares à armadura variem com o quadrado do cosseno do respectivo ângulo;
- c) que nas lajes com armaduras resistentes em mais de uma direção o momento de plastificação em uma seção qualquer seja igual à soma dos momentos de plastificação, calculados conforme a alínea anterior e correspondentes a cada uma das direções.

3.3.2.3 Vão teórico

O vão teórico é a distância entre os centros dos apoios, não sendo necessário adotar valores maiores que:

- em laje isolada: o vão livre acrescido da espessura da laje no meio do vão;
- em laje contínua, vão extremo: o vão livre acrescido da semi-largura do apoio interno e da semi-espessura da laje no meio do vão.

Nas lajes em balanço, o comprimento teórico é o comprimento da extremidade até o centro do apoio, não sendo necessário considerar valores superiores ao comprimento livre acrescido da metade da espessura da laje junto ao apoio.

3.3.2.4 Distribuição de cargas

Supõe-se que as cargas concentradas ou parcialmente distribuídas se distribuam a 45°, até o plano médio da laje (ver Figura 5).

3.3.2.5 Largura útil

Nas lajes armadas em uma única direção permite-se o cálculo simplificado como viga de largura b_w igual à largura b da carga (determinada de acordo com o item 3.3.2.4 para a direção perpendicular à armadura principal), se b não for

menor que o vão teórico ℓ ou que o comprimento teórico (balanço) e , em caso contrário, igual a b acrescido de:

- para momentos fletores positivos:

$$\frac{2a_1(\ell - a_1)}{\ell} \left(1 - \frac{b}{\ell}\right)$$

- para momentos fletores negativos:

$$\frac{a_1(2\ell - a_1)}{\ell} \left(1 - \frac{b}{\ell}\right)$$

- para forças cortantes:

$$a_1 \left(1 - \frac{b}{\ell}\right)$$

- para momentos fletores em lajes em balanço:

$$1,5 a_1 \left(1 - \frac{b}{\ell}\right)$$

- para forças cortantes em lajes em balanço:

$$0,5 a_1 \left(1 - \frac{b}{\ell}\right)$$

onde a_1 é a distância do centro da carga ao apoio para cujo lado está a seção que se estuda (ver Figura 6).

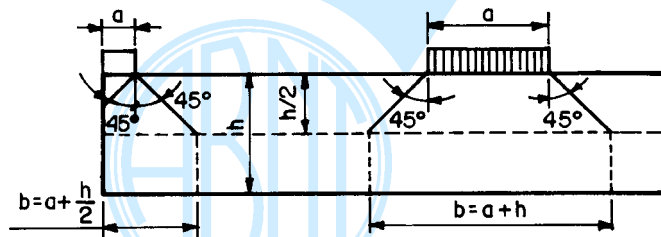


Figura 5

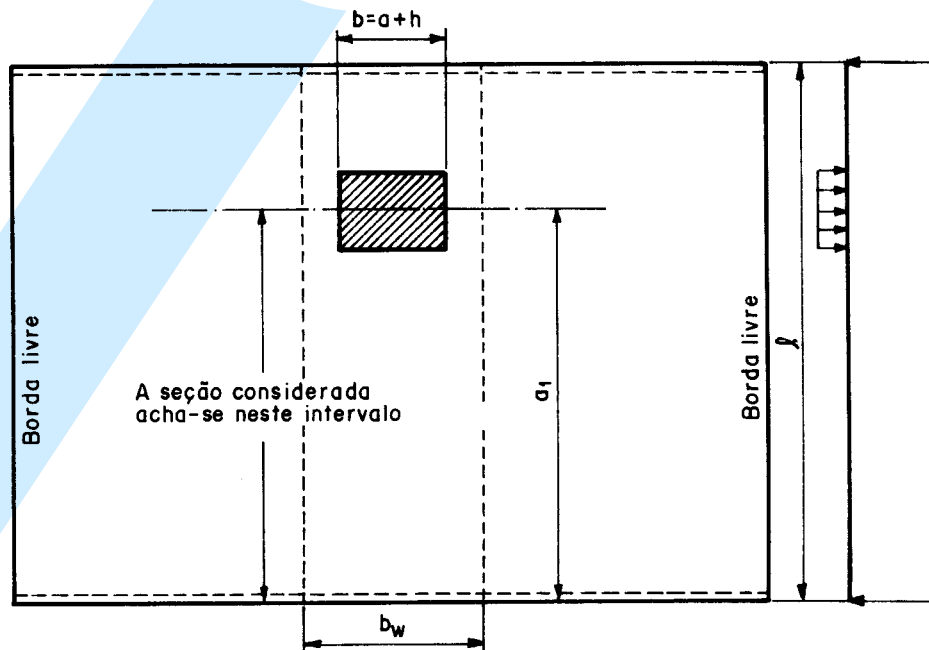


Figura 6

A adoção dos valores indicados de b_w está subordinada às seguintes condições:

- 1) que b_w não seja maior que a largura da laje, nem maior que a distância do centro da carga à borda mais próxima da laje, acrescida de $0,5 b_w$;
- 2) que a armadura de distribuição por metro não seja menor que a fração da principal por metro, dada por $1 - 0,8b/b_w$ e que se estenda sobre a largura b_w , acrescida dos comprimentos de ancoragem.

3.3.2.6 Lajes contínuas armadas numa única direção

As lajes contínuas armadas numa única direção, com cargas uniformemente distribuídas sobre cada tramo, poderão ser calculadas como vigas contínuas livremente apoiadas, com as seguintes modificações:

- a) não serão considerados, nos vãos, momentos positivos menores que os que se obteriam se houvesse engastamento perfeito da laje nas extremidades dos referidos vãos;
- b) em edifícios, quando o menor vão da laje contínua não for inferior a 80% do maior, será permitido calcular os momentos máximos e mínimos com a fórmula $M = (g + q) \ell^2 / \beta$ sendo β igual à (a 1ª coluna refere-se ao caso de haver mísulas nas condições do item 3.1.3, com altura sobre o apoio não inferior a $\ell / 30$, e a 2ª aos demais casos):

Para momentos negativos sobre os apoios, havendo mais de dois tramos (no caso de vãos desiguais, ℓ designa a média aritmética dos dois vãos adjacentes ao apoio considerado)

apoio interno dos tramos extremos -8 - 9
demais apoios intermediários -9 -10

Idem, havendo dois tramos

apoio intermediário -7 - 8

Para momentos positivos nos tramos

tramos extremos 12 11
tramos intermediários 18 15

O momento mínimo no centro dos tramos de lajes nas condições deste item, sendo ℓ o vão maior dentre os contíguos, poderá ser calculado pela fórmula:

$$M = \frac{\ell^2}{24} \left(g - \frac{q}{2} \right) \leq 0$$

3.3.2.7 Armadura de tração sobre os apoios

Quando não se determinar o diagrama exato dos momentos negativos, em lajes retangulares de edifícios com carga distribuída e $q \leq g$, as barras da armadura principal sobre os apoios deverão estender-se de acordo com o diagrama triangular de momentos (considerado já deslocado) de base igual ao valor adiante indicado:

- a) em lajes atuando em duas direções ortogonais:
 - em uma borda engastada, sendo cada uma das outras três bordas livremente apoiada ou engastada, 0,25 do menor vão;

- nos dois lados de um apoio de laje contínua, 0,25 do maior dos vãos menores das lajes contíguas;

b) em lajes atuando numa só direção:

- em uma borda engastada, 0,25 do vão.

3.3.2.8 Armadura nos cantos das lajes retangulares livremente apoiadas nas quatro bordas

Quando, nos cantos das lajes retangulares livremente apoiadas nas quatro bordas, a armadura para resistir aos momentos volventes não for calculada, deverão ser dispostas duas armaduras, uma superior paralela à bissetriz e outra inferior, a ela perpendicular, cada uma delas com área da seção transversal não inferior à metade da máxima no centro da laje. Essas armaduras deverão estender-se até a distância, medida a partir das faces dos apoios, igual a um quinto do vão menor.

3.3.2.9 Reações de apoio

Permite-se calcular as reações de apoio de lajes retangulares com cargas uniformemente distribuídas, considerando-se para cada apoio a carga correspondente aos triângulos ou trapézios obtidos traçando-se, a partir dos vértices, na planta da laje, retas inclinadas de:

45° entre dois apoios do mesmo tipo;

60° a partir do apoio engastado, quando o outro for livremente apoiado;

90° a partir do apoio, quando a borda vizinha for livre.

3.3.2.10 Lajes nervuradas

As lajes nervuradas, assim consideradas as lajes cuja zona de tração é constituída por nervuras entre as quais podem ser postos materiais inertes, de modo a tornar plana a superfície externa, poderão ser calculadas de acordo com os itens 3.3.2.1 e 3.3.2.3 a 3.3.2.8, desde que se observem as prescrições do item 6.1.1.3. A resistência da mesa à flexão deverá ser verificada sempre que a distância livre entre nervuras superar 50 cm ou houver carga concentrada no painel entre nervuras. As nervuras deverão ser verificadas a cisalhamento, como vigas, se a distância livre entre elas for superior a 50 cm e como laje em caso contrário.

3.3.2.11 Lajes cogumelo

As lajes apoiadas diretamente sobre pilares serão calculadas em regime elástico ou rígido-plástico, de acordo com os itens 3.3.2.1 e 3.3.2.2. Quando os pilares estiverem dispostos em filas ortogonais e a espessura da laje respeitar o mínimo do item 6.1.1.1, será permitido calcular em regime elástico o conjunto laje-pilares como pórticos múltiplos, admitindo-se a laje dividida em duas séries ortogonais de vigas e considerando-se no cálculo de cada série o total das cargas. A distribuição dos momentos, se se dividirem os painéis das lajes, com os cantos correspondendo aos pilares em quatro faixas iguais, será feita do seguinte modo:

45% dos momentos positivos para as duas faixas internas;

27,5% dos momentos positivos para cada uma das faixas externas;

25% dos momentos negativos para as duas faixas internas;

37,5% dos momentos negativos para cada uma das faixas externas.

Deverão ser estudadas cuidadosamente as ligações das lajes com os pilares, com especial atenção nos casos em que não haja simetria de forma ou de carregamento da laje em relação ao apoio. A punção será verificada de acordo com o item 4.1.5.

3.3.3 Estruturas laminares tridimensionais

As estruturas laminares tridimensionais serão calculadas como cascas. Os valores do módulo de deformação e do coeficiente de Poisson a adotar são os prescritos em 8.2.5 e 8.2.6.

4 Dimensionamento das peças e esforços resistentes

4.1 Estado limite último (de ruína)

Corresponde à ruína por ruptura, por deformação plástica excessiva ou por instabilidade.

4.1.1 Compressão, tração e flexão

4.1.1.1 Hipóteses de cálculo

As hipóteses para o cálculo no estado limite último nos casos de flexão simples ou composta, normal ou oblíqua, e de

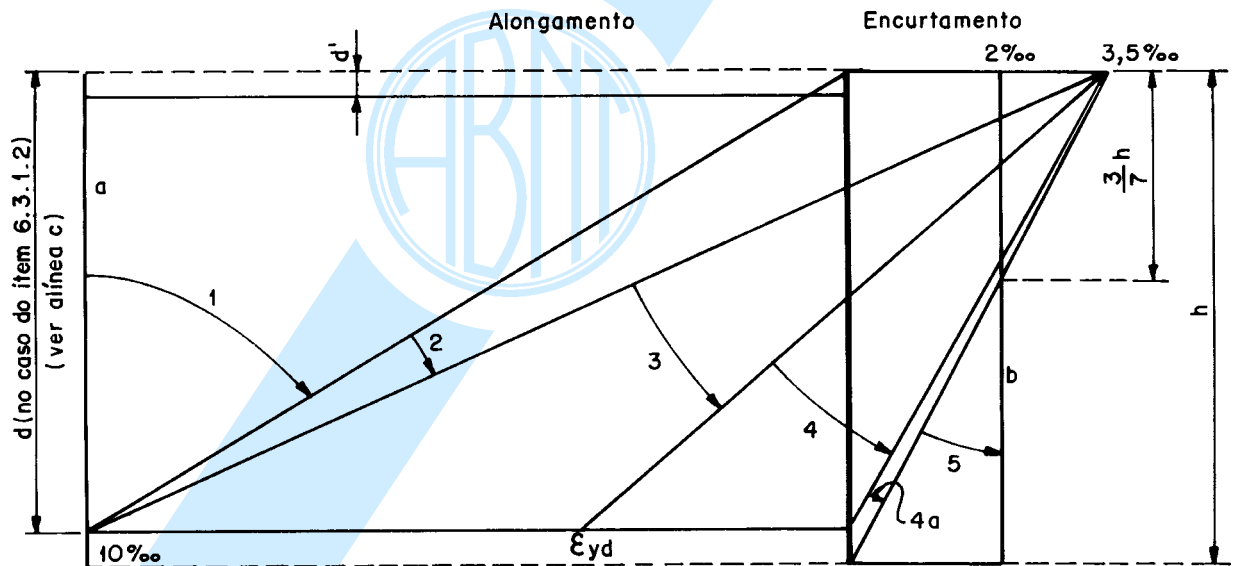
compressão ou tração uniforme, excluídas as vigas parede (item 3.3.1.2), são as seguintes:

- as seções transversais permanecem planas; os vários casos possíveis são ilustrados na Figura 7;
- para o encurtamento de ruptura do concreto nas seções não inteiramente comprimidas, considera-se o valor convencional de 3,5‰ (domínios 3 a 4a da Figura 7). Nas seções inteiramente comprimidas (domínio 5 da Figura 7), admite-se que o encurtamento da borda mais comprimida, na ocasião da ruptura, varie de 3,5‰ a 2‰, mantendo-se inalterada e igual a 2,0‰ a deformação a 3/7 da altura total da seção, a partir da borda mais comprimida;
- o alongamento máximo permitido ao longo da armadura de tração é de 10‰ (domínios 1 e 2 da Figura 7), a fim de prevenir deformação plástica excessiva;
- a distribuição das tensões do concreto na seção se faz de acordo com o diagrama parábola-retângulo da Figura 8, baseado na hipótese do item 8.2.4. Permite-se a substituição deste diagrama pelo retângulo de altura 0,8x, com a seguinte tensão:

$$0,85 f_{cd} = \frac{0,85 f_{ck}}{\gamma_c} \quad \text{no caso da largura da seção, medida paralelamente à linha neutra, não diminuir a partir desta para a borda comprimida}$$

$$0,80 f_{cd} = \frac{0,80 f_{ck}}{\gamma_c} \quad \text{no caso contrário}$$

A resistência à tração do concreto é desprezada;



- deformação plástica excessiva;

reta a: tração uniforme

domínio 1: tração não uniforme, sem compressão

domínio 2: flexão simples ou composta sem ruptura à compressão do concreto simples ($\epsilon_c < 3,5\text{‰}$ e com o máximo alongamento permitido)

- ruptura:

domínio 3: flexão simples (seção subarmada) ou composta com ruptura à compressão do concreto e com escoamento do aço ($\epsilon_s \geq \epsilon_{yd}$)

domínio 4: flexão simples (seção superarmada) ou composta com ruptura à compressão do concreto e aço tracionado sem escoamento ($\epsilon_s < \epsilon_{yd}$)

domínio 4a: flexão composta com armaduras comprimidas

domínio 5: compressão não uniforme, sem tração

reta b: compressão uniforme

Figura 7

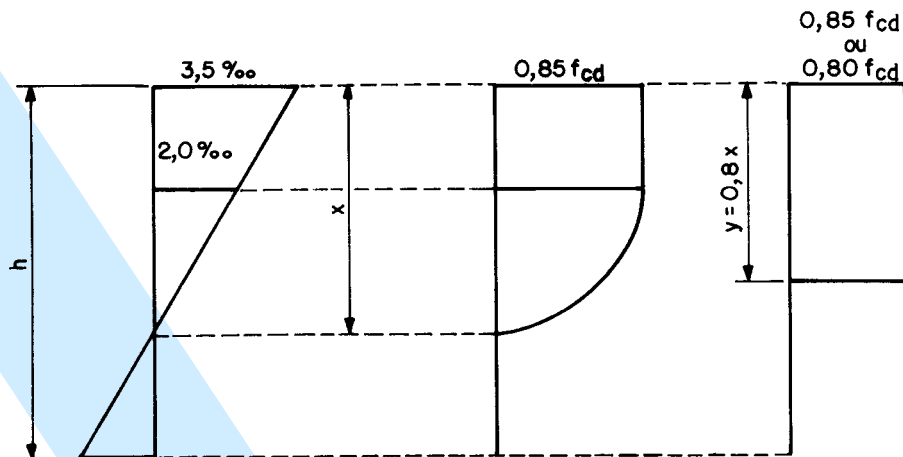


Figura 8

e) a tensão na armadura é a correspondente à deformação determinada de acordo com as alíneas anteriores e obtida no diagrama tensão-deformação, indicado em 7.2.

Para o aço Classe B pode-se fazer o cálculo com o diagrama de um aço Classe A de mesmo f_{yd} (ou f_{yod}), dividindo por um dos seguintes valores a área calculada da seção da armadura:

$$1 \text{ se } \varepsilon_s \leq 0,7 f_{yd}/E_s \text{ ou } \varepsilon_s \geq 0,002 + f_{yd}/E_s$$

$$0,85 \text{ se } \varepsilon_s = f_{yd}/E_s$$

interpolando linearmente nos casos intermediários.

4.1.1.2 Esforço na armadura tracionada das peças fletidas

Para determinação do ponto de interrupção ou dobramento das barras longitudinais nas peças fletidas, o diagrama de forças R_{st} na armadura deverá ser deslocado, dando-se aos seus pontos uma translação paralela ao eixo da peça, no sentido desfavorável, de valor a_ℓ , calculado pelas expressões que seguem (ver Figura 16); R_{st} será determinada com o braço da alavanca z da seção antes do deslocamento.

Nas peças com armadura transversal obrigatória:

- se toda a armadura transversal calculada for inclinada a 45° sobre o eixo da peça:

$$a_\ell = (1,5 - 1,5\eta) d \geq 0,2d$$

- nos outros casos:

$$a_\ell = (1,5 - 1,2\eta) d \geq 0,5d$$

onde η é o quociente da área da seção da armadura transversal efetiva, pela área calculada com tensão igual a $1,15 \tau_{wd}$ (item 4.1.4.1), isto é, sem se considerar a redução τ_c , não se tomando η superior a 1. Para simplificar, permitir-se-á adotar para a_ℓ os valores dados no quadro

abaixo, onde τ_d é a tensão com que foi calculada a armadura transversal.

Tabela 1 - Valores de a_ℓ

	$\frac{\tau_d}{1,15 \tau_{wd}}$		
	$\leq 0,6$	$0,6 \text{ a } 0,8$	$\geq 0,8$
Se toda a armadura transversal calculada for inclinada a 45° sobre o eixo da peça	0,75 d	0,50 d	0,25 d
Nos outros casos	1,00 d	0,75 d	0,50 d

Para lajes sem armadura transversal calculada:

$$a_\ell = 1,5 d$$

4.1.1.3 Compressão por força normal F_d (barras isoladas)

O cálculo de dimensionamento ou verificação das seções transversais será feito à flexo-compressão, com a consideração de uma excentricidade acidental e_a (para levar em conta a incerteza da localização da força normal e o possível desvio do eixo da peça durante a construção, em relação à posição prevista no projeto) igual a $h/30$, não menor que 2 cm (h = maior dimensão da seção na direção em que se considera a excentricidade).

Em nenhum caso o índice de esbelteza poderá ultrapassar 200; se ultrapassar 140, a segurança deverá ser demonstrada pelo processo exato (4.1.1.3B), levando em conta a vibração se for o caso, e a força normal F_d será determinada com $\gamma_f = 1,4 + 0,01 (\lambda - 140)$.

As excentricidades medem-se a partir do centro de gravidade da seção geométrica da peça.

A consideração ou não consideração, no cálculo, do efeito das deformações obedecerá ao seguinte critério:

- quando $\lambda \leq 40$, este efeito poderá ser desprezado;
- quando $\lambda > 40$, o efeito das deformações será obrigatoriamente considerado (teoria de 2ª ordem).

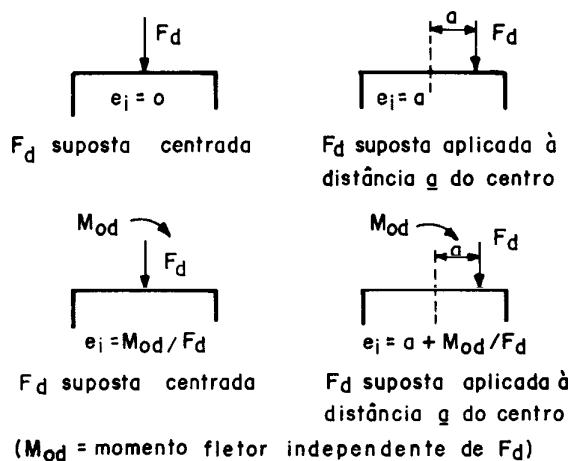


Figura 9

A - Cálculo sem consideração das deformações

O cálculo será feito com a solicitação $N_d = F_d$ e $M_d = M_{1d}$ = momento fletor de 1ª ordem.

Quando a força F_d , for suposta centrada (ver figura 10a), o cálculo será feito separadamente nas duas direções principais da seção geométrica, sob a mesma força total, com as excentricidades acidentais e_{ax} e e_{ay} ($M_{1d} = \pm F_d e_{ax}$ e $M_{1d} = \pm F_d e_{ay}$), não se somando as armaduras.

Se F_d for excêntrica (e_i da figura 9) e agir sobre um eixo principal, o cálculo far-se-á separadamente com dois momentos fletores (ver figura 10b), sob a mesma força total: um momento normal $M_{1d} = F_d (e_i \pm e_{ax})$ e um momento oblíquo $M_{1d} = F_d \sqrt{e_i^2 + e_{ay}^2}$ (e_{av} no sentido mais desfavorável, para um lado ou outro do eixo). Permite-se, neste caso, substituir o momento oblíquo por um momento normal $M_{1d} = \pm F_d e_y$, supondo-se F_d sobre o eixo y com a excentricidade e_y dada por:

$$\begin{aligned}
 e_y &= e_{ay} && \text{quando } e_i > 3e_{ay} \\
 e_y &= 1,6 e_{ay} - 0,2 e_i && \text{quando } e_{av} \leq e_i \leq 3e_{ay} \\
 e_y &= e_{ay} + 0,4 e_i && \text{quando } 0 \leq e_i < e_{ay}
 \end{aligned}$$

Quando F_d agir fora dos eixos principais, calcular-se-á à flexo-compressão oblíqua com a excentricidade ($e_i + e_a$), considerando-se a excentricidade acidental e_a na mesma direção de e_i (ver figura 10c); verificar-se-á também a seção separadamente com os dois momentos oblíquos devidos à consideração de e_{ax} e e_{ay} na forma indicada na figura 10c.

No caso de seção retangular com armadura igual nos quatro lados, permite-se substituir a flexo-compressão oblíqua por uma flexo-compressão normal equivalente, em uma direção principal, com a excentricidade ($e_x + \beta e_y h/b$) em que e_x e e_y são as projeções de e sobre os eixos principais, considerando-se direção x aquela em que $e_x \geq e_y h/b$, de acordo com a figura 10 d, onde é dado o valor de β .

B - Cálculo com consideração das deformações

O cálculo que abrange tanto o caso de ruína por ruptura à compressão do concreto quanto o de ruína por instabilidade, será feito:

- pelo processo exato (obrigatório quando $\lambda > 140$) que considera a relação momento-curvatura, ba-

seada nos diagramas σ, ϵ , do concreto e do aço, ou por processo aproximado devidamente justificado; a deformação lenta será levada em conta se for o caso e se $\lambda > 80$;

- pelo processo simplificado descrito em 4.1.1.3C, quando se tratar-se do caso particular deste item.

C - Barras retas com seção transversal simétrica constante (inclusive a armadura) e força normal também constante ao longo do seu comprimento, sob flexo-compressão e com $40 < \lambda \leq 80$.

Neste caso, permite-se o cálculo por processo simplificado que consiste em acrescentar a cada momento fletor de 1ª ordem M_{1d} , determinado conforme 4.1.1.3A, um momento complementar M_{2d} , agindo em plano paralelo à excentricidade acidental com que se calculou M_{1d} , suposto igual a:

$$M_{2d} = F_d e_2 = F_d \cdot \frac{\ell_e^2}{10} \cdot \frac{1}{r}$$

em que a curvatura $1/r$ do eixo da peça será determinada por:

$$\frac{1}{r} = \frac{0,0035 + f_{yd} / E_s}{(v + 0,5) h} \text{ com } v + 0,5 \geq 1$$

onde

$$v = \frac{F_d}{A_c f_{cd}}$$

e

h = lado, paralelo à excentricidade acidental considerada, do retângulo circunscrito à seção

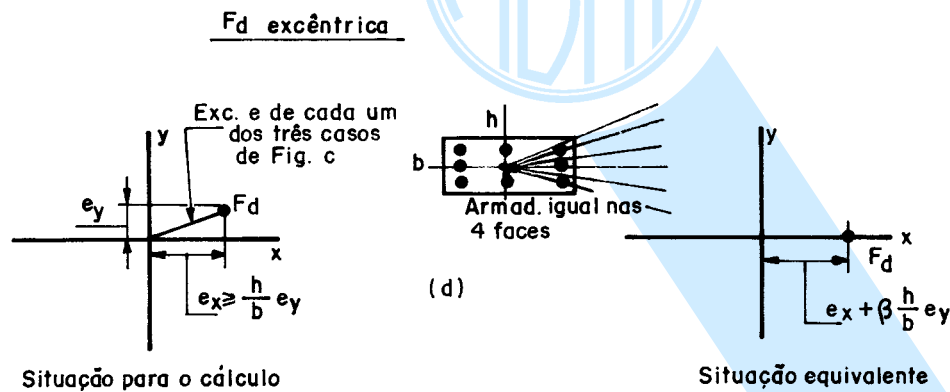
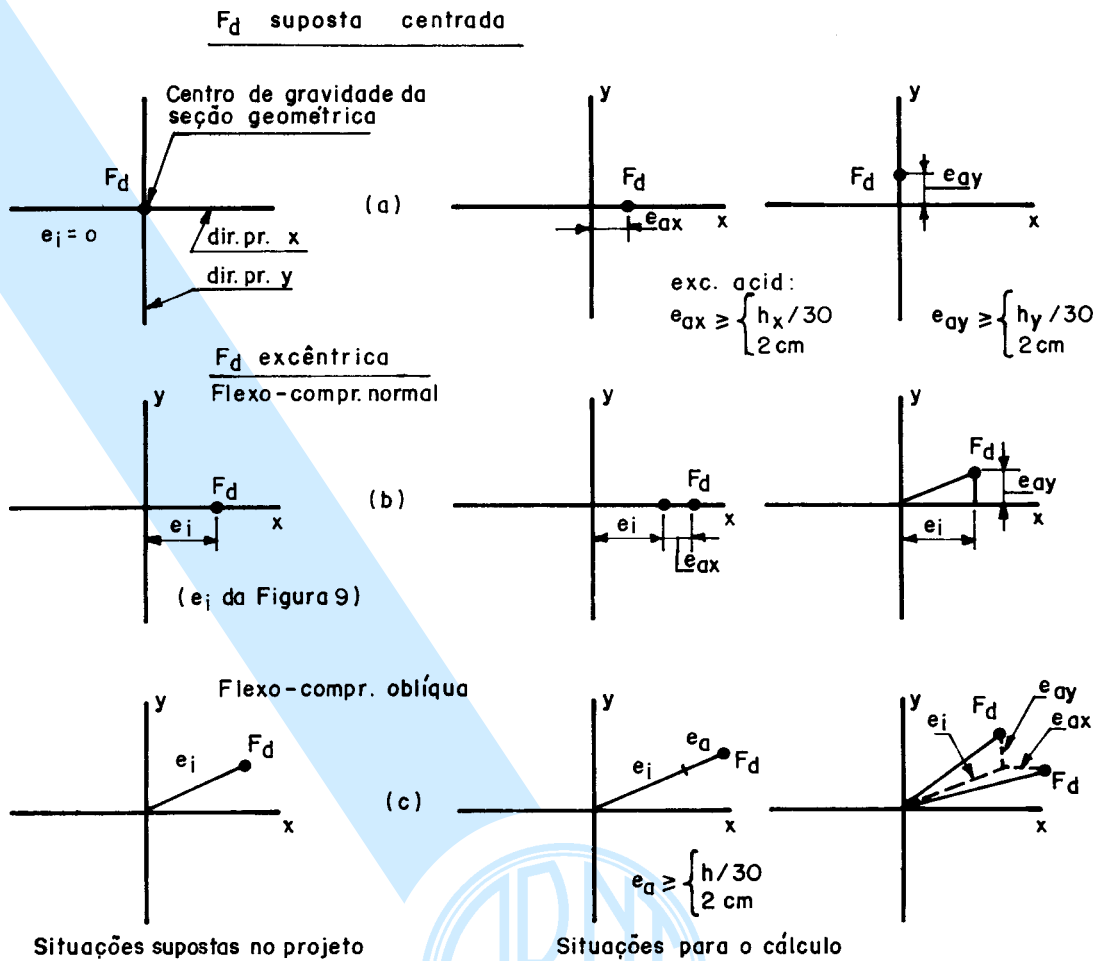
M_{2d} será desprezado quando $\lambda \leq 40$ no plano em que ele atua.

É desnecessário considerar o efeito da deformação lenta por ser simétrica à armadura.

Determinado M_{2d} , o cálculo da seção será feito com a solicitação constituída por $N_d = F_d$ e $M_d =$ resultante de M_{1d} e M_{2d} .

Nas estruturas de edifícios com nós considerados indesejáveis, faz-se o comprimento ℓ_e de um pilar igual à distância entre os eixos das vigas entre as quais ele se situa; se os nós forem considerados deslocáveis, ℓ_e será maior que esta distância e será determinado de acordo com as condições de extremidade do pilar. A consideração da deslocabilidade dos nós deverá basear-se na análise da rigidez global da estrutura de contraventamento.

Nas estruturas de nós considerados indesejáveis, se não houver carga transversal aplicada ao longo da barra e as excentricidades iniciais nas suas extremidades forem e_{iA} e e_{iB} a excentricidade e_i a considerar no cálculo de M_{1d} será $0,6 e_{iA} + 0,4 e_{iB}$ não menor que $0,4 e_{iA}$ onde e_{iA} é suposta sempre positiva e maior que $|e_{iB}|$ e e_{iB} é negativa se elas forem de sentidos opostos; entretanto, a verificação será feita com $M_d = M_{1d}$ determinado em função de e_{iA} e da excentricidade acidental, se esta situação for mais desfavorável que a anterior.



Valores de 100β

$\omega = A_s f_{yd} / A_c f_{cd}$

$\gamma = F_d / A_c f_{cd}$

$\gamma \backslash \omega$	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1,0	1,1	1,2	1,3	1,4	≥ 1,5
0	31	46	53	57	57	51	41	40	40	40	40	40	40	40	40
0,25	57	69	76	76	67	61	55	50	42	40	40	40	40	40	40
0,50	66	79	85	83	73	68	63	58	52	48	40	40	40	40	40
0,75	74	83	88	86	78	73	68	63	60	55	51	47	40	40	40
1,00	80	87	91	89	80	76	72	69	65	61	58	53	50	46	40

Figura 10

D - Cálculo simplificado de barras retas quando F_d é suposta centrada e $\lambda \leq 40$.

Como alternativa simplificada de cálculo, poderá a barra ser calculada à compressão, com a força normal aumentada na proporção de $1 + 6/h$, mas não menor que 1,1, onde h , medido em centímetros, é o menor lado do retângulo mais estreito circunscrito à seção.

E - Cálculo simplificado de barras retas com seção transversal retangular ou circular (cheia ou vazada) constante (inclusive a armadura), quando F_d é suposta centrada e $40 < \lambda \leq 80$.

Como alternativa simplificada de cálculo, nos casos particulares aqui considerados, quando $v \geq 0,7$, poderá a barra ser calculada à compressão simples, com a força normal aumentada na proporção de $1 + ke/h$, mas não menor que 1,1, onde $e = e_a + e_2$, sendo a excentricidade e_2 de 2ª ordem determinada de acordo com 4.1.1.3C, tomando-se $\kappa = 3$ para seções retangulares com pelo menos dois terços da armadura dispostos ao longo das bordas perpendiculares ao lado de altura h , e $\kappa = 4$ para as demais seções retangulares e para as seções circulares; h e e_a são medidas na direção correspondente à maior esbeltez.

4.1.1.4 Cintamento por armadura de projeção circular

Somente será calculadas como cintadas as peças que obedecerem ao disposto no item 6.4.1, tiverem $\lambda \leq 40$, referido ao núcleo, e excentricidade, já incluída a acidental, inferior a $d/8$. O cálculo será feito de acordo com o item 4.1.1.3, aumentando-se f_{ck} de

$$2 \frac{A_t}{A_{ci}} f_{yk} \left(1 - 8 \frac{e}{d_i} \right) \geq 0$$

Não se considera o concreto exterior ao núcleo. A resistência total de cálculo da peça cintada não deverá, porém, ultrapassar 1,7 vezes a calculada como se não houvesse cintamento.

4.1.1.5 Cintamento por armadura em malha

No caso de blocos de apoio e articulações cintados, conforme o disposto no item 6.4.2, f_{ck} será aumentada de:

$$1,7 \frac{A_t}{A_{ci}} f_{yk}$$

Não se considerará na armadura de cintamento a colocada para resistir aos esforços de tração oriundos de cargas aplicadas em área reduzida.

4.1.1.6 Pressão de contato em área reduzida

Quando a carga atuar em área menor do que a da superfície da peça, será permitido considerar aumentada a resistência do concreto, não se ultrapassando o valor último dado em 5.3.1.2e.

Havendo carga em área reduzida, deverá ser disposta armadura para resistir a todos os esforços de tração, sempre que a possibilidade de fissuração do concreto possa comprometer a segurança da peça.

4.1.2 Instabilidade de arcos e paredes

4.1.2.1 Arcos

A verificação da instabilidade dos arcos no seu plano poderá ser feita como se eles fossem peças retas, usando-se para o cálculo os seguintes comprimentos de flambagem:

a) para arcos engastados: $\ell_e = 0,35 \ell$;

b) para arcos articulados nas duas impostas: $\ell_e = 0,50 \ell$;

c) para arcos articulados nas duas impostas e no fecho: $\ell_e = 0,58 \ell$.

onde ℓ é a soma das cordas que uniriam as impostas ao fecho de um arco de flecha dupla.

4.1.2.2 Paredes

O cálculo de paredes fixadas no topo e no pé pode ser feito como para os pilares, adotados os seguintes comprimentos de flambagem, onde β é a razão da altura ℓ para a largura:

a) dois lados livres: $\ell_e = \ell$

b) um lado livre e o outro fixo:

$$\ell_e \frac{\ell}{1 + (\beta/3)^2} > 0,3\ell$$

c) dois lados fixos: $\ell_e \frac{\ell}{1 + \beta^2}$, se $\beta \leq 1$

$$\ell_e \frac{\ell}{2\beta}, \text{ se } \beta \geq 1$$

Se o topo e o pé da parede forem engastados e $\beta \leq 1$, os valores de ℓ_e serão multiplicados por 0,85.

4.1.3 Torção

As prescrições que seguem só são aplicáveis a peças em que a tensão de cálculo da armadura não seja considerada superior a 435 MPa.

A tensão calculada τ_{td} não poderá ultrapassar o valor último τ_{tu} fixado em 5.3.1.2a.

As peças torcidas de seção vazada deverão ser enrijecidas por diafragmas transversais nas extremidades e nas seções intermediárias onde agirem momentos de torção concentrados importantes. Quando a torção não for essencial ao equilíbrio da estrutura, a sua consideração no estado limite último poderá ser dispensada a critério do projetista.

4.1.3.1 Tensão na seção vazada

A tensão tangencial oriunda da torção será dada por:

$$\tau_{td} = \frac{T_d}{2A_e h_e}$$

Onde:

A_e = área limitada pela linha média da parede, incluindo a parte vazada

h_e = espessura da parede no ponto considerado

Quando o menor h_e for maior do que a espessura da parede fictícia da seção cheia do mesmo contorno externo, referida em 4.1.3.2, adotar-se-á esta espessura em lugar de h_e .

4.1.3.2 Tensão na seção cheia

As seções cheias serão calculadas como seções vazadas, com parede fictícia de espessura h_f , de acordo com as regras que seguem:

A - Seções retangulares

Se b e $h \geq b$ forem os lados do retângulo e b_s e h_s as distâncias entre os eixos das barras da armadura longitudinal dos cantos, medidas respectivamente nas direções paralelas aos lados b e h , a seção vazada a considerar será a seguinte:

- se $b_s \geq 5b/6$, a espessura h_f da parede fictícia será tomada igual a $b/6$ sobre todo o contorno do retângulo, considerando-se o contorno externo da parede fictícia coincidente com o contorno externo da seção;
- se $b_s \leq 5b/6$, a espessura h_f da parede fictícia será tomada igual a $b_s/5$ sobre todo o contorno do retângulo, a linha média desta parede coincidindo com o retângulo cujos vértices são os centros das seções das barras de canto da armadura longitudinal.

B - Seções compostas de retângulos

Para as seções compostas de retângulos (ver figura 11), será aplicadas as regras anteriores a cada um dos retângulos justapostos, suprimindo-se depois os elementos da parede entre os vazamentos que não atinjam o contorno externo da seção. Obter-se-á, assim, uma parede contínua envolvendo um único vazamento.

Quando a razão dos lados dos retângulos não estiver entre 1/3 e 3, serão desprezados trechos destes retângulos, de modo a fazer que a relação fique dentro destes limites.

C - Seções quaisquer de contorno convexo

Para as seções de contorno poligonal convexo, distinguem-se os seguintes casos:

a) se todos os ângulos do contorno forem superiores a 60° , serão considerados os diâmetros b e b_s dos círculos inscritos neste contorno e no polígono formado pelos centros das seções das barras de canto da armadura longitudinal; a seção vazada correspondente será a que tem espessura $b/6$ e é limitada pelo contorno externo, se $b_s \geq 5b/6$, e, em caso contrário, a espessura $b_s/5$, tendo a parede, por eixo central, o polígono formado pelos centros das seções das barras de canto da armadura;

b) se houver ângulos menores ou iguais a 60° , a parede da seção vazada será circular e inscrita no contorno externo, com espessura igual a 1/6 do seu diâmetro.

4.1.3.3 Armadura

A - Torção simples

A armadura de torção será toda ela contida na área correspondente à parede fictícia:

a) quando a armadura for composta de barras longitudinais e estribos normais ao eixo da peça, dever-se-á ter:

$$\frac{A_{90}}{s} = \frac{A_{sf}}{u} = \frac{T_d}{2A_e f_{yd}}$$

onde:

A_{90} = área da seção transversal de um estribo, simples ou múltiplo, normal ao eixo da peça

A_{sf} = soma das áreas das seções das barras longitudinais

A_e = área limitada pela linha média da parede, incluindo a parte vazada

u = perímetro de A_e

s = afastamento entre os eixos dos estribos

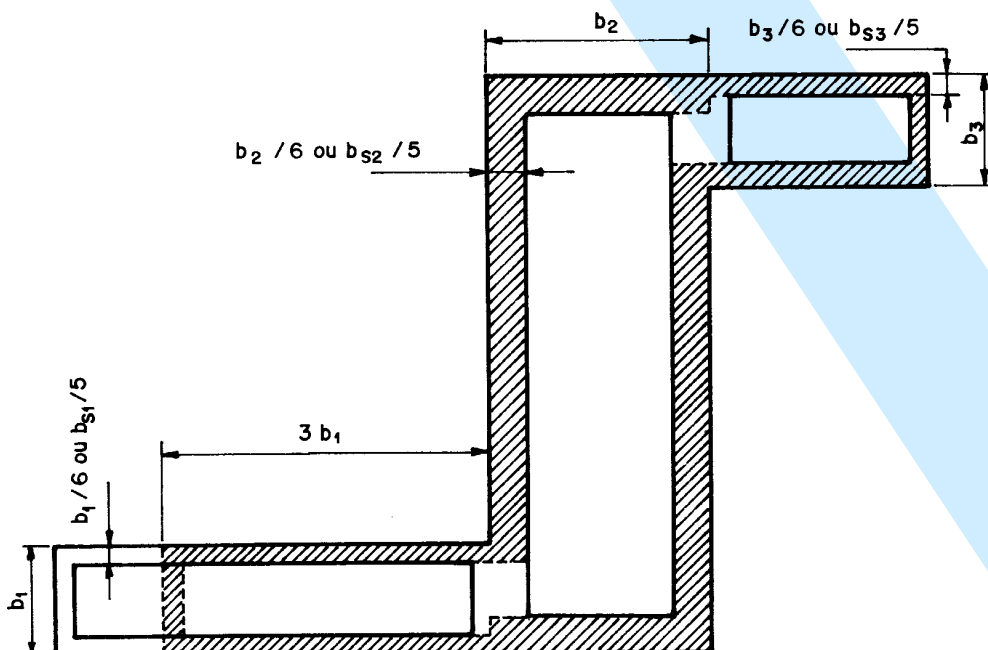


Figura 11

b) quando a armadura for inclinada a 45° sobre o eixo da peça, dever-se-á ter:

$$\frac{A_{45}}{s} = \frac{T_d}{2\sqrt{2}A_e f_{yd}}$$

onde:

A_{45} = área da seção da barra inclinada a 45°

s = distância entre os eixos dos ramos da barra inclinada a 45°, medida paralelamente ao eixo da peça.

B - Torção e flexão

Não sendo feito cálculo exato, permite-se determinar separadamente as armaduras para torção e para flexão e adicioná-las.

4.1.4 Força cortante

As prescrições que seguem não se aplicam às vigas parede e aos consolos curtos.

Nas vigas de grande altura, especial atenção deverá ser dada à verificação dos esforços na região próxima ao canto inferior junto ao apoio.

4.1.4.1 Tensão no concreto

O valor de cálculo da tensão convencional de cisalhamento no concreto, na alma das peças (tensão de referência), é considerado

$$\tau_{wd} = \frac{V_d}{b_w d}$$

essa tensão de cálculo τ_{wd} não poderá ultrapassar o valor último fixado em 5.3.1.2b.

Nas peças de altura variável far-se-á a devida correção, subtraindo-se do valor absoluto de V_d (se M_d em valor absoluto e d crescerem no mesmo sentido), ou a ele acrescentado (se M_d em valor absoluto e d crescerem em sentidos opostos) a quantidade $M_d \cdot \tan \alpha / d$, onde α é o ângulo entre as tangentes às faces da peça na seção considerada; não se tomará inclinação de cada face maior que 1:3.

4.1.4.2 Armadura transversal

A armadura transversal das peças lineares e das lajes, para resistir aos esforços oriundos da força cortante, deverá ser calculada pela teoria clássica de Mörsch, com base na seguinte tensão (em MPa)

$$\tau_d = 1,15 \tau_{wd} = \tau_c \geq 0$$

com

$$\tau_c = \psi_1 \sqrt{f_{ck}} \text{ na flexão simples}$$

$$\tau_c = \psi_1 \sqrt{f_{ck}} \left(1 + 3 \frac{\sigma_{cmd}}{f_{ck}} \right) \text{ na flexo-compressão}$$

$$\tau_c = \psi_1 \sqrt{f_{ck}} \left(1 - 9 \frac{\sigma_{cmd}}{f_{ck}} \right) \text{ na flexo-tração}$$

com f_{ck} em MPa

onde:

$$\sigma_{cmd} = \frac{N_{cd}}{A_c} = \text{tensão média de compressão, de cálculo}$$

$$\sigma_{tmd} = \frac{N_{td}}{A_c} = \text{tensão média de tração, de cálculo}$$

$$\psi_1 = 0,07 \text{ para } \rho \leq 0,001$$

$$\psi_1 = 0,14 \text{ para } \rho \geq 0,015$$

interpolando-se linearmente para valores intermediários de ρ_1 .

ρ_1 = menor taxa da armadura longitudinal de tração no trecho de comprimento $2h$ a partir da face do apoio.

Far-se-á $\tau_c = 0$ quando, nas peças de altura variável, o valor absoluto de V_d tiver sido diminuído, conforme o primeiro caso do final do item 4.1.4.1. Também se fará $\tau_c = 0$ nas peças curvas.

A tensão na armadura não pode ultrapassar o valor da resistência de cálculo f_{yd} (ver item 5.3.1.1), no caso de estribos, e 70% deste valor, no caso de barras dobradas, não se tomando valores superiores a 435 MPa.

No caso de lajes, dispensa-se o uso de armadura transversal se $\tau_{wd} \leq \tau_{wu1}$ (ver item 5.3.1.2b) e pelo menos metade da armadura longitudinal máxima de tração no vão é prolongada, sem dobrar, até os apoios e aí corretamente ancorada.

Nas peças lineares, o esforço oriundo da força cortante poderá ser resistido só por estribos, ou por estribos e barras dobradas, não podendo caber a estas últimas mais que 60% do esforço total. Nas lajes, a totalidade do esforço poderá ser resistida por barras dobradas e estribos, ou apenas por barras dobradas.

4.1.4.3 Seções próximas aos apoios

Para o cálculo da armadura transversal, se a carga e a reação de apoio forem aplicadas em faces opostas da peça, comprimindo-a:

- a força cortante oriunda de carga distribuída poderá ser considerada, no trecho entre o apoio e seção situada à distância $h/2$ da face do apoio, constante e igual à desta seção;
- a força cortante, devido a uma carga concentrada aplicada a uma distância $a \leq 2h$ do centro do apoio, poderá, neste trecho de comprimento a , ser reduzida, multiplicando-se por $a/2h$.

Para a verificação da tensão no concreto, ou seja, para a comparação de τ_{wd} com τ_{wu} , não será feita a redução do valor da força cortante.

4.1.5 Punção

4.1.5.1 Tensão no concreto

No caso de punção, salvo cálculo rigoroso, supõe-se que a carga produza tensão tangencial uniformemente distribuída na área $u d$ (ver figura 12), em que:

d = altura útil da laje ao longo do contorno C da área de aplicação da carga

u = perímetro de um contorno C' externo ao contorno C e deste distante $d/2$ no plano da laje (ver figura 12)

A tensão determinada com a carga de cálculo não poderá ultrapassar o valor último dado em 5.3.1.2b, mesmo quando for colocada armadura (item 4.1.5.2).

Se o contorno C apresentar reentrâncias (ver figura 13), o contorno C' será paralelo ao polígono convexo circunscrito ao contorno C.

No caso em que o maior lado a do mais estreito retângulo circunscrito ao contorno C (ver figura 14) for maior que 3 vezes o lado b desse retângulo, não serão considera-

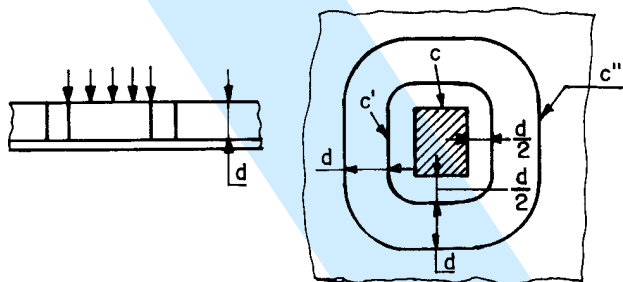


Figura 12

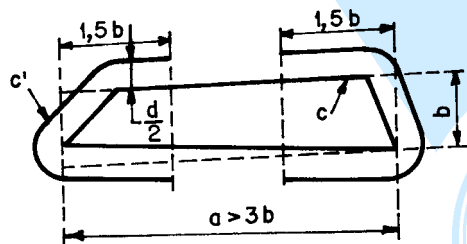


Figura 14

4.1.5.2 Armadura

Deverá ser calculada e colocada na face tracionada uma armadura de flexão que atravesse a projeção da área em que se aplica a carga e que seja suficientemente ancorada além do perímetro C' (ver figura 12). Sempre que a tensão no concreto, calculada de acordo com o item 4.1.5.1, for igual ou inferior ao valor último dado em 5.3.1.2b mas superior à metade deste valor, dever-se-á dispor de uma armadura transversal, tal que a componente dos esforços que ela absorve, perpendicular à laje, corresponde no mínimo a 75% do valor de cálculo da força concentrada aplicada à laje. Esta armadura será calculada com a resistência de cálculo f_{yd} , não se tomando valores superiores a 300 MPa, e será constituída por estribos distribuídos na faixa contida pelos perímetros C e C' da figura 12.

4.1.6 Aderência e ancoragem

Consideram-se em boa situação quanto à aderência os trechos das barras que estejam em uma das posições seguintes:

- com inclinação não inferior a 45° sobre a horizontal;
- horizontais ou com inclinação menor que 45° sobre a horizontal, desde que localizados no máximo 30 cm acima da face inferior da peça ou da junta de concretagem mais próxima, quando

dos os segmentos do contorno C' contidos entre as 2 paralelas aos lados menores b e destes distantes $1,5b$.

Se existir na laje uma abertura situada a menos de $2d$ do contorno C, não será considerado o trecho do contorno C' entre as 2 retas que passam pelo centro de gravidade da área de aplicação da carga e tangenciam o contorno da abertura (ver figura 15).

Em qualquer caso, os segmentos do contorno C' situados a uma distância inferior a $3d$ de uma borda livre da laje não serão considerados no valor de u .

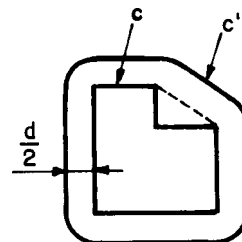


Figura 13

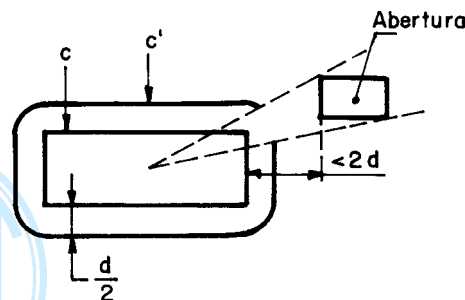


Figura 15

$h \leq 60$ cm, ou desde que localizados a mais de 30 cm abaixo da face superior ou da junta de concretagem mais próxima, quando $h > 60$ cm.

Os trechos das barras em outras posições são considerados em má situação quanto à aderência.

4.1.6.1 Escorregamento

Nas peças fletidas, a tensão de escorregamento será calculada pela fórmula:

$$\tau_b = 1,15 \frac{b_w}{u_s} \tau_{wd}$$

Não deverá ultrapassar o valor de τ_{bu} dado em 5.3.1.2c, a fim de evitar rupturas locais de aderência e fissuras do concreto ao longo das barras.

u_s é a soma dos perímetros das seções transversais das barras da armadura; no caso de feixes, o perímetro deve ser o da seção circular de área igual.

Esta verificação será obrigatória para barras de bitola superior a 25 e para feixes de barras.

Quando houver barras dobradas, fazendo ângulo $\alpha \geq 45^\circ$ com o eixo da viga, calculadas para resistir à fração χ dos

esforços de tração oriundos do cisalhamento, será permitido reduzir a tensão de aderência nas barras ainda não dobradas, multiplicando-as por:

$$1 - \frac{\chi}{1 + \operatorname{tg} \alpha}$$

4.1.6.2 Ancoragem

Todas as barras das armaduras deverão ser ancoradas no concreto, de modo a garantir que possam resistir, com a segurança prevista, aos esforços para os quais foram calculadas.

A - Ancoragem por aderência

O trecho da extremidade da barra de tração, considerado como de ancoragem, tem início na seção onde sua tensão σ_s começa a diminuir (o esforço da armadura começa a ser transferido para o concreto) e deve prolongar-se pelo menos 10Φ além do ponto teórico de tensão σ_s nula, não podendo, em nenhum caso, ser inferior ao comprimento necessário estipulado em 4.1.6.2B. De acordo com o acima exposto, na armadura longitudinal de tração das peças fletidas, o trecho de ancoragem da barra tem início no ponto A (ver figura 16) do diagrama de forças R_{st} deslocado (ver item 4.1.1.2). Se a barra não for dobrada, o trecho de

ancoragem se estenderá pelo menos até 10Φ além do ponto B. Quando CC' for maior que dois terços de AA', o trecho de ancoragem terá início em B, dispensando-se, neste caso, o acréscimo 10Φ . Se a barra for dobrada, o início do dobramento poderá coincidir com o ponto B. Se o ponto A estiver na face do apoio ou além dela (ver figura 17) e a força R_{st} diminuir em direção ao centro do apoio, o trecho de ancoragem será medido a partir desta face e poderá ter apenas o comprimento necessário dado em 4.1.6.2B, com a força a ancorar determinada por:

$$R_{S1} \frac{a_l}{d} V_d \geq 0,5 V_d$$

em que V_d é o valor de cálculo, não reduzido, conforme 4.1.4.3, da força cortante na face do apoio considerado a_l/d é determinado segundo o item 4.1.1.2.

As barras prolongadas até o apoio, de acordo com o item 6.3.1.2, deverão ultrapassar a face do apoio de um comprimento no mínimo igual a 10Φ , respeitado o comprimento necessário de ancoragem (ver figura 18). A ancoragem dos estribos deverá ser garantida por meio de ganchos nas extremidades, que se apoiem em barra longitudinal de diâmetro adequado. As extremidades de cada anel de cintamento deverão ser emendadas de acordo com o prescrito em 6.3.5. As extremidades das armaduras helicoidais, de torção ou cintamento deverão ser prolongadas até o núcleo do concreto e aí terminadas em gancho.

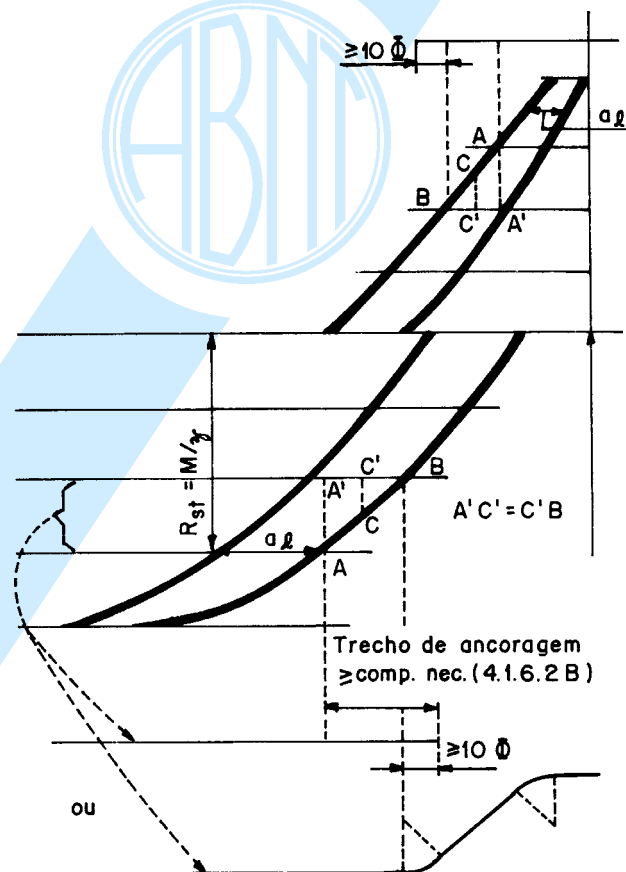


Figura 16

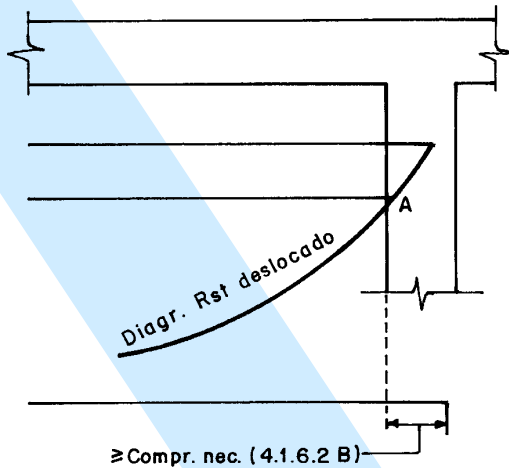


Figura 17

B - Comprimento necessário de ancoragem por aderência das barras tracionadas

As barras lisas tracionadas de bitola maior que 6,3 deverão sempre ter ganchos.

O comprimento necessário de ancoragem retilínea (sem gancho) das barras tracionadas será:

$$l_b = \frac{\Phi}{4} \cdot \frac{f_{yd}}{\tau_{bu}} \cdot \frac{A_{s\,cal}}{A_{se}}$$

em que $A_{s\,cal}$ é a área da seção da armadura, calculada com o esforço a ancorar; e A_{se} é a área existente; τ_{bu} terá o valor prescrito em 5.3.1.2c para a ancoragem.

O comprimento l_b não poderá ser inferior a $l_{b1}/3$, 10Φ e 10 cm, sendo l_{b1} o valor de l_b , calculado com $A_{s\,cal} = A_{se}$.

O comprimento necessário de ancoragem será aumentado de 20%, no caso de feixe de 2 barras e em 33%, para mais de 2 barras, usando-se para Φ o diâmetro do círculo de área igual.

Quando a barra terminar em gancho fora do apoio o comprimento necessário de ancoragem, medido na forma da figura 19a, será:

$$l_b - 15\Phi \geq \begin{cases} l_{b1}/3 \\ 10\text{ cm} \end{cases} \text{ para } \eta_b < 1,5$$

$$l_b - 10\Phi \geq \begin{cases} l_{b1}/3 \\ 10\text{ cm} \end{cases} \text{ para } \eta_b \geq 1,5$$

No caso em que a barra termina em gancho no apoio, o comprimento necessário de ancoragem será o mesmo dado acima, mas a barra deverá prolongar-se além da face do apoio de um comprimento no mínimo igual a $r + 5,5\Phi \geq 6\text{ cm}$ (ver figura 19b), onde r é o raio interno efetivo do gancho.

Se houver cobrimento da barra no trecho do gancho, medido normalmente ao plano do gancho, de pelo menos 7 cm e as ações acidentais não ocorrerem com grande frequência com seu valor máximo, para a ancoragem da barra será suficiente que ela penetre no apoio, a partir da face deste (ver figura 19b), de um comprimento igual a $r + 5,5\Phi \geq 6\text{ cm}$.

A ancoragem das barras dobradas que façam parte da armadura transversal será assegurada por um prolon-

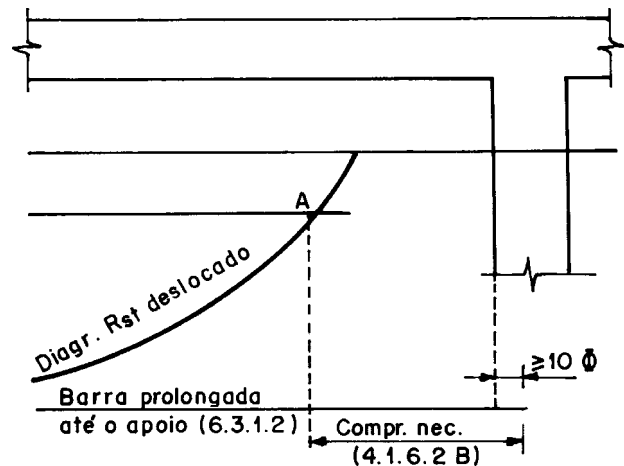


Figura 18

gamento de comprimento l_1 , de acordo com a figura 20, igual a $0,6 l_b$, no caso de ancoragem em zona comprimida, e $1,3 l_b$ em zona tracionada, não se tomando $l_1 < 0,5 l_{b1}$; não se considerará redução devido ao gancho.

C - Ancoragem em laço

Nas ancoragens em laço (ver figura 21), o raio de curvatura deve obedecer à seguinte condição, com $l_{be} \leq l_{b1}$

$$r \geq \left(0,35 + 0,7 \frac{\Phi}{a} \right) \Phi \frac{f_{yk}}{f_{ck}} \frac{l_b - l_{be}}{l_b}$$

onde a é distância entre eixos de laços adjacentes ou entre o eixo do primeiro laço e a face mais próxima da peça e l_{be} é o comprimento de ancoragem efetivo medido a partir da face do apoio, no caso de vigas (ver figura 22). Se não houver compressão transversal suficiente para impedir a fissuração do concreto por ação do laço, deve ser disposta uma armadura normal ao plano da curva do laço, bem ancorada, calculada para resistir a um esforço igual a um quarto do esforço total $2R_s$ que age na ancoragem, com um mínimo de duas barras de bitola 6,3.

D - Comprimento de ancoragem por aderência das barras comprimidas

As barras que forem somente comprimidas deverão ser ancoradas apenas com ancoragem retilínea (sem gancho) e o comprimento de ancoragem será calculado como no caso de tração, não podendo, porém, ser inferior a $0,6 l_{b1}$, nem a 10Φ e nem a 15 cm.

E - Armadura transversal nas ancoragens

Quando não houver compressão do concreto transversalmente à armadura no trecho de ancoragem, suficiente para impedir a fissuração do concreto, deve ser disposta armadura transversal ao longo do terço extremo do trecho de ancoragem, capaz de resistir a um esforço igual a 40% do esforço transmitido pela barra ancorada; todas as barras que atravessarem o plano de possível fissuração, no trecho de ancoragem, poderão ser consideradas naquela armadura.

Além disto, logo depois das extremidades das ancoragens de barras comprimidas, deverá haver armadura transversal destinada a proteger o concreto contra os efeitos do esforço concentrado na ponta, a qual será dimensionada para resistir a um quinto do esforço ancorado, podendo nela ser incluídos os estribos aí existentes.

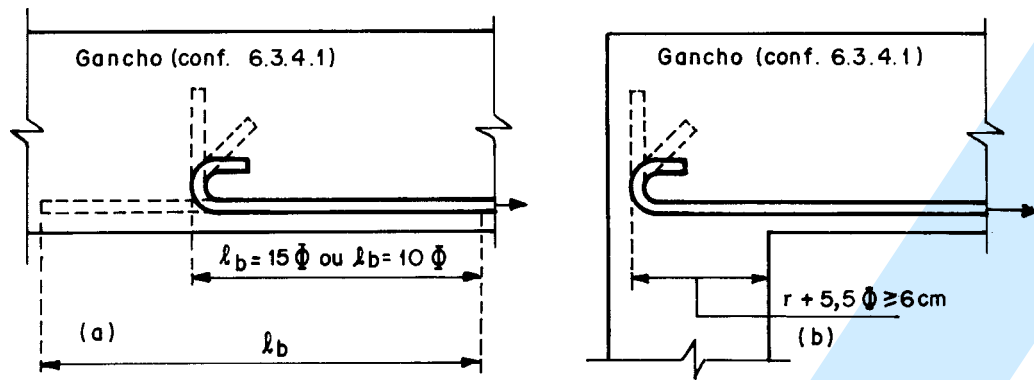


Figura 19

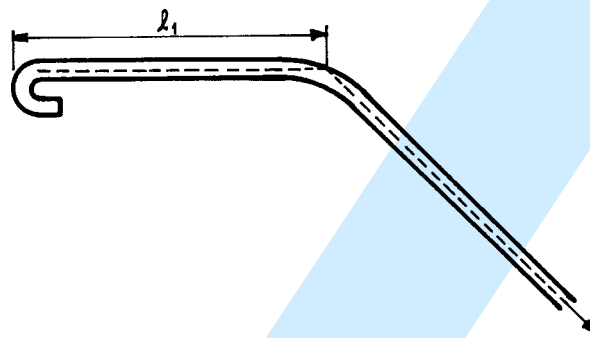


Figura 20

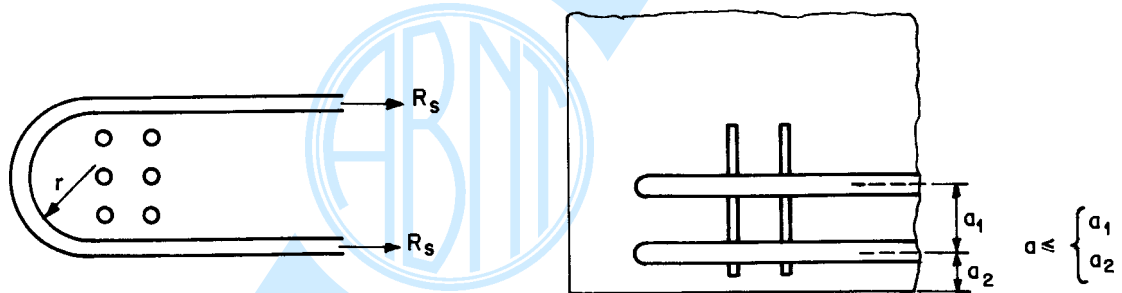


Figura 21

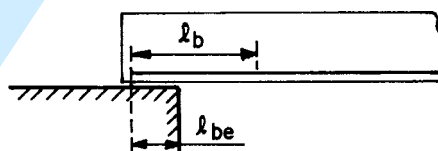


Figura 22

F - Ancoragens especiais

Outros tipos de ancoragem (como chapas de topo) poderão ser empregados, desde que devidamente justificados e de eficiência comprovada.

4.2 Estados limites de utilização

4.2.1 Estado de formação de fissuras

A solicitação resistente com a qual haverá uma grande probabilidade de iniciar-se a formação de fissuras normais

à armadura longitudinal poderá ser calculada com as seguintes hipóteses:

- a) a deformação de ruptura à tração do concreto é igual a $2,7 f_{tk}/E_c$, com E_c dado no item 8.2.5;
- b) na flexão, o diagrama de tensões de compressão no concreto é triangular (regime elástico); a tensão na zona tracionada é uniforme e igual a f_{tk} , multiplicando-se a deformação de ruptura da alínea a) por 1,5;

c) as seções transversais planas permanecem planas.

Deverá ser sempre levado em conta o efeito da retração. Como simplificação, nas condições correntes, este efeito pode ser considerado supondo-se a tensão de tração igual a $0,75 f_{tk}$ e desprezando-se a armadura.

4.2.2 Estado de fissuração inaceitável

Considera-se que a fissuração é nociva quando a abertura das fissuras na superfície do concreto ultrapassa os seguintes valores:

- 0,1 mm, para peças não protegidas em meio agressivo;
- 0,2 mm, para peças não protegidas em meio não agressivo;
- 0,3 mm, para peças protegidas.

Supõe-se que, com razoável probabilidade, a condição acima ocorre quando se verificam simultaneamente as seguintes desigualdades:

$$\frac{\Phi}{2 \eta_b - 0,75} \cdot \frac{\sigma_s}{E_s} \left(\frac{4}{\rho_r} + 45 \right) > \begin{cases} 1 \text{ para a alínea a} \\ 2 \text{ para a alínea b} \\ 3 \text{ para a alínea c} \end{cases}$$

$$\frac{\Phi}{2 \eta_b - 0,75} \cdot \frac{\sigma_s}{E_s} \frac{3 \sigma_s}{f_{tk}} > \begin{cases} 1 \text{ para a alínea a} \\ 2 \text{ para a alínea b} \\ 3 \text{ para a alínea c} \end{cases}$$

onde:

σ_s = tensão na armadura sob a solicitação dada em 5.4.2.2 (tensão em serviço)

Φ = diâmetro das barras, em mm

ρ_r = taxa geométrica da armadura na seção transversal de concreto A_{cr} interessada pela fissuração = A_s/A_{cr}

- para os tirantes: A_{cr} = área da seção transversal do tirante;
- para as peças de seção retangular ou T, submetidas à flexão simples: $A_{cr} = 0,25 b_w h$;
- para as peças de seção retangular ou T, submetidas à flexão composta: $A_{cr} = 0,4 b_w (h - x)$.

Quando o cobrimento c da armadura longitudinal de tração for superior ao mínimo exigido em 6.3.3.1, é permitido aumentar o valor limite da abertura das fissuras (ver alíneas a, b ou c), - e portanto, os valores correspondentes 1, 2 e 3, nas desigualdades acima - em até 25%, proporcionalmente ao valor do quociente c/c_{\min} . Para o emprego das expressões acima não se tomará $\eta_b > 1,8$.

4.2.3 Estado de deformação excessiva

No projeto, especial atenção deverá ser dada à verificação da possibilidade de ser atingido o estado de deformação excessiva, a fim de que as deformações não possam ser prejudiciais à estrutura ou a outras partes da construção.

Deverão ser estudadas as possíveis conseqüências indesejáveis das deformações e previstos os dispositivos necessários para evitá-las, adotando-se contra-flechas quando conveniente.

No cálculo das deformações deverão ser levadas em conta a retração e a deformação lenta.

4.2.3.1 Flexão

Salvo cálculo rigoroso, a determinação das deformações das peças fletidas deverá ser feita considerando-se apenas o estágio II para barras, permitindo-se o estágio I para lajes, podendo proceder-se de acordo com os itens seguintes A e B.

A - Ações de curta duração

Quando a deformação lenta for nula ou desprezível, por serem as ações de curta duração, o módulo de deformação E_c a adotar é o módulo secante do concreto, suposto igual a 0,9 do módulo na origem dado no item 8.2.5.

B - Ações de longa duração

Para levar em conta o efeito da deformação lenta, permite-se avaliar a flecha final devido às ações de longa duração, aplicadas logo após o término da construção, como o produto do valor da flecha imediata respectiva pela relação das curvaturas final e inicial na seção de maior momento em valor absoluto, calculadas através de:

$$\frac{1}{r} = \frac{|\epsilon_c| + \epsilon_s}{d}$$

fazendo ϵ_c final igual a três vezes o valor de ϵ_c inicial e ϵ_s constante e igual ao seu valor inicial. No caso de ações de longa duração, aplicadas seis meses ou mais após a concretagem, ϵ_c final pode ser tomada igual a duas vezes o valor inicial.

C - Em estruturas de edifícios

Nas vigas e nas lajes das estruturas de edifícios deverão ser obedecidas as seguintes limitações, com as ações de acordo com 5.4.2.2:

- as flechas medidas a partir do plano que contém os apoios, quando atuarem todas as ações, não ultrapassarão 1/300 do vão teórico, exceto no caso de balanços para os quais não ultrapassarão 1/150 do seu comprimento teórico;
- o deslocamento causado pelas cargas acidentais não será superior a 1/500 do vão teórico e 1/250 do comprimento teórico dos balanços.

Os deslocamentos transversais não poderão atingir o valor do qual possam resultar danos a elementos da construção apoiados na estrutura ou situados sob peças desta, prevendo-se, nestes casos, quando necessário, os dispositivos adequados para evitar as conseqüências indesejáveis.

No cálculo das flechas das lajes, deve ser considerado, se for o caso, o efeito da rotação das vigas perimetrais.

Em vigas de seção retangular ou T e lajes maciças retangulares de edifícios serão consideradas atendidas as condições a e b e dispensar-se-á o cálculo das flechas quando a altura útil d não for inferior ao valor $\ell / \psi_2 \psi_3$, devendo-se tomar para ψ_2 e ψ_3 os valores abaixo (nas lajes armadas em cruz, ℓ é o menor vão). Em qualquer caso, deverão ser respeitados os limites do item 6.1.1.1.

Vigas e lajes armadas em uma direção:

	Valores de ψ_2
- simplesmente apoiadas	1,0
- contínuas	1,2
- duplamente engastadas	1,7
- em balanço	0,5

Lajes armadas em cruz:

Tabela 2 - Valores de ψ_2

$l_y \backslash l_x$					
	$\begin{matrix} 2,2 \\ 1,7 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 2,0 \\ 1,7 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,9 \\ 1,7 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,7 \\ 1,7 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,7 \\ 1,7 \end{matrix}$
	$\begin{matrix} 2,0 \\ 1,4 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,8 \\ 1,4 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,7 \\ 1,4 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,4 \\ 1,3 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,3 \\ 1,3 \end{matrix}$
	$\begin{matrix} 1,9 \\ 1,2 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,7 \\ 1,1 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,5 \\ 1,1 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,1 \\ 1,0 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,0 \\ 1,0 \end{matrix}$
	$\begin{matrix} 1,7 \\ 0,5 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,4 \\ 0,5 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,1 \\ 0,5 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 0,7 \\ 0,5 \end{matrix}$	$\begin{matrix} 0,6 \\ 0,5 \end{matrix}$
	$\begin{matrix} 1,7 \\ 0,5^x \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,3 \\ 0,5^x \end{matrix}$	$\begin{matrix} 1,0 \\ 0,5^x \end{matrix}$	$\begin{matrix} 0,6 \\ 0,5^x \end{matrix}$	$\begin{matrix} 0,5 \\ 0,3^x \end{matrix}$

l_y = vão menor

l_x = vão maior

número superior: ψ_2 para $l_x/l_y = 1$

número inferior: ψ_2 para $l_x/l_y = 2$, podendo usar-se para razão entre lados maior que 2, exceto nos casos assinalados com asterisco

para $1 < l_x/l_y < 2$: interpolar linearmente

Tensão na armadura para solitação de cálculo (σ_{sd})	Valores de ψ_3	
	Em vigas e lajes nervuradas	Em lajes maciças
215 MPa		
280 MPa	25	35
350 MPa	22	33
435 MPa	20	30
520 MPa	17	25
	15	20

Para as lajes com mais de 4 m de vão teórico, que suportarem paredes na direção do vão suscetíveis de fissuração, as alturas úteis mínimas calculadas por este item deverão ser multiplicadas por $\ell/4$ (ℓ em metros).

4.2.3.2 Torção

A deformação oriunda da torção poderá ser calculada para a seção geométrica da peça com as fórmulas da teoria da elasticidade, tomando-se para módulo de deformação transversal do concreto antes da fissuração $G_c = 0,4 E_c$. Após a fissuração, a deformação assim calculada deverá ser multiplicada por 6.

Nas vigas T ou duplo T, a largura útil da mesa a considerar não deve ultrapassar 3 vezes a sua espessura.

5 Segurança

5.1 Critérios de segurança

Com relação ao estado limite último, cuja consideração é obrigatória em todos os projetos, admite-se que há segurança se os valores de cálculo das solicitações, na sua combinação mais desfavorável (solicitações atuantes de cálculo), não ultrapassam a solicitação limite correspondente aos valores de cálculo da resistência dos materiais (solicitação resistente de cálculo).

Com relação aos estados limites de utilização, admite-se que há segurança quando não são ultrapassados os limites além dos quais as condições da estrutura não são aceitáveis.

No estado múltiplo de tensões, para haver segurança o círculo de Mohr correspondente às tensões determinadas com os valores de cálculo das ações não deve ultrapassar a envoltória de Mohr traçada com os valores de cálculo da resistência do concreto. Dispensa-se esta verificação sempre que, sendo uma das tensões principais nula ou de tração, as tensões de cálculo σ_{ld} e σ_{td} não ultrapassam os valores últimos dados em 5.3.1.2d.

No caso da verificação de instabilidade pelo cálculo à flexo-compressão, a segurança corresponde aos coeficientes γ_c , γ_s e γ_f . Quando for determinada diretamente a solicitação de flambagem, admite-se que há segurança se essa solicitação não é inferior a 3 vezes a solicitação correspondente à ação característica.

As peças fletidas são dimensionadas pretendendo-se que, se levadas à ruína, esta ocorra quando atingido o momento fletor de ruptura sem que haja antes ruptura por cisalhamento, por escorregamento da armadura ou por deficiência da ancoragem desta.

A segurança das peças no estado limite último, qualquer que seja a espécie de solicitação, não poderá depender da resistência à tração do concreto. Assim, salvo nos casos previstos nesta Norma (ver item 4.1.1.6, final do item 4.1.4.2 e item 4.1.5.2) e outros casos em que os esforços de tração no concreto sejam desprezíveis, deverá, em geral, haver armadura suficiente para resistir, com a segurança prevista, a todos os esforços de tração.

5.2 Valores característicos

Valores característicos dos materiais, das ações e das solicitações são os valores que apresentam uma probabilidade pré-fixada de não serem ultrapassados no sen-

tido desfavorável. Para os materiais, é considerada a dispersão dos resultados dos ensaios dos materiais a serem empregados. Para as ações e solicitações, é considerada a incerteza na previsão ou no cálculo do seu valor.

Para as resistências dos materiais, admite-se uma distribuição normal, sendo o valor característico definido pela expressão:

$$f_k = f_m - 1,65s$$

correspondente ao quantil de 5% da respectiva distribuição.

5.2.1 Materiais

5.2.1.1 Concreto à compressão

A resistência do concreto à compressão é determinada através de ensaios de corpos-de-prova cilíndricos normais, de acordo com a NBR 5739. O seu valor característico será estimado de acordo com o item 15.

Se não se fizer menção especial da idade, supõe-se-á que ela seja de 28 dias.

Quando não for feita dosagem experimental (ver item 8.3), a resistência característica para o cálculo será $f_{ck} \leq 9$ MPa.

5.2.1.2 Concreto à tração

A resistência do concreto à tração é determinada através de ensaios de corpos-de-prova cilíndricos normais, de acordo com a NBR 7222, fazendo-se a devida transformação para a resistência à tração axial. O seu valor característico será estimado de acordo com o item 15.

Na falta de determinação experimental, poderão ser adotadas as seguintes relações:

$$f_{tk} = \frac{f_{ck}^f}{10} \text{ para } f_{ck} \leq 18 \text{ MPa}$$

$$f_{tk} = 0,06 f_{ck} + 0,7 \text{ MPa, para } f_{ck} > 18 \text{ MPa}$$

5.2.1.3 Aço à tração

A resistência característica de tração do aço f_{yk} é a tensão mínima de escoamento, real ou convencional (tensão correspondente à deformação específica permanente de 0,2%), prescrita para a categoria do aço empregado (valor nominal da NBR 7480) ou determinada de acordo com o critério estatístico da NBR 7480.

5.2.1.4 Aço à compressão

A resistência característica de compressão do aço f_{yck} é a tensão mínima de escoamento à compressão, real ou convencional (tensão correspondente à deformação específica permanente de 0,2%).

5.2.2 Ações e solicitações

Quando se dispuser de dados estatísticos relativos à dispersão dos valores das ações consideradas, o valor característico desta será dado por:

$$F_k = F_m (1 \pm \kappa \delta)$$

onde F_m é o valor médio e κ o fator dado pela teoria da probabilidade para o quantil de 5%; dos dois valores resultantes desta expressão, usar-se-á o que conduzir à solicitação mais desfavorável.

Não se dispondo de tais dados, o valor característico da ação será o valor nominal fixado pelas normas ou pela especificação referente à obra em apreço.

O valor característico da sollicitação é a sollicitação determinada com o valor característico da ação:

$$S_k = \text{efeito de } F_k$$

5.3 Valores de cálculo

Valores de cálculo das ações, das sollicitações e da resistência dos materiais são os valores a serem adotados para o cálculo no estado limite.

5.3.1 Materiais

Para o estado limite último, os valores de cálculo relativos aos materiais são as resistências de cálculo, isto se aplica aos casos da compressão ou da tração (ver item 5.3.1.1). Em outros casos, as tensões de cálculo, devidas às sollicitações atuantes de cálculo, não devem ultrapassar os valores últimos especificados no item 5.3.1.2; isto corresponde a fazer que a sollicitação atuante de cálculo não ultrapasse a sollicitação resistente de cálculo, conforme estipulado no primeiro parágrafo do item 5.1.

Nos estados de utilização, o cálculo será feito com as tensões causadas pelas sollicitações do item 5.4.2.2.

5.3.1.1 Resistência de cálculo

Os valores de cálculo da resistência dos materiais à compressão ou à tração são os respectivos valores característicos, adotados no projeto, divididos pelo coeficiente de minoração γ_c (concreto) ou γ_s (aço); γ_c e γ_s levam em conta possíveis desvios desfavoráveis da resistência dos materiais na estrutura em relação aos valores característicos e possíveis inexatidões geométricas.

$$f_{cd} = \frac{f_{ck}}{\gamma_c} \quad f_{td} = \frac{f_{tk}}{\gamma_c}$$

$$f_{yd} = \frac{f_{yk}}{\gamma_s} \quad f_{ycd} = \frac{f_{yck}}{\gamma_s}$$

Quando, de acordo com o item 5.4.1, o coeficiente γ_s deve ter valor 1,25, permite-se considerar f_{yd} calculado com $\gamma_s = 1,15$, desde que se aumente em 10% a área da seção transversal da armadura.

5.3.1.2 Valores últimos das tensões de cálculo

Para torção, cisalhamento, aderência, estado múltiplo de tensões com uma das tensões principais nula ou de tração, e pressões em área reduzida, os valores últimos das tensões de cálculo (valores limites das tensões determinadas com as sollicitações atuantes de cálculo) são os dados a seguir.

Quando a peça estiver exposta à ação prejudicial de agentes externos, tais como ácidos, álcalis, águas agressivas, óleos e gases nocivos, temperatura muito alta ou muito baixa, os valores últimos das tensões de cálculo serão divididos por 1,2, mantidos, porém, os limites absolutos.

a) Torção

Torção simples com armaduras paralela e normal ao eixo da peça:

$$\tau_{tu} = 0,22 f_{cd} \leq 4 \text{ MPa}$$

Torção simples com armadura inclinada a 45°

$$\tau_{tu} = 0,27 f_{cd} \leq 5 \text{ MPa}$$

Torção e flexão:

$$\frac{\tau_{wd}}{\tau_{wu}} + \frac{\tau_{td}}{\tau_{tu}} \leq 1$$

b) Cisalhamento

Para peças lineares com $b_w \leq 5h$, se toda a armadura transversal calculada (barras dobradas e estribos) for inclinada a 45° sobre o eixo da peça:

$$\tau_{wu} = 0,30 f_{cd} \leq 5,5 \text{ MPa}$$

Para peças lineares com $b_w \leq 5h$, nos outros casos:

$$\tau_{wu} = 0,25 f_{cd} \leq 4,5 \text{ MPa}$$

Para lajes e peças lineares com $b_w > 5h$, os coeficientes 0,30 e 0,25 serão multiplicados por um dos seguintes fatores, mantidos os limites absolutos (h em cm):

$$0,5 \quad \text{se } h \leq 15$$

$$\frac{1}{3} + \frac{h}{90} \quad \text{se } 15 < h < 60$$

$$1 \quad \text{se } h \geq 60$$

Para lajes sem armadura transversal:

$$\tau_{wu1} = \psi_4 \sqrt{f_{ck}} \quad (\text{em MPa})$$

onde ψ_4 tem um dos seguintes valores:

$$\psi_4 = 0,60 \sqrt[4]{\rho} \quad \text{para } h \leq 15 \text{ cm}$$

$$\psi_4 = 0,45 \sqrt[4]{\rho} \quad \text{para } h \geq 60 \text{ cm}$$

interpolando-se linearmente para valores intermediários.

Quando houver preponderância de cisalhamento devido a cargas lineares paralelas ao apoio, estes valores de ψ_4 deverão ser reduzidos à metade.

ρ_1 tem o significado dado em 4.1.4.2, não se tomando valores menores que 0,001, nem maiores que 0,015.

Tratando-se de punção, o valor último da tensão tangencial de cálculo é $0,63 \sqrt{f_{ck}} / \gamma_c$, em MPa.

c) Aderência

(τ_{bu} e f_{cd} em MPa)

Em situação de boa aderência (ver item 4.1.6):

- na ancoragem e nas emendas por traspasso:

$$\tau_{bu} = 0,28 \sqrt{f_{cd}}, \quad \text{para } \eta_b \leq 1,0$$

$$\tau_{bu} = 0,42 \sqrt[3]{f_{cd}^2}, \quad \text{para } \eta_b \geq 1,5$$

- para escorregamento (ver item 4.1.6.1)

$$\tau_{bu} = 0,51 \sqrt{f_{cd}}, \quad \text{para } \eta_b \leq 1,0$$

$$\tau_{bu} = 0,74 \sqrt[3]{f_{cd}^2}, \quad \text{para } \eta_b \geq 1,5$$

interpolando-se linearmente para $1,0 < \eta_b < 1,5$.

No cálculo de τ_{bu} , não se tomará, portanto, η_b maior que 1,5.

- Em situação de má aderência (ver item 4.1.6):

Os valores de τ_{bu} indicados acima devem ser divididos por 1,5.

- d) Estado múltiplo de tensões, com uma das tensões principais nula ou de tração

Dispensa-se a verificação pela envoltória de Mohr quando uma das tensões principais for nula ou de tração e as tensões σ_{ld} e σ_{llu} , calculadas com o valor de cálculo das ações, não ultrapassarem os seguintes valores últimos:

- quando $\sigma_{ld} \leq 0,125 f_{cd}$:

$$\sigma_{llu} = f_{cd} - 4 \sigma_{ld}$$

- quando $\sigma_{ld} > 0,125 f_{cd}$:

$$\sigma_{lu} = 0,25 f_{cd}$$

$$\sigma_{llu} = 0,0625 \frac{f_{cd}^2}{\sigma_{ld}}$$

Veja-se o final do item 5.1.

- e) Pressões em áreas reduzidas

Nas peças com carga em área reduzida A_o em uma das faces e altura não inferior à maior largura, e nas peças com carga em área reduzida A_o em duas faces opostas e altura não inferior ao dobro da maior largura, o valor último da tensão de cálculo é:

$$f_{cd} \sqrt[3]{\frac{A_c}{A_o}} \leq 21 \text{ MPa}$$

tomando-se para A_c a área da figura geométrica que, tendo o mesmo centro de gravidade de A_o , seja a máxima que caiba na superfície da peça.

se A_o e A_c tiverem contornos homotéticos em relação ao centro de gravidade comum, o valor último é:

$$f_{cd} \sqrt{\frac{A_c}{A_o}} \leq 26 \text{ MPa}$$

Nas articulações Freyssinet e nas articulações de concreto calculadas pela fórmula de Hertz, desde que a lagura da zona de contato não seja maior que 1/5 da do bloco e que $f_{ck} \geq 22,5$ MPa, permite-se elevar os limites de 21 MPa e 26 MPa para 40 MPa.

5.3.2 Ações e solicitações

Os valores de cálculo das solicitações para o estado limite último são os que, através do coeficiente de segurança γ_f , levam em conta a possibilidade de desvios desfavoráveis das ações em relação aos valores característicos ($\gamma_f > 1$), ou a probabilidade de redução desfavorável da solicitação devida à carga permanente ($\gamma_f < 1$) e ainda as aproximações inevitáveis nas hipóteses de cálculo das solicitações e as inexatidões geométricas na construção. Para os estados de utilização, os valores de cálculo das solicitações são os próprios valores característicos, podendo ser menores do que estes nos casos de que trata o item 5.4.2.2.

Se o cálculo da solicitação for feito por processo linear (elástico ou pseudo-elástico), o coeficiente γ_f poderá ser aplicado à ação característica ou diretamente à solicitação característica:

$$S_d = \text{efeito de } \gamma_f F_k \text{ ou } S_d = \gamma_f S_k = \gamma_f \cdot (\text{efeito de } F_k)$$

Se o cálculo da solicitação for feito por processo não linear, o coeficiente γ_f será aplicado à ação característica:

$$S_d = \text{efeito de } \gamma_f F_k$$

Os valores de cálculo das ações são, de modo geral, as ações características multiplicadas pelos coeficientes de segurança γ_f do item 5.4.2:

$$F_d = \gamma_f F_k$$

5.4 Coeficientes de minoração e de segurança

5.4.1 Materiais

Os coeficientes de minoração dos materiais, para o cálculo no estado limite último são:

- concreto: $\gamma_c = 1,4$ (em geral)

- aço: $\gamma_s = 1,15$, desde que sejam obedecidas as prescrições da NBR 7480 quanto ao controle de qualidade

$\gamma_s = 1,25$, quando não for realizado o controle de qualidade, de acordo com a NBR 7480, permitindo-se essa situação apenas em obras de pequena importância, nas quais se empregam aços das categorias CA-25 e CA-32.

No cálculo das peças para cuja execução sejam previstas condições desfavoráveis (por exemplo, más condições de transporte, ou adensamento manual, ou concretagem deficiente pela concentração da armadura), γ_c deve ser elevado para 1,5.

Para peças pré-moldadas em usina, executadas com cuidados rigorosos, γ_c pode ser reduzido para 1,3.

Os coeficientes de minoração serão multiplicados por 1,2 quando a peça estiver exposta à ação prejudicial de agentes externos, tais como ácidos, álcalis, águas agressivas, óleos e gases nocivos, temperatura muito alta ou muito baixa.

5.4.2 Solicitações

Os coeficientes de segurança γ_f das solicitações são os incluídos nas expressões dos dois itens seguintes.

5.4.2.1 Estado limite último

Será considerado o mais desfavorável dos seguintes valores de cálculo da solicitação:

$$S_d = 1,4 S_{gk} + 1,4 S_{qk} + 1,2 S_{ek}$$

$$S_d = 0,9 S_{gk} + 1,4 S_{qk} + 1,2 S_{ek}$$

No caso de estruturas de edifícios, pode ser considerada apenas a primeira destas expressões.

Quando existirem ações acidentais de diferentes origens, com pouca probabilidade de ocorrência simultânea, que causem solicitações $S_{qk1} \geq S_{qk2} \geq S_{qk3} \dots$, poderá S_{qk} nas expressões anteriores ser substituída por:

$$S_{qk1} + 0,8 (S_{qk2} + S_{qk3} + \dots)$$

Nos casos *a* e *b* do item 6.1.3.1 e para paredes com espessura inferior a 20 cm, o coeficiente 1,4 deverá ser aumentado para 1,8.

5.4.2.2 Estados limites de utilização

Em geral, deverá ser considerada a solicitação de cálculo:

$$S_d = S_{gk} + \chi S_{qk} + S_{ek}$$

Existindo ações acidentais de diferentes origens com pouca probabilidade de ocorrência simultânea, poderá a solicitação de cálculo ser considerada com a seguinte expressão:

$$S_d = S_{gk} + \chi S_{qk1} + 0,8 (\chi S_{qk2} + \chi S_{qk3} + \dots) + S_{ek}$$

O valor do coeficiente χ será 0,7 para as estruturas de edifícios e 0,5 para as demais. Em geral, não é necessário considerar a ação do vento nos estados limites de utilização ($\chi = 0$).

5.4.3 Ações

Os coeficientes de segurança γ_f das ações são os incluídos nas expressões de 5.4.2, substituindo-se S por F.

6 Disposições construtivas

6.1 Dimensões externas das peças

No caso de estruturas que devam ser resistentes ao fogo, as dimensões mínimas das peças deverão atender às exigências da NBR 5627, além das especificadas nesta Norma.

6.1.1 Lajes

6.1.1.1 Espessura

A espessura das lajes não deve ser menor que:

- a) 5 cm em lajes de cobertura não em balanço;
- b) 7 cm em lajes de piso e lajes em balanço;
- c) 12 cm em lajes destinadas à passagem de veículos.

Em lajes cogumelo calculadas como pórticos múltiplos (ver item 3.3.2.10), esses limites devem ser elevados, respectivamente, para 12 cm, 15 cm e 15 cm.

6.1.1.2 Extensão dos apoios extremos

A extensão dos apoios extremos de uma laje sobre alvenaria, não deve ser menor que sua espessura no meio do vão, nem menor que 7 cm.

6.1.1.3 Lajes nervuradas

Nas lajes nervuradas, além das demais prescrições desta Norma, deve ser observado o seguinte:

- a) a distância livre entre nervuras não deve ultrapassar 100 cm;

b) a espessura das nervuras não deve ser inferior a 4 cm e a da mesa não deve ser menor que 4 cm, nem que 1/15 da distância livre entre nervuras;

c) o apoio das lajes deve ser feito ao longo de uma nervura;

d) nas lajes armadas em uma só direção, são necessárias nervuras transversais sempre que haja cargas concentradas a distribuir ou quando o vão teórico for superior a 4 m, exigindo-se duas nervuras, no mínimo, se esse vão ultrapassar 6 m;

e) nas nervuras com espessura inferior a 8 cm não é permitido colocar armadura de compressão no lado oposto à mesa.

6.1.2 Vigas

6.1.2.1 Largura

As vigas da seção retangular, as nervuras das vigas de seção T e as paredes das vigas de seção caixão não devem ter largura menor que 8 cm.

6.1.2.2 Extensão dos apoios

A extensão dos apoios das vigas sobre a alvenaria deve ser tal que a tensão admissível desta não seja ultrapassada.

6.1.3 Pilares

6.1.3.1 Dimensões mínimas

A menor dimensão dos pilares não cintados não deve ser inferior a 20 cm, nem a 1/25 da sua altura livre. O diâmetro do núcleo dos pilares cintados não deve ser inferior a 20 cm nem a 1/10 de sua altura livre.

Se os pilares suportem lajes cogumelo, esse limites passam a ser 30 cm e 1/15 para os não cintados e 30 cm e 1/10 para os cintados, devendo ainda a espessura em cada direção não ser inferior a 1/20 da distância entre eixos dos pilares nessa direção.

Quando não se tratar de pilar que suporte laje cogumelo, os limites acima poderão ser reduzidos, desde que se aumente o coeficiente de segurança de acordo com o final do item 5.4.2.1, nos seguintes casos:

- a) pilares de seção transversal, com raio de giração não menor do que 6 cm, composta de retângulos (cantoneiras, zês, tês, duplos tês), cada um dos quais com largura não inferior a 10 cm nem a 1/15 do respectivo comprimento;
- b) pilares de seção transversal retangular com largura não inferior a 12 cm e comprimento não superior a 60 cm, apoiados no elemento estrutural subjacente em toda a extensão de sua base, consideradas obrigatoriamente no seu cálculo a flexão oriunda das ligações com lajes e vigas e a flambagem conjunta dos pilares superpostos.

6.1.4 Paredes estruturais

A espessura das paredes estruturais não deve ser inferior a 12 cm nem a 1/25 da altura livre. Se o comprimento da seção horizontal não for maior que 5 vezes a espessura, a peça será considerada como pilar.

6.2 Aberturas e canalizações embutidas

6.2.1 Aberturas

Quando forem previstas aberturas em qualquer peça de concreto armado, deve-se verificar o seu efeito na resistência e na deformação, de modo que não sejam ultrapassados os limites exigidos nesta Norma.

A verificação de que trata este item deve ser dispensada nos seguintes casos:

- a) aberturas em vigas que as atravessem na direção de sua espessura, havendo apenas uma em cada meio tramo, situadas a uma distância da face do apoio maior que $2h$ e em zona de tração, com dimensão transversal não superior a 12 cm, nem a $h/2$, não interceptando qualquer barra da armadura e respeitando as exigências de cobrimento da armadura;
- b) aberturas normais ao plano médio das lajes armadas em uma só direção, se na direção perpendicular à armadura principal a maior dimensão da abertura não ultrapassar $1/10$ da largura útil (ver item 3.3.2.5), e nem $1/10$ do vão, não havendo entre 2 aberturas consecutivas distância inferior a $1/2$ do vão e entre uma abertura e a borda livre da laje distância inferior a $1/4$ do vão;
- c) aberturas normais ao plano médio das lajes armadas em cruz, se a dimensão da abertura em cada direção da armadura não ultrapassar $1/10$ do menor vão e não houver entre 2 aberturas distância inferior a $1/2$ do vão e entre uma abertura e a borda livre da laje distância inferior a $1/4$ do vão;
- d) aberturas paralelas ao plano médio das lajes, se a sua maior dimensão transversal for inferior a $1/3$ da espessura da laje e o espaçamento entre duas aberturas consecutivas de centro a centro for superior a 4 vezes aquela maior dimensão.

6.2.2 Canalizações embutidas

Salvo quando as canalizações embutidas atravessam peças da estrutura de fora a fora, na direção da espessura, não são elas permitidas nos seguintes casos:

- a) canalizações sem isolamento adequado ou verificação especial quando destinadas à passagem de fluidos com temperatura que se afaste de mais de 15°C da temperatura ambiente;
- b) canalizações destinadas a suportar pressões internas que ultrapassam 3 kgf/cm^2 .

Não são permitidas canalizações embutidas longitudinalmente nos pilares, quer no concreto, quer em espaços vazios internos à peça, que não tenham aberturas de drenagem.

6.3 Armadura

6.3.1 Seção transversal

A área da seção transversal da armadura longitudinal de tração não deve ser inferior àquela com a qual o mo-

mento de ruptura calculado, sem se considerar a resistência à tração do concreto, é igual ao momento de ruptura da seção sem armadura.

Nos casos de seção retangular e seção T, pode-se considerar como valor desta área mínima $0,25\%$ de $b_w h$, quando a armadura for constituída de barras de aço CA-25 ou CA-32, e $0,15\%$ se a armadura for de aço CA-40, CA-50 ou CA-60.

6.3.1.1 Lajes

O diâmetro das barras não deve ultrapassar $1/10$ da espessura da laje.

Nas lajes armadas numa só direção e nas lajes nervuradas, a armadura de distribuição por metro de largura da laje deve ter seção transversal de área igual ou superior a $1/5$ da área da armadura principal, com um mínimo de $0,9\text{ cm}^2$, e ser composta de pelo menos três barras.

A armadura transversal, quando necessária, poderá ser constituída só por barras dobradas.

6.3.1.2 Vigas

Os esforços na armadura de tração ou na de compressão só podem ser considerados concentrados no centro de gravidade de A_s , ou de A'_s , se a distância deste centro ao ponto da seção da armadura mais afastado da linha neutra, medida normalmente a ela, for menor que 5% de h .

Nas mesas de vigas de seção T deve haver armadura perpendicular à nervura, que se estenda por toda sua largura útil, com seção transversal de no mínimo $1,5\text{ cm}^2$ por metro.

A armadura transversal das vigas de seção T ou caixão deve ser prolongada dentro da mesa, de modo a garantir a solidariedade da mesa com a nervura.

A seção transversal total de cada estribo, compreendendo todos os ramos que cortam o plano neutro, não deve ser menor que $0,25\%$ de $b_w s$, sen α (α = ângulo entre o estribo e o eixo da peça) para aços CA-25 e CA-32 ou $0,14\%$ para aços CA-40, CA-50 e CA-60, não se tomando para b_w valores maiores que d .

Na armadura de torção, o volume das barras longitudinais, o volume dos estribos ou o volume das barras inclinadas a 45° , em determinado trecho da peça, não deve ser inferior, cada um deles, a $0,25\%$ do volume do concreto neste trecho, considerada apenas a parede, real ou fictícia, para os aços CA-25 e CA-32, ou a $0,14\%$ deste volume para os aços CA-40, CA-50 e CA-60.

Quando a altura útil da viga ultrapassar 60 cm e o aço da armadura de tração for CA-40, CA-50 ou CA-60, deve dispor-se, longitudinalmente e próxima a cada face lateral da viga, na zona tracionada, uma armadura de pele. Essa armadura, de aço com resistência igual ou superior à do aço da armadura de tração, deve ter, em cada face, seção transversal igual a $0,05\%$ de $b_w h$. O afastamento entre as barras não deve ultrapassar $d/3$ e 30 cm, e a barra mais próxima da armadura de tração deve desta distar mais de 6 cm e menos de 20 cm.

O diâmetro das barras dos estribos não deve ultrapassar 1/12 da largura da alma, nem, exceto no caso de telas soldadas, ser inferior a 5 mm.

Deve-se prolongar até cada um dos apoios das vigas simples ou contínuas uma parte da armadura de tração, correspondente a 1/3 da área desta na seção de momento máximo no tramo, se o momento no apoio for nulo ou negativo de valor absoluto inferior a 1/2 do máximo positivo do tramo, e em caso contrário correspondente a 1/4 daquela área. Essas barras devem ser ancoradas de acordo com o disposto no item 4.1.6.2.

Nos cantos dos estribos fechados e nos ganchos dos estribos abertos, se não houver barras longitudinais determinadas pelo cálculo, devem ser colocadas barras de amarração de bitola pelo menos igual à do estribo.

A armadura transversal pode ser constituída só de estribos; se houver barras dobradas, a estas não poderá caber mais de 60% do esforço total a absorver por armadura transversal.

Deverão ser sempre colocados estribos em toda a extensão das peças fletidas (excetuadas as lajes, no caso previsto no final do item 4.1.4.2), respeitados os mínimos prescritos neste item e no item 6.3.2.2.

6.3.1.3 Pilares não cintados

A armadura longitudinal de um pilar não cintado, que tenha todas as suas barras comprimidas, deve ter seção transversal compreendida entre 0,8% e 6% da seção do pilar, inclusive no trecho de emenda por traspasse.

Permite-se reduzir o primeiro desses limites para 0,5% quando $l_e/l \leq 30$. Quando por motivo construtivos, as dimensões da seção transversal do pilar forem aumentadas em relação às da seção calculada, a porcentagem mínima, de 0,8% ou 0,5%, será referida apenas à seção calculada. Em nenhum caso a porcentagem será inferior a 0,5% da área da seção real.

A bitola das barras da armadura longitudinal dos pilares não poderá ser inferior a 10 e a dos estribos inferior a 5.

6.3.1.4 Paredes estruturais

A armadura principal das paredes, paralela à direção da carga, quando a razão entre o comprimento e a espessura da seção da parede for igual ou superior a 6, deverá ter seção transversal no mínimo igual a 0,4% da seção da parede. Quando, por motivos construtivos, as dimensões da seção transversal da parede forem aumentadas em relação às da seção calculada, a porcentagem mínima será referida apenas à seção calculada, não podendo, entretanto, ser inferior a 0,2% da seção real.

Para razões entre comprimento e espessura de 5 a 6, o valor mínimo será obtido por interpolação linear entre o aqui indicado e o prescrito para pilares no item 6.3.1.3.

Em nenhum caso a porcentagem da seção da armadura em cada face da parede será inferior a 0,1% da seção real.

A armadura secundária, normal à principal, deverá ter seção transversal no mínimo igual a 50% da principal.

Se a porcentagem da seção da armadura comprimida for superior a 2% ou a bitola das suas barras for maior que 12,5, deverão ser previstos estribos, de acordo com os itens 6.3.2.4 e 6.3.4.3.

6.3.2 Espaçamento das barras

6.3.2.1 Lajes

Na região dos maiores momentos nos vãos das lajes, o espaçamento das barras da armadura principal não deve ser maior que 20 cm. Nas lajes armadas numa única direção, esse espaçamento não deve, também, ser maior que 2 h.

Os estribos nas lajes nervuradas, sempre que necessário, não devem ter espaçamento maior que 20 cm.

O espaçamento das barras de distribuição não deve ser maior que 33 cm.

6.3.2.2 Vigas

A armadura longitudinal das vigas pode ser constituída de barras isoladas ou de feixes formados por 2, 3 ou 4 barras, não sendo permitidos feixes de barra de bitola superior a 25.

O espaço livre entre duas barras, dois feixes ou duas luvas da armadura longitudinal não deve ser menor que 2 cm, menor que o diâmetro das próprias barras ou das luvas, ou do círculo de mesma área, no caso de feixes, nem menor que 1,2 vezes a dimensão máxima do agregado, nas camadas horizontais, e 0,5 vezes a mesma dimensão no plano vertical. Se as barras, luvas ou feixes forem de diâmetros diferentes, será considerado o maior deles. No caso de serem previstas emendas por traspasse, o afastamento entre as barras, em toda a extensão da peça, deve ser tal que permita o espaço livre entre emendas, prescrito em 6.3.5.2.

O espaçamento dos estribos, medido paralelamente ao eixo da peça, deve ser no máximo igual a 0,5d, não podendo ser maior que 30 cm. Se houver armadura longitudinal de compressão exigida pelo cálculo, o espaçamento dos estribos, medido ao longo daquela armadura, não pode, também, ser maior que 21 vezes o diâmetro das barras longitudinais, no caso de aço CA-25 ou CA-32, e 12 vezes este diâmetro, no caso de aço CA-40, CA-50 ou CA-60.

6.3.2.3 Peças submetidas à torção

Quando $\tau_{td} \geq 0,6 \tau_{tu}$, o espaçamento das barras da armadura transversal, medido paralelamente ao eixo longitudinal da peça, não deve ser superior ao menor dos três valores seguintes:

- metade da menor dimensão transversal da peça;
- um terço da maior dimensão transversal da peça;
- 20 cm.

Em cada canto da armadura transversal, quando não houver barras longitudinais previstas pelo cálculo, deve-se colocar barras de armação de bitola pelo menos igual à da armadura transversal e não inferior a 10.

6.3.2.4 Peças comprimidas, não cintadas

Junto ao contorno da peças comprimidas não cintadas deve haver, em qualquer seção transversal, barras longitudinais espaçadas no máximo em 40 cm, no caso de pilares; no caso de paredes, o espaçamento das barras da armadura principal não poderá ser superior ao dobro da espessura da parede, nem a 30 cm. O espaçamento mínimo da armadura longitudinal é o mesmo definido para as vigas em 6.3.2.2, considerando-se sempre 1,2 vezes a dimensão máxima do agregado.

Em toda a extensão da peça devem ser colocados estribos, cujo espaçamento não deve ser maior que qualquer dos seguintes valores (a categoria do aço é a da armadura longitudinal):

- 30 cm;
- menor dimensão externa da seção da peça;
- $21 \Phi_t$ e $340 \Phi_t^2 / \Phi_\ell$, para aço CA-25 e CA-32;
- $12 \Phi_t$ e $190 \Phi_t^2 / \Phi_\ell$, para aço CA-40, CA-50 e CA-60.

onde Φ_t é o diâmetro da seção circular de área igual à da seção da barra do estribo e Φ_ℓ o da barra longitudinal.

Os limites c e d são válidos quando os estribos têm f_{yk} não inferior ao da armadura longitudinal; caso contrário, eles serão reduzidos na proporção dos valores de f_{yk} .

6.3.3 Proteção

6.3.3.1 Cobrimento

Qualquer barra da armadura, inclusive de distribuição, de montagem e estribos, deve ter cobrimento de concreto pelo menos igual ao seu diâmetro, mas não menor que:

- para concreto revestido com argamassa de espessura mínima de 1 cm:
 - em lajes no interior de edifícios 0,5 cm
 - em paredes no interior de edifícios 1,0 cm
 - em lajes e paredes ao ar livre 1,5 cm
 - em vigas, pilares e arcos no interior de edifícios 1,5 cm
 - em vigas, pilares e arcos ao ar livre 2,0 cm
- para concreto aparente:
 - no interior de edifícios 2,0 cm
 - ao ar livre 2,5 cm
- para concreto em contato com o solo 3,0 cm
 - se o solo não for rochoso, sob a estrutura deverá ser interposta uma camada de concreto simples, não considerada no cálculo, com o consumo mínimo de 250 kg de cimento por metro cúbico e espessura de pelo menos 5 cm.

- para concreto em meio fortemente agressivo 4,0 cm

Para cobrimento maior que 6 cm, deve-se colocar uma armadura de pele complementar, em rede, cujo cobrimento não deve ser inferior aos limites especificados neste item.

No caso de estruturas que devam ser resistentes ao fogo, o cobrimento deverá atender às exigências da NBR 5627, além das especificadas neste item.

6.3.3.2 Medidas especiais

Além do cobrimento mínimo, deverão ser tomadas medidas especiais para o aumento da proteção da armadura se o concreto for sujeito à abrasão, a altas temperaturas, a correntes elétricas ou a agentes fortemente agressivos, tais como ambiente marinho e agentes químicos.

6.3.4 Dobramento e fixação das barras

6.3.4.1 Ganchos e estribos

Os ganchos das extremidades das barras da armadura de tração poderão ser:

- semi-circulares, com ponta reta de comprimento não inferior a 2Φ ;
- em ângulo de 45° (interno), com ponta reta de comprimento não inferior a 4Φ ;
- em ângulo reto, com ponta reta de comprimento não inferior a 8Φ .

Nos ganchos dos estribos, os comprimentos mínimos acima serão de 5Φ para os casos a) e b), e 10Φ para o caso c).

Para as barras lisas, os ganchos deverão ser semi-circulares.

O diâmetro interno da curvatura dos ganchos e estribos será pelo menos igual a:

	CA-25-CA-32	CA-40	CA-50	CA-60
bitola < 20	4Φ	4Φ	5Φ	6Φ
bitola ≥ 20	5Φ	6Φ	8Φ	

No caso de estribos de bitola não superior a 10, o diâmetro mínimo será de 3Φ .

As barras lisas tracionadas de bitola maior que 6,3 deverão ter ganchos, necessariamente.

As barras da armadura exclusivamente de compressão não deverão ter ganchos.

6.3.4.2 Barras curvadas

O diâmetro interno da curvatura de uma barra curvada (barra da armadura transversal ou em nó de pórtico) não deverá ser menor que 10Φ para aço da categoria CA-25, 12Φ para CA-32 e CA-40, 15Φ para CA-50 e 18Φ para CA-60.

Se a tensão na armadura de tração, determinada com a solicitação de cálculo, for inferior à tensão de cálculo especificada para o aço utilizado, estes diâmetros da curvatura poderão ser reduzidos proporcionalmente, mas nunca a valores inferiores aos exigidos para os ganchos.

Se houver barras de tração curvadas no mesmo plano e o afastamento entre elas for inferior ao dobro do mínimo permitido (ver item 6.3.2.2), o valor mínimo do diâmetro da curvatura estabelecido neste item será multiplicado pelo número de barras nestas condições.

No caso de barras curvadas pertencentes a uma mesma camada da armadura longitudinal, devem ser tomadas precauções para evitar possível fendilhamento do concreto por excessiva concentração de esforços.

Quando houver possibilidade de fissuração do concreto no plano da barra dobrada, ocasionada por tensões de tração normais a este plano, devem ser tomados cuidados especiais, como a colocação de barras transversais (ver 4.1.6.2E).

A permanência na sua posição das barras curvadas na zona de tração deve ser garantida contra a tendência à retificação, quando for o caso, por meio de estribos convenientemente distribuídos, sendo, entretanto, preferível substituir a barra por duas outras prolongadas, além do seu cruzamento, e devidamente ancoradas.

6.3.4.3 Proteção contra flambagem das barras

Sempre que houver possibilidade de flambagem das barras da armadura situadas junto à superfície da peça, devem ser tomadas precauções para evitá-la.

Os estribos poligonais garantem contra a flambagem as barras longitudinais situadas em suas quinas e as por eles abrangidas e situadas no máximo à distância de $20 \Phi_t$ da quina (Φ_t definido em 6.3.2.4), se nesse trecho de comprimento $20 \Phi_t$ não houver mais de duas barras, não contando a da quina.

Quando houver mais de duas barras nesse trecho ou barras fora dele, deverá haver estribos suplementares, com diâmetro e espaçamento também de acordo com o item 6.3.2.4. Se esses estribos suplementares forem poligonais, a eles se aplica a mesma regra acima enunciada.

Se o estribo suplementar for constituído por uma barra reta terminada em ganchos, ele deverá atravessar a seção da peça e o seu gancho envolverá a barra longitudinal. Se houver mais de uma barra longitudinal a ser protegida junto à mesma extremidade do estribo, o gancho des-

te envolverá um estribo principal em ponto junto a uma das barras, o que deverá ser indicado no projeto de modo bem destacado; ele garantirá contra a flambagem essa barra e mais duas para cada lado, não distantes dela mais de $20 \Phi_t$ (Φ_t do estribo principal).

No caso de estribos curvilíneos, cuja concavidade esteja voltada para o interior do concreto, não haverá necessidade de estribos suplementares; se as seções das barras longitudinais se situarem em uma curva de concavidade voltada para fora do concreto, cada barra longitudinal será ancorada pelo gancho de um estribo reto ou pela quina de um estribo poligonal, não podendo o lado deste estribo abranger mais de duas barras longitudinais.

6.3.5 Emendas das barras

6.3.5.1 Tipos

As emendas podem ser:

- por traspasse;
- com luvas rosqueadas;
- com solda;
- com outros dispositivos devidamente justificados, como luvas com preenchimento metálico.

6.3.5.2 Emenda por traspasse

Este tipo de emenda não é permitido para barras de bitola maior que 25, nem para tirantes e pendurais (peças lineares de seção inteiramente tracionada); no caso de feixes, o diâmetro do círculo de mesma área, para cada feixe, não poderá ser superior a 25 mm.

O comprimento do trecho de traspasse das barras tracionadas será no mínimo igual a $\Psi_5 \ell_b$ para extremidades sem gancho, ou, havendo gancho, nas condições do item 6.3.4.1:

$$\Psi_5 \ell_b - 15 \Phi \text{ para } \eta_b < 1,5$$

$$\Psi_5 \ell_b - 10 \Phi \text{ para } \eta_b \geq 1,5$$

não podendo este comprimento, em nenhum caso, ser inferior a 20 cm, 15Φ e $0,5 \ell_{b1}$;

ℓ_b e ℓ_{b1} serão calculados como em 4.1.6.2B.

Em cada uma das extremidades da emenda deve ser colocada a armadura transversal prevista em 4.1.6.2E.

Tabela 3 - Valores de Ψ_5

Distância transversal entre eixos de emendas mais próximas na mesma seção (distância a da figura 23)	Ψ_5				
	Proporção de barras emendadas na mesma seção transversal (emendas superpostas ou conforme a figura 25).				
	$\leq 1/5$	$> 1/5$ $\leq 1/4$	$> 1/4$ $\leq 1/3$	$> 1/3$ $\leq 1/2$	$> 1/2$
Distância $\leq 10 \Phi$	1,2	1,4	1,6	1,8	2,0
Distância $> 10 \Phi$	1,0	1,1	1,2	1,3	1,4

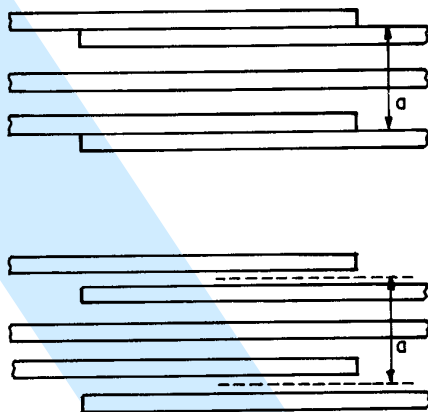


Figura 23

A distância livre entre duas emendas por traspasse deve respeitar o mínimo dado em 6.3.2.2, 2º parágrafo substituindo-se o diâmetro pelo dobro do seu valor (ver figura 24).

A proporção máxima de barras tracionadas emendadas na mesma seção transversal da peça será a indicada na Tabela 4.

Tabela 4 - Proporção de Barras Emendadas

Bitola	com $S_{gk} > S_{gk}$		com $S_{gk} \leq S_{gk}$	
	$\eta_b \geq 1,5$	$\eta_b < 1,5$	$\eta_b \geq 1,5$	$\eta_b < 1,5$
$\leq 12,5$	todas	1/2	1/2	1/4
$> 12,5$	todas (*) 1/2 (**)	1/4	1/2	1/4

(*) Se houver só uma camada de armadura

(**) Se houver mais de uma camada de armadura

Consideram-se como na mesma seção transversal as emendas que se superpõem ou cujas extremidades mais próximas estejam afastadas em menos que 0,20 do comprimento do trecho de traspasse, tomando-se o maior dos dois comprimentos, quando diferentes (ver figura 25).

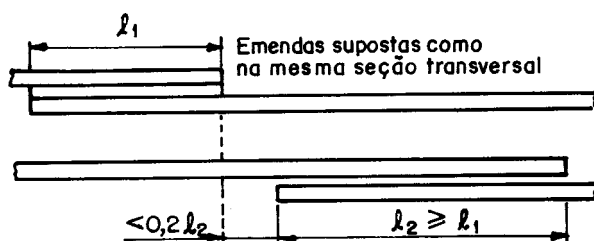


Figura 25

O comprimento do trecho de traspasse das barras comprimidas será igual a l_b , com o mínimo de 15 cm, 10Φ ou $0,6 l_{b1}$.

As barras comprimidas podem todas ser emendadas na mesma seção.

6.3.5.3 Emendas com luvas rosqueadas

Nas emendas com luvas rosqueadas, estas devem ter a mesma resistência que as barras emendadas. A seção

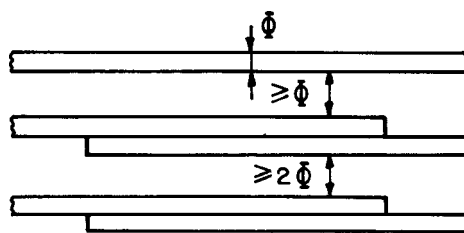


Figura 24

transversal útil das barras e das luvas será determinada descontando-se os filetes. É permitido engrossar as extremidades das barras, mas a geratriz do cone de transição deverá ter inclinação não maior que 1 para 3. O comprimento do trecho rosqueado deve ser suficiente para transmitir o esforço.

Não é permitido rosquear barras de aço classe B, salvo se demonstrado experimentalmente que o aumento de resistência por encruamento é uniforme em toda a seção transversal.

6.3.5.4 Emendas com solda

As emendas com solda, obedecendo o disposto no item 10.4.1, podem ser (ver figura 26):

- de topo, por caldeamento, para bitola não menor que 10;
- de topo, com eletrodo, para bitola não menor que 20;
- por traspasse com pelo menos 2 cordões de solda longitudinais, cada um deles com comprimento não inferior a 5Φ , afastados no mínimo 5Φ ;
- com outras barras justapostas (cobrejuntas), com cordões de solda longitudinais, fazendo coincidir o eixo baricêntrico do conjunto com o eixo longitudinal das barras emendadas, devendo cada cordão ter comprimento de pelo menos 5Φ .

As emendas com solda podem ser realizadas na totalidade das barras em uma seção transversal da peça. Consideram-se como na mesma seção as emendas que de centro a centro estejam afastadas menos que 15Φ , medidos na direção do eixo da barra.

A resistência de cada barra emendada será considerada sem redução; se tratar-se de barra tracionada e haver preponderância de carga acidental, a resistência será reduzida em 20%.

As emendas devem ser convenientemente espaçadas para permitir uma boa concretagem.

6.3.6 Armadura de suspensão

Nas proximidades das cargas concentradas transmitidas à peça em estudo por vigas que nelas se apoiem lateralmente ou fiquem nelas penduradas, deverá ser colocada uma armadura adequada de suspensão.

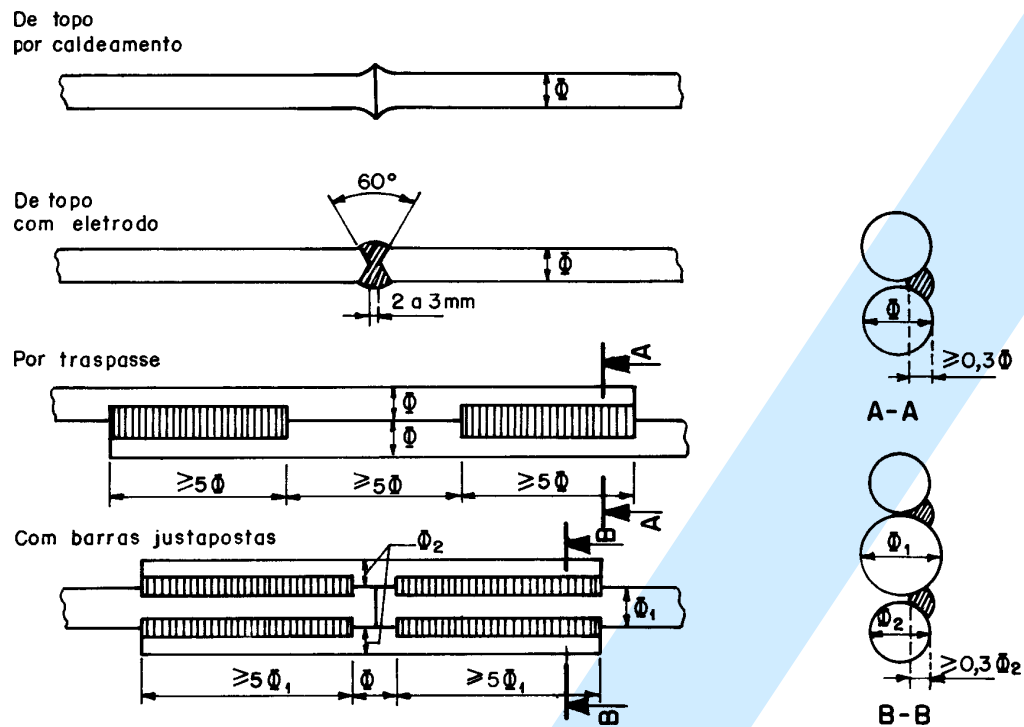


Figura 26

6.4 Peças cintadas

O cintamento poderá ser obtido por armadura de projeção circular ou em malha.

6.4.1 Armadura de projeção circular

A armadura de cintamento será constituída por barras em hélice ou estribos, de projeção circular sobre a seção transversal da peça, obedecendo às seguintes condições:

- a) a relação entre o comprimento da peça e o diâmetro do núcleo será:

$$\frac{l}{d_1} \leq 10$$

- b) as extremidades das barras ou dos estribos serão bem ancoradas no núcleo do concreto;
- c) as barras helicoidais ou estribos não serão de bitola inferior a 5;
- d) o espaçamento entre 2 espirais ou 2 estribos será:

$$\Phi_t + 3 \text{ cm} \leq s \leq \begin{cases} d_1 / 5 \\ 8 \text{ cm} \end{cases}$$

onde Φ_t é o diâmetro da barra da espiral ou dos estribos;

- e) a seção fictícia A_t do cintamento será:

$$0,005 A_{ci} \leq A_t \leq 3A'_s$$

- f) a armadura longitudinal deverá constar no mínimo em 6 barras dispostas uniformemente no contorno do núcleo e a área da sua seção transversal não deverá ultrapassar 0,08 A_{ci} , inclusive no trecho de emenda por traspasse; a bitola das barras longitudinais não será inferior a 10.

6.4.2 Armadura em malha

A armadura de cintamento em malha, só permitida em blocos de apoio e articulações, será constituída de camadas duplas de barras dispostas perpendicularmen-

te à direção da carga; cada camada será formada por 2 barras, em posição ortogonal, dobradas como indicado na figura 27. Deverão ser obedecidas as seguintes condições:

- as extremidades das barras serão bem ancoradas no núcleo do concreto;
- as barras não serão de bitola inferior a 5;
- o espaçamento entre 2 camadas e entre 2 ramos sucessivos da barra não deverá ser superior a 8 cm, nem ultrapassar 1/5 do diâmetro do círculo inscrito na seção transversal do núcleo cintado;
- o volume da armadura de cintamento não deverá ser inferior a 0,6% do volume do núcleo cintado;
- o diâmetro referido na alínea c) não deverá ser inferior a 20 cm.

2ª Parte

Materiais

7 Aço

7.1 Qualidade

Somente barras e fios de aço que satisfaçam às especificações da ABNT são considerados nesta Norma. Poderão ser usados aços de outra qualidade, desde que suas propriedades sejam suficientemente estudadas por laboratório nacional idôneo.

Nesta Norma são designados por barras da armadura tanto as barras laminadas como os fios treliçados.

7.2 Diagrama tensão-deformação

Para o aço Classe A, será adotado o diagrama de cálculo da figura 28, com os valores de E_s , f_{yd} e f_{ycd} indicados adiante.

Para o aço classe B, o diagrama de cálculo a adotar será obtido dividindo-se por γ_s as ordenadas oblíquas, paralelas à reta de Hooke, da curva experimental que con-

tém a resistência característica f_{yk} , calculada estatisticamente com base em ensaios realizados em laboratório nacional idôneo (ver figura 29).

Não sendo conhecida a curva experimental, poder-se-á adotar o diagrama simplificado da figura 30.

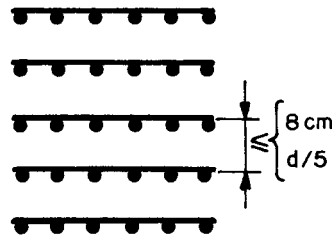
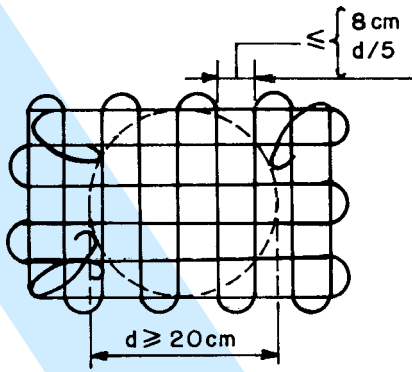


Figura 27

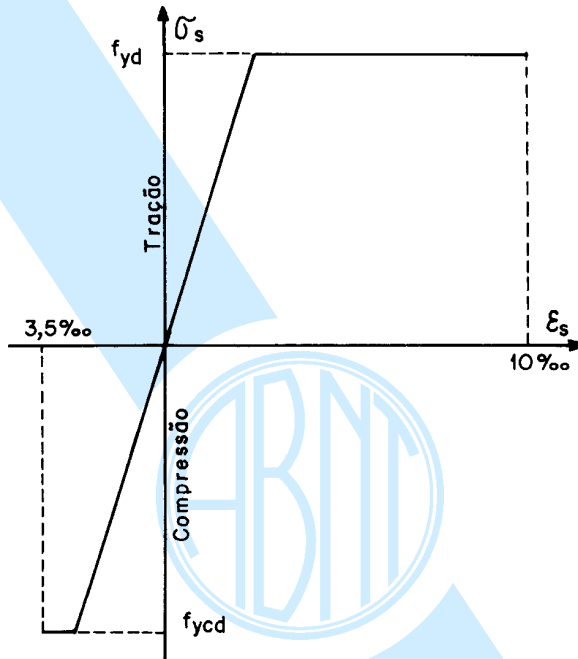


Figura 28

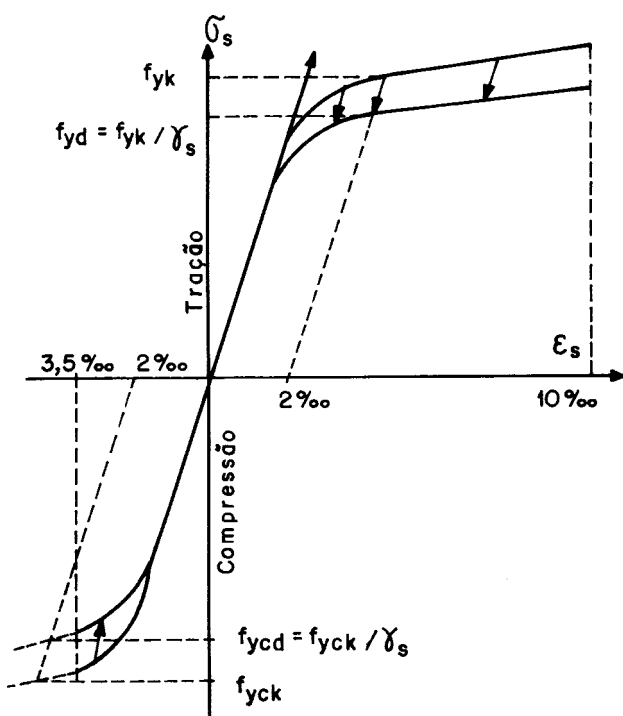


Figura 29

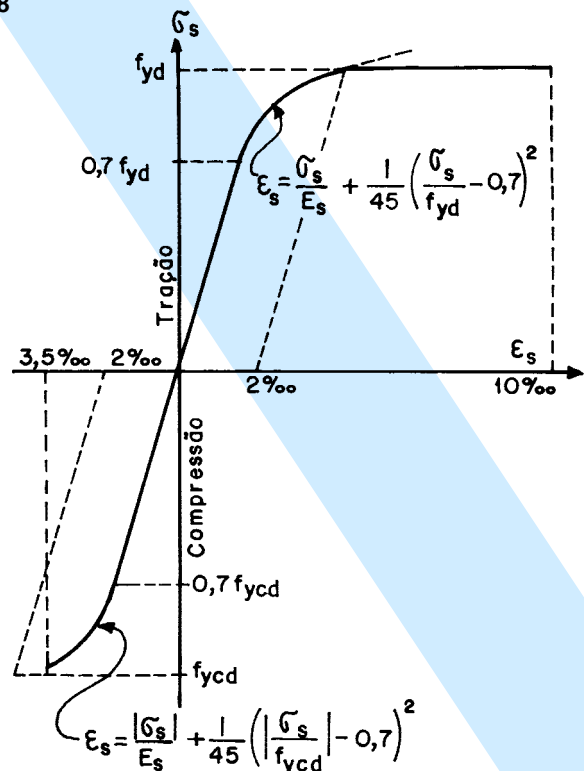


Figura 30

Nos diagramas das figuras 28 e 30 tomar-se-á $E_s = 210.000 \text{ MPa}$ e as resistências de cálculo $f_{yd} = f_{yk}/\gamma_s$ e $f_{yod} = f_{yck}/\gamma_s$ serão fixadas com as resistências características determinadas em ensaios, supondo-se $f_{yck} = f_{yk}$ se não houver ensaios de compressão; na falta de determinação experimental, f_{yk} e f_{yck} serão consideradas ambas iguais ao valor mínimo, nominal de f_{yk} , fixado na NBR 7480.

8 Concreto

8.1 Constituintes

Conforme NBR 12655.

8.2 Propriedades

8.2.1 Trabalhabilidade

A trabalhabilidade do concreto deverá ser compatível com as dimensões da peça a concretar, com a distribuição das armaduras e com os processos de lançamento e adensamento a serem usados.

8.2.2 Durabilidade

Quando o concreto for usado em ambiente reconhecida-mente agressivo, deverão ser tomados cuidados especiais em relação à escolha dos materiais constituintes, respeitando-se o mínimo consumo de cimento e o máximo valor da razão água/cimento compatíveis com a boa durabilidade do concreto.

8.2.3 Resistência mecânica

O concreto, quer preparado no canteiro quer pré-misturado, deverá apresentar uma resistência característica f_{ck} , não inferior a 9 MPa e compatível com a adotada no projeto. O concreto pré-misturado deverá ser fornecido com base na resistência característica.

8.2.4 Diagrama tensão-deformação

O diagrama tensão-deformação à compressão, a ser usado no cálculo, de acordo com o item 4.1.1.1, será suposto como sendo o diagrama simplificado da figura 31, composto de uma parábola do 2º grau que passa pela origem e tem seu vértice no ponto de abscissa 2‰ e ordenada $0,85 f_{ck}$, e de uma reta entre as deformações 2‰ e 3,5‰, tangente à parábola e paralela ao eixo das abscissas.

8.2.5 Módulo de deformação longitudinal à compressão

Na falta de determinação experimental, o módulo de deformação longitudinal à compressão, no início da curva tensão-deformação efetiva, correspondente ao primeiro carregamento, será suposto igual a:

$$6.600 \sqrt{f_{ci}} \text{ (MPa)}$$

No projeto, tomar-se-á para o cálculo do módulo de deformação:

$$f_{ci} = f_{ck} + 3,5 \text{ MPa}$$

8.2.6 Coeficiente de Poisson

O coeficiente de Poisson relativo às deformações elásticas será suposto igual a 0,2.

8.2.7 Coeficiente de dilatação térmica

O coeficiente de dilatação térmica, para as variações normais de temperatura, será suposto igual a $10^{-5}/\text{C}$.

8.2.8 Retração e deformação lenta

Para o cálculo das peças de concreto armado, os característicos relativos à retração e à deformação lenta são os indicados nos itens 3.1.1.5 e 3.1.1.6.

8.3 Dosagem

Conforme NBR 12655.

8.4 Controle tecnológico

Conforme NBR 12654.

3ª Parte

Execução

9 Formas e escoramentos

9.1 Formas

As formas deverão adaptar-se às formas e dimensões das peças da estrutura projetada, respeitadas as tolerâncias do item 11.

9.2 Dimensionamento

As formas e os escoramentos deverão ser dimensionados e construídos obedecendo às prescrições das NBR 7190 e NBR 8800, respectivamente para Estruturas de Madeira e para Estruturas Metálicas.

9.2.1 Formas

As formas deverão ser dimensionadas de modo que não possam sofrer deformações prejudiciais, quer sob a ação dos fatores ambientes, quer sob a carga, especialmente a do concreto fresco, considerado nesta o efeito do adensamento sobre o empuxo do concreto.

Nas peças de grande vão, dever-se-á dar às formas a contra-flecha eventualmente necessária para compensar a deformação provocada pelo peso do material nelas introduzido, se já não tiver sido prevista no projeto, de acordo com o item 4.2.3.

9.2.2 Escoramento

O escoramento deverá ser projetado de modo a não sofrer, sob a ação de seu peso, do peso da estrutura e das cargas acidentais que possam atuar durante a execução da obra, deformações prejudiciais à forma da estrutura ou que possam causar esforços no concreto, na fase de endurecimento. Não se admitem pontaletes de madeira com diâmetro ou menor lado da seção retangular inferior a 5 cm, para madeiras duras, e 7 cm para madeiras moles.

Os pontaletes com mais de 3 m de comprimento deverão ser contra-ventados, salvo se for demonstrada desnecessidade desta medida para evitar a flambagem.

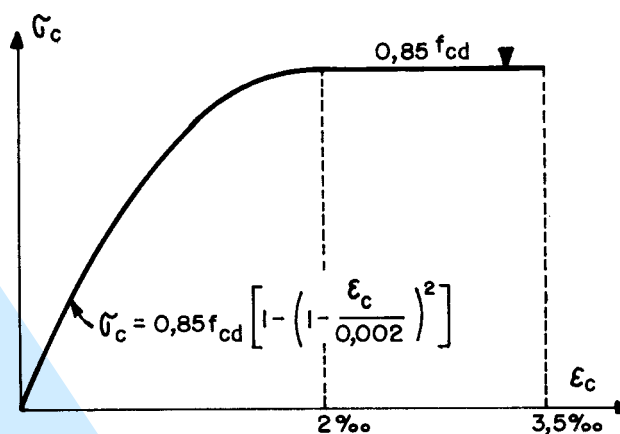


Figura 31

9.2.3 Ações sobre os apoios do escoramento

Devem ser tomadas as precauções necessárias para evitar recalques prejudiciais, provocados no solo ou na parte da estrutura que suporta o escoramento, pelas cargas por este transmitidas.

9.3 Madeira

O teor de umidade natural da madeira deverá ser compatível com o tempo a decorrer entre a execução das formas e do escoramento e a concretagem da estrutura.

No caso de se prever que esse tempo ultrapasse 2 meses, a madeira a ser empregada deverá ter o teor de umidade correspondente ao estado seco do ar.

9.3.1 Emendas nos pontaletes

Cada pontalete de madeira só poderá ter uma emenda, a qual não deverá ser feita no terço médio do seu comprimento. Nas emendas, os topos das duas peças a emendar deverão ser planos e normais ao eixo comum. Deverão ser pregadas cobrejuntas em toda a volta das emendas.

9.3.2 Precauções contra incêndio

Deverão ser tomadas nas obras as devidas precauções para proteger as formas e o escoramento contra os riscos de incêndio, tais como cuidados nas instalações elétricas provisórias, remoção de resíduos combustíveis e limitação no emprego de fontes de calor.

9.4 Dispositivos para retirada das formas e do escoramento

A construção das formas e do escoramento deverá ser feita de modo a haver facilidade na retirada de seus diversos elementos, separadamente, se necessário. Para que se possa fazer esta retirada sem choques, o escoramento deverá ser apoiado sobre cunhas, caixas de areia ou outros dispositivos apropriados para esse fim.

9.5 Precauções anteriores ao lançamento do concreto

Antes do lançamento do concreto, deverão ser conferidas as medidas e a posição das formas, a fim de assegu-

rar que a geometria da estrutura corresponda ao projeto, com as tolerâncias previstas no item 11.

Proceder-se-á a limpeza do interior das formas e a vedação das juntas, de modo a evitar a fuga de pasta. Nas formas de paredes, pilares e vigas estreitas e altas, dever-se-á deixar aberturas próximas ao fundo, para limpeza.

As formas absorventes deverão ser molhadas até a saturação, fazendo-se furos para escoamento da água em excesso.

No caso em que as superfícies das formas sejam tratadas com produtos anti-aderentes, destinados a facilitar a desmoldagem, esse tratamento deverá ser feito antes da colocação da armadura. Os produtos empregados não deverão deixar, na superfície do concreto, resíduos que sejam prejudiciais ou que possam dificultar a retomada da concretagem ou a aplicação de revestimento.

10 Armadura

10.1 Emprego de diferentes classes e categorias de aço

Não poderão ser empregados na obra aços de qualidades diferentes das especificadas no projeto, sem aprovação prévia do projetista.

Quando previsto o emprego de aços de qualidades diversas, deverão ser tomadas as necessárias precauções para evitar a troca involuntária.

10.2 Limpeza

As barras de aço deverão ser convenientemente limpas de qualquer substância prejudicial à aderência, retirando-se as escamas eventualmente destacadas por oxidação.

10.3 Dobramento

O dobramento das barras, inclusive para os ganchos, deverá ser feito com os raios de curvatura previstos no projeto, respeitados os mínimos dos itens 6.3.4.1 e 6.3.4.2.

As barras de aço Classe B deverão ser sempre dobradas a frio. As barras não podem ser dobradas junto às emendas com solda.

10.4 Emendas

As emendas de barras da armadura deverão ser feitas de acordo com o previsto no projeto; as não previstas só poderão ser localizadas e executadas conforme o item 6.3.5.

10.4.1 Emendas com solda

A solda só pode ser:

- por pressão (caldeamento);
- com eletrodo.

As máquinas soldadoras deverão ter características elétricas e mecânicas apropriados à qualidade do aço e à bitola da barra, e ser de regulação automática.

Nas emendas por pressão, as extremidades das barras deverão ser planas e normais aos eixos, e nas com eletrodo, as extremidades serão chanfradas, devendo-se limpar perfeitamente as superfícies.

As barras de aço Classe B só poderão ser soldadas com eletrodo, executando-se a solda por etapas e com aquecimento controlado, de modo a não prejudicar a qualidade do aço. A solda de barras de aço CA-50A deverá ser feita com eletrodos adequados, preaquecimento e resfriamento gradual.

Deverão ser realizados ensaios prévios da solda na forma e com o equipamento e o pessoal a serem empregados na obra, assim como ensaios posteriores para controle, de acordo com a NBR 11919.

Se qualquer resultado dos ensaios prévios, com os corpos-de-prova emendados ou não emendados, não satisfizer às especificações, deverá ser procurada a causa da deficiência (no material, no processo de solda ou no desempenho do operador) e, feitas as devidas correções, os ensaios deverão ser repetidos na mesma forma anterior. Se a média aritmética do oitavo inferior dos resultados dos ensaios de controle for menor que o valor especificado para o aço empregado, todo o lote será considerado com essa resistência à ruptura e com resistência ao escoamento correspondente à de ruptura dividida por:

- 1,2 para o aço Classe B, se a ruptura se der na solda ou em uma seção distante menos que 3Φ do centro da solda;
- 1,1 para o aço Classe B, se a ruptura se der fora deste trecho;
- 1,2 para o aço Classe A em qualquer caso,

devendo ajuizar-se em face do projeto e da localização da emenda na estrutura, da possibilidade ou não do emprego das barras do lote.

10.5 Montagem

A armadura deverá ser colocada no interior das formas, de modo que, durante o lançamento do concreto, se mantenha na posição indicada no projeto, conservando-se inalteradas as distâncias das barras entre si e as faces

internas das formas. Permite-se, para isso, o uso de arame e de tarugos de aço ou de tacos de concreto ou argamassa, nunca, porém, será admitido o emprego de calços de aço, cujo cobrimento, depois de lançado o concreto, tenha espessura menor que a prescrita em 6.3.3.1.

Nas lajes, deverá ser feita amarração das barras, de modo que em cada uma destas o afastamento entre duas amarrações não exceda 35 cm.

10.6 Proteção

10.6.1 Proteção durante a execução

Antes e durante o lançamento do concreto, as plataformas de serviço deverão estar dispostas de modo a não acarretarem deslocamento das armaduras.

10.6.2 Barras de espera

As barras de espera deverão ser devidamente protegidas contra a oxidação; ao ser retomada a concretagem, deverão elas ser perfeitamente limpas (ver item 10.2), de modo a permitir boa aderência.

11 Tolerâncias

11.1 Valores das tolerâncias

A execução das obras deverá ser a mais cuidadosa, a fim de que as dimensões, a forma e a posição das peças e as dimensões e posição da armadura obedeçam às indicações do projeto com a maior precisão possível.

Nas fórmulas abaixo, a unidade da tolerância é o cm.

Deverão ser respeitadas as seguintes tolerâncias, caso o plano da obra, em virtude de circunstâncias especiais, não as exija mais rigorosas. A tolerância para qualquer medida linear a (cm), relativa às dimensões externas da peça do concreto, será de $0,25 \sqrt[3]{a}$.

Nas peças lineares submetidas à força normal de compressão, o afastamento entre o centro de gravidade de uma seção transversal geométrica e a projeção, no seu plano, do centro de gravidade de qualquer outra seção transversal, não poderá variar, em relação ao afastamento previsto no projeto, em mais de $1/5$ da distância nuclear da seção, na direção e no sentido em que se verifica a variação.

Será de $\sqrt[3]{a}$ 0,5 a a tolerância para as medidas lineares a (cm) na direção do eixo da barra da armadura.

Para o espaçamento s (cm) entre eixos das barras da armadura principal, a tolerância será de $0,5 \sqrt[3]{s}$.

O cobrimento das barras e a distância mínima entre elas não poderão ser inferiores aos estipulados nesta Norma.

O máximo deslocamento longitudinal de uma barra em relação à posição prevista no projeto será $\sqrt[3]{\ell}$, sendo ℓ o comprimento não desenvolvido da barra, em cm.

12 Preparo do concreto

12.1 Resistência

Quer a dosagem para o preparo do concreto na obra, quer a encomenda e o fornecimento de concreto pré-misturado, deverão ter por base a resistência característica, f_{ck} , nos termos desta Norma.

12.2 Medida dos materiais

Sempre que se fizer dosagem experimental deverão ser obedecidas as seguintes condições:

- a) quando o aglomerante for usado a granel, deverá ser medido em peso com tolerância de 3%; no caso de cimento ensacado, pode ser considerado o peso nominal do saco, atendidas as exigências das Especificações Brasileiras;
- b) os agregados miúdo e graúdo deverão ser medidos em peso ou volume com tolerância de 3%, devendo-se sempre levar em conta a influência da umidade;
- c) a água poderá ser medida em volume ou peso com tolerância de 3%;
- d) o aditivo poderá ser medido em volume ou peso com tolerância de 5%.

12.3 Amassamento manual

O amassamento manual do concreto, a empregar-se-á excepcionalmente em pequenos volumes ou em obras de pouca importância, deverá ser realizado sobre um estrado ou superfície plana impermeável e resistente. Misturar-se-ão, primeiramente a seco, os agregados e o cimento, de maneira a obter-se cor uniforme; em seguida adicionar-se-á aos poucos a água necessária, prosseguindo-se a mistura até conseguir-se massa de aspecto uniforme. Não será permitido amassar-se, de cada vez, volume de concreto superior ao correspondente a 100 kg de cimento.

12.4 Amassamento mecânico

O amassamento mecânico em canteiro deverá durar, sem interrupção, o tempo necessário para permitir a homogeneização da mistura de todos os elementos, inclusive eventuais aditivos; a duração necessária aumenta com o volume da amassada e será tanto maior, quanto mais seco o concreto. O tempo mínimo de amassamento, em segundos, deve ser de $120 \sqrt{d}$, $60 \sqrt{d}$, ou $30 \sqrt{d}$, conforme o eixo da misturadora seja inclinado, horizontal ou vertical, sendo d o diâmetro máximo da misturadora (em metros). Nas misturadoras de produção contínua, deverão ser descartadas as primeiras amassadas, até se alcançar a homogeneização necessária. No caso de concreto pré-misturado, aplica-se a NBR 7212.

13 Concretagem

13.1 Transporte

O concreto deverá ser transportado do local do amassamento para o de lançamento, em um tempo compatível com o prescrito em 13.2, e o meio utilizado deverá ser tal

que não acarrete desagregação ou segregação de seus elementos ou perda sensível de qualquer deles por vazamento ou evaporação.

No caso de transporte por bombas, o diâmetro interno do tubo deverá ser no mínimo três vezes o diâmetro máximo do agregado.

O sistema de transporte deverá, sempre que possível, permitir o lançamento direto nas formas, evitando-se depósito intermediário; se este for necessário, no manuseio do concreto deverão ser tomadas precauções para evitar desagregação.

13.2 Lançamento

O concreto deverá ser lançado logo após o amassamento, não sendo permitido entre o fim deste e o do lançamento, intervalo superior a uma hora; se for utilizada agitação mecânica, este prazo será contado a partir do fim da agitação.

Com o uso de retardadores de pega, o prazo poderá ser aumentado, de acordo com os característicos do aditivo.

Em nenhuma hipótese se fará o lançamento após o início da pega.

Para os lançamentos que tenham que ser feitos a seco, em recintos sujeitos à penetração de água, deverão ser tomadas as precauções necessárias para que não haja água no local em que se lança o concreto, nem possa o concreto fresco vir a ser por ela lavado.

O concreto deverá ser lançado o mais próximo possível de sua posição final, evitando incrustação de argamassa nas paredes das formas e nas armaduras.

Deverão ser tomadas precauções para manter a homogeneidade do concreto. A altura de queda livre não pode ultrapassar 2 m. Para peças estreitas e altas, o concreto deverá ser lançado por janelas abertas na parte lateral, ou por meio de funis ou trombas.

Cuidados especiais deverão ser tomados quando o lançamento se der em ambiente com temperatura inferior a 10°C ou superior a 40°C.

13.2.1 Lançamento submerso

Quando o lançamento for submerso, o concreto deverá ter no mínimo 350 kg de cimento por m^3 , ser de consistência plástica e ser levado dentro da água por uma tubulação, mantendo a ponta do tubo imersa no concreto já lançado, a fim de evitar que ele caia através da água e que provoque agitação prejudicial; o lançamento poderá também ser feito por processo especial, de eficiência devidamente comprovada. Após o lançamento, o concreto não deverá ser manuseado, para se lhe dar a forma definitiva.

Não se deverá lançar concreto submerso quando a temperatura da água seja inferior a 5°C, estando o concreto com temperatura normal, nem quando a velocidade da água superar 2m/s.

13.2.2 Adensamento

Durante e imediatamente após o lançamento, o concreto deverá ser vibrado ou socado contínua e energeticamente, com equipamento adequado à trabalhabilidade do concreto. O adensamento deverá ser cuidadoso, para que o concreto preencha todos os recantos da forma. Durante o adensamento deverão ser tomadas as precauções necessárias para que não se formem ninhos ou haja segregação dos materiais. Dever-se-á evitar a vibração da armadura para que não se formem vazios ao seu redor, com prejuízo da aderência.

No adensamento manual, as camadas de concreto não deverão exceder 20 cm. Quando se utilizarem vibradores de imersão, a espessura da camada deverá ser aproximadamente igual a 3/4 do comprimento da agulha; se não se poder atender esta exigência, não deverá ser empregado vibrador de imersão.

13.2.3 Juntas de concretagem

Quando o lançamento do concreto for interrompido e, assim, formar-se uma junta de concretagem, deverão ser tomadas as precauções necessárias para garantir, ao reiniciar-se o lançamento, a suficiente ligação do concreto já endurecido com o do novo trecho. Antes de reiniciar-se o lançamento, deverá ser removida a nata e feita a limpeza da superfície da junta

Deverão ser tomadas precauções para garantir a resistência aos esforços que podem agir na superfície da junta, as quais poderão consistir em se deixarem barras cravadas ou redentes no concreto mais velho. As juntas deverão ser localizadas onde forem menores os esforços de cisalhamento, preferencialmente em posição normal aos de compressão, salvo se demonstrado que a junta não diminuirá a resistência da peça. O concreto deverá ser perfeitamente adensado até a superfície da junta, usando-se forma, quando necessário, para garantir o adensamento.

No caso de vigas ou lajes apoiadas em pilares ou paredes, o lançamento do concreto deverá ser interrompido no plano de ligação do pilar ou parede com a face inferior da laje ou viga, ou no plano que limita inferiormente as mísulas e os capitéis, durante o tempo necessário para evitar que o assentamento do concreto produza fissuras ou descontinuidades na vizinhança daquele plano.

13.2.4 Programa de lançamento

Quando da seqüência das faces de lançamento do concreto possam resultar efeitos prejudiciais à resistência e à deformação ou à fissuração da estrutura, o lançamento deverá obedecer programa que leve em conta a retração e seja organizado tendo em vista o projeto do escoramento e as deformações que serão nele provocadas pelo peso próprio do concreto e pelas cargas resultantes dos trabalhos de execução.

14 Cura, retirada das formas e do escoramento

14.1 Cura e outros cuidados

Enquanto não atingir endurecimento satisfatório, o concreto deverá ser protegido contra agentes prejudiciais,

tais como mudanças bruscas de temperatura, secagem, chuva forte, água torrencial, agente químico, bem como contra choques e vibrações de intensidade tal que possa produzir fissuração na massa do concreto ou prejudicar a sua aderência à armadura.

A proteção contra a secagem prematura, pelo menos durante os 7 primeiros dias após o lançamento do concreto, aumentado este munido quando a natureza do cimento o exigir, poderá ser feita mantendo-se umedecida a superfície ou protegendo-se com uma película impermeável. O endurecimento do concreto poderá ser antecipado por meio de tratamento térmico adequado e devidamente controlado, não se dispensando as medidas de proteção contra a secagem.

14.2 Retirada das formas e do escoramento

14.2.1 Prazos

A retirada das formas e do escoramento só poderá ser feita quando o concreto se achar suficientemente endurecido para resistir às ações que sobre ele atuarem e não conduzir a deformações inaceitáveis, tendo em vista o valor baixo de E_c e a maior probabilidade de grande deformação lenta quando o concreto é solicitado com pouca idade.

Se não for demonstrado o atendimento das condições acima e não se tendo usado cimento de alta resistência inicial ou processo que acelere o endurecimento, a retirada das formas e do escoramento não deverá dar-se antes dos seguintes prazos:

faces laterais: 3 dias;

faces inferiores, deixando-se pontaletes bem encunhados e convenientemente espaçados: 14 dias;

faces inferiores, sem pontaletes: 21 dias.

14.2.2 Precauções

A retirada do escoramento e das formas deverá ser efetuada sem choques e obedecer a um programa elaborado de acordo com o tipo da estrutura.

15 Controle da resistência do concreto

Conforme NBR 12655.

16 Aceitação da estrutura

16.1 Aceitação automática

Satisfeitas as condições de projeto e de execução desta Norma, a estrutura será automaticamente aceita, se:

$$f_{ck, est} \geq f_{ck}$$

16.2 Decisão a adotar quando não há aceitação automática

Quando não houver aceitação automática na forma de 16.1, a decisão basear-se-á em uma ou mais das seguintes verificações: revisão do projeto, ensaios especiais do concreto e ensaios da estrutura.

16.2.1 Revisão do projeto

O projeto da estrutura será revisado, adotando-se para o lote de concreto em exame $f_{ck} = f_{ck,est}$.

16.2.2 Ensaios especiais do concreto

A investigação direta da resistência do concreto será feita através de ensaios de pelo menos 6 corpos-de-prova extraídos da estrutura, os quais deverão ter diâmetro de 15 cm, corrigindo-se os resultados em virtude dos efeitos do broqueamento e também, se for o caso, se a razão entre a altura e o diâmetro do corpo-de-prova for diferente de 2. Os corpos-de-prova deverão ser extraídos de locais distribuídos de forma a constituírem uma amostra representativa de todo o lote em exame. No caso de estrutura que deverá ficar imersa, os corpos-de-prova deverão permanecer imersos nas 48 horas que antecedem o ensaio.

O correspondente valor estimado da resistência característica será calculado de acordo com o item 15, aumentando-se 10% (ou 15%), em virtude de se tratar da resistência do concreto na própria estrutura, e não se tomando valores inferiores a $1,1 \psi_6 f_1$ (ou $1,15 \psi_6 f_1$). Os valores entre parênteses aplicam-se quando o número de corpos-de-prova é pelo menos 18. Na interpretação dos resultados, deverão ser levados em conta a idade do concreto na ocasião e o efeito sobre a resistência das ações de longa duração que tenham atuado até então.

Com as devidas precauções quanto à interpretação dos resultados e como medida auxiliar de verificação da homogeneidade do concreto da estrutura, poderão ser efetuados ensaios não destrutivos de dureza superficial ou de medida de velocidade de propagação de ultra-som, de acordo com métodos estudados e aprovados por laboratório nacional idôneo.

16.2.3 Ensaio da estrutura

Quando houver dúvidas de qualquer natureza sobre uma ou mais partes da estrutura, as quais não possam ser di-

rimidas por investigações analítica, a decisão a ser tomada poderá ser baseada nos resultados obtidos em ensaio da estrutura, realizado de acordo com método preestabelecido.

Durante a realização do ensaio, deverão ser medidas grandezas que revelem o comportamento da estrutura. O ensaio cessará se surgir indício de ruína.

Na verificação relativa a estados limites de utilização, o ensaio será feito com a carga total:

$$G_k + Q_k$$

e na relativa a estados limites últimos, com a carga correspondente à maior das duas seguintes:

$$G_k + \frac{Q_k + Q_d}{2}$$

$$1,2 G_k$$

16.2.4 Decisão

Se das mencionadas verificações concluir-se que as condições de segurança desta Norma são satisfeitas, a estrutura será aceita.

Em caso contrário, tomar-se-á uma das seguintes decisões:

- a) a parte condenada da estrutura será demolida;
- b) a estrutura será reforçada;
- c) a estrutura será aproveitada com restrições quanto ao seu carregamento ou ao seu uso.

Índice alfabético

Aberturas no concreto	6.2.1
Ação do vento	3.1.1.3
Ações	
a considerar	3.1.1
de curta duração	4.2.3.1A
no estado limite último	5.3.2
de longa duração	4.2.3.1B
valores de cálculo das	5.3.2
valores característicos das	5.2.2
Aço	
diagrama tensão-deformação	7.2
qualidade	7.1
valores característicos do	
à compressão	5.2.1.4
à tração	5.2.1.3
Adensamento do concreto	1.3.2.2
Aceitação da estrutura	
automática	16.1
decisão	16.2.4
não automática	16.2
Aderência	
boa ou má situação para	4.1.6
valores últimos da tensão	5.3.1.2c
Alongamento	
deformação plástica excessiva	4.1.1.1
Área reduzida	
pressão de contato em	4.1.1.6
valores últimos das tensões	5.3.1.2e
Amassamento do concreto	
manual	12.3
mecânico	12.4
Ancoragem	
por aderência	4.1.6.2A
da armadura transversal	4.1.6.2E
de barras comprimidas	4.1.6.2D
comprimento necessário	4.1.6.2B
especial	4.1.6.2F
em laço	4.1.6.2C
Arcos	
instabilidade de	4.1.2.1
Armadura	
nos cantos das lajes	3.3.2.8
no cisalhamento, cálculo	4.1.4.2
de cintamento, de projeção circular	6.4.1
de cintamento, em malha	6.4.2
cobrimento	6.3.3.1
diferentes classes e categorias	10.1
de distribuição nas lajes	6.3.1.1; 6.3.2.1
Armadura	
dobramento	10.3
emendas	10.4
espaçamento em lajes	6.3.2.1
espaçamento em peças à torção	6.3.2.3
espaçamento em peças comprimidas não cintadas	6.3.2.4
espaçamento em vigas	6.3.2.2

limpeza	10.2
das paredes estruturais	6.3.1.4
montagem	10.5
de pele	6.3.1.2
de pilares não cintados	6.3.1.3
na punção	4.1.5.2
próxima ao apoio	4.1.4.3
seção transversal em lajes	6.3.1.1
seção transversal em vigas	6.3.1.2
seção transversal mínima	6.3.1
de suspensão	6.3.6
na torção e flexão	4.1.3.3B
na torção simples	4.1.3.3A
transversal	4.1.4.2
Barras de espera	10.6.2
Cálculo	
resistência de	5.3.1.1
tensões de valores últimos	5.3.1.2
valores de	5.3
valores de, materiais	5.3.1
Canalizações embutidas	6.2.2
Característicos	
valores	5.2
Carga	
acidental	3.1.1.2
móvel	3.1.1.2
permanente	3.1.1.1
Choques	3.1.1.7
Cintamento	
armadura de projeção circular	4.1.1.4; 6.4.1
armadura em malha	4.1.1.3; 6.4.2
Cisalhamento	
armadura, cálculo	4.1.4.2
seções próximas aos apoios	4.1.4.3
tensão no concreto	4.1.4.1
valores últimos das tensões de cálculo	5.3.1.2b
Cobrimento da armadura	6.3.3.1
Coeficiente	
de dilatação térmica	3.1.1.4; 8.2.7
de minoração dos materiais	5.4.1
de Poison	8.2.6
de segurança das ações	5.4.3
de segurança no estado limite último	5.4.2.1
de segurança no estado limite de utilização	5.4.2.2
Compressão	
estado de ruína, hipóteses de cálculo	4.1.1.1
por força normal	4.1.1.3
por força normal, cálculo simplificado	4.1.1.3D; 4.1.1.3E
Comprimento de flambagem	
em arcos	4.1.2.1
em edifícios	4.1.1.3B
em paredes	4.1.2.2
Concreto	
adensamento	13.2.2
amassamento manual	12.3
amassamento mecânico	12.4

coeficiente de dilatação térmica	3.1.1.4; 8.2.7
coeficiente de Poisson	8.2.6
constituintes	8.1
cura	14.1
diagrama tensão-deformação	8.2.4
durabilidade	8.2.2
ensaios especiais	16.2.2
lançamento	13.2
lançamento submerso	13.2.1
leve	1.1
pré-misturado	12.1;
preparo do	12
propriedades do	8.2
resistência mecânica	8.2.3; 15
resistência para o preparo do	12.1
trabalhabilidade	8.2.1
transporte	13.1
valores característicos	
à compressão	5.2.1.1
à tração	5.2.1.2
Concretos especiais	1.1
Consolos curtos	4.1.4
Constituintes do concreto	8.1
Controle da resistência do concreto	
ensaios especiais para	16.2.2
Controle tecnológico do concreto	8.4
Critérios de segurança	5.1
Cura	14.1
Curvadas	
diâmetro das barras	6.3.4.2
Decisão sobre aceitação da estrutura	16.2.4
Deformação	
consideração na instabilidade	4.1.1.3B
em edifícios (dispensa de cálculo)	4.2.3.1C
excessiva, estado de	2.1.2.3
por flexão	4.2.3.1
lenta	3.1.1.6; 8.2.8
módulo de deformação do concreto	8.2.5
plástica excessiva	2.1.1
por torção	4.2.3.2
Deslocamento	
de apoio	3.1.1.9
por carga acidental	4.2.3.2A
do diagrama de forças	4.1.1.2
Diagrama nas peças torcidas	4.1.3
Diagrama	
de forças R_{st} na armadura	4.1.1.2
tensão-deformação do aço	7.2
tensão-deformação do concreto	8.2.4
Diâmetro	
de curvatura das barras	6.3.4.2
de curvatura dos estribos	6.3.4.1
dos estribos	6.3.1.2
do núcleo de peças cintadas	6.4.1
Dimensionamento das peças	4

Dimensões externas	
de lajes	6.1.1
de paredes estruturais	6.1.4
de pilares	6.1.3
de vigas	6.1.2
Distribuição de cargas	
nas lajes	3.3.2.4
nas paredes estruturais	3.3.1.1
Dobramento das barras	6.3.4; 10.3
Durabilidade do concreto	8.2.2
Efeito de 2ª ordem na flexo-compressão	4.1.1.3B
Emendas das barras	
com luvas rosqueadas	6.3.5.3
com solda	6.3.5.4; 10.4.1
tipos	6.3.5.1
por traspasse	6.3.5.2
Emendas dos pontaletes	9.3.1
Encurtamento de ruptura do concreto	4.1.1.1
Engastamento parcial	
influência do	3.1.2
Ensaio	
especiais do concreto	16.2.2
da estrutura	16.2.3
Escoramento	
das formas	9.2.2; 9.2.3
retirado do	9.4; 14.2.1; 14.2.2
Escorregamento	4.1.6.1
Esforços	
repetidos	3.1.1.7
resistentes	4
solicitantes	3
Espaçamento da armadura	
entre espirais ou estribos (concreto cintado)	6.4.1
em lajes	6.3.2.1
em peças comprimidas não cintadas	6.3.2.4
em peças a torção	6.3.2.3
em vigas	6.3.2.2
Espessura das lajes	6.1.1.1
Estado múltiplo de tensões	
segurança	5.1
valores últimos das tensões	5.3.1.2d
Estado limite	
definição	2.1
de fissuração inaceitável	2.1.2.2; 4.2.2
de formação de fissuras	2.1.2.1; 4.2.1
de deformação excessiva	2.1.2.3; 4.2.3
último (de ruína)	2.1.1; 4.1
de utilização (de serviço)	2.1.2; 4.2
Estribos	
diâmetro dos	6.3.1.2
dobramento	6.3.4.1
espaçamento em peças comprimidas não cintadas	6.3.2.4
espaçamento em peças torcidas	6.3.2.3
espaçamento em vigas	6.3.2.2
seção mínima dos	6.3.1.2

Estrutura	
aceitação da	16
ensaios da	16.2.3
Estruturas	
laminares	3.3
laminares tridimensionais	3.3.3
lineares em regime elástico	3.2.1.1
lineares em regime elasto-plástico	3.2.1.2
Fadiga	3.1.1.7
Feixes de barras	6.3.2.2
Fissuração inaceitável	6.3.2.2
estado de	2.1.2.2; 4.2.2
Fissuras	
estado de formação de	2.1.2.1; 4.2.1
abertura das	4.2.2
Fixação das barras	6.3.4
Flambagem	
das barras da armadura	6.3.4.3
segurança contra	5.1
Flechas	
limites das	4.2.3.2A
dispensa de cálculo em edifícios	4.2.3.2A
Flexão	
com compressão	4.1.1.3
hipóteses de cálculo	4.1.1.1
Força cortante	4.1.4
Formas	
dimensionamento das	9.2.1
escoramento das	9.2.2; 9.2.3
madeira das	9.3
pontaletes das	9.3.1
retiradas das	9.4; 14.2.1; 14.2.2
Ganchos	
tipos dos	6.3.4.1
diâmetro interno dos	6.3.4.1
Incêndio	
precauções contra, nas formas	9.3.2
Índice de esbeltez	
limites do	4.1.1.3
Instabilidade	
de arcos	4.1.2.1
cálculo da	4.1.1.3B
momento complementar	4.1.1.3C
de paredes	4.1.2.2
segurança na	5.1
Junta	
de concretagem, execução	13.2.3
de concretagem, localização	2.2
de dilatação	3.1.1.4
Lajes	
armadura sobre os apoios de	3.3.2.7
armadura nos cantos das	3.3.2.8
armadas em uma direção	3.3.2.6
cogumelo	3.3.2.11
distribuição de cargas nas	3.3.2.4
espessura das	6.1.1.1

em regime elástico	3.3.2.1
em regime rígido-plástico	3.3.2.2
largura útil das	3.3.2.5
momentos mínimos nos tramos das	3.3.2.6
nervuradas	3.3.2.10; 6.1.1.3
reações de apoio das	3.3.2.9
vão teórico das	3.3.2.3
Lançamento do concreto	
programa de	13.2.4
submerso	13.2.1
Largura	
da mesa da seção T	3.2.2.2
útil das lajes	3.3.2.5
Limpeza	
da armadura	10.2
das formas	9.5
Luvas	
emendas com	6.3.5.1
rosqueadas, emendas com	6.3.5.1; 6.3.5.3
Madeira	
para formas	9.3
Materiais	
medida dos	12.2
valores de cálculo dos	5.3.1
valores característicos dos	5.2.1
Memorial justificativo	2.2
Mísulas	3.1.3
Módulo de deformação	
longitudinal do aço	7.2
longitudinal do concreto	8.2.5
longitudinal do concreto para deformação	4.2.3.1
transversal do concreto	4.2.3.3
Montagem da armadura	10.5
Notações	
da NBR 6118	2.3
da NBR 7187	3.1.1.2
da NBR 7197	3.1.1.6
Objetivo da Norma	1.1
Paredes	
armadura das	6.3.1.4
estruturais	3.3.1.1
instabilidade das	4.1.2.2
Peças cintadas	4.1.1.4
Pele	
armadura de	6.3.1.2
Pilares	
dimensões mínimas	6.1.3.1
em edifícios, cálculo de	3.2.3
não cintados, armadura de	6.3.1.3
Poison, coeficiente de	8.2.6
Pontaletes, emendas dos	9.3.1
Precauções	
anteriores ao lançamento do concreto	9.5
contra incêndio das formas	9.3.2
Pressão de contato em área reduzida	4.1.1.6; 5.3.1.2e

Processo de construção	
influência do	3.1.1.8
Profissional habilitado	2.2
Programa	
de execução	2.2; 3.1.1.8
de lançamento do concreto	2.2; 13.2.4
Projeto de obras	2.2
Proteção da armadura	6.3.3; 10.6
contra flambagem das barras	6.3.4.3
medidas especiais de	6.3.3.2
Punção	
armadura	4.1.5.2
tensão no concreto	4.1.5.1
Reação	
de apoio nas lajes	3.3.2.9
das vigas	3.2.2.3B
Resistência	
controle da	15
mecânica do concreto	8.2.3
Ressonância	3.1.1.7
Retirada do escoramento	2.2; 3.1.1.8; 9.4
Retração	3.1.1.5; 8.2.8
Rótula plástica	3.2.1.2
Ruína	
critério de segurança no estado limite de	5.1
estado limite de	2.1.1; 4.1
Ruptura	
ruína por	2.1.1
Seção	
cheia, na torção	4.1.3.2
de contorno convexo, na torção	4.1.3.2C
retangular, na torção	4.1.3.2A
vazada, na torção	4.1.3.1
Segurança	
aceitação da estrutura	16.2.4
critérios de	5.1
valores de cálculo	5.3
valores característicos	5.2
valores últimos das tensões	5.3.1.2
Serviço	
estado limite de	2.1.2
Solda	
emendas com	6.3.5.4; 10.4.1
Solicitações	
valores de cálculo das	5.2.2
valores característicos das	5.3.2
Suspensão	
armadura de	6.3.6
Temperatura	
variação de (aço)	3.1.1.4
Tolerâncias	11
Torção	
armadura na	4.1.3.3
deformações	4.2.3.1
limitações das prescrições para	4.1.3

seção cheia	4.1.3.2
seção completa de retângulos	4.1.3.2B
seção retangular	4.1.3.2A
seção qualquer de contorno convexo	4.1.3.2C
seção vazada	4.1.3.1
tensão tangencial de	4.1.3
valores últimos das tensões tangenciais de	5.3.1.2a
Trabalhabilidade do concreto	
especificação	8.2.1
Tração	
estado de ruína por	4.1.1.1
Transporte do concreto	13.1
Utilização	
estado de	2.1.2
Valores	
de cálculo	5.3
de cálculo das ações e solicitações	5.3.2
de cálculo dos materiais	5.3.1
característicos	5.2
característicos do aço à compressão	5.2.1.4
característicos do aço à tração	5.2.1.3
característicos das ações e solicitações	5.2.2
característicos do concreto à compressão	5.2.1.1
característicos do concreto à tração	5.2.1.2
últimos das tensões de cálculo	5.3.1.2
últimos das tensões de aderência	5.3.1.2c
últimos das tensões de cisalhamento	5.3.1.2b
últimos das tensões no estado múltiplo	5.3.1.2d
últimos das tensões em área reduzida	5.3.1.2e
últimos das tensões tangenciais de torção	5.3.1.2a
Vão teórico	
de lajes	3.3.2.3
de vigas	3.2.2.1
Variação de temperatura	
ação da	3.1.1.4
Vento	
ação do	3.1.1.3
Vibração	
como ação	3.1.1.7
do concreto	13.2.2
Vigas	
contínuas em edifícios	3.2.2.3
extensão dos apoios das	6.1.2.2
largura das	6.1.2.1
parede	3.3.1.2
parede, cisalhamento em	4.1.4
em regime elasto-plástico	3.2.2.3c
de seção T	3.2.2.2
vão teórico das	3.2.2.1

Índice

1	Objetivo	1
2	Generalidades	1
2.1	Estados limites	1
2.1.1	Estado limites último (de ruína)	1
2.1.2	Estados limites de utilização (de serviço)	1
2.1.2.1	Estado de formação de fissuras	1
2.1.2.2	Estado de fissuração inaceitável	1
2.1.2.3	Estado de deformação excessiva	1
2.2	Projeto de obras	1
2.3	Notações	1
2.3.1	Letras romanas maiúsculas	2
2.3.2	Letras romanas minúsculas	2
2.3.3	Letra grega maiúscula	3
2.3.4	Letras gregas minúsculas	3
2.3.5	índices gerais	4
2.3.6	índice das ações e solicitações	4
2.3.7	índices formados de abreviações	4
3	Esforços solicitantes	5
3.1	Disposições gerais	5
3.1.1	Ações a considerar	5
3.1.1.1	Carga permanente	5
3.1.1.2	Carga acidental	5
3.1.1.3	Ação do vento	5
3.1.1.4	Variação de temperatura	5
3.1.1.5	Retração	5
3.1.1.6	Deformação lenta	5
3.1.1.7	Choques, vibrações e esforços repetidos	5
3.1.1.8	Influência do processo de construção	5
3.1.1.9	Deslocamento de apoio	5
3.1.2	Engastamento parcial	5
3.1.3	Mísulas	5
3.2	Estruturas lineares	6
3.2.1	Método de cálculo	6
3.2.1.1	Cálculo em regime elástico	6
3.2.1.2	Cálculo em regime elasto-plástico	6
3.2.2	Vigas	6
3.2.2.1	Vão teórico	6
3.2.2.2	Vigas de seção T	6
3.2.2.3	Vigas contínuas em edifícios	6
3.2.2.4	Momento de 2ª ordem	7
3.2.3	Pilares em edifícios	7
3.3	Estruturas laminares	7
3.3.1	Estruturas laminares planas solicitadas predominantemente por cargas paralelas ao seu plano médio	7
3.3.1.1	Paredes estruturais	7
3.3.1.2	Vigas parede	8
3.3.2	Estruturas laminares planas, solicitadas predominantemente por cargas normais ao seu plano médio (lajes)	8
3.3.2.1	Cálculo no regime elástico	8
3.3.2.2	Cálculo no regime rígido-plástico	8
3.3.2.3	Vão teórico	9
3.3.2.4	Distribuição de cargas	9
3.3.2.5	Largura útil	9
3.3.2.6	Lajes contínuas armadas numa única direção	10
3.3.2.7	Armadura de tração sobre os apoios	10
3.3.2.8	Armadura nos cantos das lajes retangulares livremente apoiadas nas quatro bordas	10

3.3.2.9	Reações de apoio	10
3.3.2.10	Lajes nervuradas	10
3.3.2.11	Lajes cogumelo	10
3.3.3	Estruturas laminares tridimensionais	11
4	Dimensionamento das peças e esforços resistentes	11
4.1	Estado limite último (de ruína)	11
4.1.1	Compressão, tração e flexão	11
4.1.1.1	Hipóteses de cálculo	11
4.1.1.2	Esforço na armadura tracionada das peças fletidas	12
4.1.1.3	Compressão por força normal F_d (barras isoladas)	12
4.1.1.3A	Cálculo sem consideração das deformações	13
4.1.1.3B	Cálculo com consideração das deformações	13
4.1.1.3C	Barras retas com seção transversal simétrica constante (inclusive a armadura) e força normal também constante ao longo do seu comprimento, sob flexo-compressão e com $40 < \lambda \leq 80$	13
4.1.1.3D	Cálculo simplificado de barras retas quando F_d é suposta centrada e $\lambda \leq 40$	15
4.1.1.3E	Cálculo simplificado de barras retas quando F_d é suposta centrada e $40 < \lambda \leq 80$	15
4.1.1.4	Cintamento por armadura de projeção circular	15
4.1.1.5	Cintamento por armadura em malha	15
4.1.1.6	Pressão de contato em área reduzida	15
4.1.2	Instabilidade de arcos e paredes	15
4.1.2.1	Arcos	15
4.1.2.2	Paredes	15
4.1.3	Torção	15
4.1.3.1	Tensão na seção vazada	15
4.1.3.2	Tensão na seção cheia	16
4.1.3.2A	Seções retangulares	16
4.1.3.2B	Seções compostas de retângulos	16
4.1.3.2C	Seções quaisquer de contorno convexo	16
4.1.3.3	Armadura	16
4.1.3.3A	Torção simples	16
4.1.3.3B	Torção e flexão	17
4.1.4	Força cortante	17
4.1.4.1	Tensão no concreto	17
4.1.4.2	Armadura transversal	17
4.1.4.3	Seções próximas aos apoios	17
4.1.5	Punção	17
4.1.5.1	Tensão no concreto	17
4.1.5.2	Armadura	18
4.1.6	Aderência e ancoragem	18
4.1.6.1	Escorregamento	18
4.1.6.2	Ancoragem	19
4.1.6.2A	Ancoragem por aderência	19
4.1.6.2B	Comprimento necessário de ancoragem por aderência das barras tracionadas	20
4.1.6.2C	Ancoragem em laço	20
4.1.6.2D	Comprimento de ancoragem por aderência das barras comprimidas	20
4.1.6.2E	Armadura transversal nas ancoragens	20
4.1.6.2F	Ancoragens especiais	21
4.2	Estados limites de utilização	21
4.2.1	Estado de formação de fissuras	21
4.2.2	Estado de fissuração inaceitável	22
4.2.3	Estado de deformação excessiva	22
4.2.3.1	Flexão	22
4.2.3.1A	Ações de curta duração	22
4.2.3.1B	Ações de longa duração	22
4.2.3.1C	Em estruturas de edifícios	22
4.2.3.2	Torção	24

5	Segurança	24
5.1	Crêterios de segurança	24
5.2	Valores característicos	24
5.2.1	Materiais	24
5.2.1.1	Concreto � compressão	24
5.2.1.2	Concreto � traço	24
5.2.1.3	Aço � traço	24
5.2.1.4	Aço � compressão	24
5.2.2	A�o�es e solicita�o�es	24
5.3	Valores de cáculo	25
5.3.1	Materiais	25
5.3.1.1	Resistência de cáculo	25
5.3.1.2	Valores últimos das tenso�es de cáculo	25
5.3.2	A�o�es e solicita�o�es	26
5.4	Coeficientes de minora�o�o e de segurança	26
5.4.1	Materiais	26
5.4.2	Solicita�o�es	26
5.4.2.1	Estado limite último	26
5.4.2.2	Estados limites de utiliza�o�o	27
5.4.3	A�o�es	27
6	Disposi�o�es construtivas	27
6.1	Dimens�o�es externas das peças	27
6.1.1	Lajes	27
6.1.1.1	Espessura	27
6.1.1.2	Extensão dos apoios extremos	27
6.1.1.3	Lajes nervuradas	27
6.1.2	Vigas	27
6.1.2.1	Largura	27
6.1.2.2	Extensão dos apoios	27
6.1.3	Pilares	27
6.1.3.1	Dimens�o�es mínimas	27
6.1.4	Paredes estruturais	27
6.2	Aberturas e canaliza�o�es embutidas	28
6.2.1	Aberturas	28
6.2.2	Canaliza�o�es embutidas	28
6.3	Armadura	28
6.3.1	Se�o�o transversal	28
6.3.1.1	Lajes	28
6.3.1.2	Vigas	28
6.3.1.3	Pilares não cintados	29
6.3.1.4	Paredes estruturais	29
6.3.2	Espaçamento das barras	29
6.3.2.1	Lajes	29
6.3.2.2	Vigas	29
6.3.2.3	Peças submetidas � tor�o�o	29
6.3.2.4	Peças comprimidas, não cintadas	30
6.3.3	Prote�o�o	30
6.3.3.1	Cobrimento	30
6.3.3.2	Medidas especiais	30
6.3.4	Dobramento e fixa�o�o das barras	30
6.3.4.1	Ganchos e estribos	30
6.3.4.2	Barras curvadas	30
6.3.4.3	Prote�o�o contra flambagem das barras	31
6.3.5	Emendas das barras	31
6.3.5.1	Tipos	31
6.3.5.2	Emenda por traspasse	31

6.3.5.3	Emendas com luvas rosqueadas	32
6.3.5.4	Emendas com solda	32
6.3.6	Armadura de suspensão	32
6.4	Peças cintadas	33
6.4.1	Armadura de projeção circular	33
6.4.2	Armadura em malha	33
7	Aço	33
7.1	Qualidade	33
7.2	Diagrama tensão-deformação	33
8	Concreto	35
8.1	Constituintes	35
8.2	Propriedades	35
8.2.1	Trabalhabilidade	35
8.2.2	Durabilidade	35
8.2.3	Resistência mecânica	35
8.2.4	Diagrama tensão-deformação	35
8.2.5	Módulo de deformação longitudinal à compressão	35
8.2.6	Coefficiente de Poisson	35
8.2.7	Coefficiente de dilatação térmica	35
8.2.8	Retração e deformação lenta	35
8.3	Dosagem	35
8.4	Controle tecnológico	35
9	Formas e escoramentos	35
9.1	Formas	35
9.2	Dimensionamento	35
9.2.1	Formas	35
9.2.2	Escoramento	35
9.2.3	Ações sobre os apoios do escoramento	36
9.3	Madeira	36
9.3.1	Emendas nos pontaletes	36
9.3.2	Precauções contra incêndio	35
9.4	Dispositivos para retirada das formas e do escoramento	36
9.5	Precauções anteriores ao lançamento do concreto	36
10	Armadura	36
10.1	Emprego e diferentes classes e categorias de aço	36
10.2	Limpeza	36
10.3	Dobramento	36
10.4	Emendas	37
10.4.1	Emendas com solda	37
10.5	Montagem	37
10.6	Proteção	37
10.6.1	Proteção durante a execução	37
10.6.2	Barras de espera	37
11	Tolerâncias	37
11.1	Valores das tolerâncias	37
12	Preparo do concreto	38
12.1	Resistência	38
12.2	Medida dos materiais	38
12.3	Amassamento manual	38
12.4	Amassamento mecânico	38
13	Concretagem	38
13.1	Transporte	38
13.2	Lançamento	38
13.2.1	Lançamento submerso	38
13.2.2	Adensamento	39
13.2.3	Juntas de concretagem	39

13.2.4	Programa de lançamento	39
14	Cura, retirada das formas e do escoramento	39
14.1	Cura e outros cuidados	39
14.2	Retirada das formas e do escoramento	39
14.2.1	Prazos	39
14.2.2	Precauções	39
15	Controle da resistência do concreto	39
16	Aceitação da estrutura	39
16.1	Aceitação automática	39
16.2	Decisão a adotar quando não há aceitação automática	39
16.2.1	Revisão do projeto	40
16.2.2	Ensaio especiais do concreto	40
16.2.3	Ensaio da estrutura	40
16.2.4	Decisão	40
	índice alfabético	41

